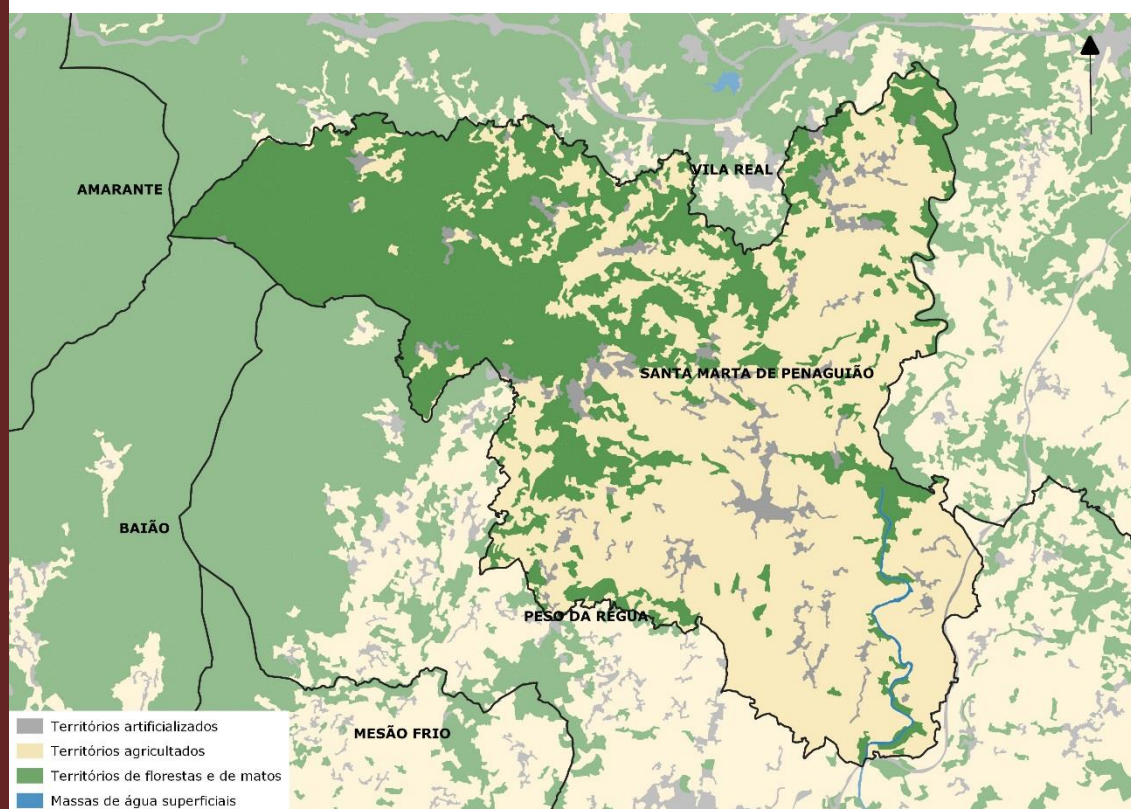




MAIO DE 2021

Santa Marta
de Penaguião



ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.^a REVISÃO DO PDM DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

GIPP, LDA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO



(página em branco)

**Índice**

Caracterização.....	12
1. ENQUADRAMENTO	13
1.1. Procedimental	13
1.2. Metodológico	15
1.3. Legislativo	18
1.4. Geográfico	20
1.5. Biofísico	23
1.5.1. Clima.....	23
1.5.2. Orografia	24
1.5.3. Litologia.....	25
1.5.4. Sistema hídrico	28
1.5.5. Qualidade do ar	30
2. Património Natural e Cultural	31
2.1. Património natural	32
2.1.1. Geossítios	34
2.1.2. Flora representativa	36
2.1.3. Fauna representativa.....	37
2.1.4. Habitats classificados.....	39
2.1.5. Áreas Protegidas e Classificadas.....	40
2.2. Património Cultural	43
3. Demografia	49
3.1. Evolução populacional.....	50
3.2. Densidade populacional	51
3.3. Natalidade e Mortalidade	53
3.4. Movimentos migratórios	55
3.5. Estrutura etária.....	57
3.6. Índices demográficos	62
3.7. Agregado familiar	65
3.8. Projeções demográficas	67
4. Economia	70
4.1. Situação educativa/formativa.....	71
4.2. Dinâmica educativa/ formativa.....	73
4.3. População ativa.....	76
4.4. Mercado laboral	78
4.5. Dinâmicas empresariais recentes.....	83
4.6. Setores trending	87
4.6.1. Agricultura	87
4.6.2. Vinho.....	90
4.6.3. Turismo	95
5. Parque Edificado e Habitacional.....	99
5.1. Edifícios	100
5.1.1. Dimensão e conservação.....	100
5.1.2. Tipologia	103
5.1.3. Função.....	105
5.2. Alojamentos	107
5.2.1. Dimensão e conservação.....	107
5.2.2. Ocupação	108
5.2.3. Tipologias.....	110
5.3. Habitação social	112
5.4. Dinâmicas recentes	113
5.4.1. Edifícios licenciados	113
5.4.2. Valor de mercado	117
6. Infraestruturas	119
6.1. Água	120
6.2. Eletricidade	123
6.3. Gás.....	126
6.4. Resíduos	127
6.5. Transportes.....	129
6.5.1. Rede.....	129



6.5.2.	Transporte de passageiros.....	132
6.5.3.	Tráfego	133
6.5.4.	Motorização	133
6.5.5.	Mobilidade.....	136
7.	Equipamentos	141
7.1.	Administração e proteção civil	142
7.2.	Cultura	143
7.3.	Desporto	144
7.4.	Educação.....	145
7.5.	Saúde.....	146
7.6.	Social	148
8.	Ocupação do Solo	149
8.1.	COS	150
8.1.1.	Enquadramento	150
8.1.2.	Território agricultado	151
8.1.3.	Território de floresta e de matos	153
8.1.4.	Território artificializado	157
8.2.	IGT.....	163
8.2.1.	IGT supramunicipais	164
8.2.1.1.	Plano Nacional Rodoviário	164
8.2.1.2.	PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	165
8.2.1.3.	Rede Natura 2000	168
8.2.1.4.	Plano de Gestão da RH do Douro	174
8.2.1.5.	PIOT do ADV	177
8.2.2.	IGT municipais.....	180
8.2.2.1.	PDMSMP	180
8.2.2.2.	Plano de Urbanização	183
8.2.2.2.1.	PU de Santa Marta de Penaguião	183
8.2.2.3.	Plano de Pormenor	185
8.2.2.3.1.	PP da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião.....	185
8.2.2.3.2.	PP da Quinta das Canas.....	186
9.	Fenómenos e Áreas de Perigo/Risco.....	188
9.1.	Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas	189
9.2.	Incêndios	191
9.2.1.	Rurais.....	191
9.2.2.	Urbanos	193
9.3.	Secas e ondas de calor	196
9.4.	Sismos	199
9.5.	Tempestades.....	201
9.6.	Zonas inundáveis	202
Diagnóstico		205

Índice de figuras

Figura 1: Freguesias de Santa Marta de Penaguião.....	17
Figura 2: Contexto regional.....	20
Figura 3: Variação populacional (2011-2019)	21
Figura 4: Classificação de Koppen	23
Figura 5: Hipsometria	25
Figura 6: Esquema Tectono-Estratigráfico de Portugal	26
Figura 7: Carta geológica do Peso da Régua	27
Figura 8: Componentes geológicos de Santa Marta de Penaguião	28
Figura 9: Rede hidrográfica principal	29
Figura 10: Proporção da superfície das massas de água com bom estado/ potencial ecológico	29
Figura 11: Qualidade do ar.....	30
Figura 12: Praia Fluvial de Fornelos.....	32
Figura 13: Verónica-de-faces-rosadas.....	33
Figura 14: Cipreste-italiano	33
Figura 15: Miradouro de Santa Barbara	34
Figura 16: Geossítio	35
Figura 17: Quartzitos da Serra do Marão.....	36
Figura 18: <i>Erica ciliaris</i>	41
Figura 19: <i>Lucanus-cervus</i>	42
Figura 20: Pelourinho de Santa Marta de Penaguião	43
Figura 21: Património em Santa Marta de Penaguião.....	44
Figura 22: ADV.....	47
Figura 23: Evolução populacional em Santa Marta de Penaguião	50
Figura 24: Densidade populacional em Portugal Continental	51
Figura 25: Densidade populacional em 2011	52
Figura 26: Evolução do saldo fisiológico em Santa Marta de Penaguião	53
Figura 27: Taxa de natalidade e mortalidade	54
Figura 28: Variação da população estrangeira.....	55
Figura 29: Saldo migratório em Santa Marta de Penaguião.....	56
Figura 30: Evolução da população estrangeira residente em Santa Marta de Penaguião	56
Figura 31: Pirâmides etárias de 2001 e 2011.....	57
Figura 32: Variação dos grupos etários entre 2001 e 2011	58
Figura 33: Pirâmide etária de 2019 e variação dos grupos etários entre 2011 e 2019	59
Figura 34: População residente por grupo etário em 2019.....	61
Figura 35: Índice de envelhecimento	62
Figura 36: Índice de dependência total	63
Figura 37: Projeções demográficas de Santa Marta de Penaguião.....	68
Figura 38: Proporção com ensino secundário e superior em 2011.....	72
Figura 39: Variação por nível de ensino da população residente com +15 anos (2001/2011)	73
Figura 40: Variação do n.º de alunos matriculados por nível de ensino em Santa Marta de Penaguião	74
Figura 41: % da população empregue por setor de atividade.....	78
Figura 42: Variação da população inscrita nos centros de emprego	79
Figura 43: Ganho médio mensal	80
Figura 44: Poder de compra <i>per capita</i>	81
Figura 45: Variação da população que usufrui de pensões	82
Figura 46: N.º de empresas em Santa Marta de Penaguião	83
Figura 47: Balança comercial de Santa Marta de Penaguião.....	85

Figura 48: Evolução das exportações no Douro desde 2015.....	86
Figura 49: Evolução do peso da agricultura no volume de negócios	87
Figura 50: Evolução do peso da agricultura no pessoal ao serviço	88
Figura 51: Indicadores relacionados com as propriedades agrícolas.....	88
Figura 52: Indicadores relacionados com a produção agrícola	89
Figura 53: Evolução do peso do volume de negócios da indústria de bebidas.....	91
Figura 54: Evolução do peso do pessoal ao serviço da indústria de bebidas	91
Figura 55: Peso das exportações das bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres no total	93
Figura 56: Produção declarada de vinho (em hl)	94
Figura 57: Indicadores relacionados com as dinâmicas turísticas.....	95
Figura 58: Estabelecimentos turísticos.....	97
Figura 59: Alojamento local.....	97
Figura 60: Perspetivas de crescimento turístico	98
Figura 61: Evolução do n.º de edifícios concluídos.....	101
Figura 62: Idade média do edificado.....	101
Figura 63: Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos	102
Figura 64: Proporção de edifícios muito degradados	103
Figura 65: Evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos.....	104
Figura 66: Evolução da proporção da função de edifícios concluídos	106
Figura 67: Proporção de fogos licenciados por tipologia	110
Figura 68: Evolução do n.º de edifícios concluídos e licenciados	113
Figura 69: N.º de edifícios licenciados por freguesia	114
Figura 70: Evolução da proporção da tipologia de edifícios licenciados	115
Figura 71: Função dos edifícios licenciados.....	116
Figura 72: Evolução da proporção da função de edifícios licenciados.....	117
Figura 73: Evolução do valor médio transacionado por prédio urbano	118
Figura 74: Rede de abastecimento de água	120
Figura 75: Proporção de alojamentos com abastecimento de água	120
Figura 76: Rede de saneamento	121
Figura 77: Proporção de alojamentos com drenagem de água	122
Figura 78: Rede da EDP Distribuição no Douro.....	123
Figura 79: Consumo de eletricidade (kWh)	124
Figura 80: Consumo <i>per capita</i> de eletricidade (kWh)	124
Figura 81: Peso de cada tipo de consumo elétrico em Santa Marta de Penaguião	125
Figura 82: Rede de gás natural	126
Figura 83: Consumo de gás natural (Nm³)	126
Figura 84: Indicadores de recolha de resíduos	127
Figura 85: Principais eixos de comunicação do concelho.....	129
Figura 86: Rede ferroviária do concelho.....	131
Figura 87: Transporte coletivo de passageiros	132
Figura 88: Rede de transportes públicos	132
Figura 89: Tráfego médio diário da IP3/A24	133
Figura 90: Parque automóvel	134
Figura 91: Rede de equipamentos de Santa Marta de Penaguião.....	141
Figura 92: Equipamentos escolares	145
Figura 93: Indicadores de saúde	147
Figura 94: Ocupação do solo em 2018.....	150
Figura 95: Grandes classes de uso do solo em 2018.....	150
Figura 96: Ocupação do território agricultado em 2018.....	151
Figura 97: Desagregação dos territórios agricultados em 2018	152
Figura 98: Evolução do território agricultado entre 1995 e 2015	152
Figura 99: Ocupação do território de florestas e de matos em 2018	154
Figura 100: Desagregação dos territórios de florestas e de matos em 2018.....	155

Figura 101: Evolução do território de florestas e de matos entre 1995 e 2015	156
Figura 102: Ocupação do território artificializado em 2018	158
Figura 103: Desagregação dos territórios artificializados em 2018.....	159
Figura 104: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015.....	160
Figura 105: Ocupação do território artificializado em 2018 na vila de Santa Marta de Penaguião	161
Figura 106: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015 na vila de Santa Marta de Penaguião	162
Figura 107: Principais eixos de comunicação do concelho.....	164
Figura 108: Unidades de Paisagem de Trás-os-Montes e Alto Douro	165
Figura 109: Cartas síntese do PROF (n.º 14 e 20)	167
Figura 110: Rede Natura 2000.....	169
Figura 111: Lobo-ibérico	170
Figura 112: Lagarto de água	171
Figura 113: Delimitação geográfica da RH do Douro	176
Figura 114: Planta síntese (PU)	184
Figura 115: Planta de Implantação.....	185
Figura 116: Planta síntese (PP).....	187
Figura 117: Postos de abastecimento	190
Figura 118: Área ardida entre 2010 e 2019	191
Figura 119: Precipitação total na estação meteorológica de referência (em mm).....	196
Figura 120: N.º de dias sem chuva na estação meteorológica de referência	196
Figura 121: N.º de dias com ondas de calor na estação meteorológica de referência	197
Figura 122: Temperatura média do ar na estação meteorológica de referência	198
Figura 123: Carta de isossistas de intensidades máximas.....	199
Figura 124: Atividade sísmica em março de 2021	200
Figura 125: Precipitação total	202
Figura 126: Sistema hídrico principal concelhio, segundo a REN.....	203

Índice de tabelas

Tabela 1: Quadro legislativo	18
Tabela 2: Componentes geológicos de Santa Marta de Penaguião	28
Tabela 3: Elenco florístico representativo	36
Tabela 4: Elenco faunístico representativo - Aves.....	37
Tabela 5: Elenco faunístico representativo - Anfíbios e répteis	38
Tabela 6: Elenco faunístico representativo - Mamíferos.....	38
Tabela 7: Elenco faunístico representativo - Peixes, Crustáceos e Moluscos	39
Tabela 8: Elenco faunístico representativo - Insetos	39
Tabela 9: Habitats classificados	39
Tabela 10: Património imóvel existente no concelho	45
Tabela 11: Património não classificado	45
Tabela 12: Uso do solo em 2001 e 2012	48
Tabela 13: Evolução da populacional por freguesias	50
Tabela 14: Índice de envelhecimento por freguesia	63
Tabela 15: Índice de dependência total por freguesia	64
Tabela 16: Variação do n.º de famílias.....	65
Tabela 17: Proporção de famílias monoparentais	65
Tabela 18: Taxa de abandono escolar.....	71
Tabela 19: Taxa de analfabetismo.....	73
Tabela 20: População ativa	76
Tabela 21: Evolução da população ativa em Santa Marta de Penaguião.....	77
Tabela 22: Taxa de desemprego	79
Tabela 23: Dinâmica empresarial em Santa Marta de Penaguião	83
Tabela 24: Top 10 do setor da agricultura do Douro	90
Tabela 25: Top 10 do setor de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres em 2020	93
Tabela 26: Top 10 da produção declarada de vinho (hl) a nível regional.....	94
Tabela 27: Evolução do n.º de edifícios.....	100
Tabela 28: Tipologia dos edifícios concluídos	103
Tabela 29: Função dos edifícios concluídos	105
Tabela 30: Evolução do n.º de alojamentos	107
Tabela 31: N.º de alojamentos por edifício	107
Tabela 32: % de alojamentos vagos	108
Tabela 33: % de alojamentos de uso sazonal	109
Tabela 34: Indicador de habitação social.....	112
Tabela 35: Tipologia dos edifícios licenciados.....	114
Tabela 36: Distância entre lugares do concelho.....	135
Tabela 37: Peso de cada modo de transporte nos movimentos pendulares	136
Tabela 38: Taxa de motorização dos movimentos pendulares	138
Tabela 39: Duração média dos movimentos pendulares (em minutos)	139
Tabela 40: Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município	139
Tabela 41: N.º de equipamentos administrativos e de proteção civil	142
Tabela 42: Equipamentos culturais.....	143
Tabela 43: N.º de equipamentos desportivos.....	144
Tabela 44: Equipamentos de saúde	146
Tabela 45: N.º de equipamento sociais	148
Tabela 46: Funções do espaço florestal	166
Tabela 47: N.º de empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas em 2019 ...	189
Tabela 48: Indicadores relacionados com incêndios rurais	192

Abreviaturas e Siglas

% – Percentagem

A – Autoestrada

ADV – Alto Douro Vinhateiro

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

art. – Artigo

CHTMAD – Centro Hospital de Trás-os-Montes e Alto Douro

CMSMP – Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

COS – Carta de Ocupação do Solo

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

Ha – Hectares

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Itinerário Principal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Lei de Bases de 2014 – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)

n.º – Número

PDMSMP – Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião

PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

PP – Plano de Pormenor

PROF – Programa Regional de Ordenamento Florestal

PU – Plano de Urbanização

RH – Região Hidrográfica

RJ – Regime Jurídico

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio)

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RDD – Região Demarcada do Douro

REN – Reserva Ecológica Nacional

SIC – Sítio de Interesse Comunitário

U.F. – União de Freguesias

USF – Unidade de Saúde Familiar

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Var. – Variação

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zonas de Proteção Especial





Caracterização

Estudos temáticos

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Procedimental

O RJIGT desenvolve a Lei de Bases de 2014 e define o Plano Diretor Municipal como o IGT que estabelece a **estratégia de desenvolvimento territorial, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal**.

Simultaneamente, a Lei de Bases de 2014 define o estatuto jurídico do solo, estabelecendo a **classificação e qualificação do solo**, determinando o destino básico deste com respeito pela sua natureza e pela sua reconhecida aptidão, assentando na distinção entre **solo rústico e solo urbano**.

Em conformidade com o art.º 124, do RJIGT, a revisão dos programas e planos territoriais, nos quais se inclui o Plano Diretor Municipal, decorre da necessidade de adequação à **evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais**, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os **Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território**, conforme o previsto no n.º 3 do art.º 189, do RJIGT.

A revisão do PDMSMP em vigor, **publicado em 2011**, foi elaborada no enquadramento do **DL n.º 380/99, de 22 de setembro**, integrando o conteúdo material e documental exigido por este.

Uma vez que o **PDMSMP não é recente** e a existência de **novos enquadramentos legislativos**, motiva a que a 2.ª Revisão seja assente nos seguintes termos de referência:

- Incentivar a permanência dos jovens no concelho e promover medidas de atração populacional;
- Promover as dinâmicas de reabilitação urbana e melhorar o espaço urbano consolidado;
- Valorizar e investir no património natural, paisagístico e cultural do concelho;
- Promover a sustentabilidade ambiental, através de medidas que permitam atenuar o desafio das alterações climáticas;

- Adaptar o PDM ao quadro legislativo em vigor, designadamente a Lei de Bases Gerais de Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e do RJIGT, publicado pelo DL n.º 80/2015 de 14 de maio;
- Realizar uma nova classificação e qualificação do solo no sentido da reconfiguração dos perímetros urbanos e da requalificação das infraestruturas;
- Promover uma participação ativa dos cidadãos, visando a adoção de uma metodologia claramente mais participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano.

Simultaneamente, a presente Revisão procura **respeitar os conteúdos programáticos** definidos na/o:

- Plano de Recuperação e Resiliência
- Portugal 2020
- Portugal 2030
- Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030
- Programa Nacional para a Coesão Territorial
- Plano Rodoviário Nacional
- Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020/2030
- Estratégia Nacional para a Habitação 2015/2031
- Nova Geração de Políticas de Habitação
- Programa da Transformação da Paisagem
- Programa de Valorização do Interior
- Estratégia Turismo 2027
- Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- Plano Regional de Ordenamento do Território
- Plano de Gestão da RH
- Programa Regional de Ordenamento Florestal.

1.2. Metodológico

A elaboração da presente Revisão do PDMSMP **processa-se em estreita colaboração entre a equipa técnica do município e a equipa externa contratada para o efeito.**

Neste exercício conjunto procurou-se desenvolver um documento, que baseado no RAEPDM, **aprofunda-se os conteúdos desenvolvidos** nesse relatório.

As opções de análise do território passam pela obtenção de indicadores junto de **bases estatísticas oficiais**, como é o caso do INE, e complementares, como o Pordata. Simultaneamente, quando necessário, será obtida informação junto dos **organismos públicos de tutela de determinados setores**, como é o caso da APA, do ICNF, do IPMA ou do Turismo de Portugal, entre outros.

Para este efeito será efetuado o reporte das dinâmicas do concelho, tendo como **preferência de análise temporal o pós-2011** (ano da publicação do PDMSMP) – recomendando-se a consulta da página seguinte para a identificação dos indicadores que serão analisados.

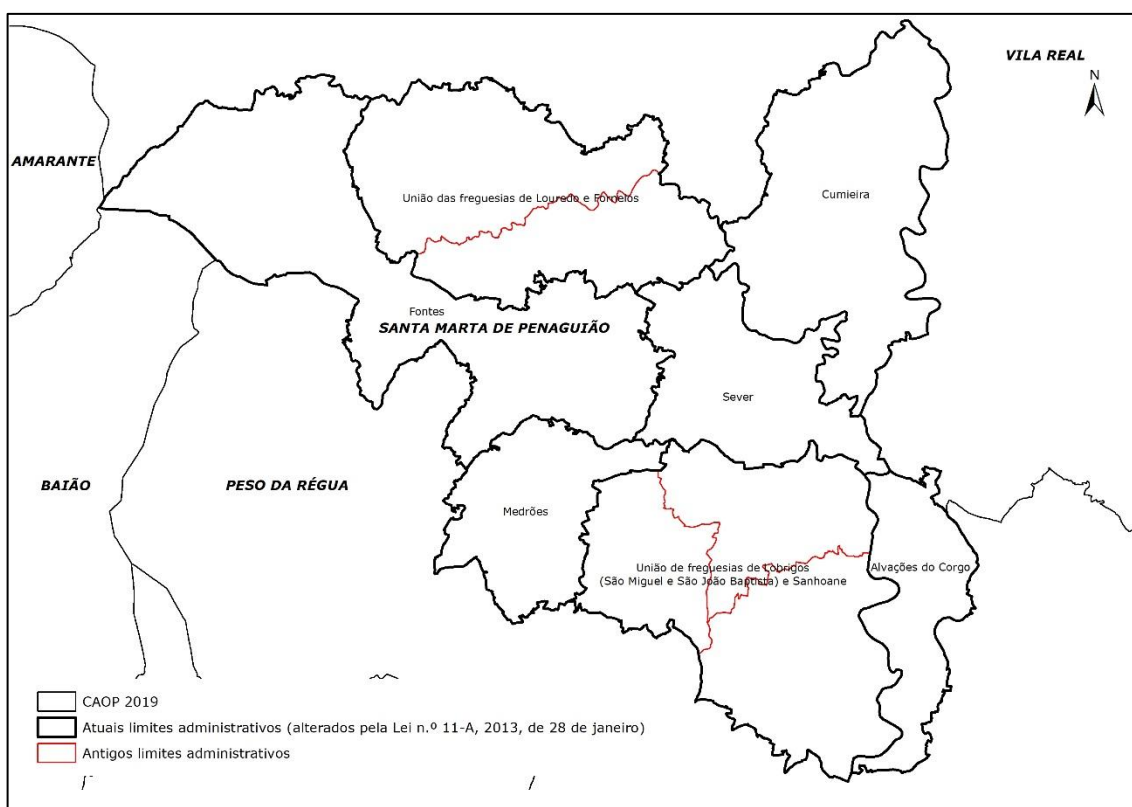
Importa ainda referir que o presente relatório foi elaborado durante o **período da COVID'19** – situação epidemiológica que teve repercussões profundas ao nível da dinâmica ambiental, económica e social do País e do Mundo – e que, por isso, **condicionou/condicionará a evolução da maioria dos indicadores** que serão apresentados neste relatório.

Ambiente e património	- Contexto biofísico - Património Natural e Cultural
Demografia	- Census - Pós-census - Salos demográficos - Estrutura etária - Projeções demográficas
Economia	- Educação - Emprego - Empresas - Dinâmica comercial - Setores trending
Parque habitacional e edificado	- Edifícios - Alojamentos - Dinâmicas recentes
Infraestruturas	- Abastecimento e sanemaneto de água - Eleticidade - Viárias - Resíduos
Equipamentos	- Educação - Saúde - Sociais - Desportivos - Administrativos - Culturais
Mobilidade	2001 2011
Ocupação do solo	- COS - IGT
Fenómenos e áreas de Perigo/ Risco	- Zonas inundáveis - Tempestades - Secas e ondas de calor - Incêndios - Sismos - Matérias perigosas

Fonte: Elaboração própria

Mediante esta estrutura, a análise dos dados será realizada à escala do concelho de Santa Marta de Penaguião, tendo por referência outros espaços geográficos, como o Douro, a Região Norte e o País. Simultaneamente, estes indicadores serão também observados à escala das freguesias (resultantes da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), quando tal for possível e pertinente.

Figura 1: Freguesias de Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria baseada na CAOP

1.3. Legislativo

O PDMSMP, principal IGT da responsabilidade do município, é influenciado por uma série de **enquadramentos legislativos** que importa ter em consideração durante a sua elaboração. Tal situação é elencada na tabela seguinte, onde se apresenta o quadro legal à data de publicação do **PDMSMP em vigor**, distribuído pelas **diferentes temáticas que serão abordadas**, e a **identificação da situação à data atual**.

Tabela 1: Quadro legislativo

TEMA	Legislação à data do PDMSMP (2011)	Âmbito	Situação atual
Ambiente e património	Várias disposições regulamentares do Decreto n.º 5787-III, de 18 de maio de 1919, e do DL n.º 468/71, de 5 de novembro	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto
	Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Aprova o RJ de classificação de arvoredo de interesse público	Em vigor
	Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho	Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público	Em vigor
	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro e Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	RJ dos terrenos do domínio público hídrico	Em vigor
	DL n.º 595/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	DL n.º 264/79, de 1 de agosto, e DL n.º 19/93, de 23 de janeiro	RJ da conservação da natureza	DL n.º 142/2008, de 24 de julho, com a redação dada pelo DL n.º 242/2015, de 15 de outubro
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Revogado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho
	DL n.º 169/2005, de 26 de setembro	Aproveitamentos Hidroagrícolas	Em vigor
	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Em vigor
	Lei n.º 11/87, de 7 de abril	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	RCM n.º 55/2018, de 7 de maio
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 73/2009, de 31 de março, com a redação dada pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro	RAN	Em vigor
	DL n.º 340/2007, de 12 de outubro e retificado pela DR n.º 108/2007, de 11 de dezembro	RJ da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras)	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	RJ da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes	Lei n.º 54/2015, de 22 de junho
	DL n.º 93/90, de 19 de março	REN	DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo DL n.º 124/2019, de 28 de agosto
	RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho	Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	Rede Nacional de Áreas Protegidas	Em vigor



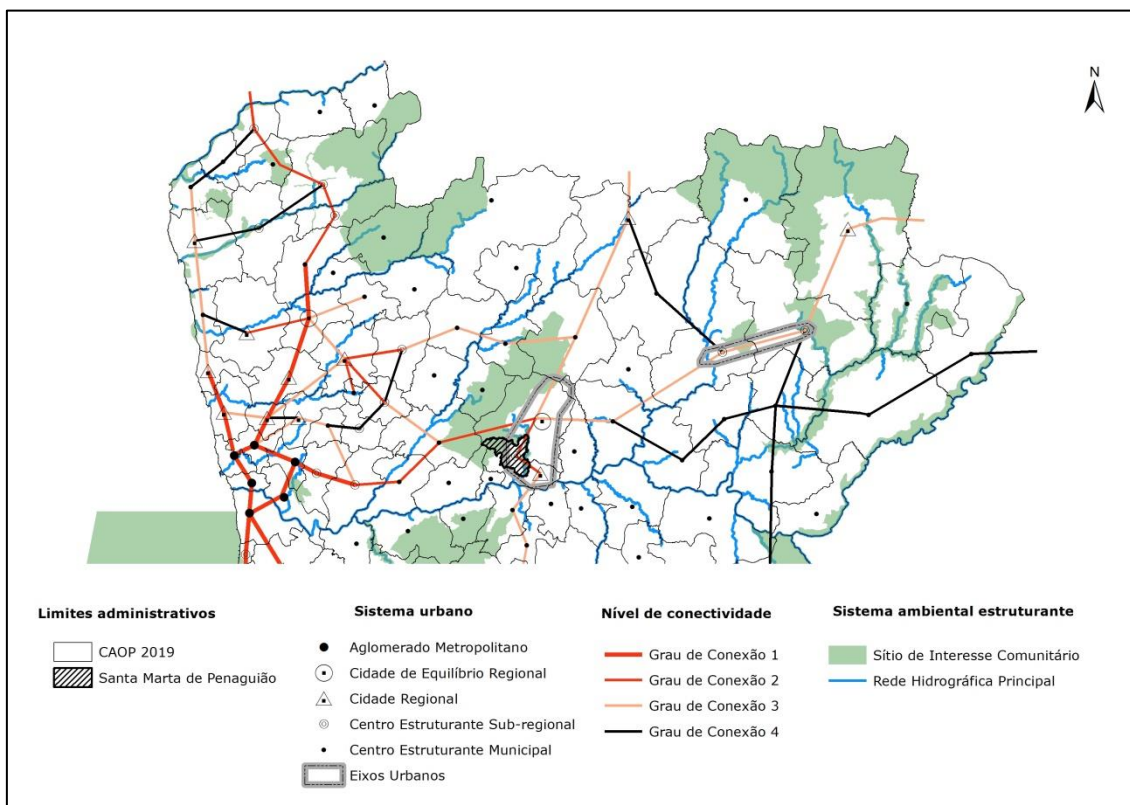
TEMA	Legislação à data do PDMSMP (2011)	Âmbito	Situação atual
	DL 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira	Em vigor
	Vários diplomas	Lei da Água	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro com a redação dada pelo DL 130/2012 e alterações introduzidas pelas Leis n.º 42/2016 de 28/12 e 44/2017, de 29/06
	Vários diplomas	RJ de arborização e rearborização	DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro
	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
	---	Plano de Gestão da RH do Douro	RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro
	---	RJ dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal	DL n.º 11/2019, de 21 de janeiro
	---	PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro
Parque edifica do e habitacional	Vários diplomas	RJ da urbanização e edificação	Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro
	Capítulo XI do DL n.º 794/76, de 5 de novembro	RJ da reabilitação urbana	DL n.º 66/2019, de 21 de maio
Infraestruturas	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Lei n.º 34/2015, 27 de abril
	Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961	Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais	Em vigor
	DL n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo DL 182/2003, de 16 de agosto	Plano Rodoviário Nacional	Em vigor
Ocupação do solo	DL n.º 176-A/88, de 18 de maio, DL n.º 151/95, de 24 de junho, e DL n.º 69/90, de 2 de março	RJIGT	DL n.º 80/2015, de 14 de maio
	---	Lei de Bases de 2014	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto
	---	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
Fenómenos e áreas de perigo/risco	DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo DL n.º 278/2007, de 01 de agosto	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Regula a ocupação do solo nos povoamentos florestais percorridos por incêndio	Em vigor
	DL n.º 204/93, de 3 de junho	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente	DL n.º 150/2015, de 5 de agosto
	Vários diplomas	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e DL n.º 14/2019, de 21 de janeiro
	Vários diplomas	Aprova o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais	DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro, entretanto alterado pelo DL n.º 32/2020, de 1 de julho
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 220/2008, de 12 de novembro	Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios	Alterado pela Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro

Fonte: Elaboração própria baseada no Diário da República

1.4. Geográfico

Santa Marta de Penaguião, em termos geográficos, é parte integrante da Região Norte (estatisticamente designada por NUTS II), e localiza-se na conjuntura sub-regional do Douro.

Figura 2: Contexto regional



Fonte: REOT

O concelho reflete tendências demográficas regressivas, marcadas por um contexto territorial de baixas densidades, o que cria a necessidade de fomentar relações funcionais com os centros de oportunidades e espaços urbanos de dimensão superior, como é o caso de Vila Real.

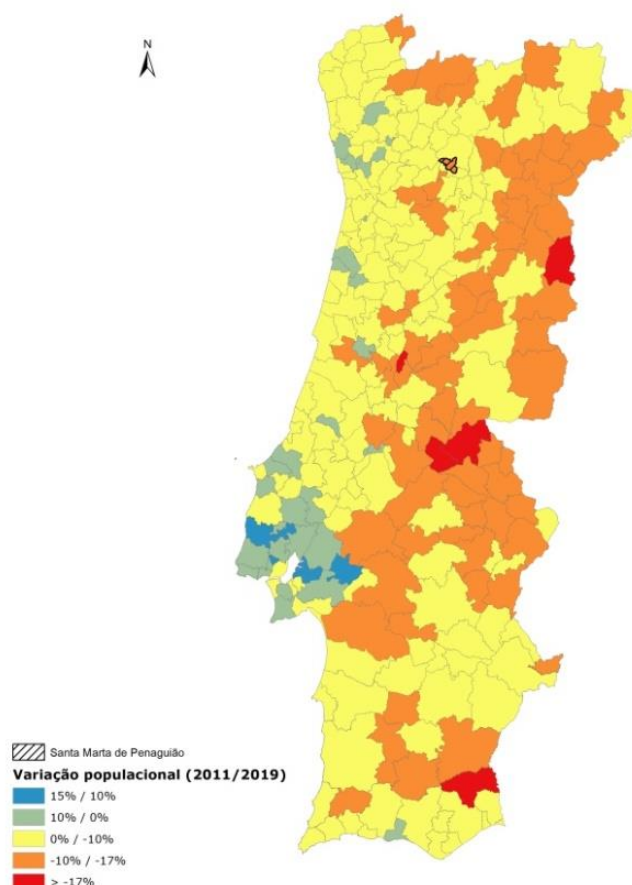
Vila Real (cidade de equilíbrio regional) proporciona ao concelho um conjunto de funções polarizadoras, que complementam as existentes nos territórios de baixa densidade, como Santa Marta de Penaguião, considerado um centro estruturante municipal.

Santa Marta de Penaguião tem fatores importantes para a sua resiliência territorial, como é o caso da ligação ao IP3/A24, que corresponde a uma estrutura rodoviária que promove a ligação com a área central da Região Norte e Centro, como também com os grandes centros funcionais, como Área Metropolitana do Porto, através do IP4/A4.

Importa referir que o SIC do Marão/Alvão e a sub-bacia do Corgo que fazem parte do contínuo ecológico para o equilíbrio ambiental da Região Norte.

Em termos populacionais, o concelho apresenta **uma variação negativa**, entre 2011/2019, reflexo da perda da população e do envelhecimento progressivo.

Figura 3: Variação populacional (2011-2019)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Este cenário é representativo da realidade nacional, como se vê nas figuras anteriores, onde a variação positiva só é sentida na Área Metropolitana de Lisboa e envolvente, na Área Metropolitana do Porto e na Região de Aveiro e de Coimbra – nestas últimas duas realidades sub-regionais o fenómeno demográfico acontece com uma representatividade mais baixa.

1.5. Biofísico

Neste subcapítulo é realçada a importância de uma análise transversal, em oposição a uma descrição exaustiva das variáveis biofísicas. De forma a compreender o funcionamento ecológico do concelho, a caracterização do mesmo desenvolveu-se sob cinco vertentes, designadamente, clima, orografia, litologia, sistema hídrico e qualidade do ar.

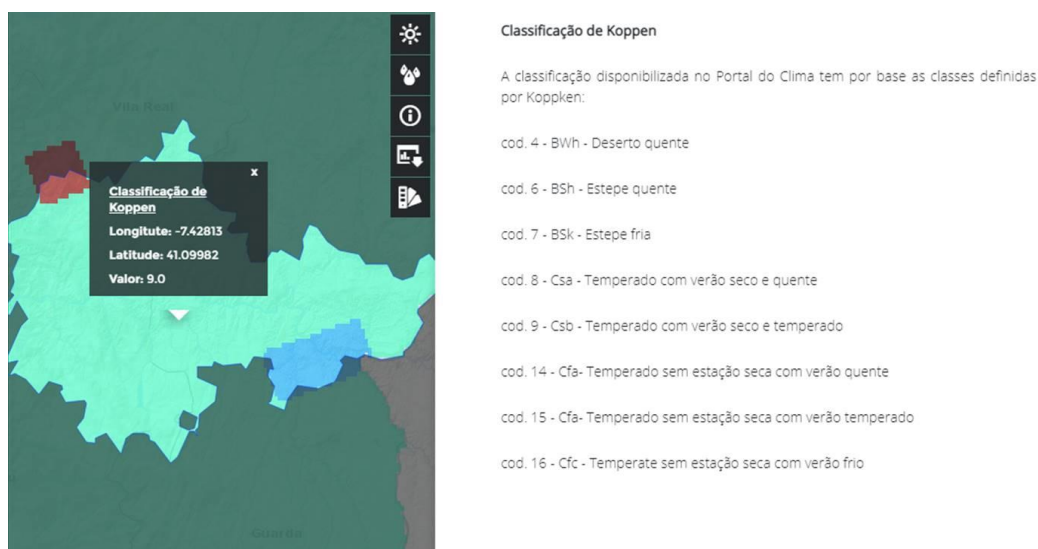
A informação de base do presente subcapítulo é baseada nos conteúdos escritos, como por exemplo, o Plano de Gestão da RH do Douro, o PDMSMP ou a Notícia Explicativa da Carta Geológica n.º 10-C.

1.5.1. Clima

Segundo o Portal do Clima, do IPMA, Santa Marta de Penaguião apresenta as seguintes características:

- Classificação Climática de Koppen: Csb – Temperado com verão seco e suave;
- Temperatura Média: 11.6°C;
- Precipitação Média Acumulada: 756.8 mm;
- Amplitude Média: 9.7°C
- Risco de Incêndio: Extremo: 5 dias/ Elevado: 45 dias/ Moderado: 36 dias/ Baixo: 279 dias.

Figura 4: Classificação de Koppen



Fonte: Portal do clima

Segundo o Plano de Ação para as Alterações Climáticas do Douro:

As normais climatológicas das estações da Região Demarcada do Douro, no período compreendido entre 1931 e 1960, demonstram uma estrutura climática que se apresenta heterogénea, sendo que a Oeste as áreas se caracterizam por serem globalmente mais húmidas e frias situando-se a altitudes mais elevadas, enquanto a Este se caracteriza por ser uma área mais seca e mais quente.

Deste modo, globalmente, as tendências recentes que se verificam dos extremos de temperaturas retracta o aquecimento que gera menos extremos de frio, que gera mais extremos de calor e que gera um alongar da estação sem gelo, sobretudo em regiões de latitudes altas.

Embora não se tenha demonstrado que as alterações são significativas no que se refere à precipitação ou a períodos de seca, existem outras investigações que o demonstram, de âmbito regional.

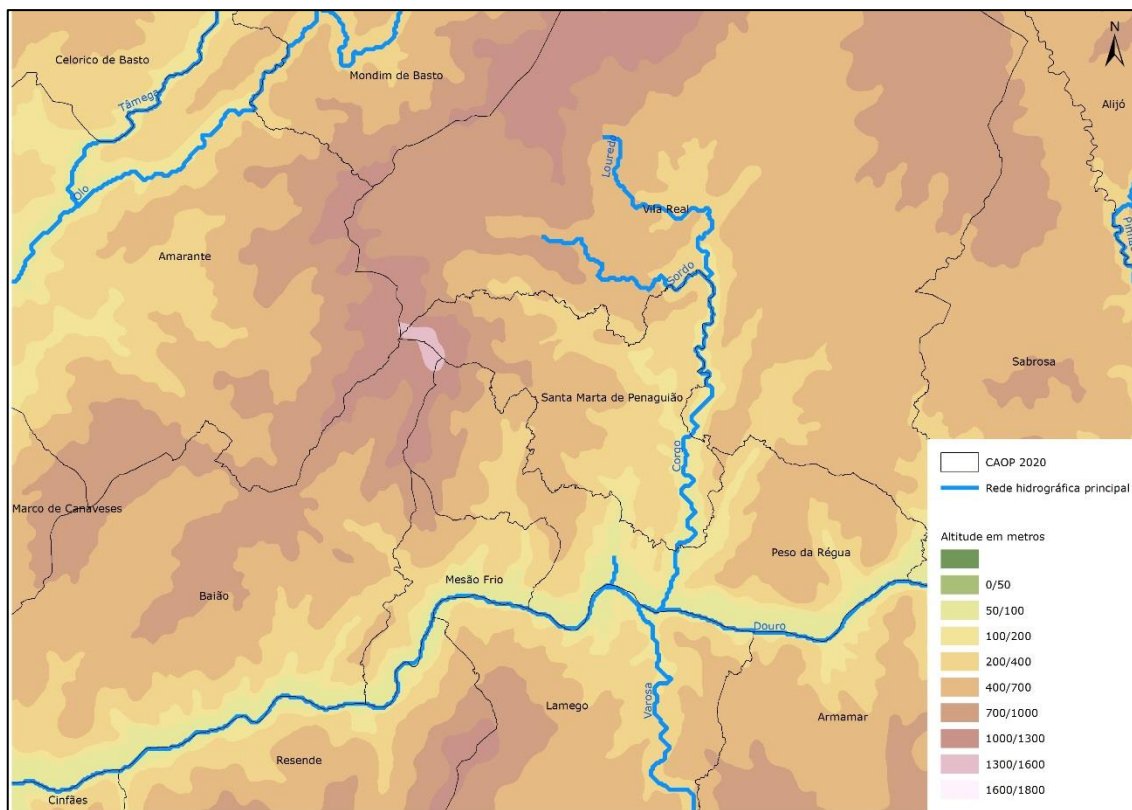
1.5.2. Orografia

Em termos orográficos, Santa Marta de Penaguião é irregular, existindo nas extremidades importantes conjuntos que definem o mosaico paisagístico do concelho, designadamente:

- A Norte do concelho, a Serra do Marão – conjunto serrano que é o prolongamento sul do conjunto Alvão/Marão e que divide a Região Norte em duas unidades bioclimáticas, designadamente, a Atlântica a poente e a Continental a nascente. Este sistema montanhoso no concelho tem uma altitude máxima de 1 416 metros, no Miradouro da Senhora da Serra, freguesia de Fontes – a quarta elevação mais alta da Região Norte;
- A sul e a nascente do concelho, o Vale do Rio Corgo – curso de água afluente da margem direita do Rio Douro, que percorre a área oriental do concelho, tendo uma altitude mínima de, aproximadamente, 65 metros, no leito por baixo da ponte do IP3/A24.

A amplitude hipsométrica existente de quase 1 350 metros demonstra o quão diferenciado é o mosaico paisagístico do concelho, e com isto é-lhe associado um potencial turístico-recreativo de interesse relevante.

Figura 5: Hipsometria



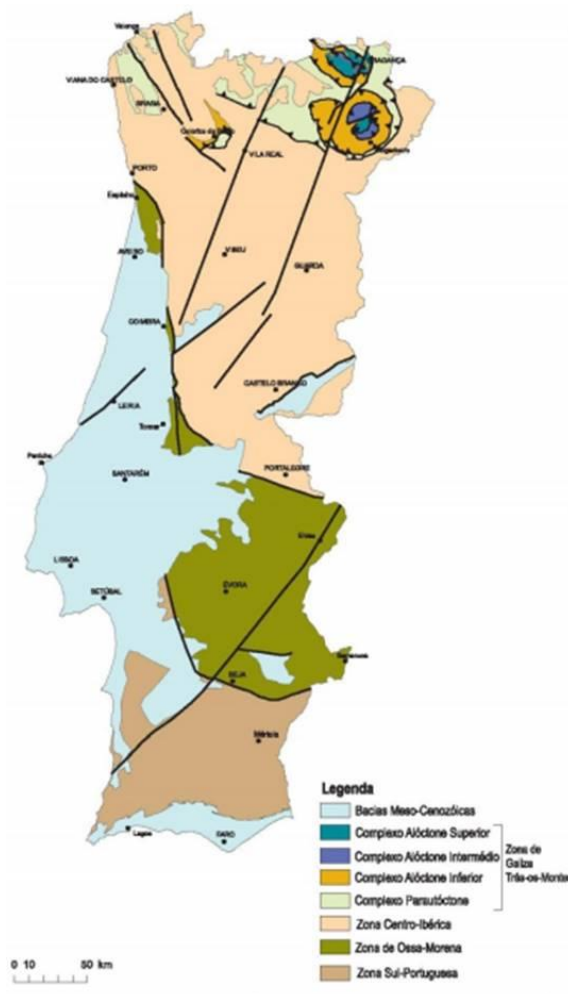
Fonte: Elaboração própria baseada na APA

No concelho, aferindo o contexto orográfico existente e caracterizado anteriormente, importa ter conhecimento de que 5% encontra-se acima dos 1 000 metros de altitude e 41% encontra-se entre os 200-400 metros de altitude.

1.5.3. Litologia

Em relação ao contexto litológico de Santa Marta de Penaguião, o concelho situa-se no Maciço Hespérico, mais pormenorizadamente, na Zona Centro Ibérica.

Figura 6: Esquema Tectono-Estratigráfico de Portugal



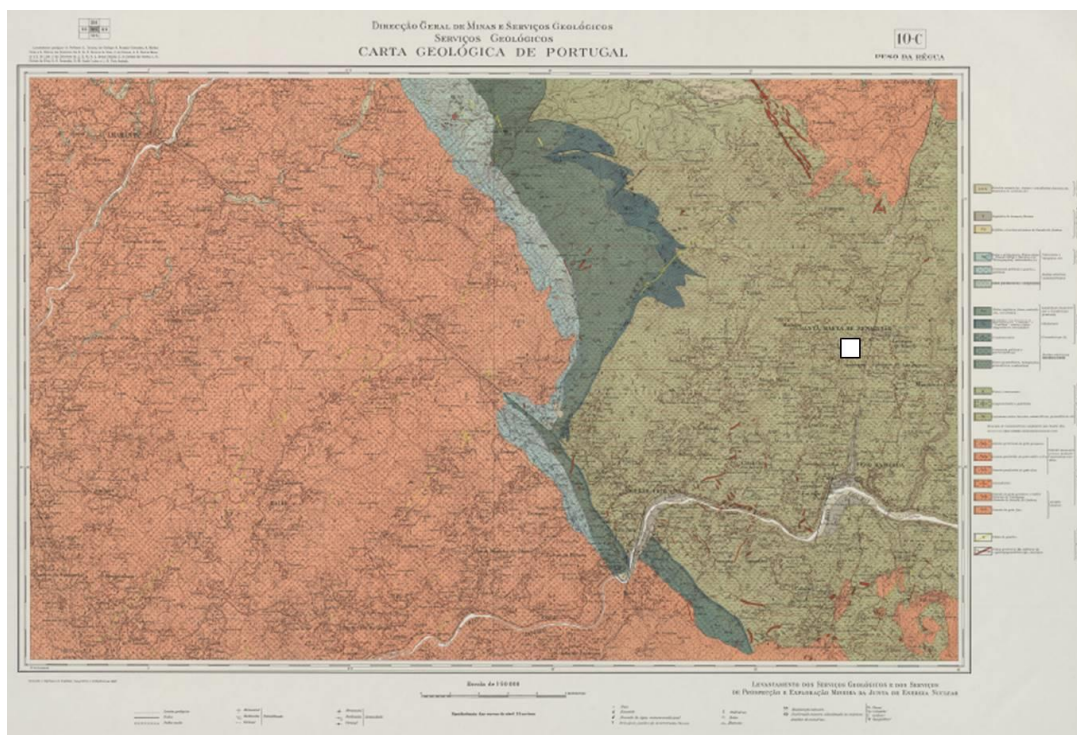
Fonte: Adaptado da Carta Geológica de Portugal, escala 1:1000000

Com base na Nota Explicativa 10-C, importa ter em consideração os seguintes aspetos:

- A região integra uma sequência do tipo flysh (Neo-Proterozóico a Câmbrico), designada por Complexo Xisto-Grauváquico;
- A região encontra-se sob a influência neotectónica das falhas de Penacova-Régua-Verín;
- Os vales do rio Corgo e do seu afluente rio Aguilhão, ainda que de caudal diminuto, abriram vales profundos muito encaixados, por vezes, sinuosos;
- Nas vertentes xistentas, socalcadas, em degraus, cultiva-se a vinha que dá o vinho do Porto;
- A pequena depressão da Veiga, a norte de Santa Marta de Penaguião, corresponde a um meandro abandonado do rio Aguilhão;
- As rochas do Complexo Xisto-Grauváquico, correspondentes aos terrenos mais antigos, ocupam particamente toda a extensão do concelho. A idade

destas formações pode corresponder ao Infracâmbrico ou subir, até à base do Câmbrico;

Figura 7: Carta geológica do Peso da Régua



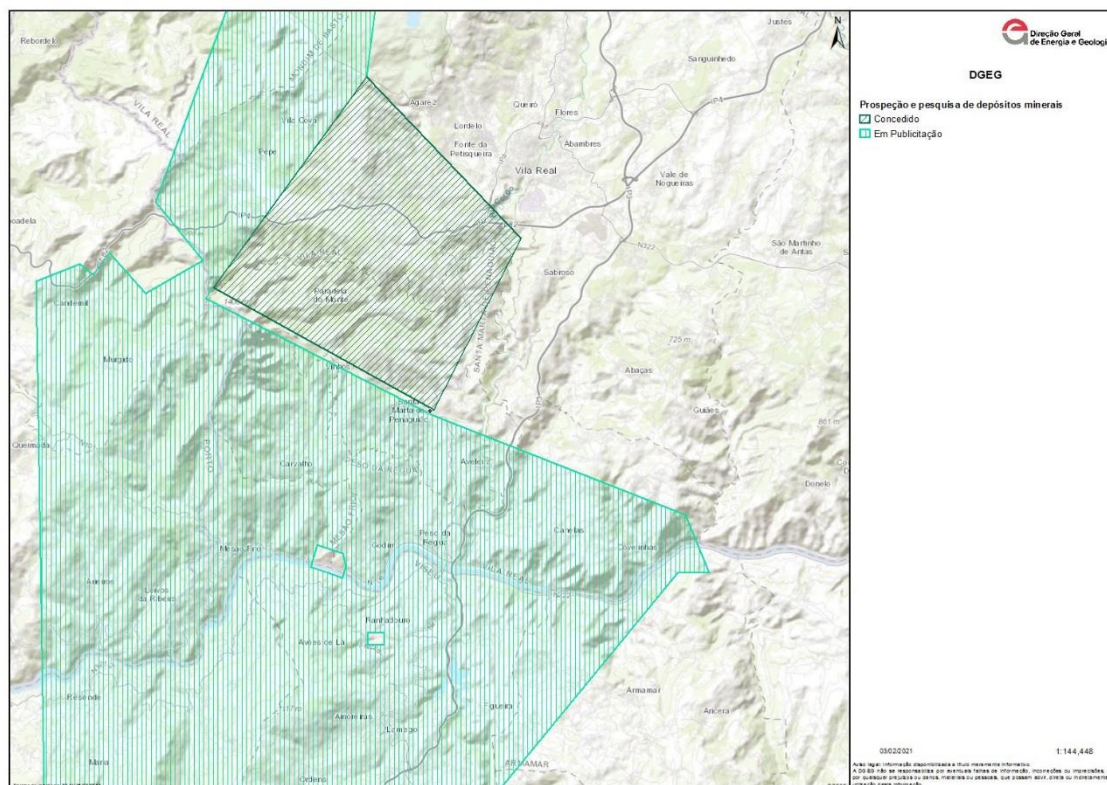
□ Santa Marta de Penaguião

Fonte: Geoportal Energia e Geologia

- Em Alvações do Corgo (cerca de 200m a S da povoação) existe uma rocha com matriz fina, cristalina formada por quartzo (predominantemente), feldspato alterado (indeterminável), biotite, sericite e magnetite (e outros óxidos metálicos, provavelmente de titânio);
- Na área da Cumieira, as rochas do Complexo Xisto-Grauváquico foram intensamente metamorfizadas pelas intrusões graníticas e transformadas em corneanas, em rochas quartzo-tremolíticas, em xistos luzentes e em xisto mosqueados;
- Em diversos pontos, na região de Alvações do Corgo e S. Miguel de Lobrigos existem bancadas de rochas, ora claras, de grão fino, de aspeto aplítico, ora mais escuros, acinzentados, em que se destacam minerais esverdeados, que dão à rocha aspeto pintalgado;
- Na Cumieira o granito forma pequenas machas, essencialmente alcalino de grão médio a grosseiro de duas micas microclinizado.

Neste seguimento, importa ter em consideração as componentes geológicas de Santa Marta de Penaguião, como se observa na figura seguinte.

Figura 8: Componentes geológicas de Santa Marta de Penaguião



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia

Tabela 2: Componentes geológicas de Santa Marta de Penaguião

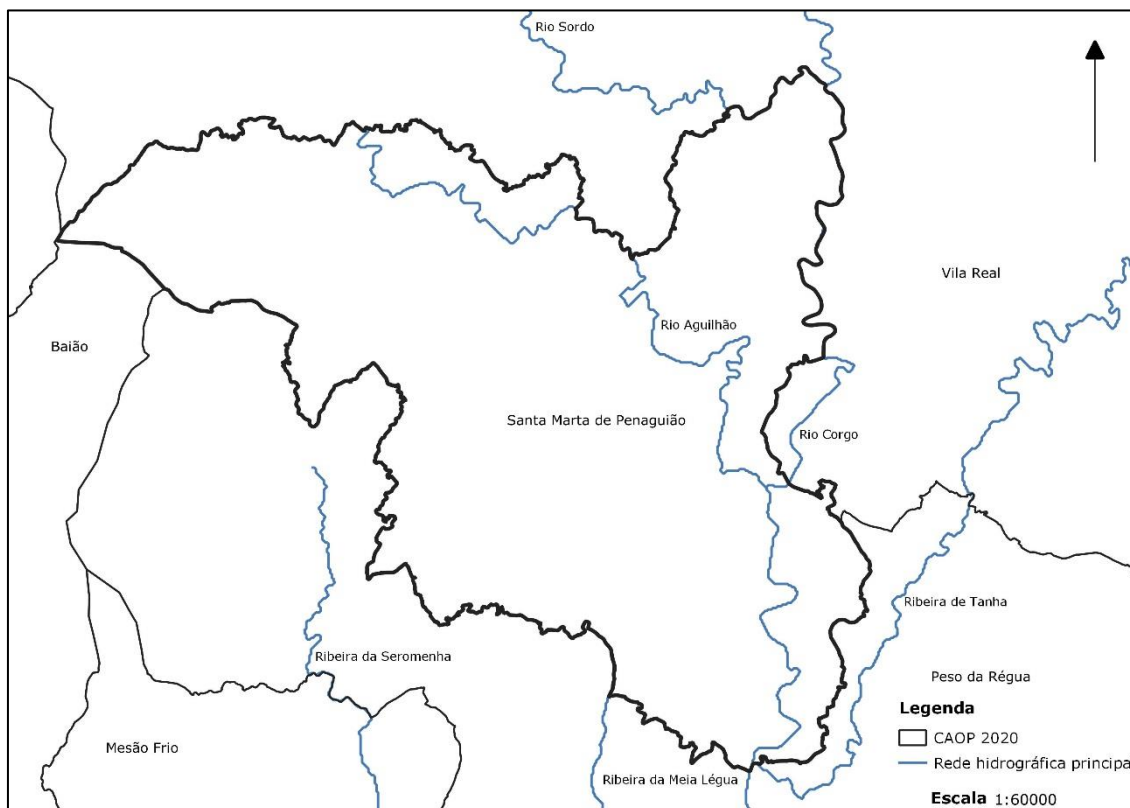
Camada	Designação	Tipo/ Capacidade de exploração
Prospecção e pesquisa de depósitos minerais	Mouços	Exploração de tungsténio, estanho e outros
	Mua	Exploração de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e minerais associados

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia

1.5.4. Sistema hídrico

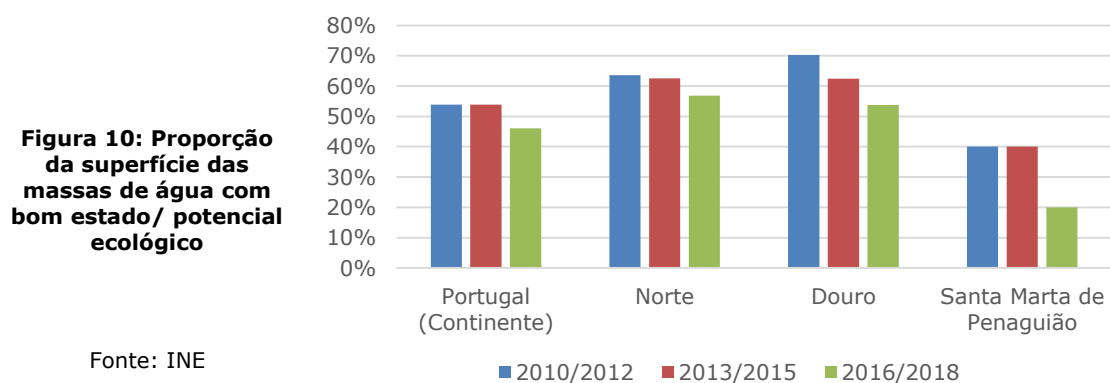
Santa Marta de Penaguião insere-se na RH do Douro, integrando o rio Corgo e o rio Aguilhão, como se pode observar através da análise da figura seguinte, que representa a rede hidrográfica principal do município, segundo a APA.

Figura 9: Rede hidrográfica principal



Fonte: Elaboração própria baseada na APA

A figura seguinte representa a proporção da superfície das massas de água classificadas com bom estado/potencial ecológico, entre 2010/2018.

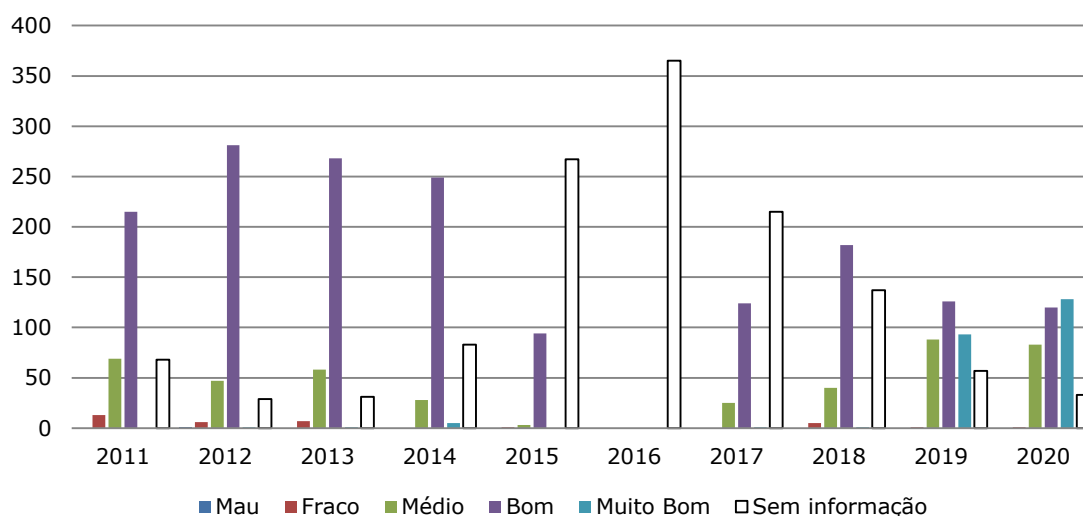


Relativamente à qualidade ecológica das massas de água no concelho, verifica-se uma diminuição de cerca 20%, entre 2016/2018. Comparando com outros espaços geográficos, verifica-se que o recurso água está em constante diminuição da sua qualidade ecológica, apresentando Santa Marta de Penaguião valores inferiores aos verificados noutros espaços geográficos.

1.5.5. Qualidade do ar

O indicador da qualidade do ar integra um conjunto de elementos monitorizados pela APA, que permite a seleção e avaliação dos registos ao longo do ano. Uma vez que não existem valores específicos do município em questão foram avaliados os dados da estação de referência: Norte Interior

Figura 11: Qualidade do ar



Fonte: APA

Primeiramente, importa referir que existe uma % considerável de dias sem qualquer informação disponível, registada na estação Norte Interior. Contudo, e face aos valores apresentados no gráfico, observa-se que a proporção de dias classificados com “Bom” se destaca face aos restantes.

Interessa ainda referir que o n.º de dias distinguido com “Muito Bom” começa a ganhar expressão em 2019, o que contrasta com a falta de representatividade nos anos anteriores.

2. Património Natural e Cultural

O presente capítulo foi elaborado segundo a base de dados do ICNF, da DGPC e do acervo patrimonial constante no PDM em vigor, de forma a realizar uma abordagem do ponto de vista natural e cultural do concelho, com a finalidade de atualizar os dados que serão concluídos com o término da presente Revisão do PDMSMP.

Deste modo, e tendo por base a informação recolhida até à data, verifica-se a existência dos itens patrimoniais inventariados através das fontes de informação referidas anteriormente.

Os itens patrimoniais que serão descritos estão enquadrados nos seguintes domínios:

- Arqueológico: itens patrimoniais que representam sociedades antigas através de vestígios materiais;
- Arquitetónico: itens patrimoniais que representam edifícios;
- Etnográfico: itens patrimoniais que representam a identidade dos povos;
- Geológicos: itens patrimoniais que representam a origem e a transformação da Terra;
- Natural: itens patrimoniais que representam a Natureza;
- Religioso: itens patrimoniais que representam o culto prestado à divindade.

2.1. Património natural

Santa Marta de Penaguião é caracterizada pelo seu património natural e paisagístico, englobando valores de diversas naturezas: florística, faunística, especificidades geológicas, diversidades de habitats e áreas classificadas.

As massas de água presentes no concelho (referidas no subcapítulo 1.5.4), também merecem referência, uma vez que “moldam” a paisagem e asseguram o contínuo ecológico desejado.

Assim sendo, mostra-se pertinente salientar a Praia Fluvial de Fornelos, localizada nas proximidades do Rio Aguilhão, na U.F. de Louredo e Fornelos. Este local foi inaugurado em julho de 1998 e caracteriza-se pelo espaço de lazer que serve de zona de recreio e entretenimento fluvial, funcionando como uma centralidade turística.

Figura 12: Praia Fluvial de Fornelos



Fonte: CMSMP

No que respeita o elenco florístico, destaca-se a espécie Verónica-de-faces-rosadas (*Veronica micrantha*), que se encontra em perigo de extinção e a Arnica (*Arnica montana*), que em termos de categoria de conservação se encontra quase ameaçada.

Figura 13: Verónica-de-faces-rosadas



Fonte: www.flora-on.pt

É pertinente destacar o cipreste-italiano (*cupressus sempervirens*), uma vez que é considerado uma árvore de interesse público. Esta árvore localiza-se na U.F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, na Quinta do Pinheiro (propriedade privada). Importa referir que o cipreste é uma espécie arbórea que apresenta uma elevada resistência ao fogo, devido ao seu elevado teor de humidade, durante o Verão (entre 84% e 94%).

Figura 14: Cipreste-italiano



Fonte: ICNF

Além disso, o concelho apresenta um conjunto de espécies que são amplamente descritas nos subcapítulos 2.1.2 e 2.1.3.

Não obstante disso, Santa Marta de Penaguião tem como mais-valia cénico-paisagístico um conjunto de locais panorâmicos, como o Miradouro Senhora da Serra, que se localiza no pico mais elevado da Serra do Marão, a 1 476m de altitude, ou o Miradouro de Santa Barbara, localizado num dos pontos de maior altitude do concelho, e onde se pode observar as encostas do rio Corgo e do ADV.

Figura 15: Miradouro de Santa Barbara



Fonte: CMSMP

2.1.1. Geossítios

O património geológico é geodiversidade “enquanto bem comum da humanidade, a qual poderá ser definida como a variedade de elementos rochosos, minerais, fósseis, falhas, dobras, formas de relevo e sequências sedimentares ou de solo, conjuntamente e em inter-relação com os processos naturais e ativos, como por exemplo a erosão e os deslizamentos.

O conceito de geossítio aplica-se aos elementos do património geológico que constituem uma ocorrência de reconhecido valor científico, face à restante envolvente, podendo contudo apresentar mais do que um tipo de importância, nomeadamente didática, cultural ou estética.”¹

¹ Adaptado de <http://www2.icnf.pt/portal/pn/geodiversidade/patrimonio-geologico>

Figura 16: Geossítio



Fonte: ICNF (Adaptado)

Santa Marta de Penaguião regista um elemento patrimonial geológico, denominado de geossítio, que constitui uma ocorrência de reconhecido valor científico, face aos restantes envolventes – consultar figura anterior.

Com base no inventário de geossítios de relevância nacional, verificou-se que na transversal à zona de cisalhamento varisco em Portugal, localiza-se o geossítio dos Quartzitos da Serra do Marão, incluído no regime de proteção do Sítio do Alvão/Marão (PTCON0003) da Rede Natura 2000, representado na figura seguinte.

Figura 17: Quartzitos da Serra do Marão



Fonte: <http://geossitios.progeo.pt/geositecontent.php?menuID=3&geositeID=985>

Os Quartzitos do Ordovícico inferior na serra do Marão como forma de exemplificar as fácies detríticas indicadoras de ambientes pouco profundos que predominavam a norte no autóctone da Zona Centro-Ibérica. Este geossítio evidencia também a intensa deformação associada à génese do orógeno Varisco.

2.1.2. Flora representativa

Na tabela seguinte são enunciadas as espécies representativas da flora presente em Santa Marta de Penaguião. Estas espécies estão organizadas de acordo com o seu nome comum, o estatuto de conservação e o seu estado de proteção.

Tabela 3: Elenco florístico representativo

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Murbeckiella sousae</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Murbeckiella boryi</i>	-	Sim	Quase ameaçada
<i>Teucrium salviastrum</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Scrophularia herminii</i>	Chupadeira	Sim	Pouco preocupante
<i>Veronica micrantha</i>	Verónica-de-faces-rosadas	Sim	Em perigo
<i>Arnica montana</i>	Arnica	Sim	Quase ameaçada
<i>Ruscus aculeatus</i>	Gilbardeira	Sim	Pouco preocupante

Espécie	Nome Comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Murbeckiella sousae</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Narcissus bulbocodium</i>	Campainhas-amarelas	Sim	Pouco preocupante
<i>Festuca elegans</i>	Festuca-elegante	Sim	Pouco preocupante
<i>Festuca duriotagana</i>	-	Sim	Pouco preocupante
<i>Festuca summilusitana</i>	Festuca-das-rochas	Sim	Pouco preocupante
<i>Narcissus triandrus</i>	Narcisos-bravos	Sim	Pouco preocupante
<i>Cupressus sempervirens</i>	Cipreste-italiano	Sim	Pouco preocupante

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF)

2.1.3. Fauna representativa

As tabelas seguintes apresentam as espécies mais representativas da fauna do território concelhio e estão organizadas consoante o tipo de espécie, o nome comum associado às mesmas, o estatuto de proteção e a categoria de conservação. Importa referir que o elenco faunístico está organizado por grupos: Aves; Anfíbio e répteis; Mamíferos; Peixes, crustáceos e moluscos, e Insetos.

Tabela 4: Elenco faunístico representativo - Aves

Espécie	Nome Comum	Estatuto de proteção	Categoria de Conservação
<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	Sim	Vulnerável
<i>Actitis hypoleucos</i>	Maçarico-das-rochas	Sim	Vulnerável
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	-	Pouco preocupante
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha-das-aves	Sim	Pouco preocupante
<i>Apus pallidus</i>	Andorinhão-pálido	-	Pouco preocupante
<i>Aquila chrysaetos</i>	Águia-real	Sim	Em perigo
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-real	Sim	Pouco preocupante
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó-cinzento	Sim	Vulnerável
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	Sim	Quase ameaçado
<i>Circus pygargus</i>	Águia-caçadeira	Sim	Em perigo
<i>Columba livia</i>	Pombo-das-rochas	-	Informação insuficiente
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	-	Pouco preocupante
<i>Corvus corax</i>	Corvo	-	Quase ameaçado
<i>Coturnix coturnix</i>	Codoniz	Sim	Pouco preocupante
<i>Emberiza hortulana</i>	Sombria	Sim	Informação insuficiente
<i>Falco peregrinus</i>	Falcão-peregrino	Sim	Vulnerável
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	Sim	Vulnerável
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-d'água	-	Pouco preocupante
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo	Sim	Quase ameaçado
<i>Hieraaetus fasciatus</i>	Águia-de-Bonelli	Sim	Em perigo
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	Sim	Quase ameaçado
<i>Jynx torquilla</i>	Torricolo	-	Informação insuficiente
<i>Lanius collurio</i>	Picanço-de-dorço-ruivo	Sim	Quase ameaçado
<i>Loxia curvirostra</i>	Cruza-bico	-	Vulnerável
<i>Monticola saxatilis</i>	Melro-das-rochas	Sim	Em perigo
<i>Otus scops</i>	Mocho-d'orelhas	Sim	Informação insuficiente
<i>Pernis apivorus</i>	Bútio-vespeiro	Sim	Vulnerável
<i>Petronia petronia</i>	Pardal-francês	-	Pouco preocupante
<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>	Gralha-de-bico-vermelho	Sim	Em perigo
<i>Sylvia borin</i>	Toutinegra-das-figueiras	Sim	Vulnerável
<i>Tachymarptis melba</i>	Andorinha-real	Sim	Quase ameaçado
<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-pinto	Sim	Quase ameaçado

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 5: Elenco faunístico representativo - Anfíbios e répteis

Espécie	Nome comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo-parteiro-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Anguis fragilis</i>	Licranço	-	Pouco preocupante
<i>Blanus cinereus</i>	Cobra-cega	Sim	Pouco preocupante
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum	-	Pouco preocupante
<i>Bufo calamita</i>	Sapo-corredor	Sim	Pouco preocupante
<i>Chalcides bedriagai</i>	Cobra-de-pernas-pentadáctila	Sim	Pouco preocupante
<i>Chalcides striatus</i>	Fura-pastos	Sim	Pouco preocupante
<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra-lusitânica	Sim	Vulnerável
<i>Coronella austriaca</i>	Cobra-lisa-europeia	Sim	Vulnerável
<i>Coronella girondica</i>	Cobra-lisa-meridional	Sim	Pouco preocupante
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	Sim	Quase ameaçado
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	Sim	Pouco preocupante
<i>Emys orbicularis</i>	Cágado-de-carapaça-estriada	Sim	Em perigo
<i>Hemorrhois hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	Sim	Pouco preocupante
<i>Hyla molleri</i>	Rela-Ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Lacerta lepida</i>	Lagarto	Sim	Pouco preocupante
<i>Lacerta schreiberi</i>	Lagarto-de-água	Sim	Pouco preocupante
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	Sim	Pouco preocupante
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	Sim	Pouco preocupante
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-água-viperina	Sim	Pouco preocupante
<i>Natrix natrix</i>	Cobra-de-água-de-colar	Sim	Pouco preocupante
<i>Podarcis bocagei</i>	Lagartixa-de-bocage	Sim	Pouco preocupante
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Psammodromus algirus</i>	Lagartixa-de-mato	Sim	Pouco preocupante
<i>Rana iberica</i>	Rã-ibérica	Sim	Pouco preocupante
<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	Sim	Pouco preocupante
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	Sim	Pouco preocupante
<i>Tarentola mauritanica</i>	Osga-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Triturus boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	Sim	Pouco preocupante
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	Sim	Pouco preocupante
<i>Vipera latastei</i>	Víbora-cornuda	Sim	Vulnerável

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Loureiro, A., et al. (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 6: Elenco faunístico representativo - Mamíferos

Espécie	Nome comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Barbastella barbastellus</i>	Morcego-negro	Sim	Informação insuficiente
<i>Canis lupus</i>	Lobo-ibérico	Sim	Em perigo
<i>Eptesicus serotinus</i>	Morcego-hortelão	Sim	Pouco preocupante
<i>Felis silvestris</i>	Gato-bravo	Sim	Vulnerável
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira-da-água	Sim	Vulnerável
<i>Genetta genetta</i>	Geneta	Sim	Pouco preocupante
<i>Hypsugo savii</i>	Morcego-de-savi	Sim	Informação insuficiente
<i>Lutra lutra</i>	Lontra-europeia	Sim	Pouco preocupante
<i>Miniopterus schreibersii</i>	Morcego-de-peluque	Sim	Vulnerável
<i>Myotis blythii</i>	Morcego-rato-pequeno	Sim	Criticamente em Perigo
<i>Myotis daubentonii</i>	Morcego-de-água	Sim	Pouco preocupante
<i>Myotis emarginatus</i>	Morcego-lanudo	Sim	Informação insuficiente
<i>Myotis escaleraei</i>	Morcego-de-franja do sul	Sim	Vulnerável
<i>Myotis myotis</i>	Morcego-rato-grande	Sim	Vulnerável

Espécie	Nome comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Myotis nattereri</i>	Morcego-de-franja	Sim	Vulnerável
<i>Nyctalus leisleri</i>	Morcego-arborícola-pequeno	Sim	Informação insuficiente
<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego de Kuhl	Sim	Pouco preocupante
<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	Morcego-anão	Sim	Pouco preocupante
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu	Sim	Pouco preocupante
<i>Plecotus auritus</i>	Morcego-orelhudo-castanho	Sim	Informação insuficiente
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande	Sim	Vulnerável
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequena	Sim	Vulnerável
<i>Tadarida teniotis</i>	Morcego-rabudo	Sim	Informação insuficiente

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Loureiro, A., et al. (2008). *Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal*. ICNB, Lisboa; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 7: Elenco faunístico representativo - Peixes, Crustáceos e Moluscos

Espécie	Nome comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Achondrostoma oligolepis</i>	Ruivaco	-	Pouco preocupante
<i>Cobitis paludica</i>	Verdemã-comum	Sim	Pouco preocupante
<i>Luciobarbus bocagei</i>	Barbo-do-norte	Sim	Pouco preocupante
<i>Chondrostoma duriense</i>	Boga-do-norte	Sim	Pouco preocupante
<i>Chondrostoma arcasii</i>	Panjorca	Sim	Em Perigo
<i>Squalius alburnoides</i>	Bordalo	Sim	Vulnerável

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF; Cabral, M. J., et al. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. INCB. Lisboa).

Tabela 8: Elenco faunístico representativo - Insetos

Espécie	Nome comum	Estatuto de Proteção	Categoria de Conservação
<i>Euphydryas aurinia</i>	-	Sim	Vulnerável
<i>Euplagia quadripunctaria</i>	-	Sim	-
<i>Lucanus cervus</i>	Cabra-loura	Sim	Quase ameaçado
<i>Proserpinus proserpina</i>	-	Sim	Informação insuficiente

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Plano Setorial da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF).

2.1.4. Habitats classificados

O município de Santa Marta de Penaguião integra um total de 13 *habitats* naturais de interesse comunitário constantes do Anexo 1 da Diretiva *Habitats* da Rede Natura 2000.

Tabela 9: Habitats classificados

Código	Habitat Classificado	Prioritário	Espécies Relevantes
4030	Charnecas secas europeias	-	<i>Erica</i> spp. <i>Calluna</i> spp. <i>Ulex</i> spp. <i>Genista</i> spp.
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	-	<i>Quercus robur</i> <i>Quercus pyrenaica</i>

Código	Habitat Classificado	Prioritário	Espécies Relevantes
			<i>Betula alba</i> <i>Lilium spp.</i>
4020	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	Sim	<i>Erica ciliaris</i> <i>Erica tetralix</i> <i>Ulex minor</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	-	<i>Geranium spp.</i> <i>Conium spp.</i> <i>Lythrum spp.</i> <i>Smyrniolenion olusatrum</i>
91E1	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	Sim	<i>Alnus glutinosa</i> <i>Fraxinus excelsior</i> <i>Betula alba</i> <i>Salix atrocinerea</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	-	<i>Castanea sativa</i> <i>Quercus spp.</i> <i>Arbutus unedo</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	-	<i>Quercus suber</i> <i>Quercus rotundifolia</i>
92A0	Florestas-galeria de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	-	<i>Populus alba</i> <i>Populus nigra</i> <i>Salix alba</i> <i>Salix spp.</i>
6230	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em substratos silicosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)		<i>Nardus stricta</i> <i>Festuca henriquesii</i> <i>Calluna vulgaris</i>
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	-	<i>Fraxinus angustifolia</i> <i>Salix atrocinerea</i> <i>Prunus avium</i> <i>Crataegus monogyna</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	-	<i>Quercus coccifera</i> <i>Pistacia lentiscus</i> <i>Rhamnus alaternus</i>
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinion caeruleae</i>)	-	<i>Juncus spp.</i> <i>Molinia caerulea</i>
8210	Vertentes rochosas calcárias com vegetação casmofítica	-	<i>Narcissus calcicola</i> <i>Asplenium petrarchae</i>

Fonte: Elaboração própria baseada em diversas referências bibliográficas (Planos setoriais da Rede Natura 2000; Informação disponibilizada pelo ICNF).

2.1.5. Áreas Protegidas e Classificadas

A Rede Natura 2000 abrange Santa Marta de Penaguião, uma vez que integra valores naturais de elevada importância que merecem ser conservados e valorizados.

O património natural presente no território concelhio, designadamente, ao nível dos geossítios, da flora, da fauna e dos *habitats* classificados, são motivo de reconhecimento através do território abrangido pela ZEC do Alvão/ Marão.

A **ZEC do Alvão/ Marão**² (PTCON0003), classificada pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto, caracteriza-se pela ocupação agrícola dos vales em

² Antigo SIC do Alvão/ Marão

contraste com as encostas escarpadas ou cobertas de matos e/ou matas, proporcionam uma grande diversidade territorial.

No que respeita aos habitats, destaca-se uma grande variedade, predominantemente, ocupada por carvalhais de carvalho-roble e carvalho-negral, matos de ericáceas e/ou tojos sobre estratos duros, que em Portugal apresentam uma relação máxima ao nível mundial, entre a variedade fitocenótica e a área ocupada. É de salientar as turfeiras, pela sua singularidade, e os urzais-tojais húmidos de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* e/ou *Ulex minor* – habitat prioritário.

Figura 18: *Erica ciliaris*



Fonte: www.flora-on.pt

Em termos de flora, mostra-se pertinente evidenciar o trevo-de-quatro-folhas (*Marsilea quadrifolia*) e a *Veronica micrantha*.

Ao nível da fauna, destaca-se o lobo-ibérico (*Canis lupus*), sendo uma zona utilizada por diversas alcateias. Da fauna relacionada com o meio aquático e ribeirinho, salienta-se a importância da toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*).

Verificam-se, ainda, várias espécies de morcegos ameaçadas, como o morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*) e o morcego-de-ferradura-grande

(*Rhinolophus ferrumequinum*). No que respeita a herpetofauna, destaca-se o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*). Importa referir, ao nível dos invertebrados, a borboleta *Euphydryas aurinia*, coleóptero *Lucanus cervus* e a libélula *Oxygastra curtisii*.

Figura 19: *Lucanus-cervus*



Fonte: www.naturdata.com

2.2. Património Cultural

Os residentes de Santa Marta de Penaguião são considerados uma população bastante religiosa e devota, que manifesta as suas crenças e tradições através de várias romarias, que se realizam ao longo do ano por todo o concelho, e da sua cultura etnográfica expressa no quotidiano ou no trabalho da vinha. Destaca-se a semana cultural do concelho pela sua abrangência, que antecede o feriado municipal – Dia de Santa Marta – Padroeira da RDD.

O concelho integra alguns locais de destaque, designadamente:

- Forno Cerâmico Romano, que se localiza na U.F. de Fornelos e Louredo e datado de há dois mil anos;
- Fonte do Rei, que se encontra na freguesia de Medrões, categorizada como património civil, com relevância joanina;
- Quinta do Pinheiro, localizada na U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, esta também conhecida como casa do Pinheiro, edificada no século XVIII;
- Fonte da Igreja, que se localiza no Largo da Igreja, na U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane corresponde a um conjunto datado do século XVIII;
- Pelourinho de Santa Marta de Penaguião, classificado como um Imóvel de Interesse Público, que com base nos seus traços simplistas, a sua construção é apontada na sequência do floral manuelino.

Figura 20: Pelourinho de Santa Marta de Penaguião



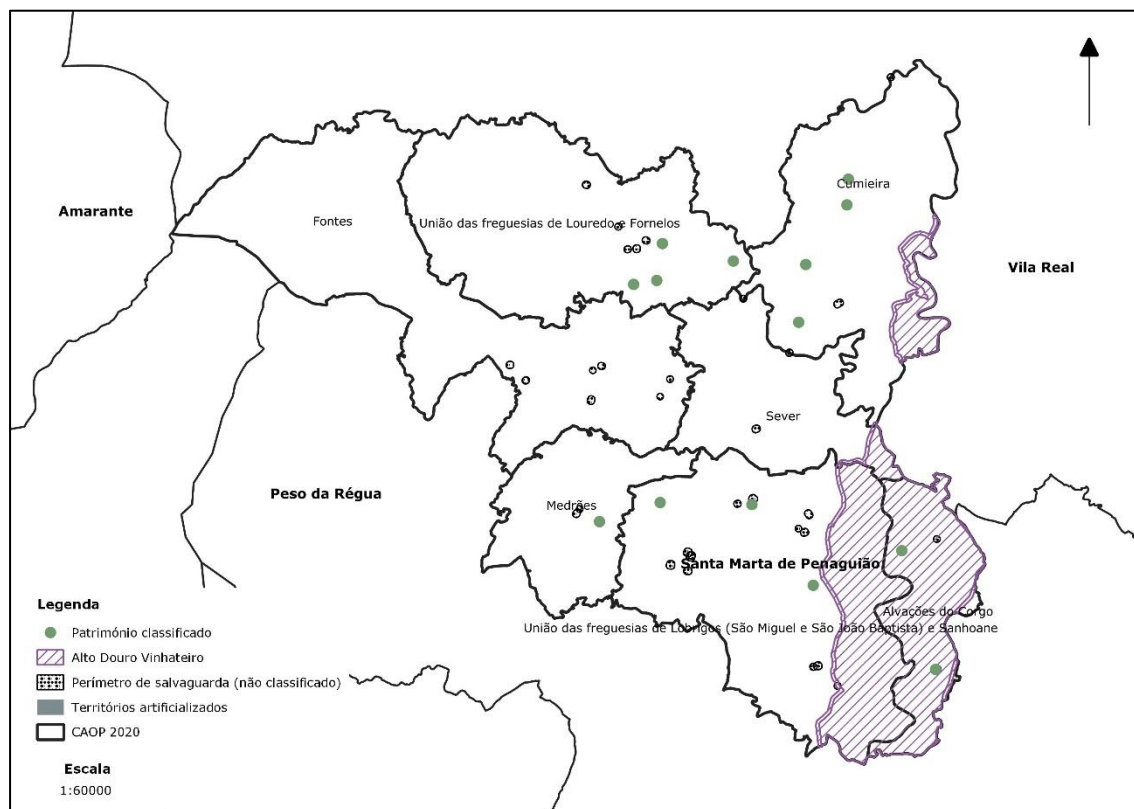
Fonte: CMSMP

Neste seguimento, importa salientar os valores patrimoniais com interesse cultural, designadamente, o património arquitetónico e arqueológico. Segundo a Lei n.º 107/2011, de 6 de setembro, o Estado deve “assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”, de modo a garantir a valorização do património cultural e a identidade territorial.

Assim sendo, contabilizam-se no concelho 14 itens patrimoniais classificados e 36 não classificados. No PDM em vigor, importa referir que, segundo o art. 24.º do Regulamento (Aviso n.º 779/2011, de 7 de janeiro), *o perímetro de salvaguarda dos bens imóveis não classificados é definido como a zona geral de protecção estabelecida para os bens imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público, ou seja de 50 metros.*

De seguida constam o cartograma síntese do património em vigor, bem como o inventário do património classificado e não classificado.

Figura 21: Património em Santa Marta de Penaguião



Fonte: CMSMP

Tabela 10: Património imóvel existente no concelho

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/ Tipologia
Marco Granítico nº 72	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Capela de São Pedro de Medrões	Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Capela
Igreja Paroquial da Cumieira	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja
Marco Granítico nº 53	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Marco Granítico nº 54	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Marco Granítico nº 55	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Igreja Paroquial de São João Baptista	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia/ Igreja
Marco Granítico nº 48	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Pelourinho de Santa Marta de Penaguião	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Pelourinho
Marco Granítico nº 50	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Marco Granítico nº 49	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Marco Granítico nº 51	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco
Marco Granítico nº 52	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil/Marco

Fonte: DGPC

Tabela 11: Património não classificado

Designação	Freguesia	Categoria/ Tipologia
Capela de Santa Marta	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura religiosa
Capela da Quinta do Serrado	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura religiosa
Capela da Senhora da Saúde	Fontes	Arquitetura religiosa
Capela da Senhora do Viso	Fontes	Arquitetura religiosa
Capela de S. João / S. do Aflitos	U. F. Louredo e Fornelos	Arquitetura religiosa
Capela de Santa Quitéria	Fontes	Arquitetura religiosa
Capela de São Gonçalo	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura religiosa
Capela de São Sebastião	Fontes	Arquitetura religiosa
Casa Asilo Luís Vicente	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Casa c/ capela da Quinta do Meio	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Casa c/ capela da Quinta do Pinheiro	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Casa da Quinta de Santa Comba	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Casa da Quinta do Serrado	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Casa do Bertelo	Cumieira	Arquitetura civil
Casa do Etreido	U. F. Louredo e Fornelos	Arquitetura civil
Casa do Visconde de Santa Marta	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura civil
Castro da Azinheira	Alvações do Corgo	Povoado fortificado
Castro de São Pedro	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Povoado fortificado
Castro romanizado de São Pedro	Fontes	Povoado fortificado
Cruzeiro do Senhor dos Aflitos	Fontes	Cruzeiro
Cruzeiro e relógio de sol	Fontes	Cruzeiro

Designação	Freguesia	Categoria/ Tipologia
Fontanário de São João	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Fontanário
Fonte de São Miguel	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Fontanário
Fonte do Rei	Medrões	Fontanário
Forno Romano da Ponte	U. F. Louredo e Fornelos	Forno romano
Igreja de Fontes/ Santiago	Fontes	Arquitetura religiosa
Igreja de Fornelos	U. F. Louredo e Fornelos	Arquitetura religiosa
Igreja de Louredo	U. F. Louredo e Fornelos	Arquitetura religiosa
Igreja de S. Miguel de Lobrigos	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura religiosa
Igreja de Sanhoane	U. F. Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Arquitetura religiosa
Igreja de Sever/ Santo Adrião	Sever	Arquitetura religiosa
Igreja de São Salvador de Medrões	Medrões	Arquitetura religiosa
Monte Maninho	Cumieira	Povoado fortificado
Ponte da Ribeira	Sever	Ponte
Ponte Romana de Relvas	Cumieira	Ponte
Quinta do Portelo	Alvações do Corgo	Arquitetura civil

Fonte: CSMP

• Alto Douro Vinhateiro³

Santa Marta de Penaguião está inserida na RDD, que se distingue pela sua importância económica e patrimonial. Segundo a DGPC, esta região foi classificada, em 2001, pela UNESCO como Património da Humanidade, na categoria de **Paisagem Cultural Evolutiva**.

O ADV foi determinado pelo curso natural do Rio Douro e é **a região vitícola mais antiga regulamentada no mundo**. Distingue-se pela produção de vinho de inúmeras gerações passadas, entre os quais o conhecido e distinguido vinho do Porto, que representa o principal eixo de dinamização da tecnologia, da cultura, das tradições e da economia.

³ A elaboração deste ponto foi baseada no:

- *Alto Douro Vinhateiro património da humanidade: a complexidade de um programa de preservação* (2012). Gomes, L & Rebelo, J. Revista de Turismo e Património Cultural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *Relatório da Avaliação do Estado de Conservação do Bem: Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva Viva* (2013). CCDR-N, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Figura 22: ADV



Fonte: DGPC

A **vitivinicultura é o principal suporte económico da RDD** que abrange uma área de 250.000 ha, onde cerca de 18% eram ocupados por vinha (2011). De acordo com o Centro de Estudos, Investigação e Valorização de Vinha de Montanha corresponde **à maior e mais heterogénea região vitivinícola do mundo.**

Dada a expressão do relevo, denota-se a grande **dificuldade de mecanização tendo por base a mão-de-obra para realização do trabalho.** Conjugando este aspeto com as condições climáticas referidas anteriormente, **verifica-se que os custos de produção são mais elevados quando comparados com os valores da vinha em terreno e outras regiões vinícolas.** Importa referir, ainda, o **decréscimo da população** desde meados do século XX até à atualidade e o **intenso envelhecimento**, que se apresentam como fatores negativos para o desenvolvimento da região.

O ADV compreende vários atributos, pelo que a decisão de os preservar ou proteger envolve, inevitavelmente, critérios e prioridades. Contudo, a multiplicidade de elementos que o integram e o qualificam demonstram o quão difícil é esta tarefa, ainda para mais, quando é associada a diferentes agentes do território, definidos em três níveis: **instrumentos e organismos públicos, ao nível da gestão territorial; direitos de**

propriedade e responsabilidade de gestão, ao nível patrimonial e stakeholders.

De modo geral, assume-se que o desenvolvimento e revitalização da região passa pelo **turismo**, sendo necessário salvaguardar e valorizar os atributos do ADV para que este possa dar resposta ao aumento e preferência dos seus visitantes. A oferta turística do ADV tem sido moldada em dois eixos: **navegabilidade do rio Douro**, dentro da dinâmica barco-hotel, que se mostra em expansão principalmente com a procura a nível internacional e o **terroir** que surgiu de iniciativas que contribuíram para propostas com mais qualidade.

Neste seguimento, importa referir que nos últimos anos a dinâmica acelerou na RDD, sendo pertinente a elaboração de um programa que preserve: a **vinha em socalcos amparados com muros de xisto**, o **mosaico paisagístico** (diversidade de culturas), incluindo a **manutenção de bordaduras; aglomerados e preço**.

Do ponto de vista do estado de conservação física do ADV, verifica-se nos últimos anos que a **dinâmica da viticultura tem sido intensa**.

Tabela 12: Uso do solo em 2001 e 2012

Classes de uso	Área em 2001		Área em 2012		Variação	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Estradas e caminhos	642	2,6	658	2,7	16	2,5
Matos	4.840	19,6	4.741	20,4	-99	-2,0
Olival e Amendoal	3.285	13,4	3.156	11,7	-129	-3,9
Outras culturas	713	2,9	242	1	-471	-66,0
Pov Florestais	3.864	15,8	3.240	13,2	-624	-16,2
Rios e albufeiras	1.699	6,9	1.687	6,8	-12	-0,7
Urbano	269	1,1	306	1,3	37	13,7
Vinha	9.288 ^{1b}	37,7	10.570	42,9	1282	13,8
Total	24.600	100	24.600	100		

Fonte: Relatório de Avaliação do Estado de Conservação do Bem: Alto Douro Vinhateiro

3. Demografia

No presente capítulo faz-se a análise demográfica de Santa Marta de Penaguião, segundo a base de dados estatísticas (INE) que consta nos Censos de 2011, assim como, quando pertinente, utilizando as estimativas do Anuário Estatístico da Região Norte e da Pordata.

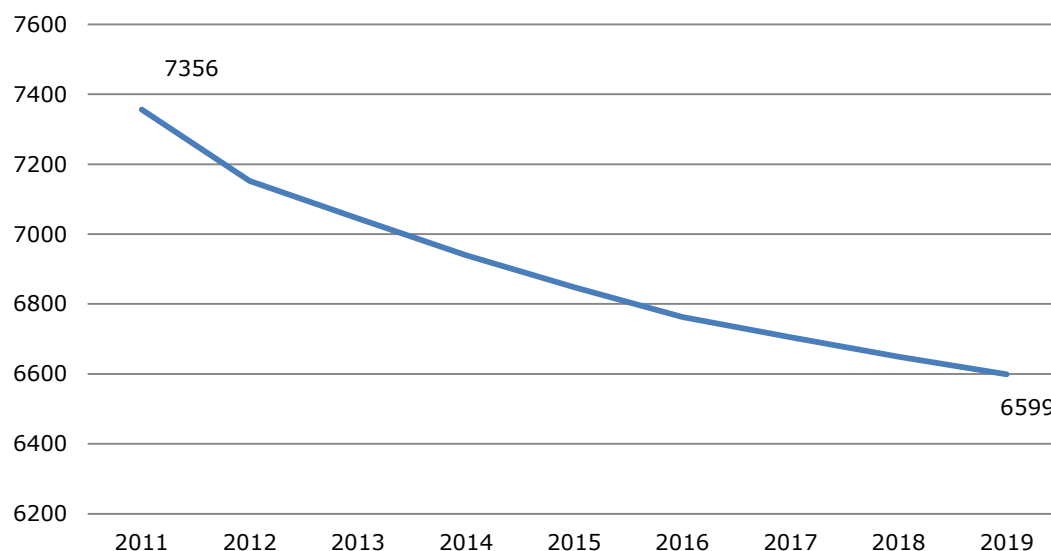
De modo a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados apresenta-se o confronto dos dados relativos a Santa Marta de Penaguião, com o Douro, a Região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação à escala das freguesias, sempre que possível e pertinente.

3.1. Evolução populacional

Santa Marta de Penaguião apresenta uma progressiva diminuição demográfica, registando em 2019, o n.º de 6 599 residentes.

Figura 23: Evolução populacional em Santa Marta de Penaguião



Fonte: INE

No que respeita a distribuição da população residente ao nível das freguesias, verifica-se que todas perdem população.

Tabela 13: Evolução da populacional por freguesias

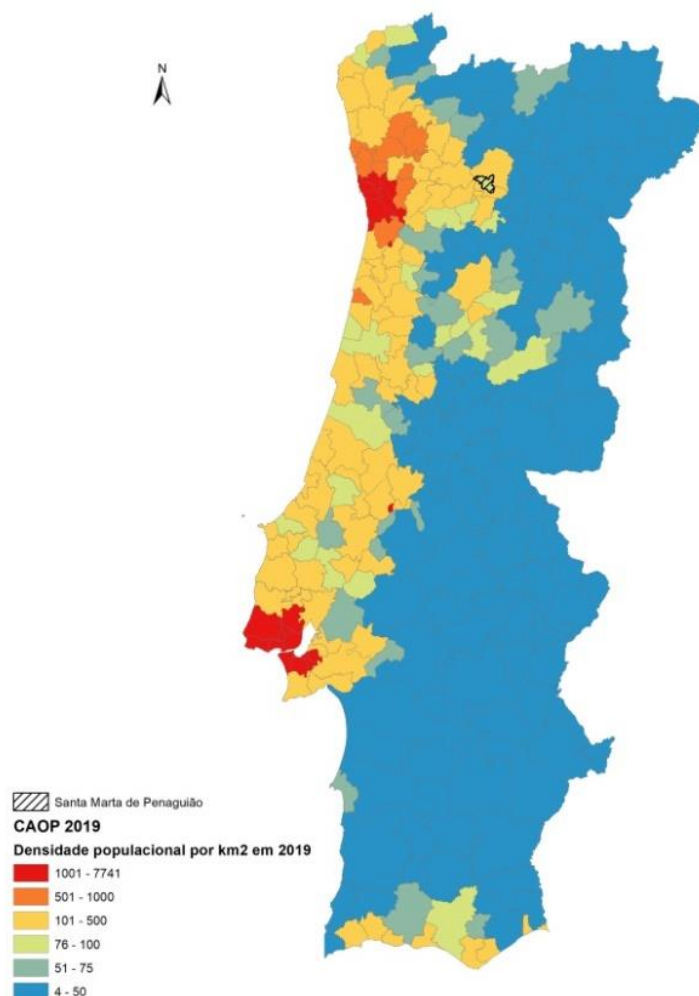
População residente por freguesia	2001	2011	Var.
Portugal	10 356 117	10 562 178	2%
Norte	3 687 293	3 689 682	0%
Douro	220 692	205 157	-7%
Santa Marta de Penaguião	8 569	7 356	-14%
Alvações do Corgo	575	477	-17%
Cumieira	1 278	1 146	-10%
Fontes	1 087	835	-23%
U. F. de Fornelos e Louredo	835	669	-20%
Medrões	645	505	-22%
U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	3 198	3 010	-6%
Sever	951	714	-25%

Fonte: INE

3.2. Densidade populacional

No que respeita à densidade populacional, e através da análise da figura seguinte, conclui-se que a densidade da população é mais expressiva no litoral do país e em centros polarizadores regionais, e uma baixa densidade populacional na generalidade do país.

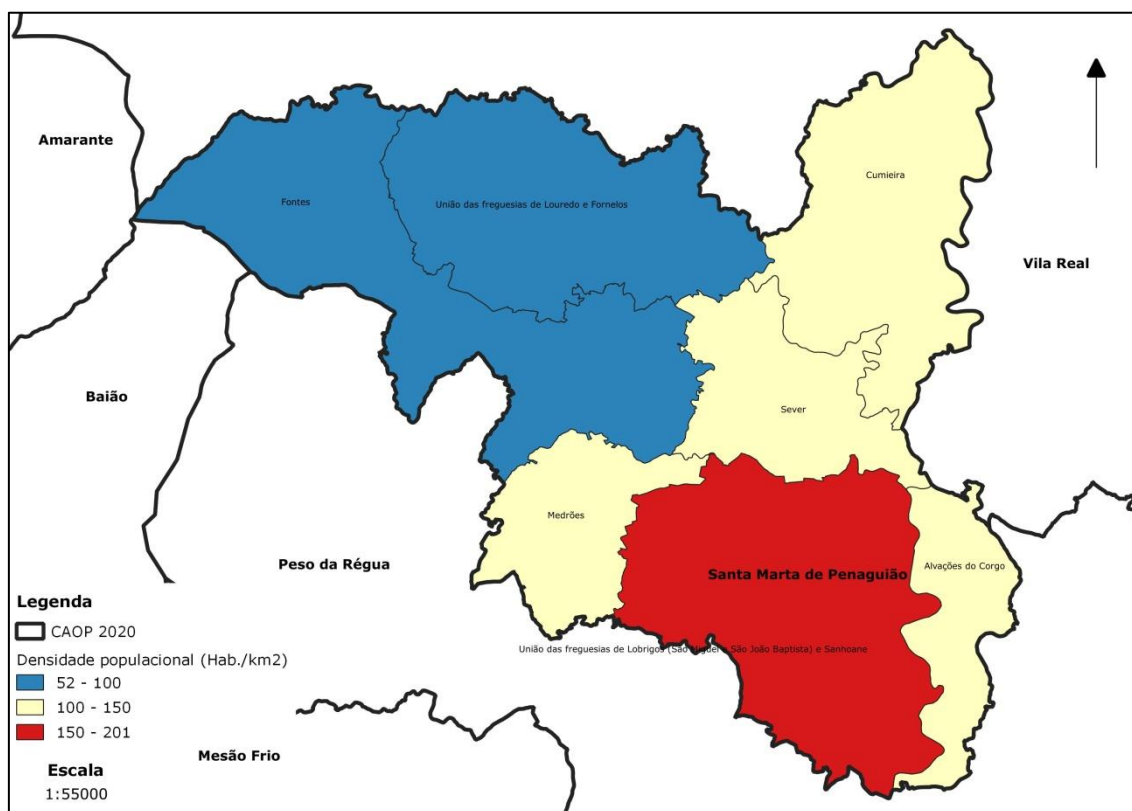
Figura 24: Densidade populacional em Portugal Continental



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita Santa Marta de Penaguião, mostra-se pertinente ter em consideração a figura seguinte, que representa a densidade populacional do concelho.

Figura 25: Densidade populacional em 2011



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na figura apresentada, verifica-se que a U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane é a freguesia de maior densidade populacional, registando cerca de 201 habitantes por km².

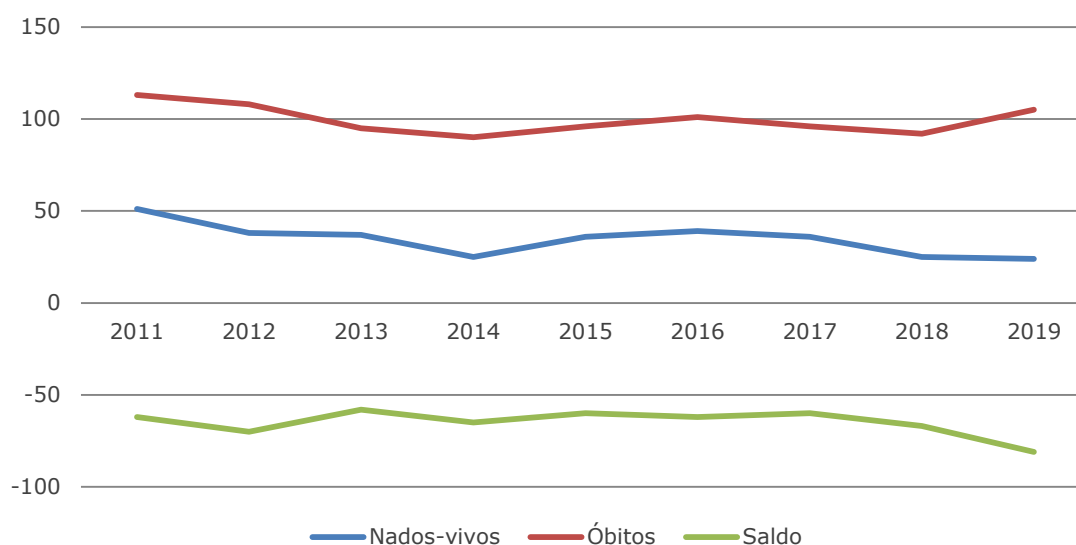
Simultaneamente, destaca-se as freguesias que beneficiam da proximidade à vila de Santa Marta de Penaguião e da EN2, designadamente, Medrões (101 hab./km²), Sever (119 hab./km²), Alvações do Corgo (119 hab./km²) e localizada mais a norte a freguesia da Cumieira, com 104 habitantes por km².

3.3. Natalidade e Mortalidade

Neste subcapítulo serão analisados, os seguintes indicadores: nados-vivos/ taxa de natalidade e óbitos/ taxa de mortalidade.

Com base na análise da figura seguinte, verifica-se, entre 2011/2019, uma tendência negativa do saldo fisiológico, registando-se no ano de 2019, 24 nados-vivos e 105 óbitos que resulta no saldo fisiológico negativo (-81).

Figura 26: Evolução do saldo fisiológico em Santa Marta de Penaguião

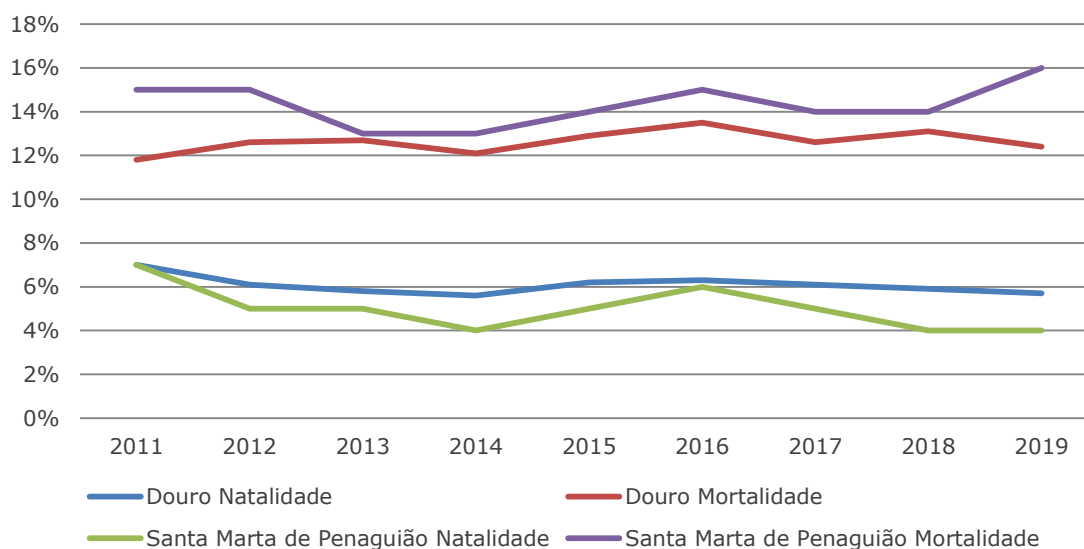


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos gerais, conclui-se que o n.º de nados vivos tem tendência a diminuir e o n.º de óbitos tende a estabilizar, reflexo do processo de diminuição de população e envelhecimento demográfico.

No que diz respeito às taxas de natalidade e mortalidade, entre o período em análise, verifica-se que Santa Marta de Penaguião, comparativamente com o Douro, apresenta uma evolução da taxa de mortalidade superior e uma taxa de natalidade inferior, como se pode consultar na figura seguinte.

Figura 27: Taxa de natalidade e mortalidade



Fonte: INE

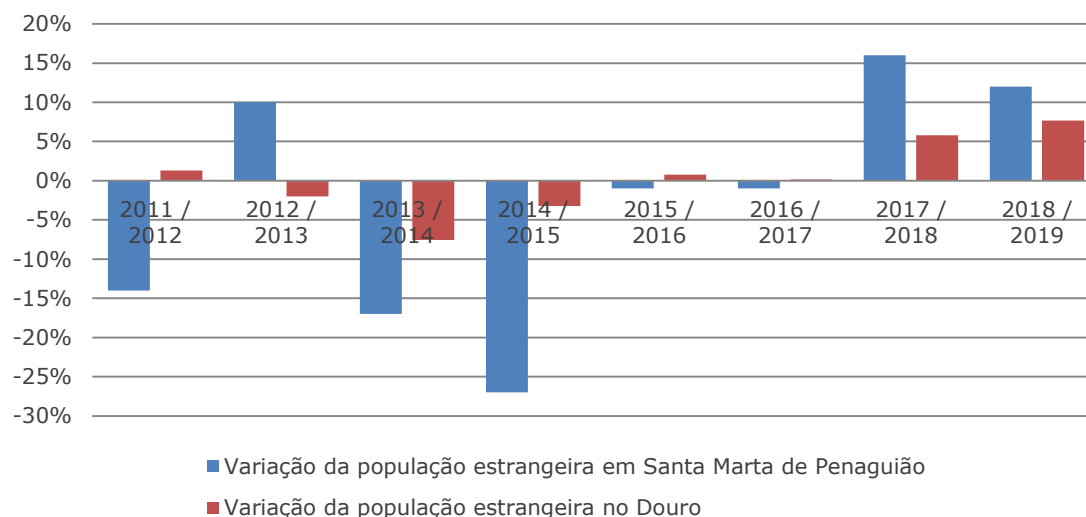
Em 2011, a taxa de natalidade correspondia a 7%, em Santa Marta de Penaguião, diminuindo desde então até aos 4% de 2019.

No que respeita a taxa de mortalidade do concelho, verifica-se que em 2011 os valores correspondem a 15%, apresentando um comportamento ao longo dos anos em análise com tendência a aumentar, tendo atingido em 2019, o valor máximo de 16%.

3.4. Movimentos migratórios

De forma a analisar os movimentos da população em Santa Marta de Penaguião, foi realizada a variação da população estrangeira no concelho e no Douro, como se verifica na figura seguinte.

Figura 28: Variação da população estrangeira



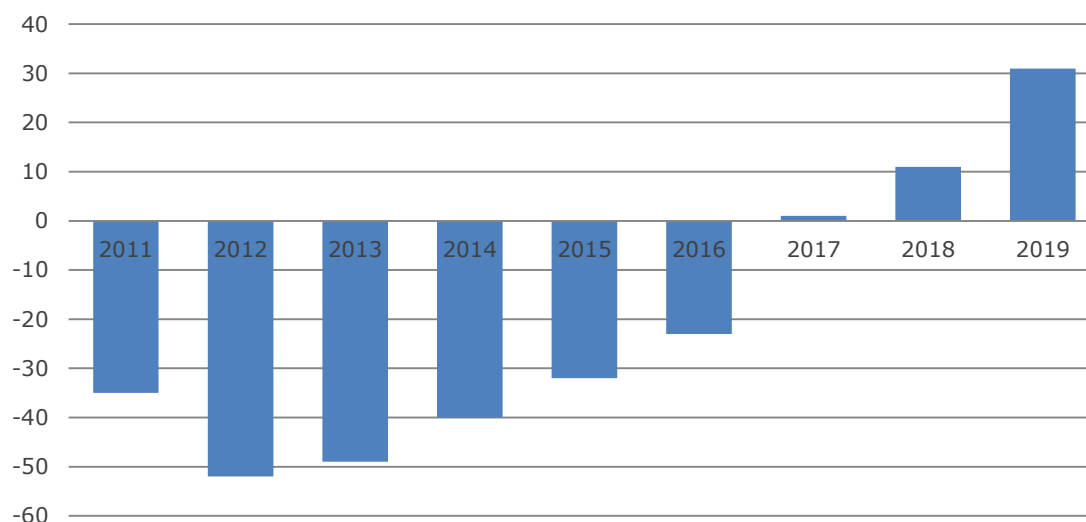
Fonte: Elaboração própria baseada nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

De um modo geral, a variação da população estrangeira no concelho revela uma tendência de diminuição, como se pode observar na figura anterior, sendo de referir que esta tendência também se verifica no Douro.

Contudo, nos últimos anos confirma-se um processo de recuperação em ambos os espaços geográficos, sendo este fenómeno explicado pelo regresso da população migrante e do aumento da atratividade do País.

No que se refere à evolução do saldo migratório, em Santa Marta de Penaguião, verifica-se que este é negativo em 2011 e positivo em 2019, confirmando o afirmado anteriormente.

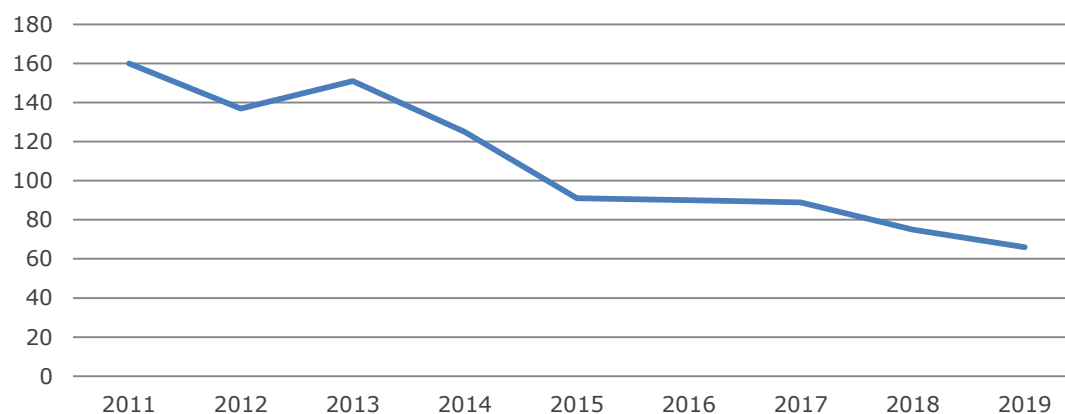
Figura 29: Saldo migratório em Santa Marta de Penaguião



Fonte: INE

Quanto à informação disponibilizada pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, verifica-se que não é por este indicador que o saldo migratório está a aumentar, mas sim pelos movimentos intermunicipais da população nacional.

Figura 30: Evolução da população estrangeira residente em Santa Marta de Penaguião



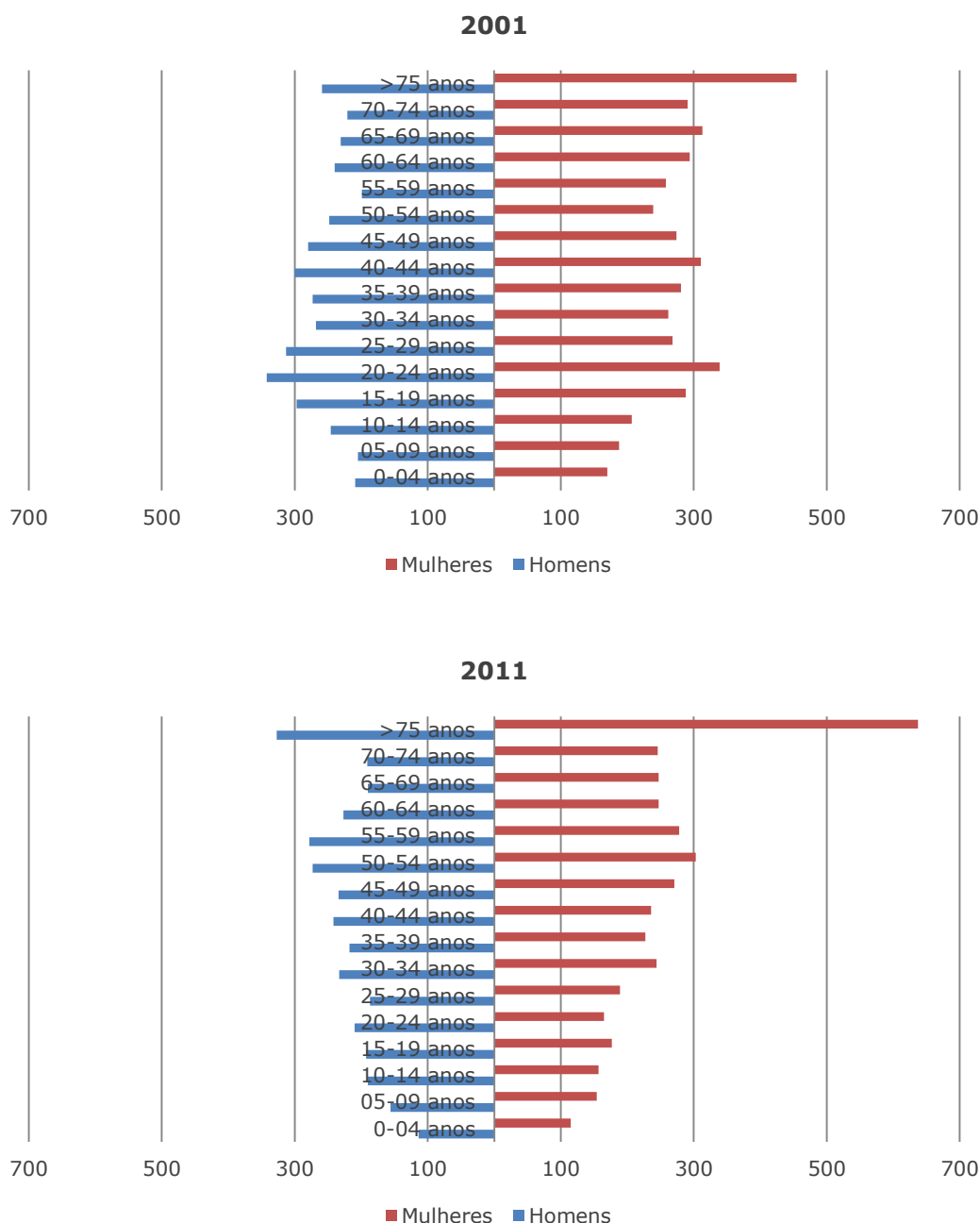
Fonte: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

No que se refere à população estrangeira, existe um decréscimo contínuo, pelo menos, desde 2011, e é de referir que, em 2019, a nacionalidade que apresenta maior representatividade é a romena – população que, geralmente, está associada à mão-de-obra agrícola.

3.5. Estrutura etária

Neste subcapítulo será realizada a análise da estrutura etária do concelho, entre o período intercensitário e o ano de 2019.

Figura 31: Pirâmides etárias de 2001 e 2011



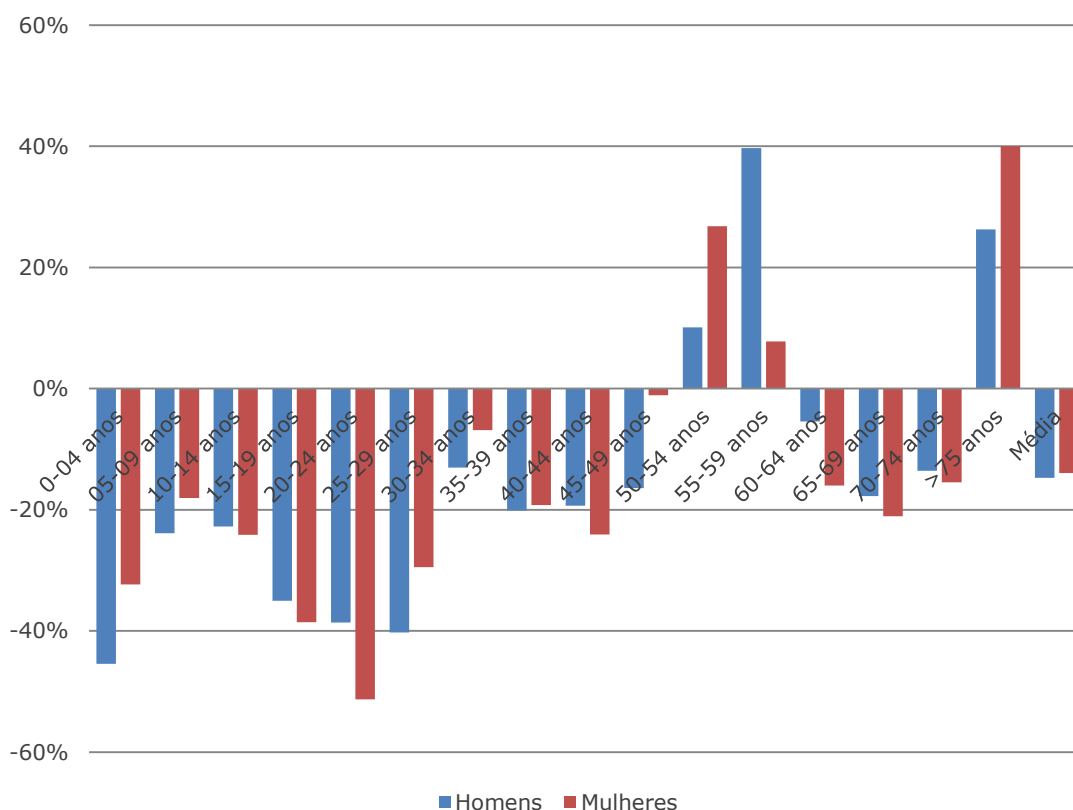
Fonte: INE

Com base na figura anterior, pode-se concluir que a estrutura etária da população do concelho, no período intercensitário, representa uma tendência de envelhecimento demográfico.

Em 2011, denota-se um estreitamento da base da pirâmide, mais evidente nos grupos etários até aos 25 anos de idade. Em contraste com o observado para este grupo mais jovem, verifica-se ainda uma tendência do alargamento da camada superior correspondente ao grupo etário mais envelhecido (>75 anos), sendo que é mais acentuado nos indivíduos do sexo feminino.

De um modo geral, assiste-se a um decréscimo da população em todos os grupos etários, à exceção do grupo etário entre os 50-59 anos, onde se verifica um aumento de 188 indivíduos, e do grupo etário com população mais idosa (>75 anos), onde se regista um aumento de 250 indivíduos, no ano de 2011 face a 2001.

Figura 32: Variação dos grupos etários entre 2001 e 2011



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

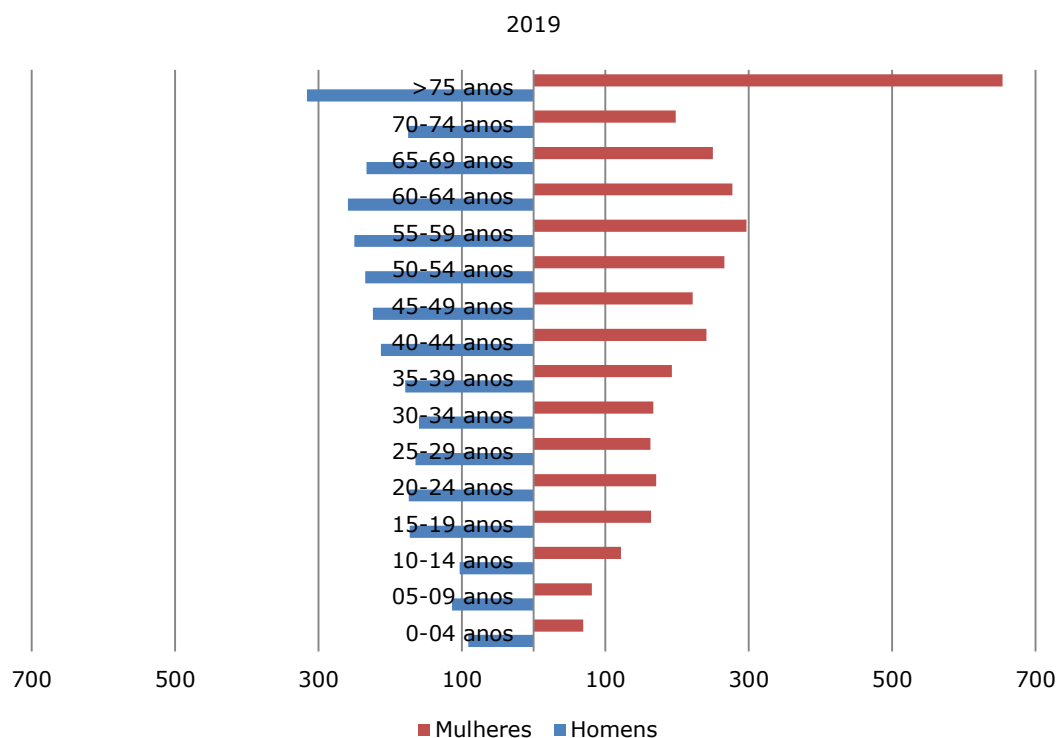
Como se observa na figura anterior, o concelho apresenta uma variação negativa em praticamente todos os grupos etários, acompanhando as tendências atuais de diminuição de população e de envelhecimento demográfico.

Este cenário não é representativo do grupo de indivíduos com idades compreendidas entre:

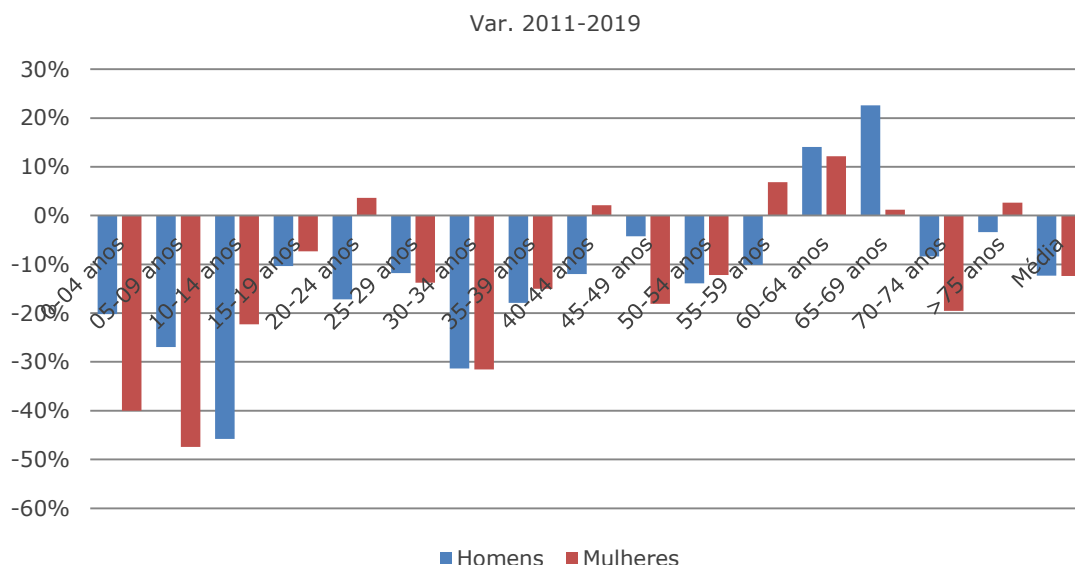
- 50-54 anos, que apresenta uma variação positiva de 10% nos homens e de 27% nas mulheres;
- 55-59 anos, cuja variação positiva é de 4% no caso dos homens e de 85 no caso das mulheres;
- >75 que regista uma variação positiva de 26% no sexo masculino e de 40% no sexo feminino.

Analizando a informação mais recente, importa ter em conta as figuras seguintes e a sua respetiva análise.

Figura 33: Pirâmide etária de 2019 e variação dos grupos etários entre 2011 e 2019



Continua na página seguinte.



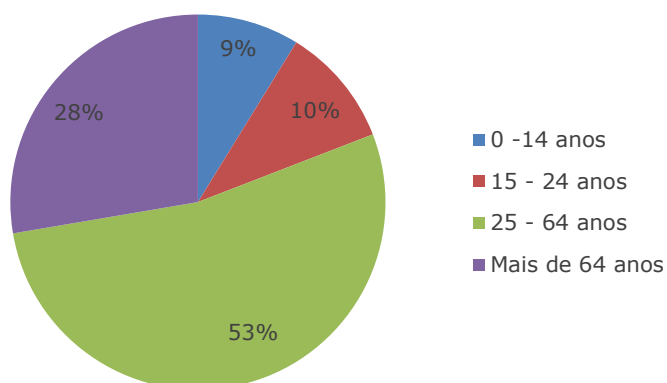
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise dos dados apresentados, verifica-se no ano de 2019, comparativamente com 2011, um decréscimo na população (-657), verificado na maioria dos grupos etários, com exceção dos seguintes grupos etários, que apresentam uma variação positiva:

- 20-24 anos, com 4% nos indivíduos do sexo feminino;
- 40-44 anos, com 29% nos indivíduos do sexo masculino e 2% nos indivíduos do sexo feminino;
- 55-59 anos, com 7% nos indivíduos de sexo feminino;
- 60-64 anos, com 14% nos indivíduos do sexo masculino e 12% nos indivíduos do sexo feminino;
- 65-69 anos, com 23% nos indivíduos do sexo masculino e 1% nos indivíduos do sexo feminino;
- >75 anos, com 3% nos indivíduos do sexo feminino.

Em 2019, a população residente total é de 6 599 indivíduos. De forma a perceber uma leitura mais completa, com base na desagregação da população total nos grandes grupos etários, importa ter em conta a figura seguinte.

Figura 34: População residente por grupo etário em 2019



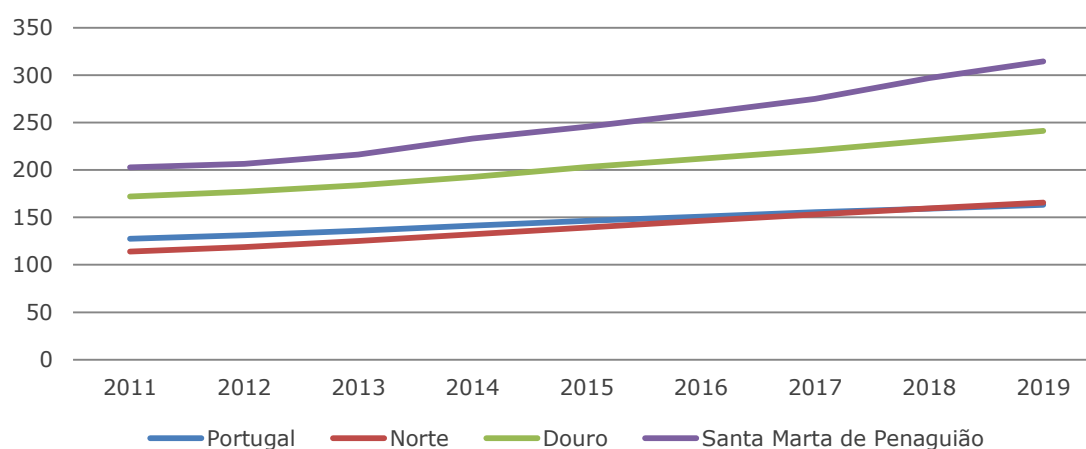
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

De forma a percebermos uma leitura mais completa, com base na desagregação da população total por grupos etários, constata-se que 53% (3 511) dos residentes têm idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 28% (1 826) detêm mais de 64 anos. Os restantes 19% (1 262) da população total correspondem às faixas etárias inferiores, que variam entre os 0 e os 24 anos de idade.

3.6. Índices demográficos

Com base na dinâmica demográfica verificada no concelho, mostra-se pertinente realizar uma análise dos índices de demográficos, de forma mais pormenorizada, com objetivo de perceber qual o comportamento dos mesmos em diferentes dimensões geográficas e que perspectivas existem para o futuro em termos demográficos.

Figura 35: Índice de envelhecimento



Fonte: INE

Após a análise da figura verifica-se que, entre 2011/2019, o índice de envelhecimento aumentou em todos os espaços geográficos.

A tendência crescente verificada do índice de envelhecimento seria espectável, uma vez que é reflexo do aumento dos grupos etários mais envelhecidos e da persistente diminuição de representatividade dos grupos etários mais novos.

Santa Marta de Penaguião apresenta o valor mais elevado, quando comparada com os outros espaços geográficos em que se insere. No ano de 2011, Santa Marta de Penaguião apresentava um índice de envelhecimento de 203, aumentando em 2019 para 314,8.

Neste seguimento, mostra-se pertinente uma análise do concelho ao nível das freguesias, através da tabela seguinte, mas para o período

intercensitário, uma vez que não existe informação disponível para os anos mais recentes.

Tabela 14: Índice de envelhecimento por freguesia

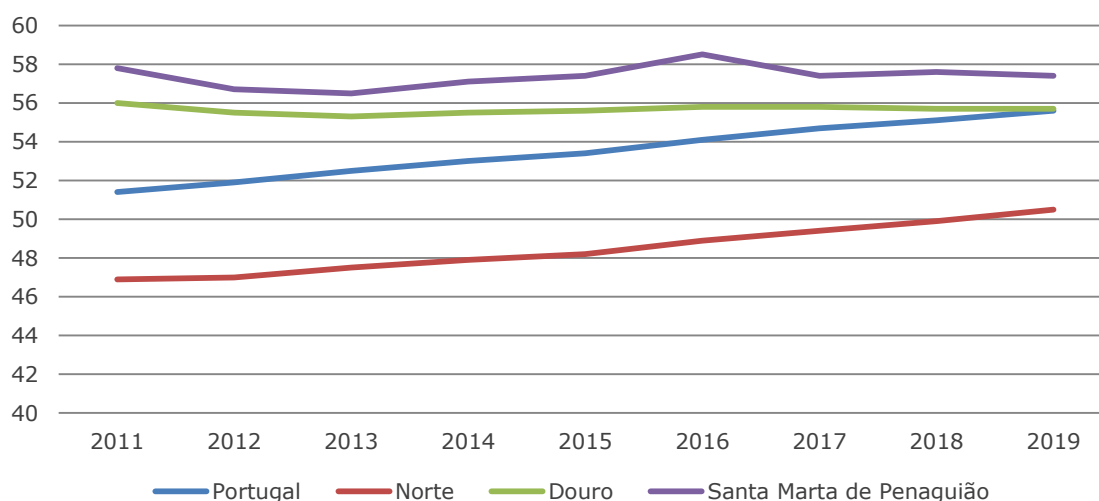
Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	102,2	127,8	25%
Norte	79,8	113,3	42%
Douro	151,2	215,3	42%
Santa Marta de Penaguião	144,4	207,5	44%
<i>Alvações do Corgo</i>	167,9	281,8	68%
<i>Cumieira</i>	148,6	213	43%
<i>Fontes</i>	234,9	289,5	23%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	183,1	368,2	101%
<i>Medrões</i>	124,7	167,1	34%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	138,0	168,1	22%
<i>Sever</i>	160,8	303,1	88%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Santa Marta de Penaguião apresenta uma variação positiva (44%) no período em análise e as freguesias do concelho acompanham essa tendência, sendo de salientar o caso da U.F. de Fornelos e Louredo onde por cada 100 jovens existem 368 idosos.

A figura seguinte demonstra os valores relativos ao índice de dependência total, entre 2011/2019, em diferentes espaços geográficos.

Figura 36: Índice de dependência total



Fonte: INE

No que respeita o concelho, ele apresenta uma tendência de estabilização, registando-se em 2011, um índice de dependência total de 57,8 e no ano de 2019, o valor de 57,4.

Na tabela seguinte estão representados os valores relativos ao índice de dependência total desagregados por freguesia.

Tabela 15: Índice de dependência total por freguesia

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	47,8	51,3	7%
Norte	45,9	47,5	3%
Douro	59,6	62,5	5%
Santa Marta de Penaguião	53,7	58,8	9%
<i>Alvações do Corgo</i>	57,1	54,4	-5%
<i>Cumieira</i>	54,4	60,5	11%
<i>Fontes</i>	61	79,6	30%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	62	59,5	-4%
<i>Medrões</i>	57,7	67,2	16%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	49,8	53	6%
<i>Sever</i>	52,2	58	11%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

De um modo geral, verifica-se que as freguesias acompanham a tendência verificada no concelho, que apresenta uma variação positiva de 9%, à exceção das freguesias de Alvações do Corgo e da U. F. de Fornelos e Louredo que apresentam variações negativas.

Do ponto de vista dos espaços geográficos em que o concelho se insere, regista-se uma variação positiva, entre 2001/2011, sendo de realçar que o concelho apresenta a variação mais elevada, comparativamente com os restantes, uma vez que em 2001 regista o valor de 53,7 e em 2011 o índice aumenta para 58,8.

Por fim, atendendo ao facto dos indicadores caracterizados neste subcapítulo dependerem do comportamento da estrutura etária, deduz-se para o futuro que estes tendencialmente aumentem, dado que a população envelhece – aumentando o índice de envelhecimento – e ao envelhecer cria dependência perante alguém devido à perda das faculdades físicas e psíquicas criadas com o avançar da idade – aumentando o índice de dependência.

3.7. Agregado familiar

De forma a avaliar o indicador do agregado familiar, foram analisadas a variação do n.º de famílias e a proporção das famílias monoparentais. Esta análise foi elaborada a distintas escalas como se observar nas tabelas seguintes.

Tabela 16: Variação do n.º de famílias

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	3 654 633	4 048 559	11%
Norte	1 211 590	1 332 127	10%
Douro	77 234	78 293	1%
Santa Marta de Penaguião	2 974	2 780	-7%
<i>Alvações do Corgo</i>	213	192	-10%
<i>Cumieira</i>	447	421	-6%
<i>Fontes</i>	410	345	-16%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	304	266	-13%
<i>Medrões</i>	232	202	-13%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	1 045	1 072	3%
<i>Sever</i>	323	282	-13%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita o n.º de famílias, verifica-se que o concelho apresenta uma variação negativa de -7%. Quanto às freguesias, elas seguem a mesma tendência, à exceção da U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane que apresenta uma variação positiva de 3%.

Neste seguimento, importa analisar a proporção de famílias monoparentais representadas na tabela seguinte.

Tabela 17: Proporção de famílias monoparentais

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	12%	15%	3%
Norte	11%	14%	3%
Douro	10%	11%	1%
Santa Marta de Penaguião	10%	11%	1%
<i>Alvações do Corgo</i>	13%	8%	-4%
<i>Cumieira</i>	11%	13%	2%
<i>Fontes</i>	13%	10%	-3%
<i>U.F de Fornelos e Louredo</i>	7%	14%	7%
<i>Medrões</i>	11%	16%	5%
<i>U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	9%	11%	1%
<i>Sever</i>	9%	13%	4%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente aos dados apresentados na tabela anterior, verifica-se que o concelho, em 2011, apresenta um crescimento positivo de 1% face ao ano

de 2001, acompanhando as tendências verificadas nos espaços geográficos em que se insere.

Do ponto de vista das freguesias, observa-se que a maioria acompanha o cenário refletido pelo concelho à exceção de Alvações do Corgo, que apresenta uma redução de -4% e Fontes, que apresenta uma redução de 3% da proporção de famílias monoparentais.

Nos anos mais recentes, não existe informação disponível, sendo, contudo, previsível uma diminuição do n.º de famílias face à diminuição demográfica, como também a uma nova dinâmica sociológica do tecido familiar português, onde se verifica o aumento da monoparentalidade devido ao aumento do n.º de divórcios e diminuição do n.º de casamentos.

3.8. Projeções demográficas

A análise que se desenvolve neste ponto, relativa à perspetiva de evolução da população do concelho de Santa Marta de Penaguião, assume um papel de grande significado para o processo de planeamento em geral e para o trabalho de revisão do PMSMP, em particular.

O conhecimento das dinâmicas demográficas atuais e a sua evolução nas próximas décadas revela-se um fator estratégico fundamental, quer para a elaboração de propostas de ocupação do solo, quer para a programação de equipamentos públicos ou, ainda, para o desenvolvimento de infraestruturas básicas e de rede de transportes.

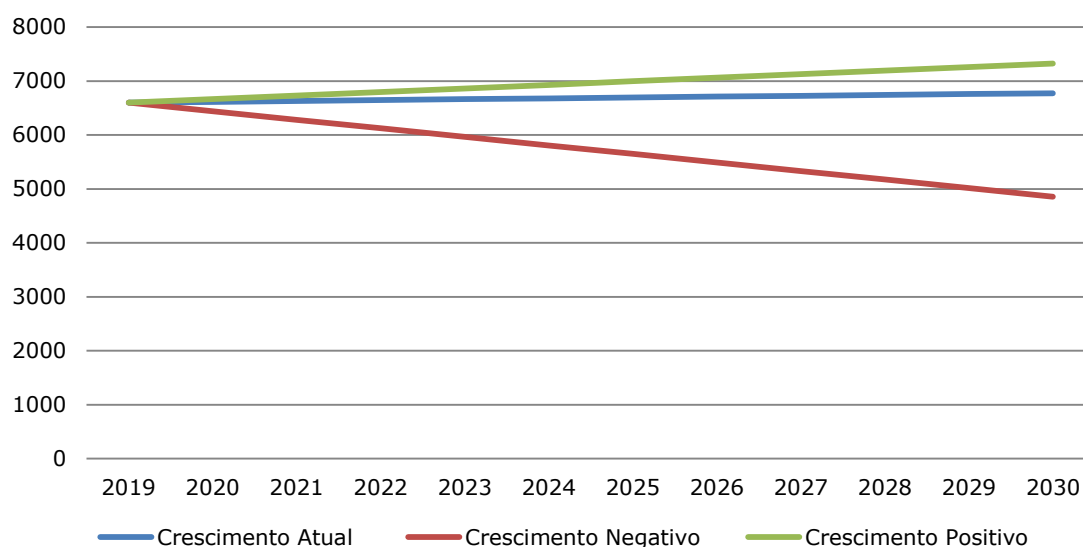
Por outro lado, não se podem ignorar as dificuldades inerentes a um qualquer processo de previsão populacional resultante, sobretudo, do carácter aleatório que envolve uma análise deste género.

Com efeito para o cálculo das projeções demográficas tomou-se como referência os mais recentes crescimentos demográficos associados às estimativas provisórias do INE, desde 2012.

Por sua vez, as projeções demográficas envolvem três cenários:

- Um crescimento atual, associado ao crescimento dos principais aglomerados urbanos do país – para esta projeção foram considerados os últimos crescimentos das capitais de distrito extintas desde 2011;
- Um crescimento negativo associado ao maior decréscimo populacional entre 2012 e 2019 das capitais de distrito;
- Um crescimento positivo associado ao maior crescimento populacional durante o mesmo período e no mesmo espaço geográfico que o anterior.

Figura 37: Projeções demográficas de Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria baseada no INE e no Eurostat

As projeções demográficas para 2025 apontam para um registo de 6 694 habitantes em Santa Marta de Penaguião, contudo, e segundo o cenário positivo prevê-se a existência de 6 995 habitantes e no cenário negativo de 5 649 habitantes.

Numa análise mais alargada, prevê-se para o ano de 2030 a existência de 6 773 habitantes no concelho, sendo o cenário positivo de 7 325 habitantes e o negativo de 4 857 habitantes.

Todavia, a tendência de diminuição da população é perspectivada pelo INE para o ano de 2080, nas Projeções de População Residente em Portugal (passa-se a citar).

Entre 2018 e 2080, de acordo com o cenário central de projeção:

Portugal perderá população, dos atuais 10,3 para 8,2 milhões de pessoas.

O número de jovens diminuirá de 1,4 para cerca de 1,0 milhões. Mesmo admitindo aumentos no índice sintético de fecundidade, resulta, ainda assim, uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade registados em anos anteriores.

O número de idosos (65 e mais anos) passará de 2,2 para 3,0 milhões.

O índice de envelhecimento em Portugal quase duplicará, passando de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens, em 2080, em resultado do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. A região mais envelhecida em 2080 será a Região Autónoma da Madeira, com este índice a atingir os 429 idosos por cada 100 jovens, e a região menos envelhecida será o Algarve, com um índice de 204.

Em Portugal, o índice de envelhecimento só tenderá a estabilizar na proximidade de 2050, quando as gerações nascidas num contexto de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações já se encontrarem no grupo etário 65 e mais.

*A população em idade ativa (15 a 64 anos) diminuirá de 6,6 para 4,2 milhões de pessoas.
(...)*

4. Economia

O presente capítulo destina-se à análise das dinâmicas económicas presentes no concelho. Este estudo foi realizado segundo as bases estatísticas do INE e da PORDATA.

Neste seguimento, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos dados relativos a Santa Marta de Penaguião, com o Douro, a Região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação às freguesias, sempre que pertinente e possível.

4.1. Situação educativa/formativa

Neste subcapítulo serão analisados indicadores que nos permitam conhecer e analisar o contexto educativo e formativo da população de Santa Marta de Penaguião e dos espaços geográficos em que esta se insere.

Tabela 18: Taxa de abandono escolar

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	2,8%	1,7%	-1%
Norte	3,5%	1,5%	-2%
Douro	5,2%	1,6%	-4%
Santa Marta de Penaguião	8%	0%	-7%
<i>Alvações do Corgo</i>	2%	0%	-2%
<i>Cumieira</i>	3%	0%	-3%
<i>Fontes</i>	16%	0%	-16%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	9%	0%	-9%
<i>Medrões</i>	4%	0%	-4%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	11%	1%	-10%
<i>Sever</i>	3%	0%	-3%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

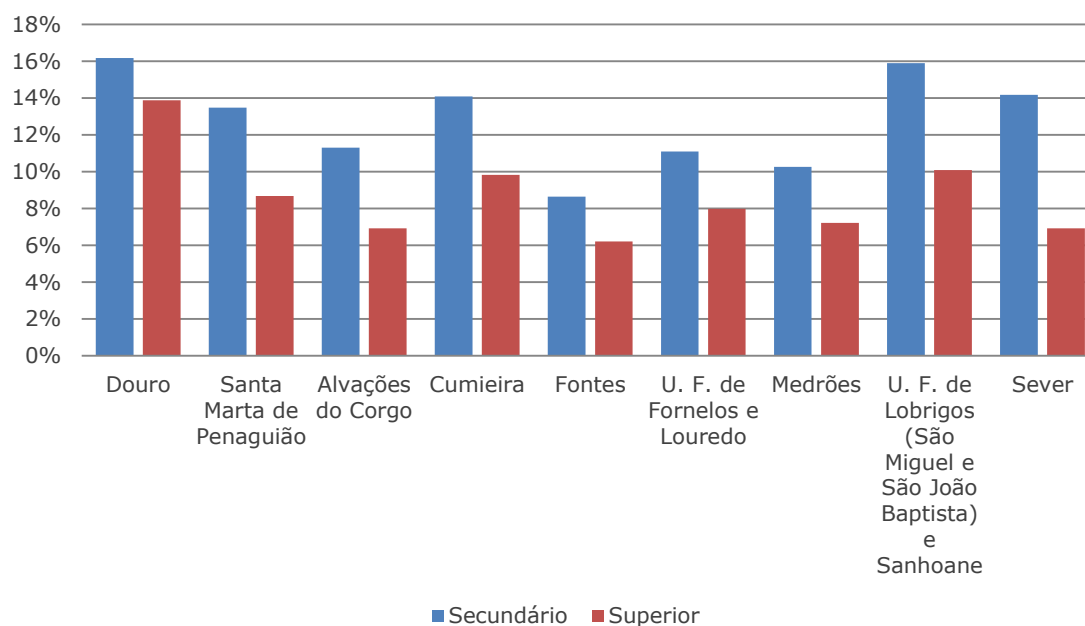
Com base na tabela anterior, verifica-se uma evolução positiva relativamente à taxa de abandono escolar, entre 2001/2011, uma vez que em todos os espaços geográficos apresentados registam uma redução da taxa de abandono escolar.

Santa Marta de Penaguião acompanha a tendência mencionada, verificando-se uma diminuição de -7% em 2011 face ao ano de 2001.

Do ponto de vista das freguesias do concelho, importa realçar que todas acompanham o cenário anteriormente enunciado, apresentando um decréscimo da taxa de abandono escolar no período de referência.

A figura seguinte representa a proporção de ensino secundário e superior, em Santa Marta de Penaguião e nas suas freguesias, bem como no Douro em 2011.

Figura 38: Proporção com ensino secundário e superior em 2011



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita a proporção com ensino secundário, importa fazer referência à U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane que é idêntica à % do Douro.

As restantes freguesias, apesar de contribuírem para este indicador apresentam valores mais baixos que o Douro, refletindo assim o cenário verificado na totalidade do concelho de Santa Marta de Penaguião.

4.2. Dinâmica educativa/ formativa

A tabela seguinte representa os valores relativos à taxa de analfabetismo do concelho, assim como nos espaços geográficos em que este se insere, entre 2001/2011.

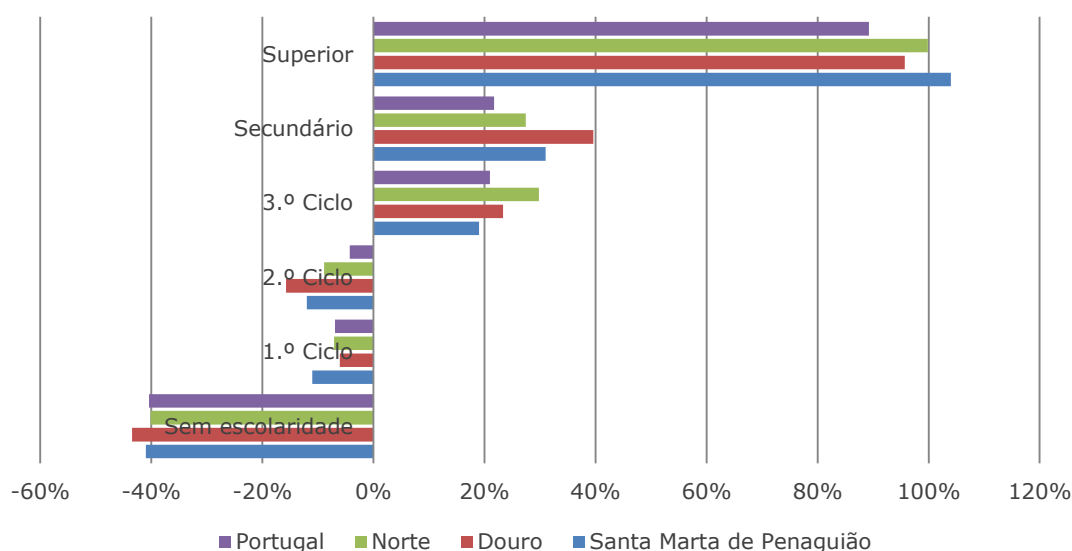
Tabela 19: Taxa de analfabetismo

Espaço geográfico	2001	2011	Difer.
Portugal	9%	5%	-4%
Norte	8%	5%	-3%
Douro	15%	10%	-5%
Santa Marta de Penaguião	17%	13%	-5%
<i>Alvações do Corgo</i>	19%	11%	-8%
<i>Cumieira</i>	16%	13%	-3%
<i>Fontes</i>	29%	21%	-8%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	12%	8%	-3%
<i>Medrões</i>	10%	9%	-2%
<i>U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane</i>	15%	11%	-4%
<i>Sever</i>	20%	17%	-4%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise dos dados da tabela relativos à taxa de analfabetismo, conclui-se que de um modo geral os valores diminuem em 2011 face a 2001. O concelho acompanha a tendência verificada nos espaços geográficos em que se insere, apresentando uma diferença negativa de -5% face a 2001. As freguesias seguem o mesmo comportamento do concelho, apresentando uma redução da taxa de analfabetismo.

Figura 39: Variação por nível de ensino da população residente com +15 anos (2001/2011)



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

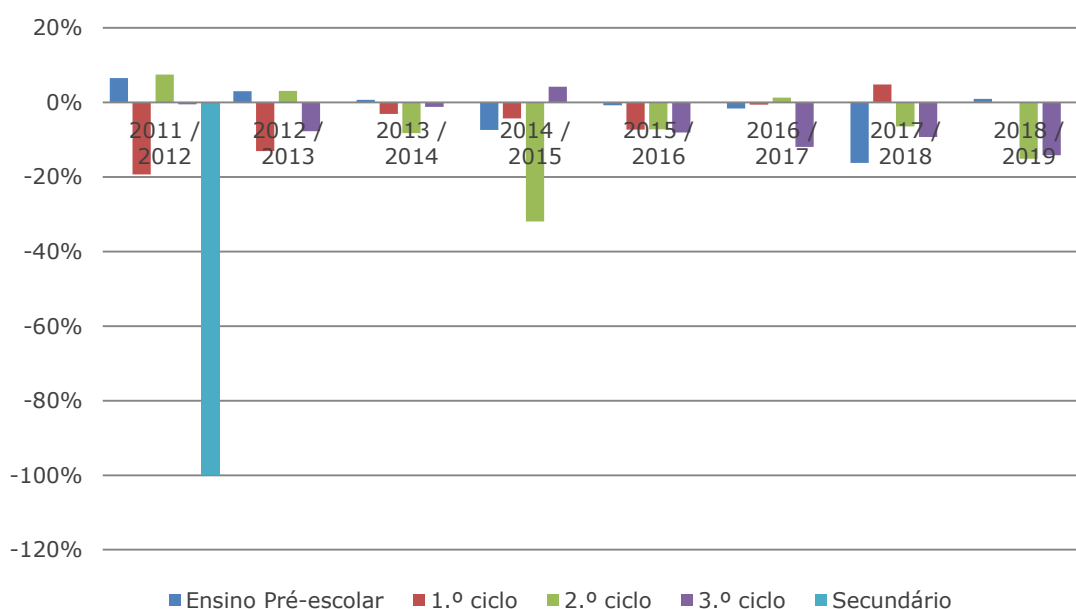
Em relação ao nível de escolaridade do concelho, denota-se que em 2001, 32% da população residente com mais de 15 anos não apresentava nenhum nível de escolaridade, sendo que este valor diminui (-10%) no ano de 2011 para 22%.

No que respeita os restantes níveis de escolaridade, destaca-se o 3.º ciclo, o ensino secundário e o ensino superior, que apresentam uma variação positiva, sendo ainda de destacar que Santa Marta de Penaguião apresenta uma variação do Ensino Superior mais elevada do que a dos espaços geográficos em que se insere.

As melhorias verificadas podem ser justificadas por vários fatores, como a obrigatoriedade de estudar até aos 18 anos de idade e o aumento da competitividade no mercado laboral, que evidencia a necessidade de maior especialização por parte dos pretendentes de emprego.

Neste seguimento, importa ter em consideração a variação do n.º de alunos matriculados por ensino no concelho, representado na figura seguinte.

Figura 40: Variação do n.º de alunos matriculados por nível de ensino em Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da figura anterior, verifica-se, de um modo geral, uma diminuição do n.º de alunos, apesar do indicador anterior refletir o aumento do nível de escolaridade da população.

Esta redução pode ser justificada pela diminuição do n.º de nados vivos no concelho e pelo aumento do envelhecimento demográfico. Assim sendo, denota-se que estavam matriculados 702 alunos no ano de 2011 e 448 alunos em 2019, no concelho de Santa Marta de Penaguião.

De referir ainda que apesar da diminuição verificada no n.º de alunos matriculados, tem em alguns casos, uma variação positiva:

- Ensino pré-escolar:
 - Ano letivo 2011/2012: 7%;
 - Ano letivo 2012/2013: 3%;
 - Ano letivo 2013/2014: 1%;
 - Ano letivo 2018/2019: 1%.
- 1.º ciclo:
 - Ano letivo de 2017/2018: 5%
- 2.º ciclo
 - Ano letivo de 2011/2012: 8%;
 - Ano letivo de 2012/2013: 3%;
 - Ano letivo de 2016/2017: 1%.
- 3.º ciclo
 - Ano letivo de 2014/2015: 4%

Apesar das exceções referidas, verifica-se uma variação negativa em todos os níveis de ensino entre 2011/2019.

Importa justificar que no ano letivo 2011/2012, regista-se o total de 1 aluno matriculado no ensino secundário no concelho. Este valor está registado em Santa Marta de Penaguião, contudo, a escola de referência para o nível do ensino secundário é a Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, localizada no Peso da Régua.

4.3. População ativa

De seguida será realizada uma análise da população ativa, entenda-se todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, com base nos dados apresentados na tabela seguinte.

Tabela 20: População ativa

Espaço geográfico	2011	2019	Variação	PT 2011	PT 2019	Dif.
Portugal	6 979 785	6 618 500	-5%	66%	64%	-2%
Norte	2 501 010	2 374 929	-5%	68%	66%	-1%
Douro	130 620	122 576	-6%	64%	64%	1%
Santa Marta de Penaguião	4 632	4 193	-9%	63%	64%	1%
Alijó	7 241	6 287	-13%	61%	59%	-1%
Armamar	3 872	3 692	-5%	61%	64%	3%
Carraceda de Ansiães	3 701	3 121	-16%	58%	55%	-3%
Freixo de Espada à Cinta	2 039	1 951	-4%	54%	59%	5%
Lamego	17 572	16 518	-6%	66%	66%	1%
Mesão Frio	2 925	2 659	-9%	66%	67%	1%
Moimenta da Beira	6 337	6 232	-2%	62%	64%	2%
Murça	3 616	3 280	-9%	61%	60%	-1%
Penedono	1 745	1 640	-6%	59%	63%	4%
Peso da Régua	11 456	10 398	-9%	67%	66%	-1%
Sabrosa	3 879	3 665	-6%	61%	62%	1%
São João da Pesqueira	4 998	4 669	-7%	63%	66%	2%
Sernancelhe	3 431	3 492	2%	61%	65%	4%
Tabuaço	4 042	4 006	-1%	64%	66%	3%
Tarouca	5 214	5 286	1%	65%	68%	3%
Torre de Moncorvo	4 881	4 317	-12%	57%	56%	-1%
Vila Nova de Foz Côa	4 244	3 896	-8%	58%	60%	2%
Vila Real	34 795	33 274	-4%	67%	67%	-1%

Legenda:

PT – Peso na população residente total

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O concelho apresenta uma variação negativa de -9% entre 2011/2019, correspondendo a 64% da população residente no concelho em 2019.

Na generalidade dos espaços geográficos com que se equipara Santa Marta de Penaguião verifica-se uma diminuição da população potencialmente ativa, sendo isso também reflexo do crescente envelhecimento da população, como também da diminuição da população.

Contudo, em termos proporcionais verifica-se que em Santa Marta de Penaguião existe um aumento da população ativa potencial assente no envelhecimento da população e não no seu rejuvenescimento, visto que os grupos etários mais jovens e os alunos matriculados regredem em igual período.

Este indicador ao nível das freguesias só pode ser analisado no período intercensitário, como se verifica através da análise da tabela seguinte.

Tabela 21: Evolução da população ativa em Santa Marta de Penaguião

Espaço geográfico	2001	2011	Variação	PT 2001	PT 2011	Dif.
Portugal	7 006 022	6 979 785	0%	68%	66%	-2%
Norte	2 527 587	2 501 010	-1%	69%	68%	-1%
Douro	142 165	130 620	-8%	64%	64%	-1%
Santa Marta de Penaguião	5 574	4 632	-17%	65%	63%	-2%
Alvações do Corgo	366	309	-16%	64%	65%	1%
Cumieira	828	714	-14%	65%	62%	-2%
Fontes	675	465	-31%	62%	56%	-6%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	519	419	-19%	62%	63%	0%
Medrões	409	302	-26%	63%	60%	-4%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	2 152	1 971	-8%	67%	65%	-2%
Sever	625	452	-28%	66%	63%	-2%

Legenda:

PT – Peso na população residente total

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

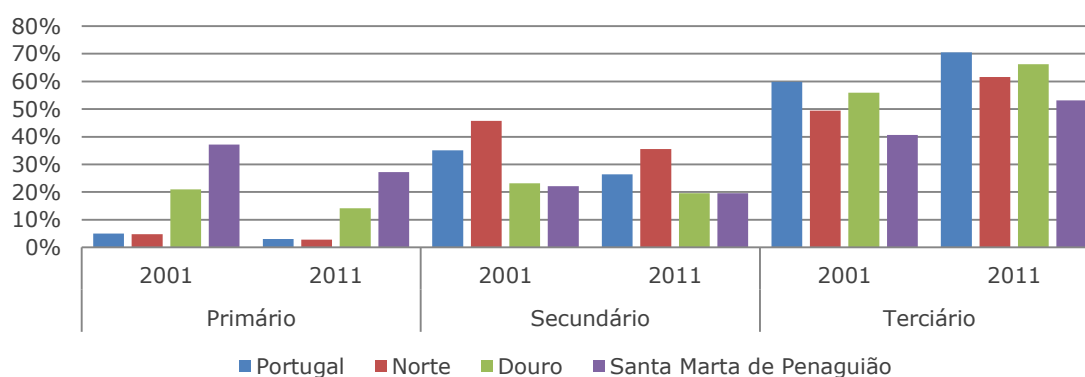
Com base nos valores apresentados na tabela anterior, verifica-se que o concelho apresenta uma variação negativa de -17%. Este valor é o mais elevado quando comparado com os espaços geográficos em que se insere.

Ao nível das freguesias, verifica-se que estas acompanham as tendências verificadas no concelho, uma vez que todas elas representam uma variação negativa entre 2001/2011. A U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane destaca-se por registar a variação negativa mais baixa (-8%) de todas as freguesias em análise, assim como Fontes se destaca por registar a variação negativa mais elevada (-31%).

4.4. Mercado laboral

De forma a perceber o modo como o concelho se insere em termos do mercado laboral será realizada uma análise de vários indicadores, como a % de população empregue por setor de atividade económica, a população desempregada inscrita nos centros de emprego, o ganho médio mensal, o poder de compra *per capita* e a população que usufrui de pensões.

Figura 41: % da população empregue por setor de atividade

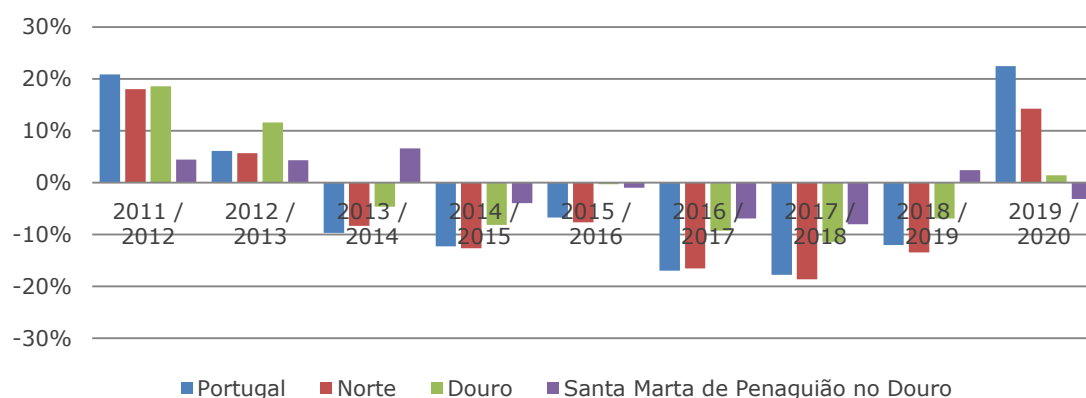


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A figura anterior representa a % da população empregue por setor de atividade, e a sua análise permite concluir que o setor terciário é aquele que emprega o maior n.º de pessoas. De referir que esta situação tem tendência a acentuar-se ao longo dos anos.

Comparativamente aos restantes espaços geográficos, o concelho apresenta, no setor primário, valores mais elevados na % de população empregue, sendo, ainda assim, um indicador em diminuição face ao ano de 2001.

Dar nota também que, este indicador está sob influência da crise económico-financeira de 2008, uma vez que os seus efeitos tiveram uma influência direta na população empregada e só agora é que se começa a verificar uma aproximação dos valores residuais existentes em períodos de recuperação económica. Isto pode ser comprovado através da evolução do n.º de desempregados inscritos (média anual) que diminuiu significativamente nos últimos anos.

Figura 42: Variação da população inscrita nos centros de emprego


Fonte: Elaboração própria baseada na PORDATA

Deste modo, verifica-se que, entre 2011/2013, os valores estão sob influência da crise económico-financeira de 2008 e a partir de 2013/2014 a 2018/2019 existe o efeito da recuperação económica.

Entre 2019/2020, os espaços geográficos em que o concelho se insere registam uma variação positiva, sendo isso explicado pelos efeitos da COVID'19 no tecido económico do País. Contudo, em Santa Marta de Penaguião essa realidade ainda não é evidente, podendo-se afirmar que o concelho superou, em termos económicos, a primeira fase da pandemia com uma regressão do n.º de desempregos inscritos nos centros de emprego.

À escala da freguesia, só existe informação no período intercensitário, e em 2011 o indicador estava inflacionado pelos efeitos da crise económico-financeira de 2008.

Tabela 22: Taxa de desemprego

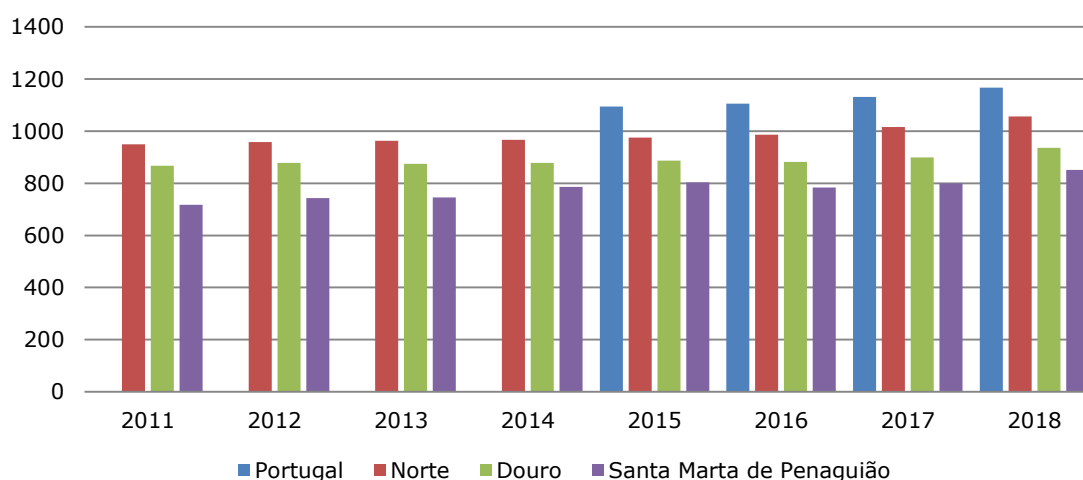
Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	7%	13%	6%
Norte	7%	14%	8%
Douro	8%	12%	3%
Santa Marta de Penaguião	4%	14%	10%
<i>Alvações do Corgo</i>	5%	16%	11%
<i>Cumieira</i>	4%	9%	6%
<i>Fontes</i>	4%	10%	6%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	4%	18%	14%
<i>Medrões</i>	1%	12%	11%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	4%	13%	9%
<i>Sever</i>	5%	18%	13%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Dado que não existe informação para períodos mais recentes face a este indicador, não é permitido realizar uma avaliação da situação atual do concelho.

No que toca ao ganho médio mensal, importa ter em consideração o seguinte.

Figura 43: Ganho médio mensal



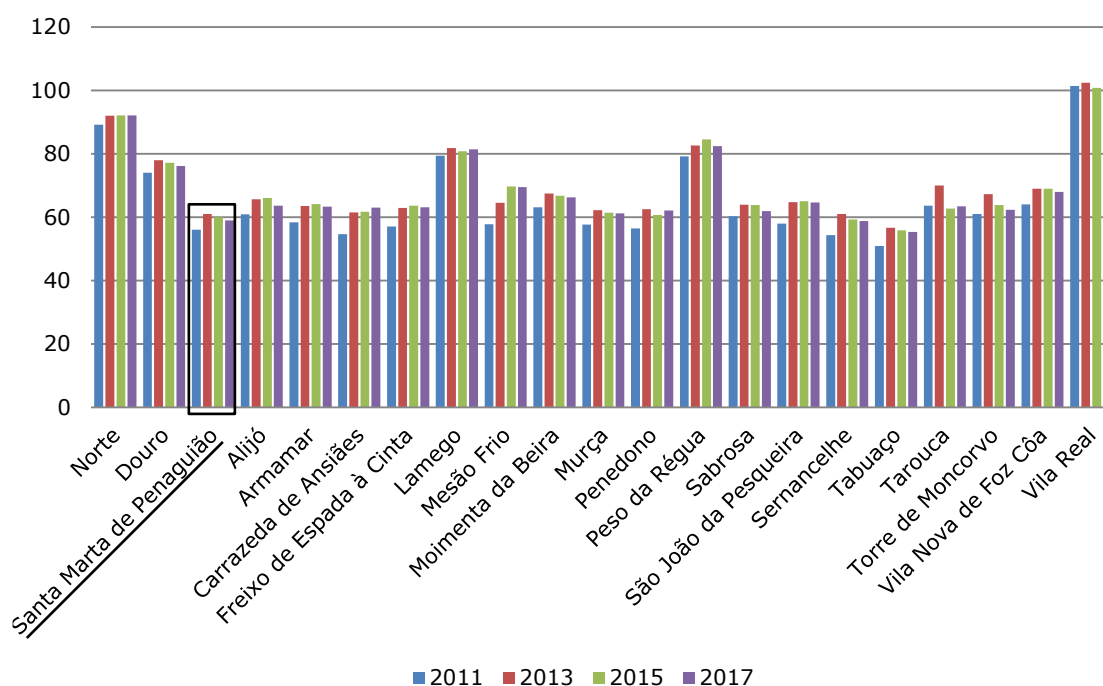
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nos valores apresentados na figura anterior, verifica-se que Santa Marta de Penaguião apresenta uma tendência crescente ao longo do período em análise. Em 2011, o concelho apresentava um ganho médio mensal de 717€ e em 2018 registava 850,90€, reflexo de uma progressiva recuperação económica e capacidade aquisitiva por parte da população residente.

Contudo, apesar da tendência crescente observada, o concelho apresenta os valores mais baixos quando comparado com os espaços geográficos em que se insere.

Outro indicador do domínio do mercado laboral que se assemelha ao ganho médio mensal, é o poder de compra *per capita* representado na figura seguinte.

Figura 44: Poder de compra *per capita*



Fonte: INE

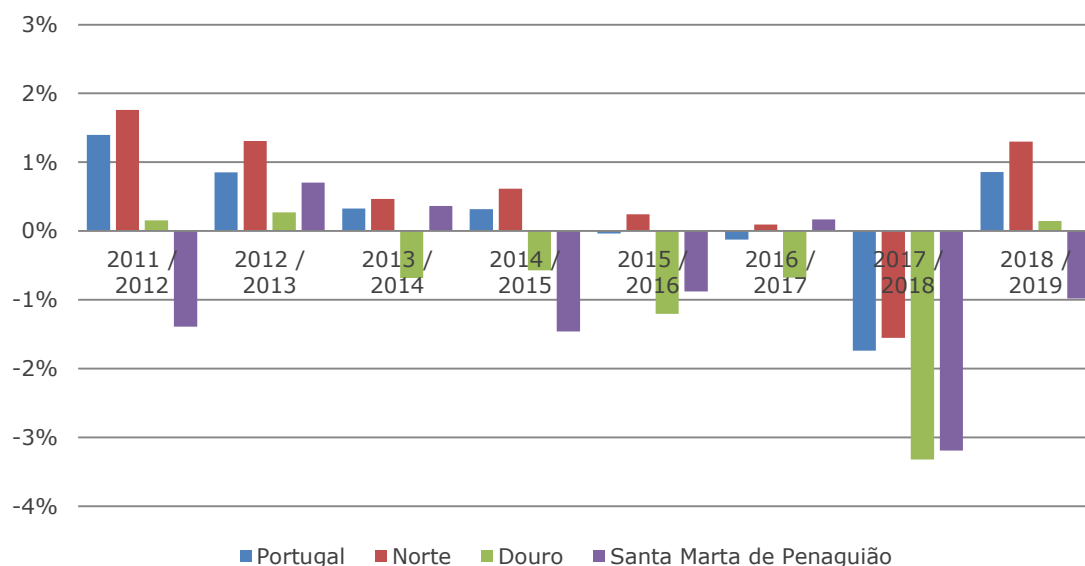
Este indicador permite realizar uma comparação do poder de compra regularmente manifestado nos diferentes espaços geográficos. Ao poder de compra do país é atribuído o valor de 100, que serve de referência comparativa e de “desejado” alcance da parte dos diferentes agentes.

Santa Marta de Penaguião é dos concelhos com menor poder de compra, comparativamente com os restantes espaços geográficos em análise. No ano de 2017, o concelho apresenta um poder de compra *per capita* de 59, igualando-se a Sernancelhe. À exceção de Tabuaço que se apresenta com o pior indicador, tanto Santa Marta de Penaguião como Sernancelhe registam os valores mais baixos no que se relaciona com este indicador.

O Douro apresenta um poder de compra *per capita* relativamente estável, no período de referência, sem nunca ultrapassar os valores atingidos pela região Norte e pelo País. De forma geral, não se verificam grandes oscilações em cada território em análise, uma vez que os espaços geográficos registam valores estáveis.

Assim sendo, importa refletir sobre a variação da população que usufrui de pensões, como se observa na figura a seguir apresentada.

Figura 45: Variação da população que usufrui de pensões



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em Santa Marta de Penaguião, a população que usufrui de pensões tem vindo a diminuir ao longo dos anos em análise, verificando-se em 2011 um total de 3 022 pessoas e em 2019, 2 825 indivíduos. Esta diminuição corresponde a uma variação negativa de -7%, entre 2011/2019, no concelho.

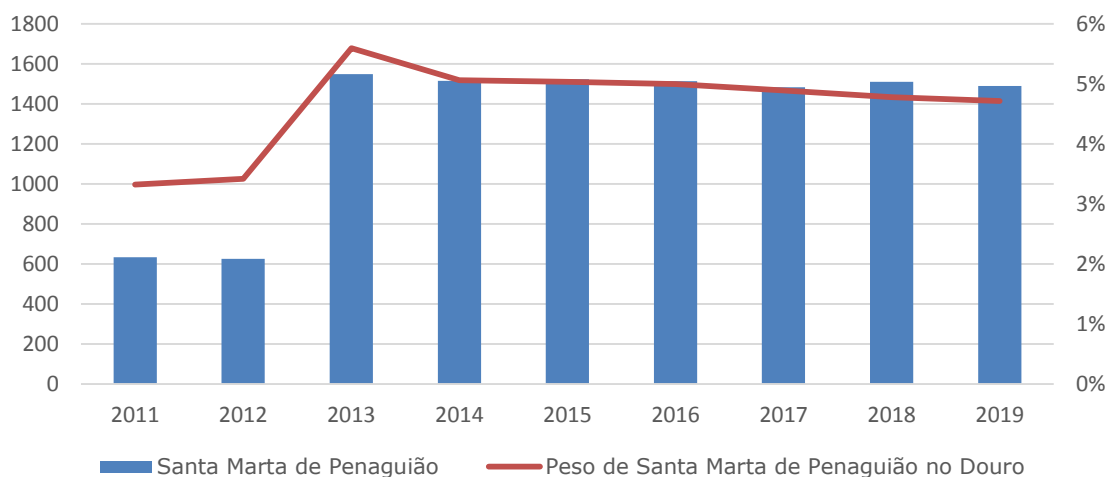
Importa evidenciar que, entre 2017/2018, todos os espaços geográficos apresentam uma variação negativa, destacando-se o Douro com uma variação negativa de -3%.

Curiosamente, este indicador é contrário à realidade que se verifica com a diminuição população potencialmente ativa e o aumento da população com mais de 64 anos, caracterizados no capítulo anterior.

4.5. Dinâmicas empresariais recentes

As dinâmicas empresariais em Santa Marta de Penaguião serão avaliadas com base no n.º de empresas do concelho, o volume de negócios e a balança comercial do concelho.

Figura 46: N.º de empresas em Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A figura anterior representa o n.º de empresas no concelho, entre 2011/2019, e após a sua análise pode-se concluir que a tendência apresentada é de estabilização, registando-se em 2011, 633 empresas e em 2019, 1 490 empresas. A diferença que se verifica a partir de 2013 é motivada pela reformulação do indicador na sua aferição.

Em termos de dinâmicas recentes, importa ter em consideração o seguinte.

Tabela 23: Dinâmica empresarial em Santa Marta de Penaguião

Espaço geográfico	N.º empresas (Var. 2011/2019)	Volume de negócios (Var. 2011/2019)	Pessoal ao serviço (Var. 2011/2019)
Portugal	18%	21%	16%
Norte	24%	24%	19%
Douro	66%	38%	35%
Santa Marta de Penaguião	135%	54%	78%

Peso de Santa Marta de Penaguião no Douro	N.º de empresas	Volume de negócios	Pessoal ao serviço
2019	5%	3%	4%

Continua na página seguinte.

Volume de negócios - 2019				
CAE Ver. 3	Santa Marta de Penaguião	R	Douro	R
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	17.914.687,00 €	26%	254.192.954,00 €	9%
Indústrias extrativas	0,00 €	0%	-	-
Indústrias transformadoras	-	-	538.517.964,00 €	19%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,00 €	0%	155.694.466,00 €	5%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,00 €	0%	130.656.999,00 €	4%
Construção	5.305.889,00 €	8%	216.211.166,00 €	7%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	38.301.085,00 €	56%	1.109.173.061,00 €	38%
Transportes e armazenagem	1.423.221,00 €	2%	115.842.134,00 €	4%
Alojamento, restauração e similares	2.147.206,00 €	3%	139.364.578,00 €	5%
Atividades de informação e de comunicação	-	-	10.451.526,00 €	0%
Atividades imobiliárias	-	-	23.085.216,00 €	1%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	833.247,00 €	1%	58.804.796,00 €	2%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	203.712,00 €	0%	46.362.839,00 €	2%
Educação	196.099,00 €	0%	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	1.433.931,00 €	2%	63.002.985,00 €	2%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	59.258,00 €	0%	26.775.930,00 €	1%
Sem informação e outras atividades de serviço	238.516,00 €	0%	21.628.177,00 €	1%
Total*	68.056.851,00 €	100%	2.909.764.791,00 €	100%

R – Representatividade de cada CAE no total de cada espaço geográfico

* Os valores totais resultam da soma da CAE Ver. 3

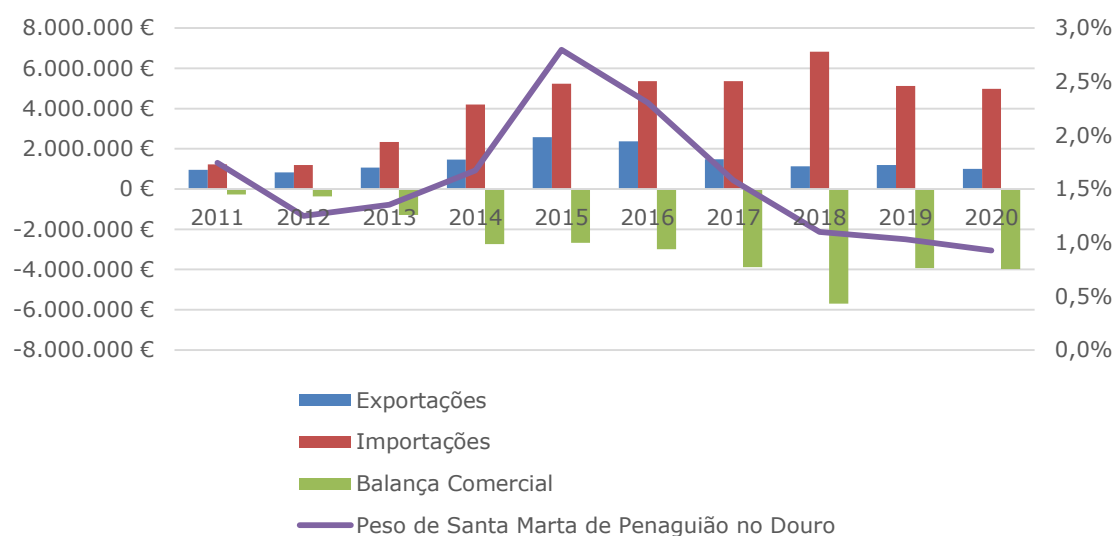
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nas tabelas verifica-se que Santa Marta de Penaguião:

- Detém 5% das empresas do Douro, em 2019 (1 490 empresas);
- Conta com 4% do pessoal ao serviço do Douro, em 2019, resultando numa variação do pessoal ao serviço, entre 2011/2019, de 78%;
- Em 2019, contém 3% do volume de negócios do Douro, destacando-se o comércio (56%), a agricultura (26%) e a construção (8%) gerando assim 90% do volume de negócios, deste ano.

Neste seguimento, importa ter em consideração o balanço comercial de Santa Marta de Penaguião.

Figura 47: Balança comercial de Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

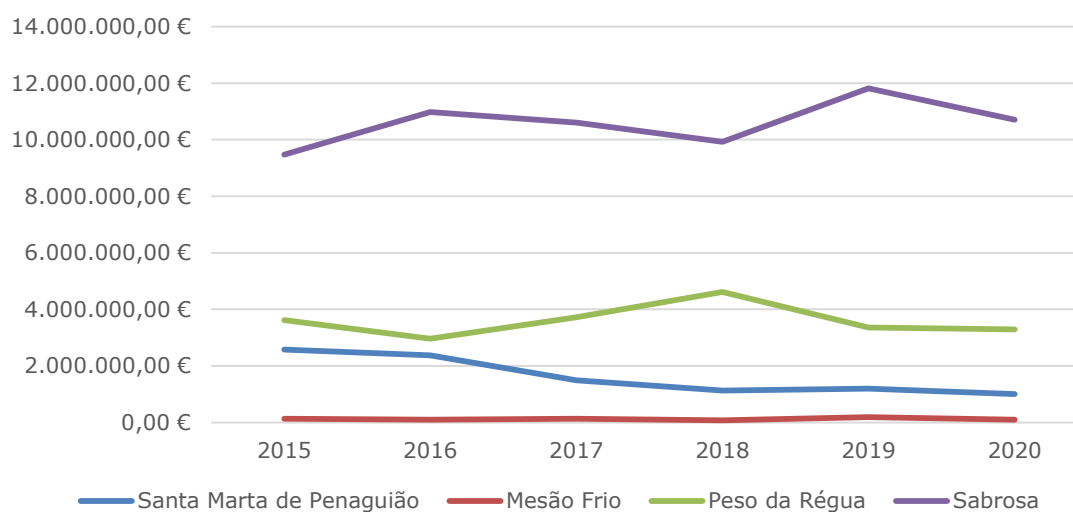
Primeiramente, a balança comercial do concelho é negativa. Este cenário é reflexo do maior n.º de importações face ao n.º de exportações, que se vai acentuando ao longo do período em análise.

Em 2018, observa-se o valor mais elevado de importações (6 822 339€), influenciando assim, a balança comercial do concelho que apresenta o pior valor dos anos referenciados (-5 691 889€).

Em 2011, o peso das exportações de Santa Marta de Penaguião representa 1,7% das exportações do Douro, verificando-se uma diminuição no ano de 2020, uma vez que o concelho apresenta 0,9% das exportações do Douro.

De referir que 2020 está influenciado pelas consequências económicas da COVID'19, onde seria expectável que afetasse negativamente a dinâmica comercial – sendo isso confirmado no gráfico seguinte quando analisado e comparado o concelho com os concelhos da sua envolvente e de dimensão semelhante.

Figura 48: Evolução das exportações no Douro desde 2015



Fonte: INE

Contudo, importa referir que Santa Marta de Penaguião já apresentava uma tendência decrescente no domínio das exportações, apresentando em 2015, o valor de 2 574 830€ e no ano de 2020, 1 003 356€.

4.6. Setores trending

Os setores económicos que estão em crescimento e que têm um importante interesse no panorama do mercado laboral e representatividade na economia local são designados por setores *trending*.

Dito isto, em Santa Marta de Penaguião são considerados os setores *trending* a agricultura, o vinho e o turismo.

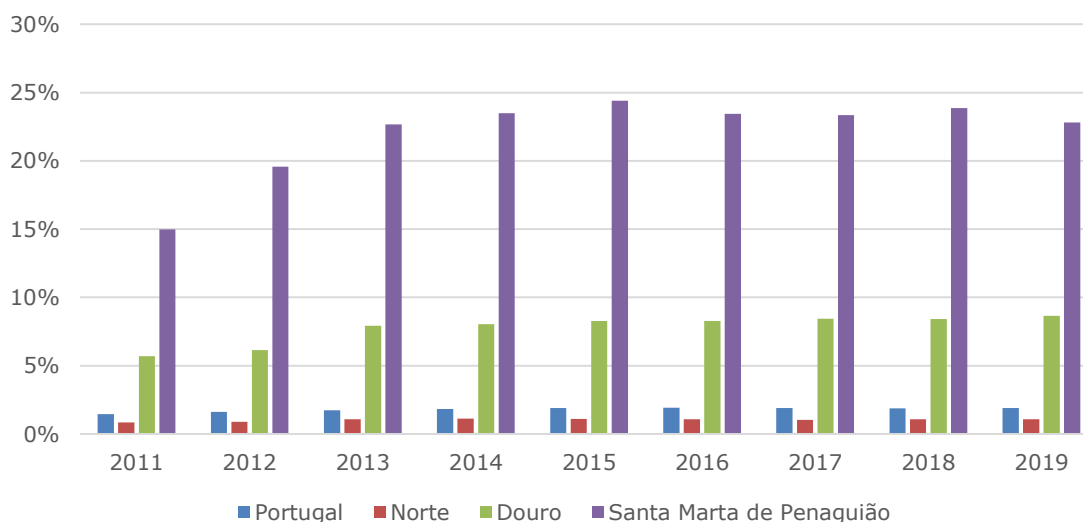
4.6.1. Agricultura

Este setor económico será analisado a partir dos indicadores da CAE Ver. 3: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e dos Recenseamentos Agrícolas, elaborados pelo INE.

- Enquadramento

Santa Marta de Penaguião, ao se localizar num território de baixas densidades de Portugal e num contexto agrícola associado ao Douro, faz dele um concelho com uma dinâmica agrícola intensa e diferenciadora.

Figura 49: Evolução do peso da agricultura no volume de negócios

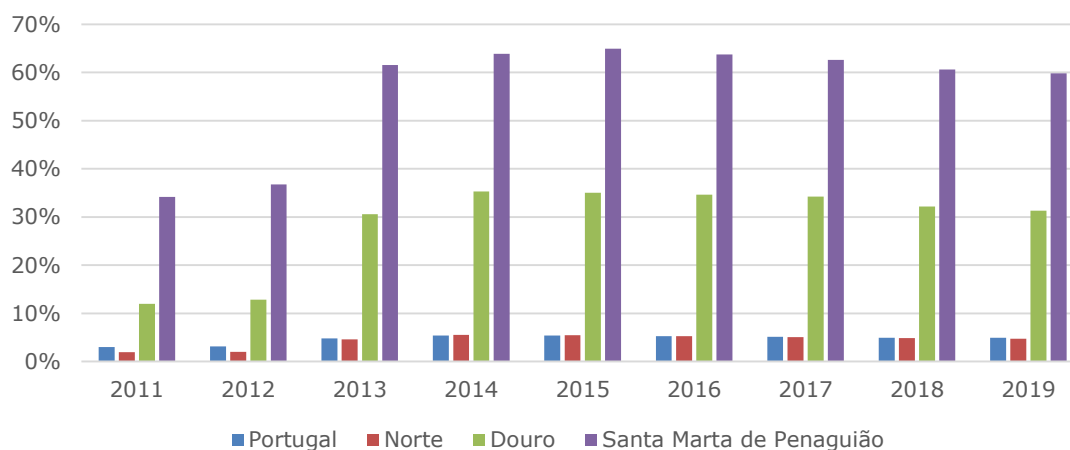


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na figura anterior, verifica-se que Santa Marta de Penaguião tem uma dinâmica intensa, refletindo-se na representatividade elevada do setor agrícola no volume de negócios gerado no município.

Inclusivamente, a tendência verificada é de aumento. Em 2019, o setor agrícola apresenta 23% do volume de negócios do concelho (+8% que em 2011).

Figura 50: Evolução do peso da agricultura no pessoal ao serviço



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos de pessoal ao serviço no setor da agricultura, pode-se concluir que até 2015 a tendência que se observa é de crescimento. Contudo, pode-se concluir que nos anos mais recentes o pessoal ao serviço reflete a tendência decrescente em relação à população empregue.

- Propriedade agrícolas

Figura 51: Indicadores relacionados com as propriedades agrícolas

Espaço geográfico	SAU			EA			EAM			IM
	2009	2019	Var.	2009	2019	Var.	2009	2019	Var.	
Portugal	3668145	3963945	8%	305266	290229	-5%	173880	172505	-1%	0,59
Norte	644027	663341	3%	110841	109771	-1%	56154	59711	6%	0,54
Douro	120656	127239	5%	25780	25813	0%	9066	10331	14%	0,40
Santa Marta de Penaguião	3582	3486	-3%	1276	1262	-1%	166	253	52%	0,20
Alvações do Corgo	309	269	-13%	104	90	-13%	10	9	-10%	0,10
Cumeeira	690	812	18%	255	238	-7%	38	46	21%	0,19
Fontes	657	395	-40%	151	128	-15%	11	20	82%	0,16
U. F. de Fornelos e Louredo	295	284	-4%	173	175	1%	27	46	70%	0,26
Medrões	178	276	55%	94	104	11%	10	32	220%	0,31
U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	1046	1034	-1%	352	368	5%	36	58	61%	0,16
Sever	408	416	2%	147	159	8%	34	42	24%	0,26

Legenda:

Var. – Variação
SAU – Superfície Agrícola Utilizada
EA – Explorações agrícolas
EAM – Explorações agrícolas com máquinas
IM – Índice de mecanização

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na tabela anterior, importa destacar o seguinte:

- A área da SAU apresenta uma variação negativa de -3% no concelho, representando o valor mais baixo dos espaços geográficos em que se insere;
- Em 2019, o concelho regista uma diminuição de 14 explorações agrícolas face a 2009;
- Variação positiva das explorações agrícolas com máquinas, entre 2009/2019, no concelho;
- Os avanços tecnológicos e os fundos comunitários permitiram uma maior mecanização das explorações agrícolas. Contudo, os índices de mecanização que se verificam em Santa Marta de Penaguião são substancialmente inferiores aos verificados nos restantes territórios em que o concelho se insere. Estes valores podem ser justificados com base nas condições orográficas e no envelhecimento da população agrícola que coloca entraves à mecanização do setor.

- Produção agrícola

Figura 52: Indicadores relacionados com a produção agrícola

Espaço geográfico	Culturas permanentes dominantes	Culturas temporárias dominantes	1º e 2º espécie de animal dominante
	2019		
Portugal	Olival	Culturas forrageiras	Aves e Suínos
Norte	Olival	Culturas forrageiras	Aves e Coelhos
Douro	Vinha	Culturas forrageiras	Aves e Coelhos
Santa Marta de Penaguião	Vinha	Culturas forrageiras	Aves e Ovinos
<i>Alvações do Corgo</i>	Vinha	-	Aves e Coelhos
<i>Cumeeira</i>	Vinha	Culturas forrageiras	Ovinos e Colmeias e cortiços povoados
<i>Fontes</i>	Vinha	-	Ovinos e Caprinos
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	Vinha	Batata	Aves e Colmeias e cortiços povoados
<i>Medrões</i>	Vinha	-	Aves e Colmeias e cortiços povoados
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	Vinha	-	Aves e Caprinos
<i>Sever</i>	Vinha	-	Aves e Coelhos

Fonte: INE

Com base na tabela anterior importa salientar:

- A cultura permanente dominante no concelho é a vinha;

- As culturas forrageiras são a cultura temporária dominante no concelho;
- A primeira e segunda espécie de animais dominante do concelho são as Aves e os Ovinos, respetivamente.

De modo a aprofundar a análise foi realizada uma recolha de dados do Douro, de modo a posicionar Santa Marta de Penaguião face à mão-de-obra e rentabilidade agrícola.

Tabela 24: Top 10 do setor da agricultura do Douro

Pessoal ao serviço	
Espaço geográfico	2019
Vila Real	1 785
Alijó	1 738
Peso da Régua	1 586
Lamego	1 556
São João da Pesqueira	1 427
Santa Marta de Penaguião	1 345
Vila Nova de Foz Côa	909
Murça	856
Carraceda de Ansiães	809
Armamar	801

Volume de negócios	
Espaço geográfico	2019
Alijó	35.537.926,00 €
São João da Pesqueira	26.308.407,00 €
Sabrosa	21.741.570,00 €
Lamego	20.180.951,00 €
Santa Marta de Penaguião	17.914.687,00 €
Vila Real	17.752.187,00 €
Armamar	17.233.520,00 €
Peso da Régua	16.960.399,00 €
Vila Nova de Foz Côa	13.539.845,00 €
Moimenta da Beira	11.906.022,00 €

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Após a análise das tabelas apresentadas, verifica-se que Santa Marta de Penaguião apresenta uma dinâmica relevante no Douro.

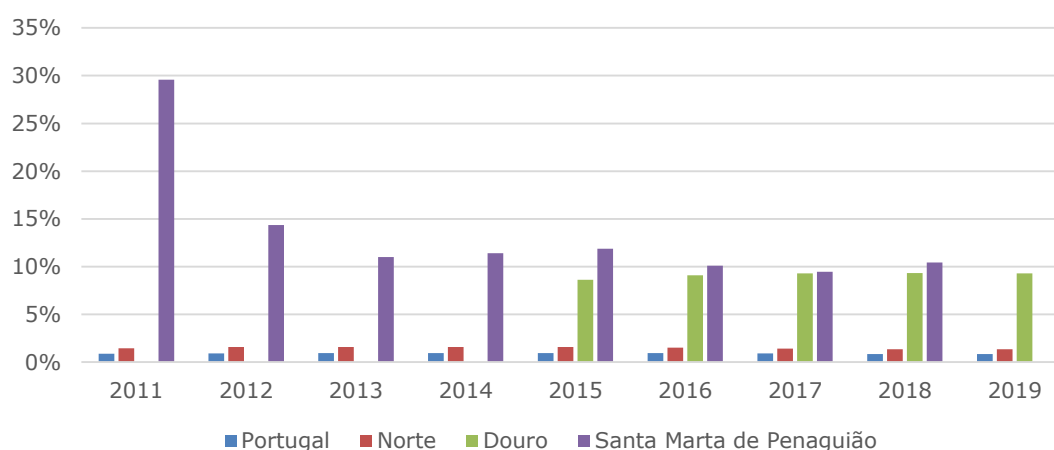
No que respeita ao pessoal ao serviço no setor da agricultura, no ano de 2019, observa-se que o concelho ocupa o 6.º lugar a nível sub-regional. Em relação ao volume de negócios, verifica-se que o concelho está, também, em 5.º lugar, com o total de 17 914 687,00€.

4.6.2. Vinho

Santa Marta de Penaguião insere-se no ADV e, desta forma, importa ter em consideração os indicadores relativos à produção vinícola. Assim sendo, analisam-se os indicadores referentes ao volume de negócios, pessoal ao serviço e exportações da indústria de bebidas e a produção declarada de vinho do concelho.

Neste seguimento, importa analisar o volume de negócios da indústria de bebidas de Santa Marta de Penaguião e dos espaços geográficos em que este se insere, como se pode verificar através da análise da figura seguinte.

Figura 53: Evolução do peso do volume de negócios da indústria de bebidas

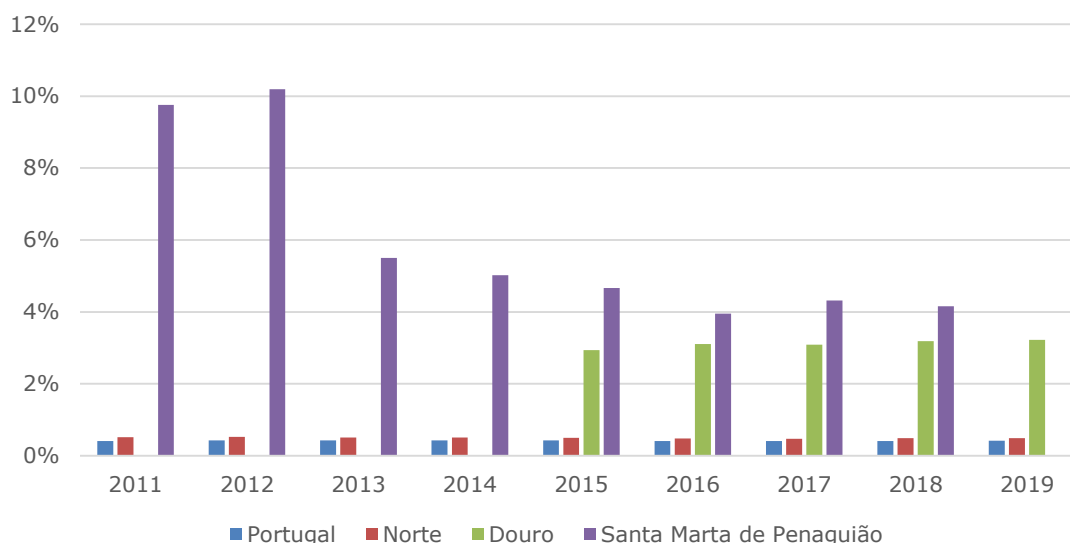


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O volume de negócios gerado no setor em termos da sua representatividade no total de Santa Marta de Penaguião regista uma tendência decrescente ao longo do período em análise. Contudo, apesar da diminuição, verifica-se que, comparativamente com os territórios em que se insere, este apresenta valores mais elevados.

Em 2011, o volume de negócios de Santa Marta de Penaguião correspondia a 15 087 691,00€, que representa 30% do volume total de negócios do concelho. No ano de 2018, verifica-se uma redução do volume de negócios das bebidas para 7 412 951,00€, que corresponde a 10% do volume total de negócios. Importa referir que, em 2019, o INE não disponibiliza valores para Santa Marta de Penaguião.

Figura 54: Evolução do peso do pessoal ao serviço da indústria de bebidas



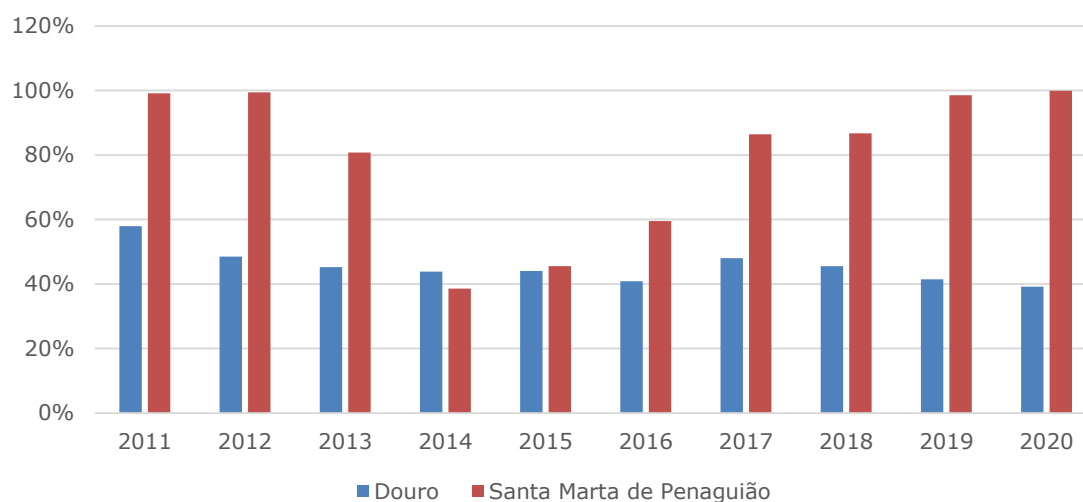
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em relação ao pessoal ao serviço das indústrias de bebidas, verifica-se uma tendência de diminuição ao longo dos anos no concelho.

Em 2011, registavam-se 123 pessoas ao serviço da indústria de bebidas que representa um peso de 10% no total de pessoal ao serviço do concelho. Este valor foi diminuindo no período em análise, registando-se em 2018 um total de 91 pessoas ao serviço da indústria de bebidas (peso de 4% no total de pessoas ao serviço). Como o indicador, em 2019, o INE não disponibiliza valores para Santa Marta de Penaguião.

A diminuição verificada pode ser justificada com base no envelhecimento da população ou na migração da população jovem para outros concelhos.

Quanto às exportações de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, estas apresentam até 2015 uma tendência decrescente no concelho, podendo ser justificada pela aposta no consumo nacional em detrimento da venda ao estrangeiro. A partir de 2015 verifica-se um crescimento no n.º de exportações de Santa Marta de Penaguião com a recuperação económica e o aumento da procura internacional pelo vinho do Porto.

Figura 55: Peso das exportações das bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres no total


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente ao total de exportações realizadas a partir do concelho, verifica-se que este nos últimos anos é pleno – símbolo da dependência económica do setor vinícola para a resiliência do concelho.

Em termos de numerário, recomenda-se a consulta da tabela seguinte.

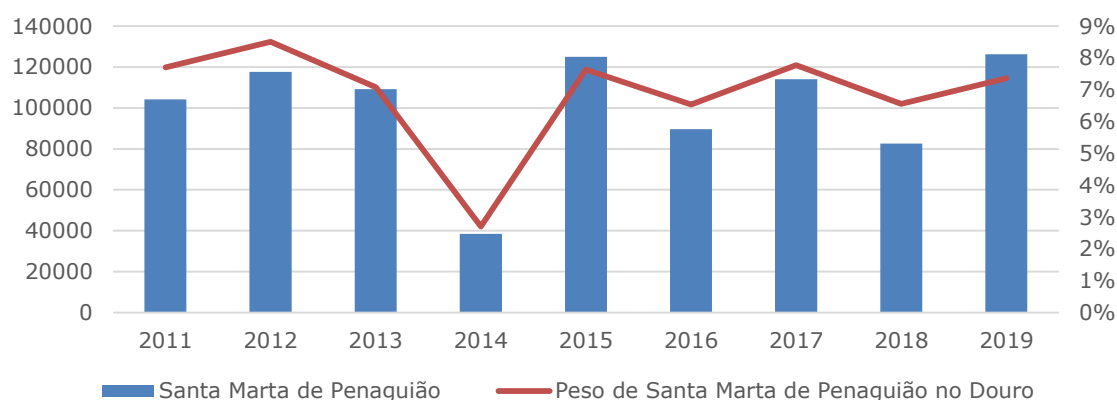
Tabela 25: Top 10 do setor de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres em 2020

Espaço geográfico	2020
Sabrosa	10 597 201,00 €
São João da Pesqueira	6 995 867,00 €
Lamego	6 326 746,00 €
Alijó	5 783 487,00 €
Peso da Régua	3 127 130,00 €
Vila Nova de Foz Côa	2 349 059,00 €
Freixo de Espada à Cinta	1 366 005,00 €
Vila Real	1 174 080,00 €
Armamar	1 074 191,00 €
Santa Marta de Penaguião	1 002 851,00 €

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Santa Marta de Penaguião ocupa o 10.º lugar no top 10 do Douro, no que respeita às exportações do setor de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, no ano de 2020.

Quanto à produção declarada de vinho, importa ter em conta o seguinte.

Figura 56: Produção declarada de vinho (em hl)


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tendo por base o cenário pós crise económico-financeiro de 2008, verifica-se que este fenómeno influenciou a produção declarada de vinho. Contudo, mesmo com algumas oscilações, o peso de Santa Marta de Penaguião no Douro tem tendência em aumentar nos últimos anos, alavancada essencialmente por picos de produção, possivelmente, associados ao aumento da área de produção de vinha, que é inconstante devido à recente plantação e aos efeitos das alterações climáticas mais intensos e recorrentes – situação aprofundada e validada nos subcapítulos 8.1.2 e 9.3.

No que se refere à dimensão produtiva do concelho, importa posicioná-lo face ao contexto da Região Norte, como se verifica na tabela seguinte.

Tabela 26: Top 10 da produção declarada de vinho (hl) a nível regional

Espaço geográfico	2019
Alijó	282 162
São João da Pesqueira	240 013
Lamego	228 061
Vila Nova de Foz Côa	168 868
Felgueiras	129 381
Santa Marta de Penaguião	126 258
Penafiel	118 360
Vila Real	112 362
Peso da Régua	109 106
Sabrosa	99 737

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

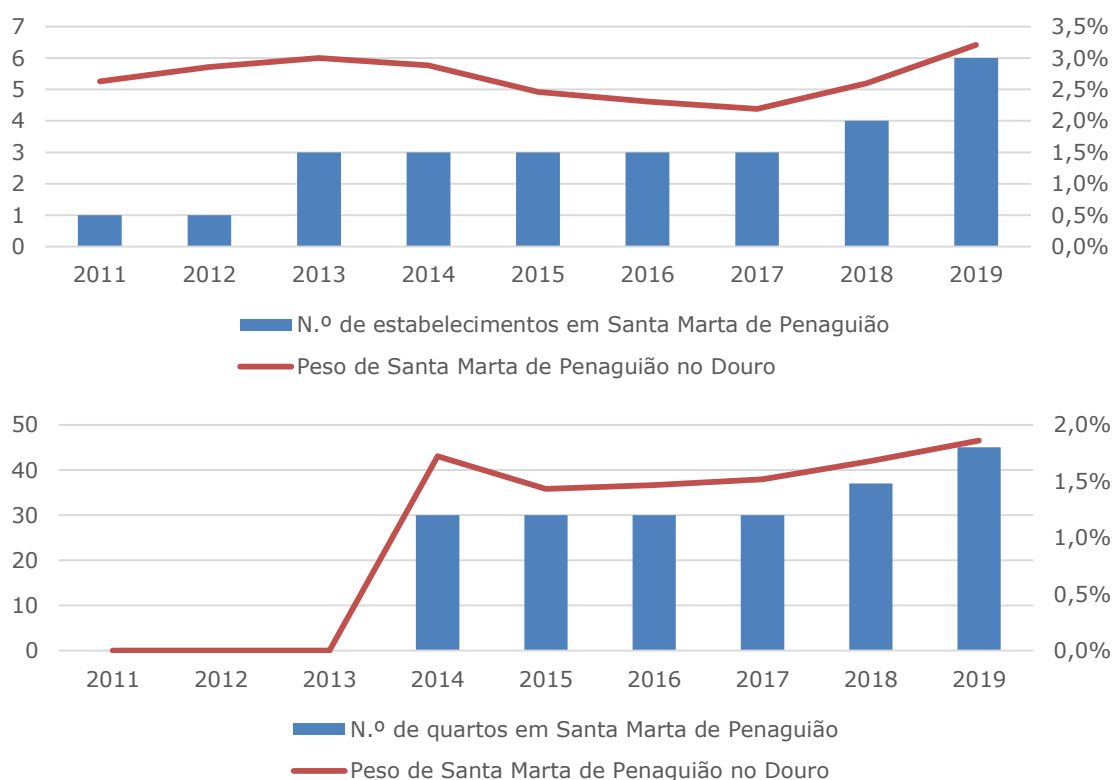
Santa Marta de Penaguião está no 6.º lugar do top 10 da Região Norte com a maior produção declarada de vinho.

Contudo, o impacto produtivo que o setor vinícola tem no concelho, o mesmo não se evidencia, como o expetável, na dimensão comercial e de empresarial do setor, muito por conta de que o domicílio fiscal de grande parte das empresas com atividade no concelho não está registada no concelho.

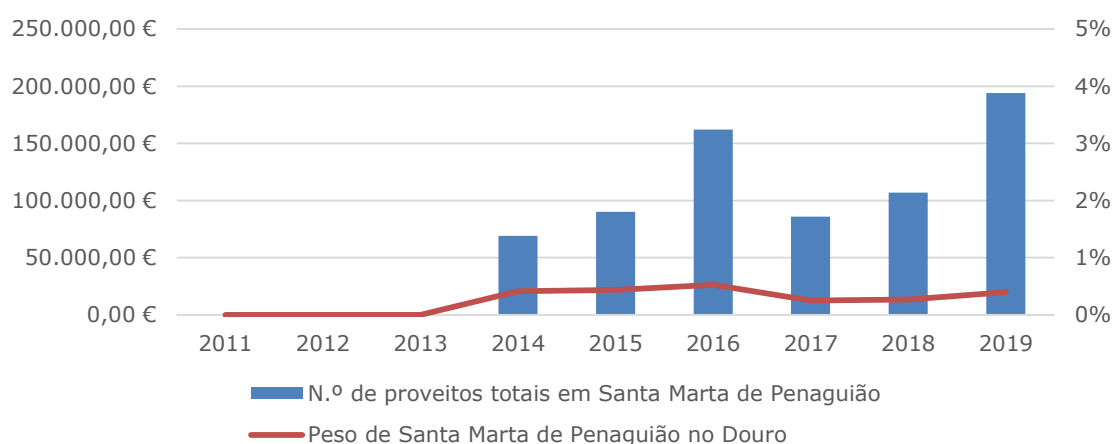
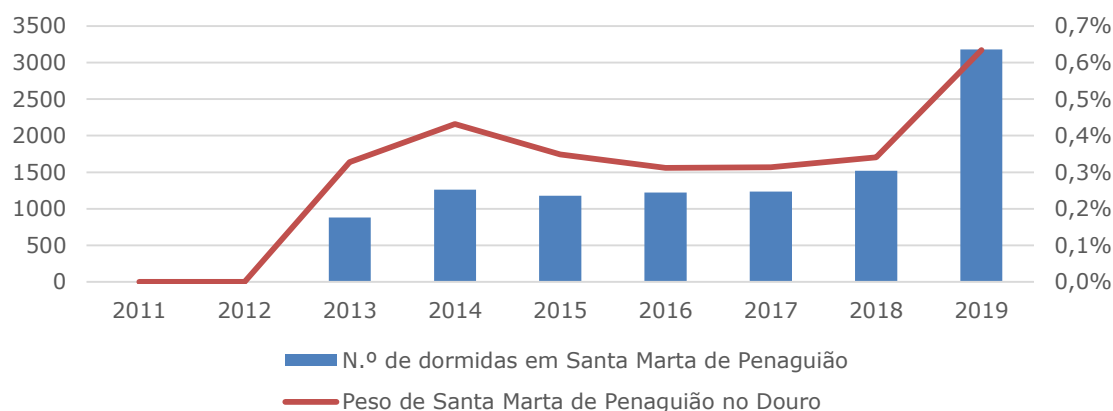
4.6.3. Turismo

Em termos turísticos, Santa Marta de Penaguião ao estar inserida num contexto geográfico de relevância nacional com projeção internacional, como é o caso do Douro, faz com que este setor tenha potencial, enquanto setor económico de futuro e *trending* dos últimos anos.

Figura 57: Indicadores relacionados com as dinâmicas turísticas



Continua na página seguinte.



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

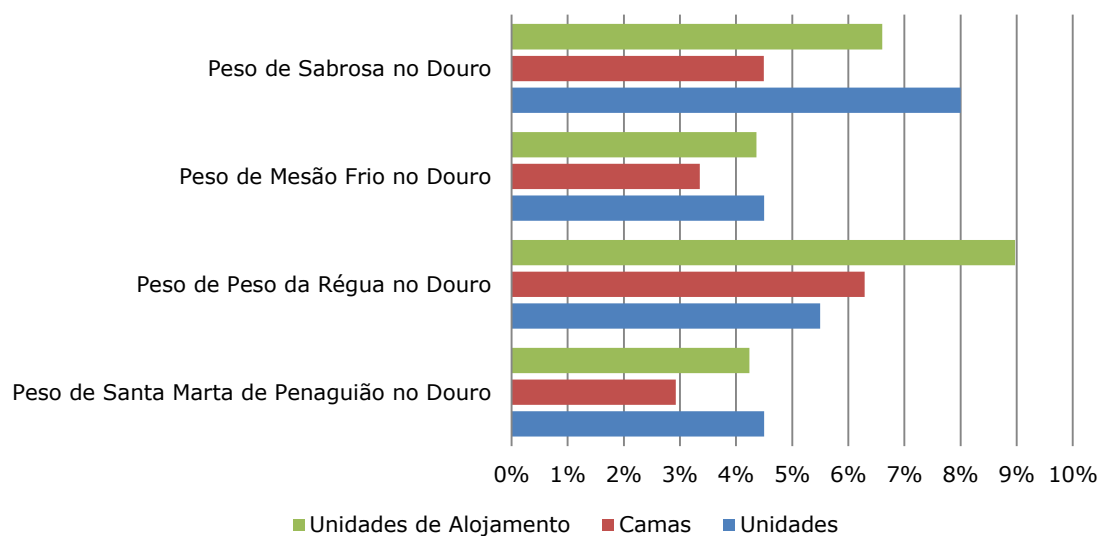
Tal como se depreende das figuras anteriores, o turismo é um setor que emergiu nos últimos anos, sendo marcado por uma evolução positiva nos anos seguintes à crise económico-financeira de 2008.

Em Santa Marta de Penaguião, isso verifica-se através do:

- N.º de estabelecimentos turísticos tem tendência a aumentar ao longo dos últimos anos, verificando-se em 2019, 6 estabelecimentos turísticos, que representam 3% dos estabelecimentos no Douro;
- N.º de quartos também cresce, registando em 2019, 45 quartos. Este valor representa um peso de 2% do concelho no Douro;
- Aumento do n.º de dormidas, registando-se em 2019, o n.º de 3182 dormidas – o n.º mais elevado de sempre neste indicador;
- Rendimento obtido via proveitos totais, verificando-se em 2019, o valor de 194 000,00 € – o melhor registo de sempre neste indicador.

De forma a complementar a informação anterior retirada do INE, importa ter em conta os indicadores turísticos referentes ao Turismo de Portugal.

Figura 58: Estabelecimentos turísticos

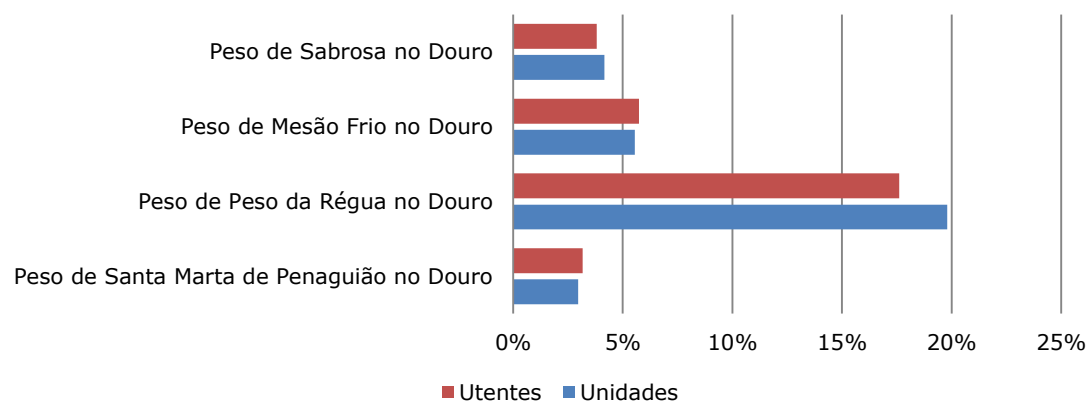


Fonte: SIGTUR

Verifica-se que Santa Marta de Penaguião apresenta um peso de 5% nas unidades de estabelecimentos turísticos (9 unidades), um peso de 3% no n.º de camas (190) e um peso de 4% nas unidades de alojamento (102 unidades).

No que se refere ao alojamento local, a figura que se segue representa a comparação com os espaços geográficos da envolvente ao nível da oferta disponível.

Figura 59: Alojamento local



Fonte: SIGTUR

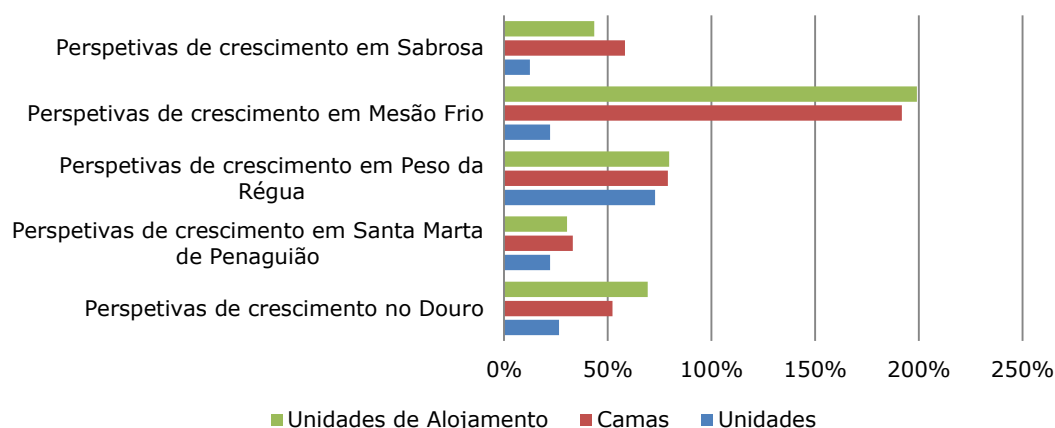
Observa-se que o concelho apresenta os valores mais baixos comparativamente com os espaços geográficos em análise, tendo um peso

de 3% das unidades de alojamento local e um peso de 3% do n.º de utentes do Douro.

Ainda assim, analisando o alojamento local confirma-se, através da dimensão e recente implementação deste regime de alojamento turístico, o setor que mais cresceu num curto espaço de tempo. Isto é, este segmento turístico ultrapassou a oferta disponível dos estabelecimentos turísticos em termos numéricos (15 alojamentos locais contra 9 estabelecimentos turísticos) e aproxima-se dos 190 utentes dos estabelecimentos turísticos, tendo a capacidade de albergar, à data de abril de 2021, 120 utentes.

Para finalizar, através dos dados disponibilizados pelo SIGTUR é possível criar perspetivas de crescimento da oferta turística.

Figura 60: Perspetivas de crescimento turístico



Fonte: SIGTUR

Em termos de perspetivas futuras, Santa Marta de Penaguião apresenta um crescimento de 22% dos estabelecimentos turísticos, assim como uma perspetiva de crescimento de 30%, quer no n.º de camas, quer no n.º de unidades de alojamento.

Apesar dos valores apresentados serem positivos, verifica-se que outros territórios analisados perspetivam um crescimento superior ao de Santa Marta de Penaguião, com a exceção de Sabrosa, no que toca ao crescimento dos estabelecimentos turísticos.

5. Parque Edificado e Habitacional

No presente capítulo foram analisados um conjunto de indicadores de forma a avaliar o edificado do concelho, a partir da base de dados estatísticos do INE e do Pordata.

Neste seguimento, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos valores relativos a Santa Marta de Penaguião, com o Douro, a Região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional do concelho.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação às freguesias, sempre que pertinente e possível.

5.1. Edifícios

5.1.1. Dimensão e conservação

De forma a conhecer o comportamento do concelho em relação ao edificado foi elaborada a tabela seguinte de forma a compreender as dinâmicas de Santa Marta de Penaguião e a evolução do n.º de edifícios no período intercensitário.

Tabela 27: Evolução do n.º de edifícios

Espaço geográfico	2001	2011	Var. (2001/2011)
Portugal	3 160 043	3 544 389	12%
Norte	1 100 329	1 209 911	10%
Douro	109 289	118 572	8%
Santa Marta de Penaguião	4 190	4 346	4%
<i>Alvações do Corgo</i>	281	319	14%
<i>Cumieira</i>	652	679	4%
<i>Fontes</i>	765	687	-10%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	436	502	15%
<i>Medrões</i>	349	349	0%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	1 194	1 305	9%
<i>Sever</i>	513	505	-2%

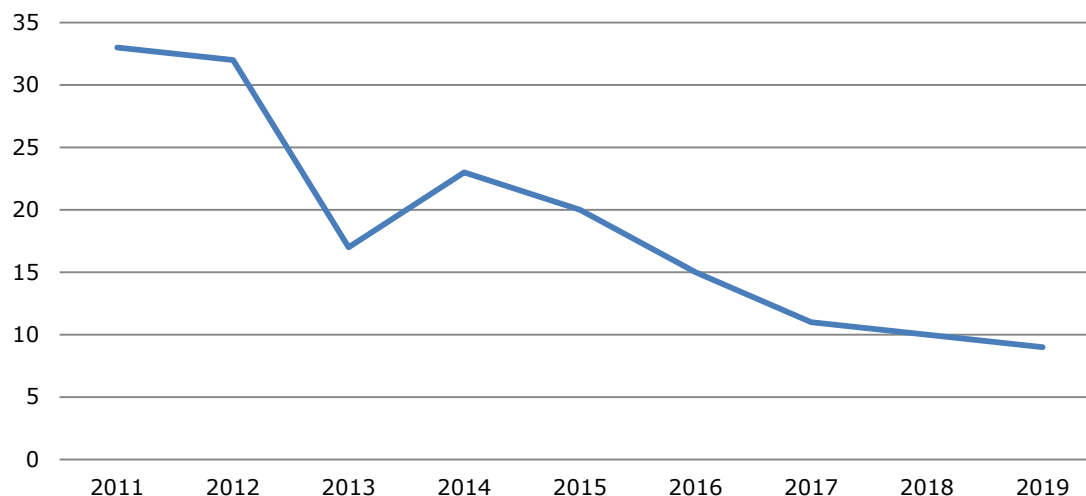
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Deste modo, e com base na análise da tabela anterior verifica-se um crescimento positivo no concelho, registando-se uma variação de 4% entre o ano de 2001, que apresenta um total de 4 190 edifícios, e o ano de 2011, onde se verificavam 4 346 edifícios.

Esta tendência é seguida pela maioria das freguesias, à exceção de Fontes que apresenta uma variação negativa de -10% e de Sever que regista uma variação negativa de -2% em 2011 face ao ano de 2001.

Portugal, a Região Norte e o Douro apresentam, de igual modo, uma variação positiva face ao período em análise.

De forma a perceber o comportamento do concelho ao longo dos anos, importa ter em consideração um período temporal mais recente, como se pode verificar no gráfico seguinte, que representa a evolução do n.º de edifícios concluídos, entre 2011/2019, em Santa Marta de Penaguião.

Figura 61: Evolução do n.º de edifícios concluídos


Fonte: INE

Com base nos dados apresentados, verifica-se que a tendência registada relativamente à evolução do n.º de edifícios é de diminuição ao longo do período em análise. Santa Marta de Penaguião registava 33 edifícios concluídos em 2011 e no ano de 2019 apenas 9.

Quanto à idade média do edificado, importa ter em conta a tabela seguinte.

Figura 62: Idade média do edificado

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	33,92	37,92	12%
Norte	32,59	36,54	12%
Douro	36,14	40,03	11%
Santa Marta de Penaguião	35,18	39,36	12%
Alvações do Corgo	30,19	25,34	-16%
Cumieira	29,99	36,63	22%
Fontes	43,96	46,33	5%
U. F. de Fornelos e Louredo	41,91	52,48	25%
Medrões	18,15	44,79	147%
U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	37,15	35,39	-5%
Sever	34,29	43,35	26%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A idade média do edificado em 2011 é de 39 anos no concelho, verificando-se uma variação de 12% face ao ano de 2001. As freguesias refletem a mesma tendência de variação positiva do concelho, à exceção de Alvações do Corgo que apresenta uma variação negativa de -16% e da U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, que regista uma variação negativa de -5% em 2011 face ao ano de 2001.

A tabela seguinte exhibe os dados recolhidos relativamente à proporção de edifícios construídos nos últimos dez anos.

Figura 63: Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	19%	14%	-5%
Norte	20%	15%	-6%
Douro	18%	12%	-5%
Santa Marta de Penaguião	16%	14%	-2%
<i>Alvações do Corgo</i>	16%	36%	20%
<i>Cumieira</i>	23%	13%	-10%
<i>Fontes</i>	12%	7%	-5%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	11%	9%	-2%
<i>Medrões</i>	9%	11%	2%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	17%	18%	1%
<i>Sever</i>	21%	6%	-15%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na tabela anterior observa-se que o concelho apresenta uma diferença negativa de -2%, no período de referência. Relativamente às freguesias verifica-se que, de um modo geral, estas acompanham o mesmo comportamento do concelho, à exceção de Alvações do Corgo, que apresenta uma diferença de 20%, Medrões, que regista uma diferença de 2% e a U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane que apresenta uma diferença positiva de 1%.

Comparativamente com outros espaços em análise, conclui-se que a dinâmica construtiva diminuiu, no período em análise, podendo ser justificado pela regressão demográfica e pela influência da crise económico-financeira de 2008.

Simultaneamente aos dois indicadores avaliados anteriormente, é possível aferir a necessidade de intervenção/reparação do edificado em Santa Marta de Penaguião, uma vez que quanto mais elevada for idade dos edifícios, por norma, maior será a necessidade de reparação dos mesmos.

No seguimento desta avaliação, mostra-se pertinente a análise da proporção de edifícios muito degradados representados na tabela seguinte.

Figura 64: Proporção de edifícios muito degradados

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	3%	2%	-1%
Norte	4%	2%	-2%
Douro	5%	3%	-3%
Santa Marta de Penaguião	5%	1%	-4%
<i>Alvações do Corgo</i>	0%	0%	0%
<i>Cumieira</i>	6%	0%	-6%
<i>Fontes</i>	6%	0%	-6%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	3%	1%	-2%
<i>Medrões</i>	3%	4%	1%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	4%	2%	-2%
<i>Sever</i>	16%	0%	-16%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

De um modo geral, a proporção de edifícios muito degradados apresenta uma diferença negativa, entre 2001/2011, em todos os espaços geográficos em que o concelho se insere. Santa Marta de Penaguião apresenta uma diferença negativa de -4%, uma vez que em 2001 apresentava uma proporção de edifícios degradados de 5% e em 2011 essa proporção diminuiu para 1%.

No que toca às freguesias, importa referir que a tendência geral acompanha o cenário refletido pelo concelho, à exceção de Alvações do Corgo que não altera a proporção de edifícios muito degradados no período referido e de Medrões que apresenta uma diferença positiva de 1%.

5.1.2. Tipologia

As dinâmicas dos edifícios em Santa Marta de Penaguião estão associadas ao processo de novas construções, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 28: Tipologia dos edifícios concluídos

Ano	NC	AAR
2011	21	12
2012	25	7
2013	10	7
2014	14	9
2015	12	8
2016	14	1
2017	8	3
2018	10	0
2019	8	1

Legenda:

NC – Novas construções

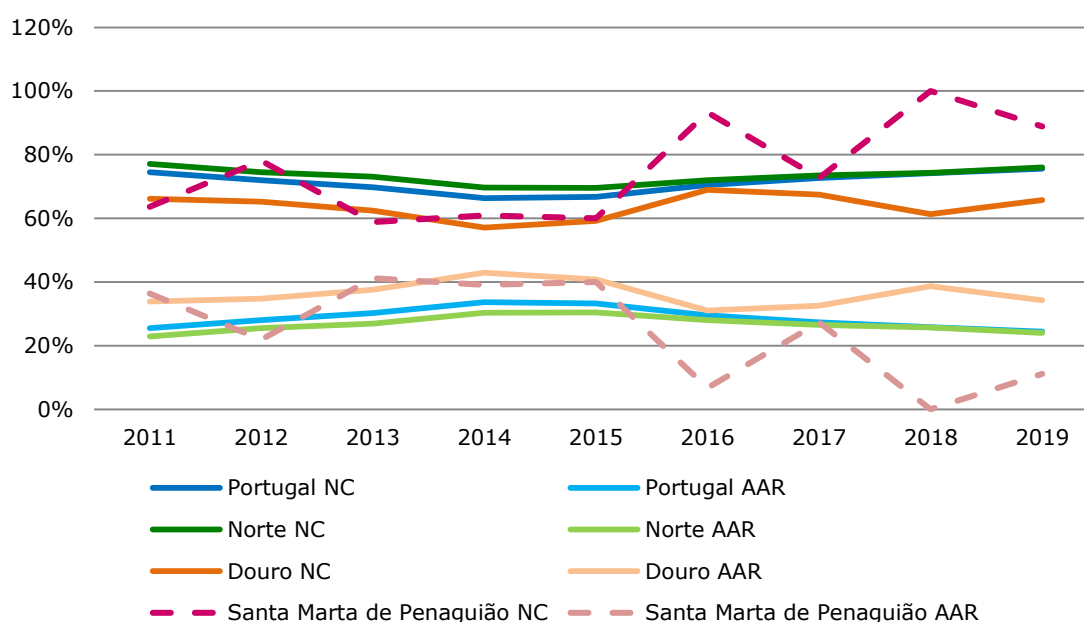
AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: INE

A tipologia predominante nos edifícios concluídos são as novas construções. Comparativamente com 2011, verifica-se uma diminuição deste processo, verificando-se em 2011, o total de 21 edifícios e em 2019 apenas 8. O n.º de ampliações/alterações/reconstruções também vai diminuindo ao longo do período, indo dos 12 edifícios em 2011 para 1 no ano de 2019.

Na figura seguinte pode-se observar a evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos e comparar a realidade do concelho com os espaços geográficos em que este se insere.

Figura 65: Evolução da proporção da tipologia de edifícios concluídos



Legenda:

NC – Novas construções

AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

A proporção das construções novas é uma dinâmica dominante em todos os espaços geográficos em análise, como se pode verificar através da análise da figura anterior.

Dito isto, e partindo para uma leitura a nível concelhio, denota-se uma tendência decrescente das ampliações/alterações/reconstruções, passando de 36% em 2011 para 11% no ano de 2019, o que faz aumentar, consequentemente, a representatividade da nova construção.

5.1.3. Função

As dinâmicas construtivas do edificado de Santa Marta de Penaguião estão associadas à habitação familiar, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 29: Função dos edifícios concluídos

Ano	HF	O
2011	22	11
2012	20	12
2013	9	8
2014	14	9
2015	16	4
2016	6	9
2017	7	4
2018	6	4
2019	5	4

Legenda:

HF – Habitação Familiar

O – Outros

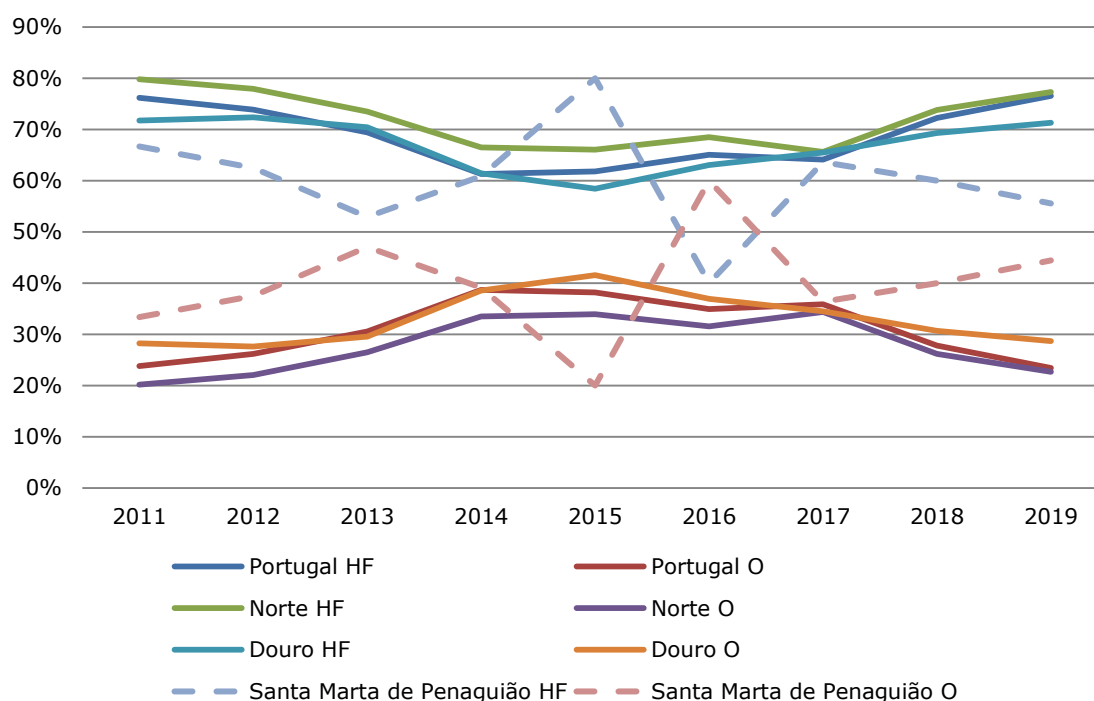
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da tabela anterior, verifica-se que, de modo geral, a tendência verificada é de diminuição do n.º de edifícios concluídos em ambas as dinâmicas. Em 2011, o concelho apresenta 22 edifícios destinados a habitação familiar e em 2019, assiste-se a uma redução desse valor para 5 edifícios.

No que respeita aos edifícios destinados a outros fins, denota-se uma redução dos mesmos, no período de análise, passando de 11 edifícios em 2011 para 4 em 2019.

A figura seguinte representa a evolução da proporção da função de edifícios concluídos, em Santa Marta de Penaguião e nos territórios geográficos em que o concelho se insere.

Figura 66: Evolução da proporção da função de edifícios concluídos



Legenda:

HF – Habitação familiar

O – Outros

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No período em análise, com base na figura verifica-se que a proporção de edifícios destinados à habitação familiar é predominante em Portugal, na Região Norte e no Douro.

Em Santa Marta de Penaguião, observa-se até ao ano de 2015, um predomínio da dinâmica de habitação familiar. Contudo, a partir de 2015 assiste-se a um decréscimo, passando de 80% para 40% em 2016. Desta forma verifica-se uma subida na proporção de edifícios destinados a outras funções, verificando-se em 2016, o valor de 60%, que se distingue como o valor mais elevado no concelho, neste domínio, no período em análise.

Tal acontece, devido ao comportamento dos indicadores demográficos que evidenciam uma aparente ausência de necessidade de mais habitação face à diminuição da população residente e de aumento da população idosa nos últimos anos e dos indicadores económicos que demonstram a recuperação da atividade agrícola e o surgimento do turismo, favorecendo, deste modo, outros fins para a construção.

5.2. Alojamentos

5.2.1. Dimensão e conservação

De modo a analisar o comportamento da dinâmica concelhia, no que respeita ao alojamento, encontra-se na tabela seguinte a evolução do n.º de alojamentos no período intercensitário.

Tabela 30: Evolução do n.º de alojamentos

Espaço geográfico	2001	2011	Var.
Portugal	5 054 922	5 878 756	16%
Norte	1 613 781	1 850 890	15%
Douro	125 789	139 187	11%
Santa Marta de Penaguião	4 556	4 631	2%
<i>Alvações do Corgo</i>	287	320	11%
<i>Cumieira</i>	712	690	-3%
<i>Fontes</i>	776	702	-10%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	451	505	12%
<i>Medrões</i>	351	349	-1%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	1 442	1 558	8%
<i>Sever</i>	537	507	-6%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita a evolução do n.º de alojamento de Santa Marta de Penaguião, verifica-se que o concelho apresenta uma variação positiva de 2%, apresentando no ano de 2001 um total de 4 556 alojamentos e no ano de 2011, um total de 4 631 alojamentos.

Importa referir que do ponto de vista das freguesias, esta tendência não se reflete, observando-se em algumas delas uma variação negativa, como é o caso de Cumieira, com uma variação de -3%, Fontes, que regista -10%, Medrões, com -1% e Sever que apresenta uma variação de -6%.

A tabela seguinte apresenta-se os dados relativos ao n.º de alojamentos por edifícios em 2001 e 2011.

Tabela 31: N.º de alojamentos por edifício

Espaço geográfico	2001	2011
Portugal	1,6	1,7
Norte	1,5	1,5
Douro	1,2	1,2
Santa Marta de Penaguião	1,1	1,1
<i>Alvações do Corgo</i>	1,0	1,0
<i>Cumieira</i>	1,1	1,0
<i>Fontes</i>	1,0	1,0
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	1,0	1,0
<i>Medrões</i>	1,0	1,0
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	1,2	1,2
<i>Sever</i>	1,0	1,0

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nos dados da tabela anterior, verifica-se que uma tendência de estabilização do n.º de alojamentos por edifício ao longo do período de referência apresentado, no concelho. Ao nível das freguesias, conclui-se que estas acompanham a tendência verificada no concelho.

5.2.2. Ocupação

De forma a elaborar uma análise mais consolidada, importa juntar aos indicadores quantitativos, analisados anteriormente, indicadores que nos permitam avaliar o grau de ocupação dos mesmos.

Tabela 32: % de alojamentos vagos

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	11%	13%	2%
Norte	10%	11%	1%
Douro	11%	11%	1%
Santa Marta de Penaguião	11%	10%	-1%
<i>Alvações do Corgo</i>	8%	12%	4%
<i>Cumieira</i>	1%	5%	5%
<i>Fontes</i>	17%	7%	-10%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	10%	22%	12%
<i>Medrões</i>	26%	9%	-16%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	8%	12%	5%
<i>Sever</i>	27%	3%	-23%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Neste seguimento e com base na tabela anterior, que representa a % de alojamentos vagos, verifica-se que o concelho apresenta uma diferença de -1% em 2011, comparativamente ao ano de 2001.

No que respeita as freguesias, verifica-se que algumas delas aumentam a % de alojamentos vagos, designadamente, Alvações do Corgo (4%), Cumieira (5%), U. F. de Fornelos e Louredo (12%) e a U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane (5%).

O cenário concelhio neste indicador não se assemelha ao observado nos espaços geográficos em que se insere, uma vez que estes registam um aumento da % de alojamentos vagos. Isto acontece, devido ao reaproveitamento dos alojamentos existentes por causa dos condicionalismos existentes para a construção, verificando-se, contudo, a persistência em manter-se a dinâmica da construção nova em vez da reabilitação, o que induz a hipótese desta ocupação dos alojamentos vagos

ser efetuada sem a necessidade de intervenções no edificado e, por sua vez, nos alojamentos.

No que toca à sazonalidade dos alojamentos, importa ter em consideração o seguinte.

Tabela 33: % de alojamentos de uso sazonal

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	18%	19%	1%
Norte	16%	18%	2%
Douro	30%	35%	5%
Santa Marta de Penaguião	24%	30%	6%
<i>Alvações do Corgo</i>	21%	29%	9%
<i>Cumieira</i>	37%	34%	-3%
<i>Fontes</i>	32%	45%	13%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	23%	26%	3%
<i>Medrões</i>	10%	34%	24%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	22%	22%	0%
<i>Sever</i>	14%	41%	27%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No período intercensitário existe uma diferença positiva de 6% no concelho, dado que em 2001 regista-se o valor de 24% e em 2011, o correspondente a 30%.

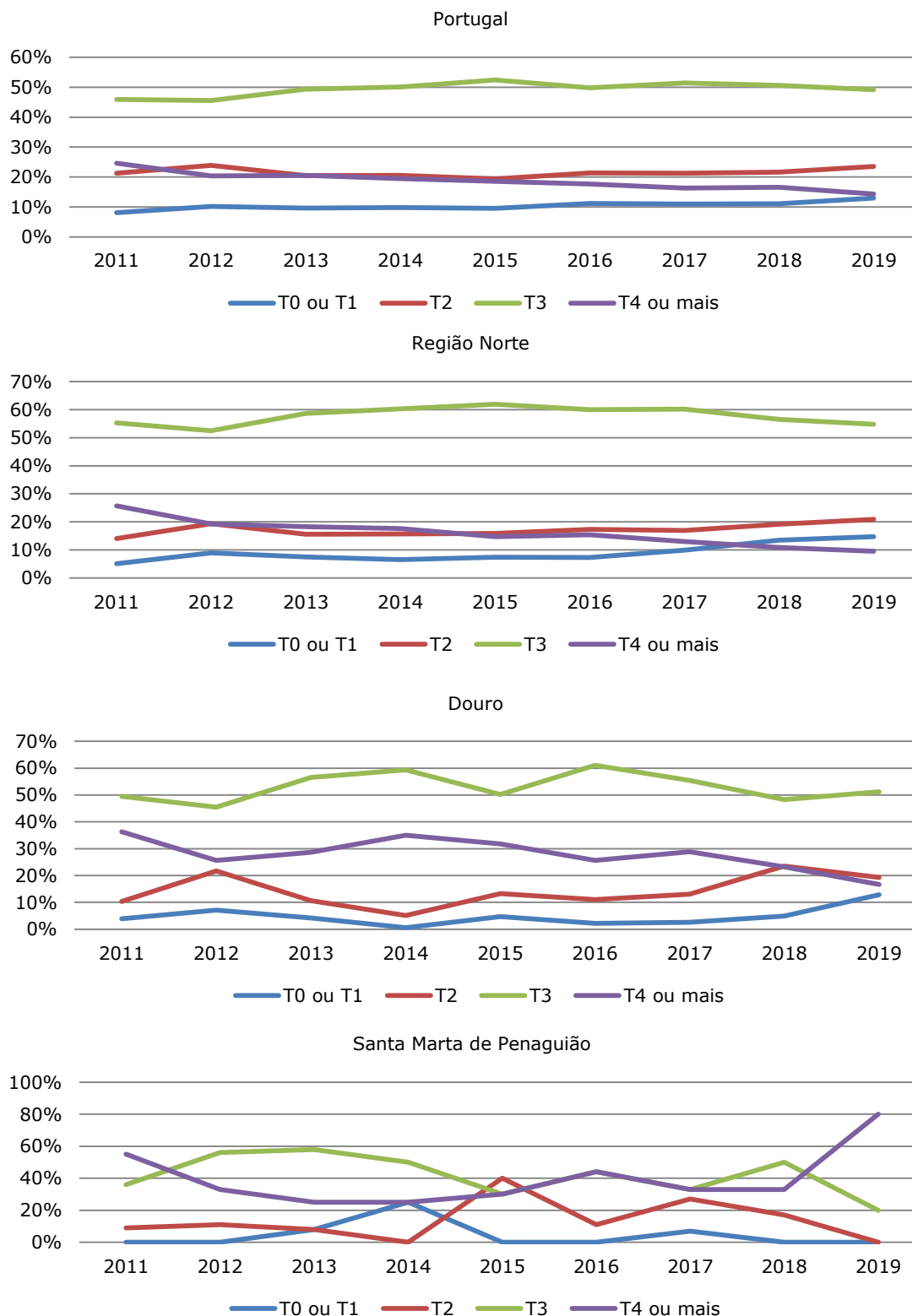
Esta tendência de crescimento é acompanhada pelas freguesias do concelho, à exceção da Cumieira que apresenta uma diminuição de -3% da % de alojamentos de uso sazonal.

Importa ainda salientar que os espaços geográficos em que o concelho se insere, apresentam todos um crescimento da % de alojamentos de uso sazonal, como se pode verificar na tabela anterior.

Este comportamento do indicador é associado à realidade demográfica regressiva, que aliada a um processo migratório de emigração/êxodo rural dos anos 50/60/70/80 do século XX faz com que Santa Marta de Penaguião tenha um peso dos seus alojamentos de uso sazonal com significado. É de salientar que, ainda assim, é inferior ao que se verifica no Douro.

5.2.3. Tipologias

Figura 67: Proporção de fogos licenciados por tipologia



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nas figuras anteriores, observa-se que nos grandes espaços geográficos, como Portugal e a Região Norte, os fogos apresentam entre si valores mais lineares e assentes, predominantemente, na T3.

O Douro segue a tendência referida anteriormente, contudo, os valores dos fogos estão mais dispersos por tipologias, sendo de relevar o recente crescimento das tipologias mais pequenas, muito por conta da dinâmica turística assente em tipologias que procuram ser mais rentáveis e adequadas à procura existente, como é o caso do T0 ou T1.

No que respeita Santa Marta de Penaguião, verifica-se que os valores têm maior expressão nas tipologias maiores, mas que não evidenciam uma tendência clara de licenciamento dos fogos, devido a uma maior variabilidade dos valores.

5.3. Habitação social

De seguida serão analisados alguns indicadores que permitem conhecer o cenário de habitação social em Santa Marta de Penaguião, como se pode observar através da tabela seguinte.

Tabela 34: Indicador de habitação social

Indicador		2012		2015	
		Douro	Santa Marta de Penaguião	Douro	Santa Marta de Penaguião
Despesa com o parque habitacional social		380 649,00 €	109 633,00 €	1 223 449,00 €	33 454,00 €
Fogos de Habitação Social	Fogos	1644	71	1662	70
	Fogos Vagos	23	0	85	3
	Fogos Arrendados	1607	71	1563	67
	Fogos com rendas em dívida	278	32	230	14
Edifícios de Habitação Social		455	8	581	24
Valor médio das rendas de habitação Social		42,00 €	41,00 €	42,00 €	29,00 €

Fonte: INE

Após a análise da tabela anterior, verifica-se que o Douro, no que concerne às despesas com o parque habitacional social, regista um aumento passando de 380 649€ em 2012 para 1 223 449€ em 2015. O n.º de fogos aumenta (18), em 2015. O n.º de fogos arrendados diminui (-44), assim como o n.º de fogos com rendas em atraso (-48). Denota-se ainda um crescimento do n.º de fogos vagos (62).

No que respeita a Santa Marta de Penaguião, verifica-se desde 2012, uma ligeira diminuição do n.º de:

- Fogos (-1);
- Fogos arrendados (-4)
- Fogos com rendas em dívida (-18).

Quanto ao n.º de edifícios de habitação social, este indicador aumenta (16), uma vez que em 2012 registavam-se 8 e em 2015 verifica-se 24 edifícios.

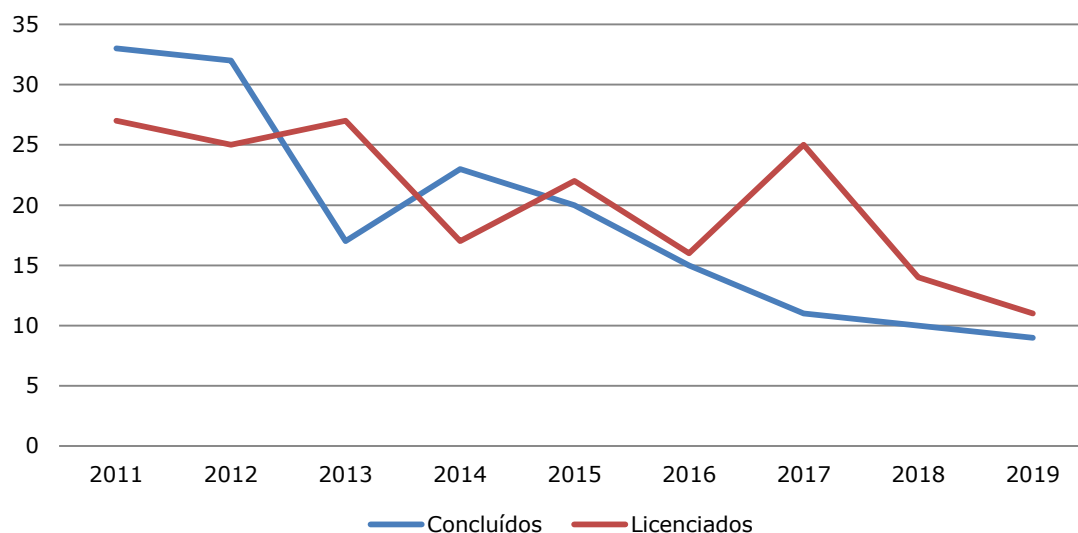
Curiosamente, em termos de oferta deste segmento habitacional, verifica-se que Santa Marta de Penaguião apresenta um rácio de oferta do n.º de fogos melhor que o Douro. O concelho tem 1 fogo por cada 97 habitantes e o Douro tem 1 fogo por cada 117 habitantes.

5.4. Dinâmicas recentes

5.4.1. Edifícios licenciados

A figura seguinte representa a evolução do n.º de edifícios concluídos e licenciados, entre 2011/2019, em Santa Marta de Penaguião.

Figura 68: Evolução do n.º de edifícios concluídos e licenciados

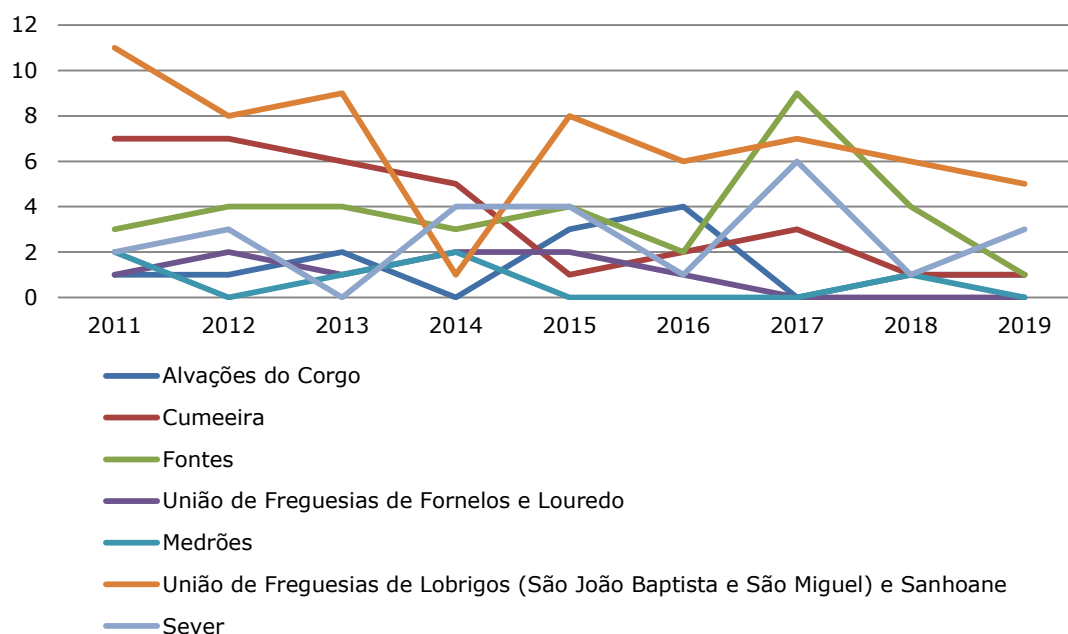


Fonte: INE

A tendência verificada após a análise da figura é de diminuição da dinâmica construtiva no concelho, uma vez que se observa uma diminuição conjunta do n.º de edifícios concluídos e licenciados, no período em análise.

No que respeita aos edifícios concluídos verifica-se que estes sofrem uma diferença de -24 edifícios no ano de 2019 face ao 2011. Em relação aos edifícios licenciados, estes apresentam uma diminuição de -16 edifícios em 2019 comparativamente com 2011.

De modo a elaborar uma análise mais pormenorizada desta dinâmica, observa-se o gráfico seguinte que representa a evolução do n.º de edifícios licenciados à escala das freguesias de Santa Marta de Penaguião.

Figura 69: N.º de edifícios licenciados por freguesia


Fonte: INE

Com base na análise do gráfico anterior verifica-se que, de um modo geral, o n.º de edifícios licenciados por freguesia é variável, apresentado só a freguesia da Cumieira uma dinâmica mais linear, embora seja regressiva entre 2011/2019.

É de salientar que os valores apresentados refletem o efeito da crise económico-financeira de 2008 no setor imobiliário, que originou quebras significativas no n.º de licenciamentos.

Na tabela seguinte observam-se os valores relativos à tipologia dos edifícios licenciados, no período de entre 2011/2019.

Tabela 35: Tipologia dos edifícios licenciados

Ano	NC	AAR
2011	20	7
2012	16	9
2013	19	8
2014	10	7
2015	19	3
2016	12	4
2017	24	1
2018	14	0
2019	8	3

Legenda:

NC – Novas construções

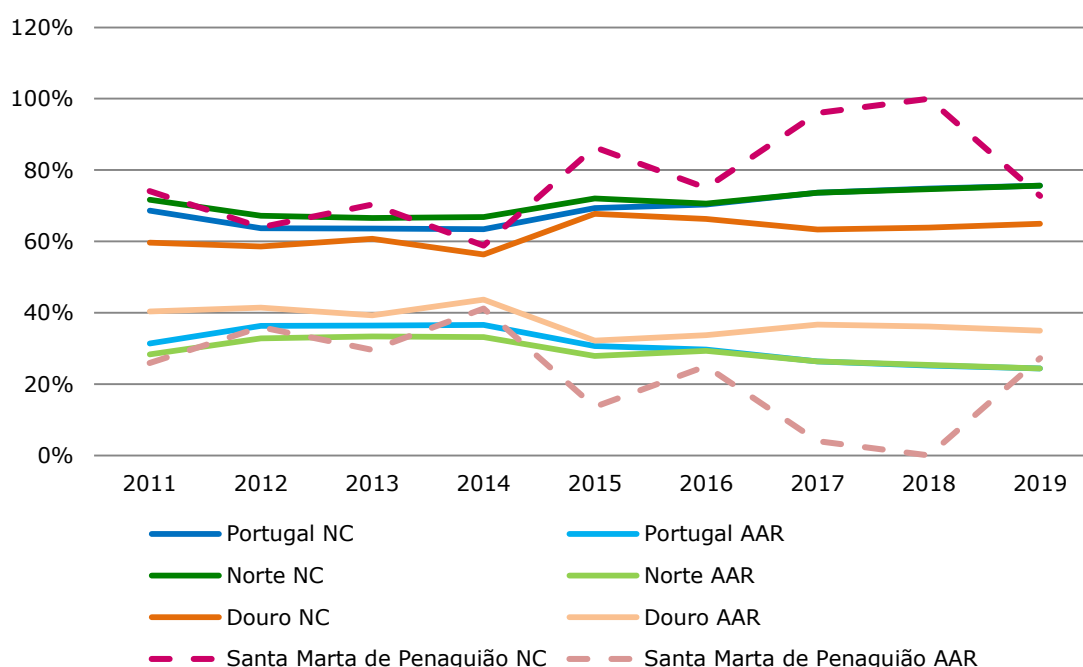
AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: INE

A tipologia dominante nos edifícios licenciados de Santa Marta de Penaguião corresponde às dinâmicas de novas construções. No que respeita a esta dinâmica, verifica-se no ano de 2011, um total de 20 edifícios e em 2019, 8 edifícios.

Em relação às dinâmicas de reabilitação urbana pode-se concluir que estas têm uma tendência decrescente, uma vez que em 2019 se registam 3 edifícios, o que comparativamente com 2011 representa uma diminuição de 4 edifícios.

Figura 70: Evolução da proporção da tipologia de edifícios licenciados



Legenda:

NC – Novas construções

AAR – Ampliações/ Alterações/ Reconstruções

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Como se pode observar através da análise da figura anterior, a proporção de construções novas é dominante em todos os espaços geográficos em análise.

No que respeita a novas construções, o concelho apresenta em 2019, uma proporção de edifícios correspondente a 73%, o que comparativamente com o ano de 2011, não revela grandes alterações (74%).

As dinâmicas de reabilitação urbana também se apresentam variáveis, ao longo dos anos, embora com valores mais baixos.

A tabela seguinte representa a evolução de Santa Marta de Penaguião face à evolução da função dos edifícios licenciados, no período de 2011/2019.

Figura 71: Função dos edifícios licenciados

Ano	HF	O
2011	17	10
2012	15	10
2013	19	8
2014	9	8
2015	13	9
2016	12	4
2017	16	9
2018	6	8
2019	6	5

Legenda:
HF – Habitação Familiar
O – Outros

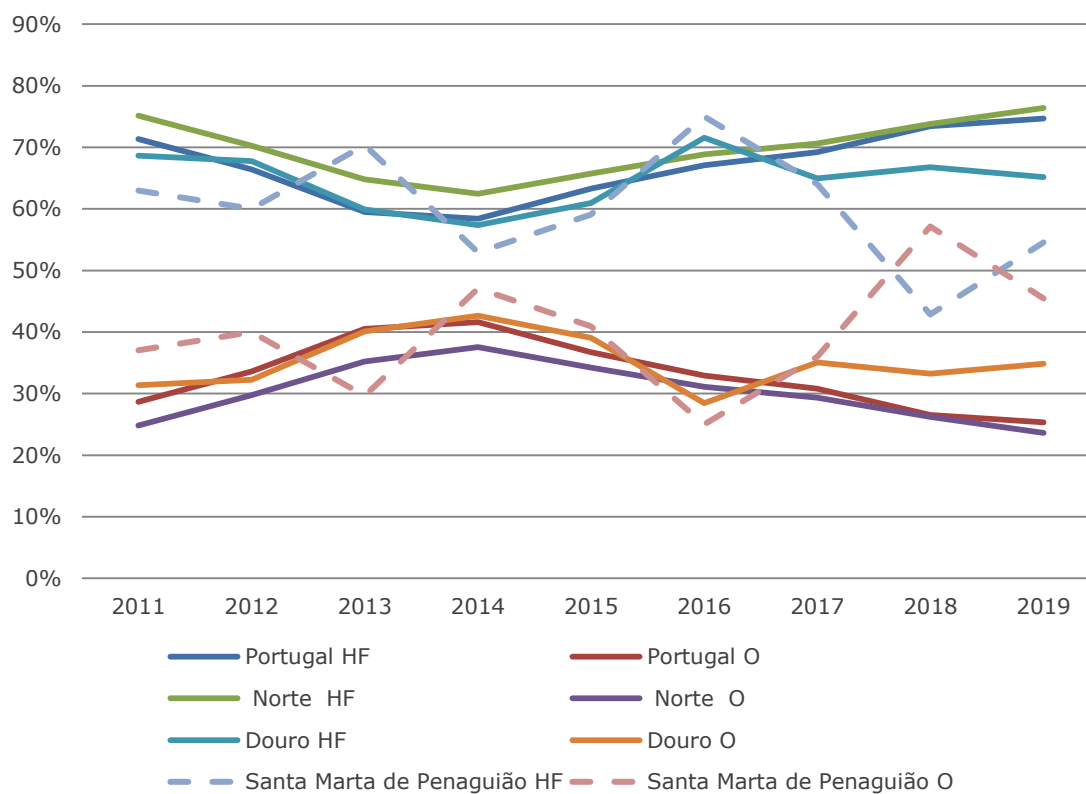
Fonte: INE

Com base na tabela anterior, conclui-se que o concelho apresenta uma dinâmica variável ao longo do ano, com tendência decrescente. No que respeita os edifícios destinados a habitação familiar, denota-se que em 2011, o concelho registava 17 edifícios e em 2019 assiste-se a uma redução superior a 50%, verificando-se apenas 6 edifícios.

Em relação aos edifícios licenciados destinados a outras funções verifica-se uma redução no período em análise, uma vez que em 2011 registam-se 10 edifícios e no ano de 2019 verificam-se 5.

A figura seguinte representa a evolução da proporção da função de edifícios licenciados, de forma a analisar o concelho e os espaços geográficos em que este se insere, no período de 2011/2019.

Figura 72: Evolução da proporção da função de edifícios licenciados



Legenda:
HF – Habitação Familiar
O – Outros

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

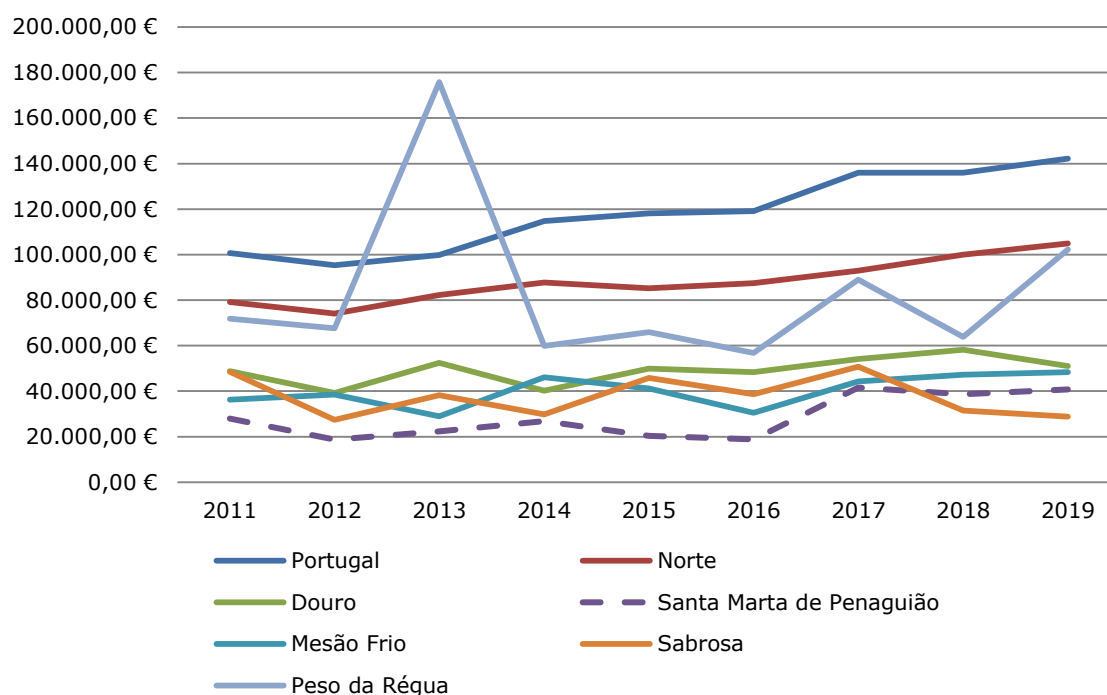
Após a análise da figura anterior conclui-se que a proporção de edifícios destinados à habitação familiar é predominante em Portugal, na Região Norte e no Douro.

Santa Marta de Penaguião acompanha as tendências verificadas à exceção do ano de 2018 em que a proporção de edifícios destinados a outras funções é predominante (57%).

5.4.2. Valor de mercado

De forma a analisar o contexto imobiliário do concelho na íntegra, importa analisar a evolução do valor médio transacionado por prédio urbano, como demonstra a figura seguinte.

Figura 73: Evolução do valor médio transacionado por prédio urbano



Fonte: INE

Tendo por base um contexto de pós-crise económico-financeira de 2008, denota-se o aumento do valor médio do prédio transacionado na maioria dos espaços geográficos em análise, à exceção de Sabrosa que apresenta uma variação negativa (-41%) entre o período de análise.

A nível concelhio, importa ressaltar que apesar de algumas oscilações verificadas ao longo dos anos em estudo, Santa Marta de Penaguião apresenta uma variação positiva de 46%, entre 2011/2019 – simbolizando a maior valorização predial dos espaços geográficos em estudo e crescendo mais do que o País.

6. Infraestruturas

No presente capítulo foram analisados um conjunto de indicadores de forma a avaliar o sistema de infraestruturas em Santa Marta de Penaguião, a partir da base de dados disponibilizadas por distintas entidades, relativas à/ao: água, eletricidade, resíduos e transportes.

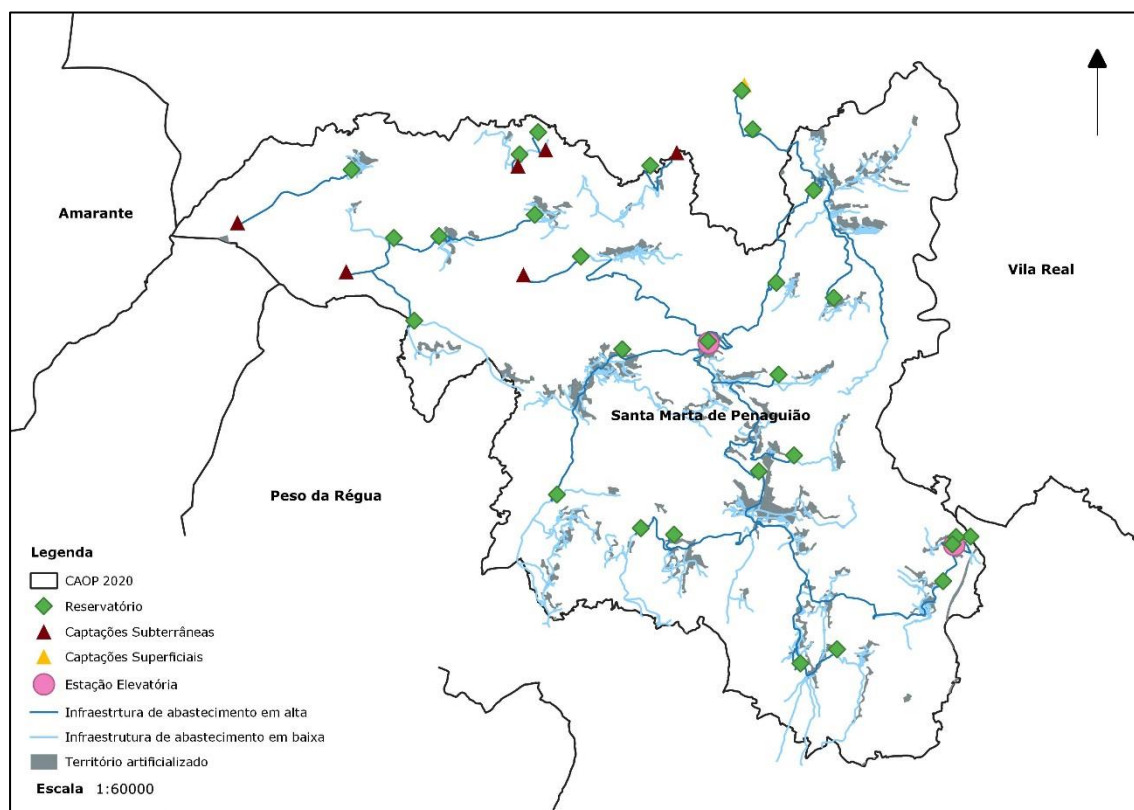
Neste seguimento, e de forma a realizar uma análise mais pormenorizada dos dados, apresenta-se o confronto dos valores relativos a Santa Marta de Penaguião, com o Douro, a Região Norte e Portugal, com o objetivo de verificar a evolução relativamente ao contexto sub-regional, regional e nacional.

Os indicadores avaliados são analisados de forma geral para a totalidade do concelho, fazendo-se a desagregação às freguesias, sempre que pertinente e possível.

6.1. Água

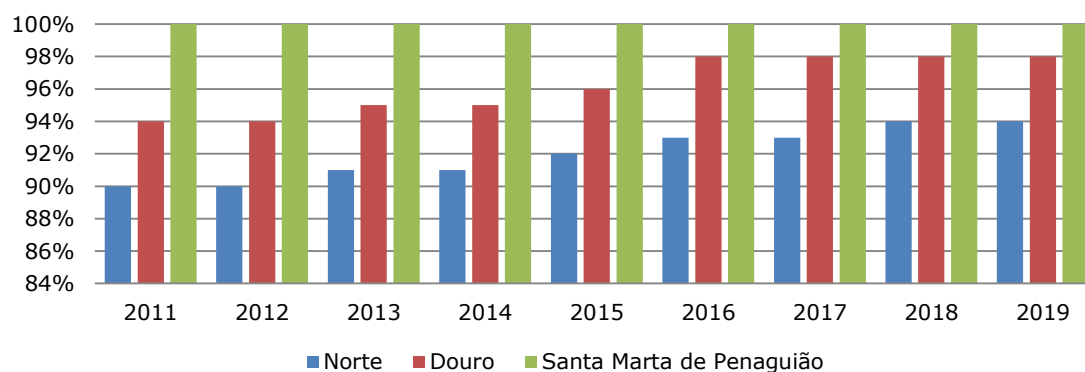
Em Santa Marta de Penaguião, a rede de abastecimento tem uma extensão de 181 km, contabilizando-se 27 reservatórios, presentes em todas as freguesias, 7 captações de água subterrânea e 2 estações elevatórias.

Figura 74: Rede de abastecimento de água



A figura seguinte representa a proporção de alojamentos com abastecimentos de água, entre 2011/2019.

Figura 75: Proporção de alojamentos com abastecimento de água

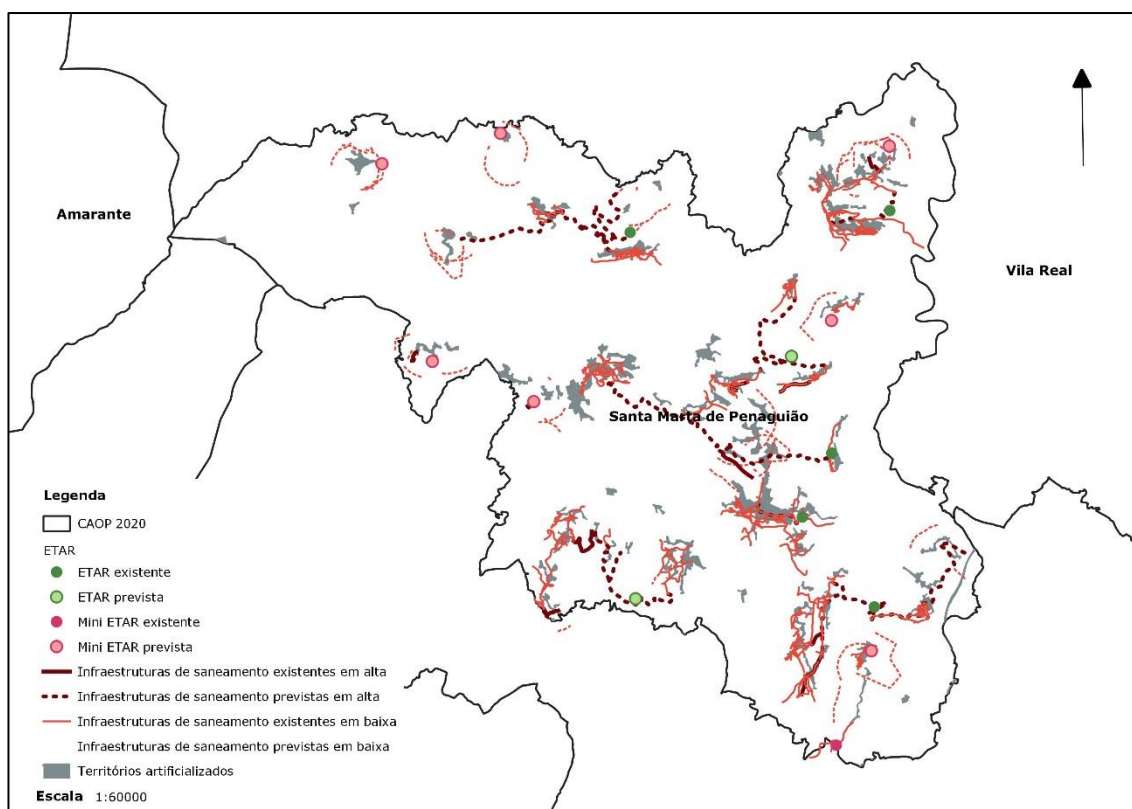


Com base no gráfico anterior pode-se concluir que, em Santa Marta de Penaguião, a totalidade do concelho é servida pelos sistemas de abastecimento de água, em todos os anos analisados. Estes valores podem ser justificados pela qualidade de cobertura do sistema e pela ausência de elevados índices de dispersão, que facilitaram essa cobertura.

Importa ainda referir que o concelho apresenta os valores mais elevados comparativamente com aos espaços geográficos em análise.

Quanto à rede de saneamento, em Santa Marta de Penaguião, tem uma extensão de 108 km, sendo 37% dela prevista, contabilizando-se um total de 5 ETAR existentes e duas previstas, e uma 1 mini ETAR existente e 7 previstas.

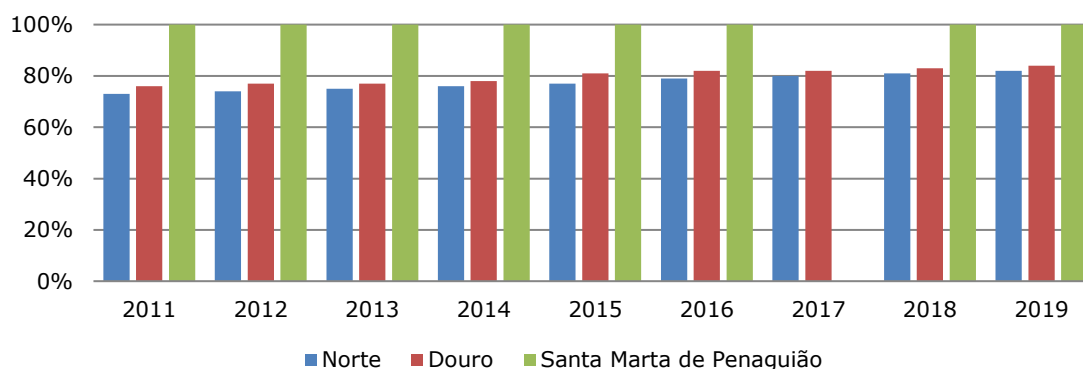
Figura 76: Rede de saneamento



Fonte: CMSMP

A figura seguinte apresenta os valores correspondentes à proporção de alojamentos com drenagem de água, entre 2011/2019.

Figura 77: Proporção de alojamentos com drenagem de água



Fonte: INE

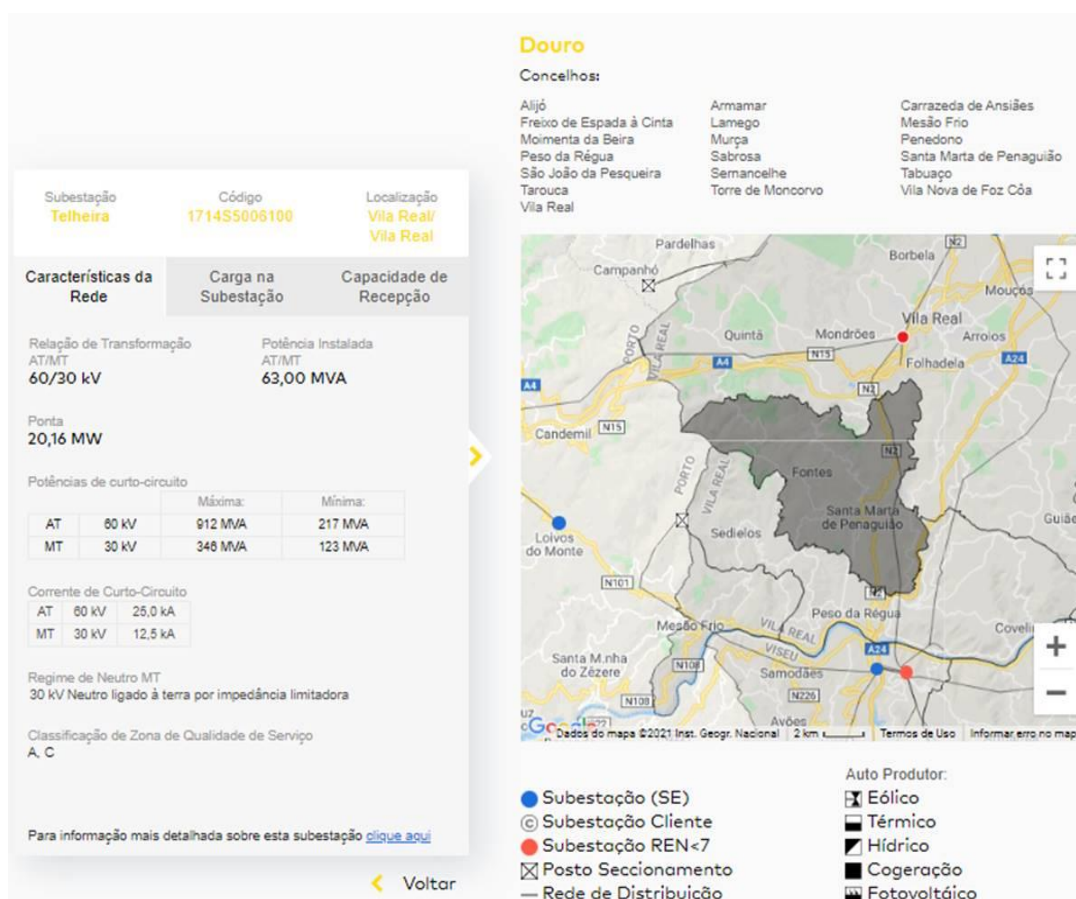
Após a análise da figura anterior, verifica-se que Santa Marta de Penaguião regista em todos os anos representados, com a exceção de 2017 em que não são apresentados dados pelo INE, o valor correspondente a 100%.

À semelhança da plena proporção dos alojamentos com abastecimento de água, importa referir que o concelho apresenta os valores mais elevados, comparativamente com os espaços geográficos em que se insere.

6.2. Eletricidade

Santa Marta de Penaguião beneficia da rede de distribuição dos concelhos limítrofes, como se pode observar através da análise da figura seguinte.

Figura 78: Rede da EDP Distribuição no Douro



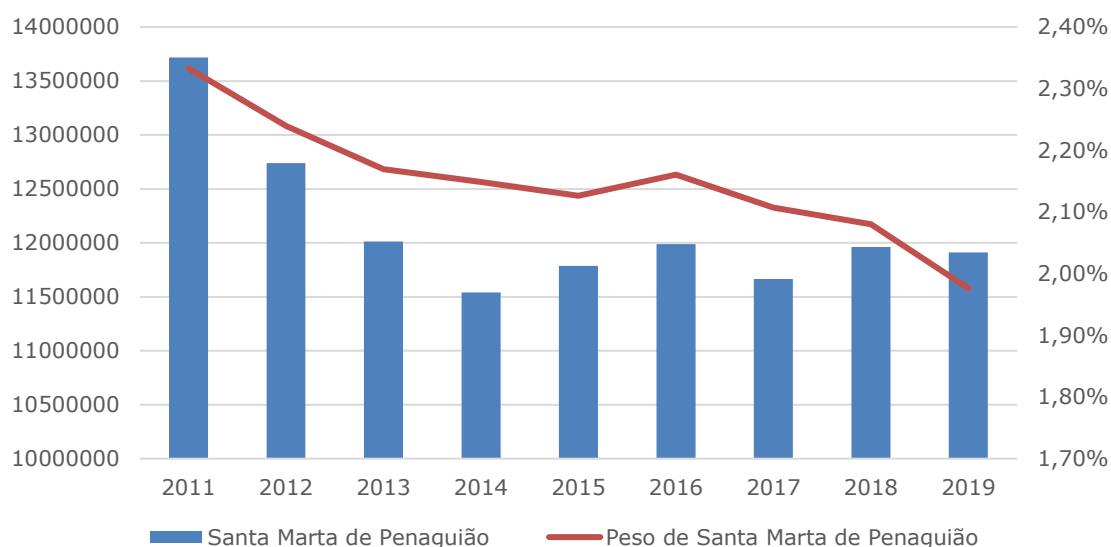
Fonte: Extrato da Rede Nacional de Distribuição: Alta tensão e subestações, da EDP Distribuição – Energia S.A.

Com base na figura anterior verifica-se que o concelho é servido pela:

- Subestação de Telheira, localizada no concelho de Vila Real, com uma potência instalada de 63,00 MVA;
- Subestação REN <7 de Valdigem.

Segundo o INE, é pertinente a análise do consumo de eletricidade do concelho através da observação da figura seguinte.

Figura 79: Consumo de eletricidade (kWh)

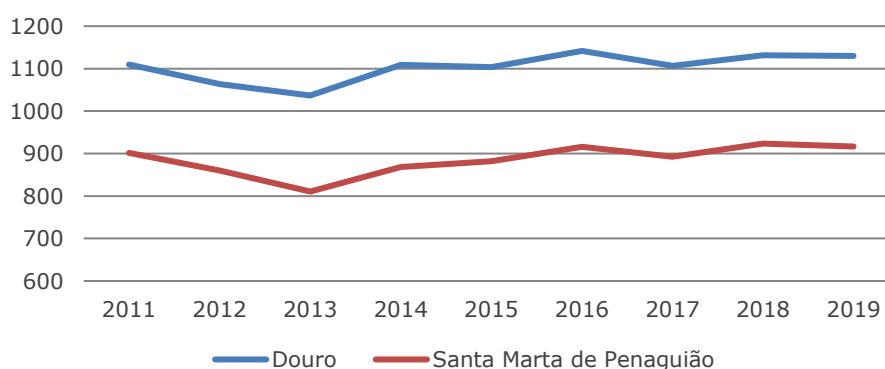


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da figura anterior, conclui-se que o consumo de eletricidade apresentado na tabela tem diminuído ao longo dos últimos anos, muito por conta da diminuição populacional e das exigências do consumo.

No que respeita o peso de Santa Marta de Penaguião no Douro, verifica-se que está a perder expressão ao longo do período em análise.

Figura 80: Consumo *per capita* de eletricidade (kWh)

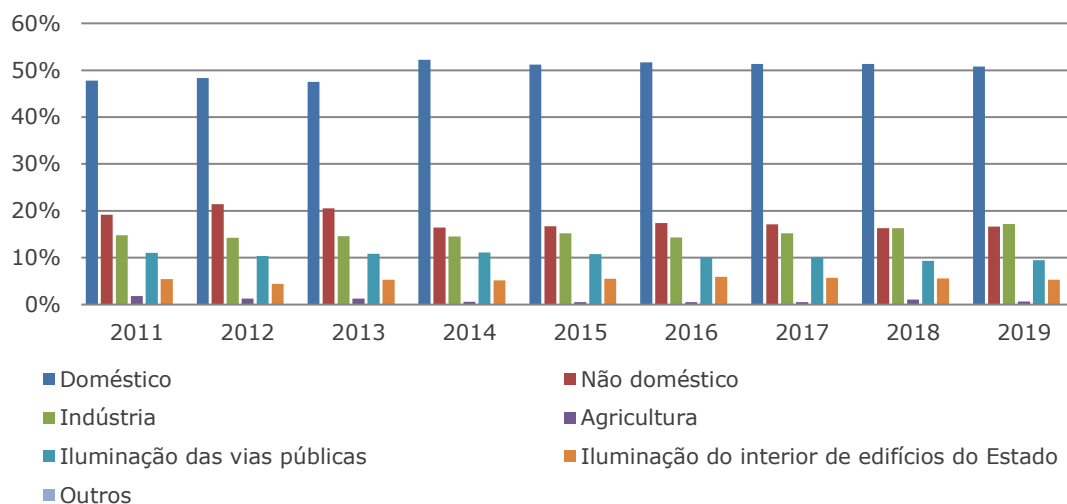


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Na figura anterior observam-se os valores relativos ao consumo *per capita* do concelho que, com base nos valores registados, verifica-se que os consumos *per capita* têm tendência a estabilizar.

A figura seguinte representa o peso de cada tipo de consumo elétrico em Santa Marta de Penaguião.

Figura 81: Peso de cada tipo de consumo elétrico em Santa Marta de Penaguião



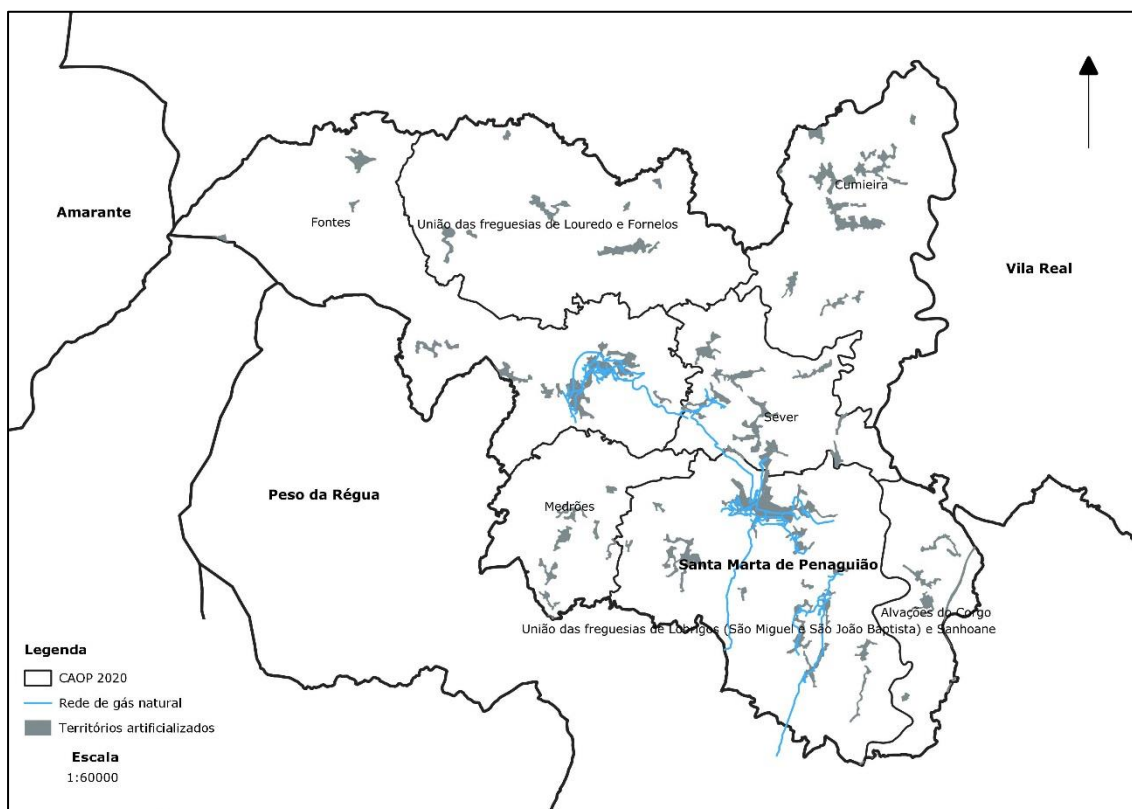
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O tipo de consumo que tem mais peso em Santa Marta de Penaguião é o doméstico, registando um peso de 51% no ano de 2019. Através da observação da figura, verifica-se que este tipo de consumo tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos anos, verificando-se em 2011, um peso total do consumo doméstico de 48%.

6.3. Gás

A rede de gás natural do concelho de Santa Marta de Penaguião pertence à Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A. e serve a U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, Sever e Fontes, servindo aproximadamente, um total de 4 500 habitantes.

Figura 82: Rede de gás natural



Fonte: CMSP

Figura 83: Consumo de gás natural (Nm³)

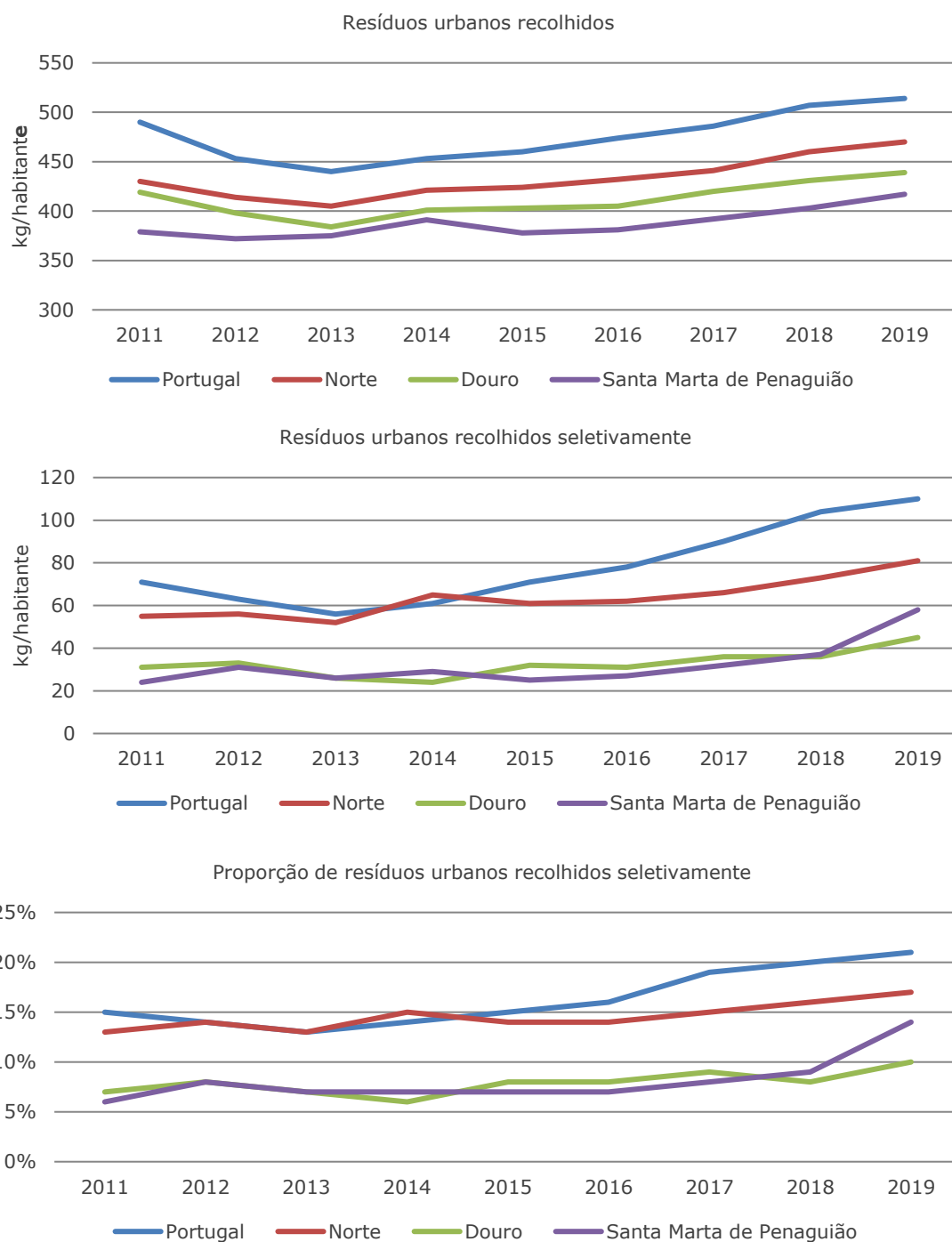


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

6.4. Resíduos

As figuras seguintes representam vários indicadores sobre a dinâmica de recolha de resíduos do concelho.

Figura 84: Indicadores de recolha de resíduos



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Verifica-se uma crescente preocupação por parte da população com questões ambientais, que é suportada através da consciencialização das pessoas através da promoção de práticas sustentáveis e de uma melhor gestão do ambiente, nomeadamente no que respeita a recolha seletiva de resíduos urbanos.

A análise dos dados regista a partir do ano de 2013 um aumento progressivo da recolha de resíduos, nos espaços geográficos em que o concelho se insere. Em relação a Santa Marta de Penaguião, verifica-se que o concelho acompanha essa tendência, registando-se em 2019, o valor mais elevado de resíduos urbanos recolhidos (417 kg/hab.).

No que respeita a recolha seletiva de resíduos, verifica-se de forma geral um aumento progressivo desde 2014, mais acentuado em Portugal e na Região Norte. Do ponto de vista concelhio destaca-se o ano de 2019, onde se regista o melhor valor desde 2011, com cerca de 58 kg/hab.

Contudo, e apesar de se verificarem melhorias ao longo dos anos, denota-se que o concelho, comparativamente com os restantes espaços geográficos, ainda tem margem para progredir.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por cada habitante evolui de igual forma ao mencionado anteriormente, uma vez que a % dos mesmos regista a tendência de crescimento, entre 2011/2019. Importa referir, que o concelho regista no ano de 2011, uma % de 6% e em 2019, um aumento para 14% dos resíduos urbanos.

6.5. Transportes

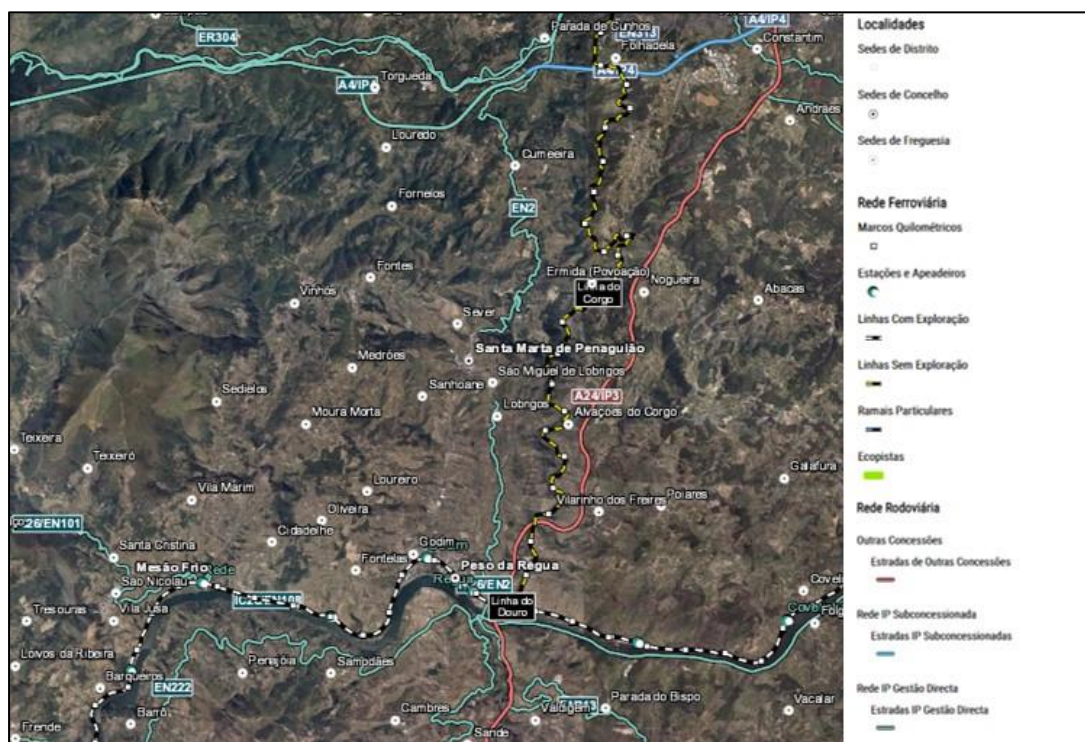
6.5.1. Rede

No que diz respeito à rede de transportes de Santa Marta de Penaguião, importa, primeiramente, realizar uma contextualização do concelho face à envolvente.

- Rodoviária

Com base na figura seguinte, observa-se as infraestruturas rodoviárias que estão no Plano Nacional Rodoviária e que desempenham as ligações de comunicação estruturantes do concelho.

Figura 85: Principais eixos de comunicação do concelho



Fonte: Infraestruturas de Portugal

Rede Nacional Fundamental:

O IP3/A24 – Autoestrada do Interior Norte – permite a ligação entre o centro da Região Norte e Região Centro.

- IP3/A24, incluída na Concessão Brisa, apresenta o nó de acesso ao concelho no sublanço Portela – Régua.

Rede Complementar/ Estradas Nacionais:

A EN2 serve o concelho e está ao abrigo das Infraestruturas de Portugal parcialmente (o troço entre Lobrigos e Santa Marta de Penaguião foi desclassificado).

Esta infraestrutura permite a ligação da vila de Santa Marta de Penaguião ao IP3/A24 e tem um percurso sinuoso, uma vez que atravessa a paisagem vinícola do vale do Corgo, inserida na RDD.

Simultaneamente, é uma infraestrutura de elevado valor turístico/recreativo, verificando-se isso com a celebração dos 75 anos da infraestrutura, durante o ano de 2019, e ser considerada a maior estrada da Europa.

- EN 2, integrada a Rede Nacional de Estradas, apresentando dois nós de acesso direto ao IP3/A24, um no concelho de Vila Real e outro no Peso da Régua.

Estradas Municipais:

- EN 304, incluída na Rede de Estradas Municipais, serve o norte do concelho e constitui uma variante à EN 2, e o sul, ligando ao Peso da Régua. Esta estrada tem uma variante EN 304-3 que serve a parte ocidental do concelho (Fontes e Sanhoane).

- Ferroviária

Os caminhos-de-ferro foram, progressivamente, substituídos pelos transportes rodoviários em Portugal, resultando no aumento das dificuldades económicas para as empresas, levando a que estas se concentrassem na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP), que foi nacionalizada em 1975.

A entrada de Portugal para a Comunidade Económica em 1986, apesar de ter contribuído para realizar alguns investimentos na rede ferroviária, eles concentraram-se apenas na rede principal, levando ao encerramento de várias linhas periféricas.

A infraestrutura ferroviária, localizada em Santa Marta de Penaguião, designadamente, a Linha do Corgo foi uma das visadas, tendo estado operacional até 2009, sendo encerrada a 25 de março.

Figura 86: Rede ferroviária do concelho



Fonte: Infraestruturas de Portugal

6.5.2. Transporte de passageiros

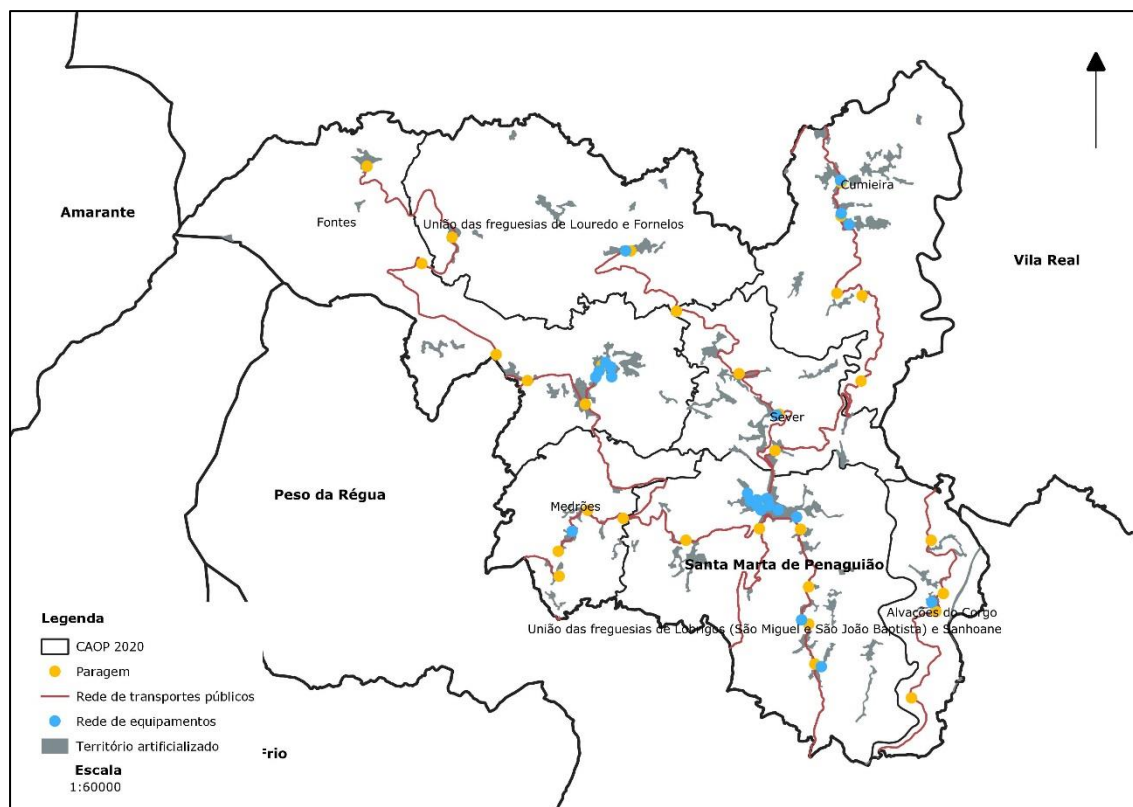
No que diz respeito a rede rodoviária, importa ter em consideração que, para além do automóvel, integra também as deslocações realizadas por viaturas de transporte de passageiros. Neste seguimento mostra-se pertinente ter em consideração a rede de transportes públicos que serve o concelho representada de seguida.

Figura 87: Transporte coletivo de passageiros

Rede	Linhas
	18859 - FORNELOS - Santa Marta de Penaguião
	18825 - RÉGUA (EST.) - VILA REAL (Por Sabroso)
	18848 - RÉGUA (ESTAÇÃO) - VILA REAL (POR SANTA MARTA)
	18854 - RÉGUA (ESTAÇÃO) - SOUTELO
	18855 - RÉGUA (ESTAÇÃO) - SOUTELO
	18856 - RÉGUA (ESTAÇÃO) - SOUTELO
	33428 - S. COSMADO - VILA REAL
	33429 - S. COSMADO - VILA REAL
	33429 - S. COSMADO - VILA REAL
	33430 - S. COSMADO - VILA REAL
	18848 - RÉGUA (ESTAÇÃO) - VILA REAL (POR SANTA MARTA)
	18853 - CHAVES - RÉGUA (ESTAÇÃO)

Fonte: CMSMP

Figura 88: Rede de transportes públicos

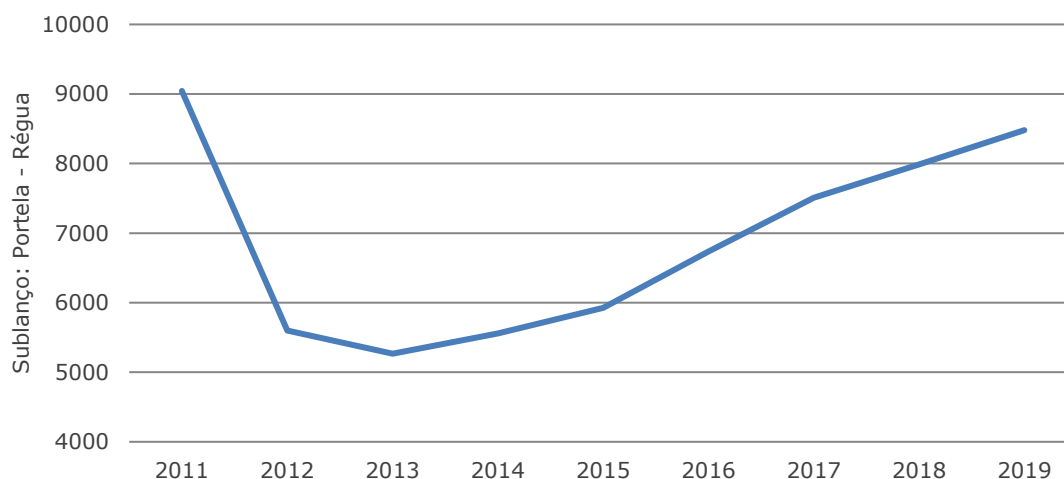


Fonte: CMSMP

6.5.3. Tráfego

No que se refere ao tráfego destas redes, importa referir que só existem indicadores sobre a dinâmica de fluxos para a rede rodoviária e para a Rede Nacional Fundamental, através da informação disponibilizada pelo IMT.

Figura 89: Tráfego médio diário da IP3/A24



Fonte: Elaboração própria baseada no IMT

Com base na figura anteriormente apresentada, verifica-se que a partir de 2013, o tráfego médio diário no sublanço Portela - Régua do IP3/A24 aumenta ao longo dos anos em análise, contudo, os valores registados não ultrapassam o valor médio registado em 2011, de 9 044 veículos. Este aumento do n.º médio de veículos pode ser justificado com base na recuperação económica e no aumento do ganho médio mensal.

Neste seguimento, importa referir que a partir do dia 8 de dezembro de 2011, a autoestrada passou a ser portajada.

6.5.4. Motorização

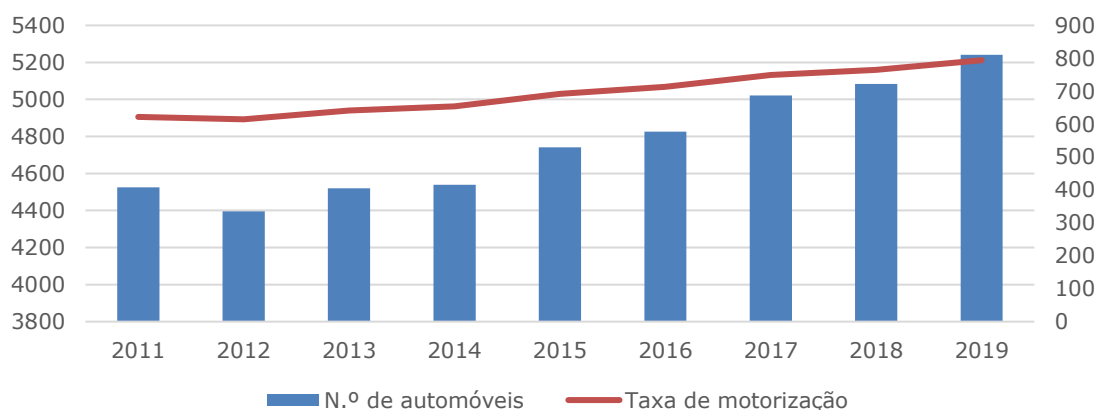
O facto da infraestrutura rodoviária ser a única ativa e com escala regional faz com que, inevitavelmente, os movimentos pendulares sejam efetuados em veículo motorizado.

A par do acréscimo verificado do fluxo automóvel na autoestrada, confirma a tendência de aumento do n.º de veículos a circular, que nos últimos anos,

pode ser justificado pelas melhorias económicas que contribuíram para um maior poder de compra e consumo.

Tal situação motiva, automaticamente, o aumento da taxa de motorização que, por si só, já era elevada, como se pode observar na figura seguinte.

Figura 90: Parque automóvel



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos de distâncias entre diferentes pontos do concelho, como é possível observar nas tabelas seguintes, a distância-tempo média em minutos entre lugares corresponde a 15 minutos e a distância média percorrida em automóvel entre lugares é de 9 km.

Tabela 36: Distância entre lugares do concelho

Distância-tempo (em minutos)	Ponto de chegada						
Ponto de partida	Alvações do Corgo	Cumieira	Fontes	U. F. de Fornelos e Louredo	Medrões	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Sever
Alvações do Corgo		22	20	22	15	10	12
Cumieira	23		26	17	22	15	15
Fontes	21	26		16	8	15	7
U. F. de Fornelos e Louredo	22	18	15		22	15	11
Medrões	16	22	7	22		10	12
U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	9	15	14	14	9		4
Sever	13	16	7	12	13	6	
Distância (em km)	Ponto de chegada						
Ponto de partida	Alvações do Corgo	Cumieira	Fontes	U.F de Fornelos e Louredo	Medrões	U.F de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	Sever
Alvações do Corgo		14,3	12,5	13,8	9,2	5,2	6,5
Cumieira	14,3		15,8	9,2	14,4	9,8	9,6
Fontes	12,5	15,9		8,6	3,3	8,7	3,3
U. F. de Fornelos e Louredo	13,7	9,2	8,6		13,9	9,2	6,1
Medrões	9,2	14,5	3,3	14		5,4	6,8
U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	4,9	9,5	8,4	9	5,1		1,8
Sever	6,5	9,6	3,3	6,1	6,6	2	

Legenda:

Verde – inferior à média

Vermelho – superior à média

Fonte: Elaboração própria baseada no Google Maps

Continua na página seguinte.

Em síntese:

- A U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane e Sever são os lugares mais próximos dos lugares em amostra;
- Em termos de distância-tempo média, a U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane e Sever são as que têm a menor distância (11 minutos, cada uma);
- Em termos de distância média, a U. F. (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane e Sever apresentam 6km de distância;
- O concelho devido à sua dimensão faz com que raramente se ultrapasse o valor de 15 minutos e 9 quilómetros entre lugares.

6.5.5. Mobilidade

Neste seguimento, importar analisar os movimentos pendulares da população e os modos de transporte utilizados, entre 2001/2011.

Tabela 37: Peso de cada modo de transporte nos movimentos pendulares

Espaço geográfico	2001								
	P	Au	M	C	TC	A	MB	O	Total
Portugal	25%	16%	1%	3%	5%	45%	3%	2%	100%
Norte	28%	16%	0%	1%	6%	44%	3%	1%	100%
Douro	37%	11%	0%	0%	6%	42%	1%	2%	100%
Santa Marta de Penaguião	38%	13%	0%	1%	5%	40%	1%	2%	100%
<i>Alvações do Corgo</i>	33%	3%	0%	9%	21%	30%	0%	3%	100%
<i>Cumieira</i>	31%	20%	0%	0%	1%	46%	1%	1%	100%
<i>Fontes</i>	47%	10%	0%	0%	5%	37%	1%	0%	100%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	36%	14%	0%	0%	4%	39%	2%	4%	100%
<i>Medrões</i>	38%	19%	0%	0%	13%	28%	2%	0%	100%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	39%	10%	0%	0%	3%	43%	1%	3%	100%
<i>Sever</i>	34%	17%	0%	0%	6%	36%	3%	5%	100%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Continua na página seguinte.

Espaço geográfico	2011								
	P	Au	M	C	TC	A	MB	O	Total
Portugal	16%	12%	2%	3%	3%	62%	2%	1%	100%
Norte	17%	12%	2%	1%	4%	62%	2%	0%	100%
Douro	22%	11%	0%	0%	6%	60%	1%	0%	100%
Santa Marta de Penaguião	24%	11%	0%	0%	9%	55%	1%	0%	100%
<i>Alvações do Corgo</i>	16%	11%	0%	1%	15%	57%	0%	0%	100%
<i>Cumieira</i>	17%	17%	0%	0%	6%	59%	0%	1%	100%
<i>Fontes</i>	32%	16%	0%	0%	3%	49%	0%	0%	100%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	19%	9%	0%	0%	13%	58%	1%	0%	100%
<i>Medrões</i>	13%	16%	0%	1%	18%	49%	1%	1%	100%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	30%	8%	0%	0%	6%	54%	0%	1%	100%
<i>Sever</i>	13%	6%	0%	0%	16%	63%	2%	0%	100%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Espaço geográfico	Diferença entre 2001 e 2011							
	P	Au	M	C	TC	A	MB	O
Portugal	-9%	-4%	1%	0%	-2%	16%	-1%	-1%
Norte	-11%	-5%	2%	0%	-2%	18%	-2%	-1%
Douro	-15%	-1%	0%	0%	0%	18%	-1%	-2%
Santa Marta de Penaguião	-14%	-2%	0%	0%	3%	15%	-1%	-2%
<i>Alvações do Corgo</i>	-17%	7%	0%	-8%	-6%	26%	0%	-3%
<i>Cumieira</i>	-14%	-3%	0%	0%	5%	13%	-1%	0%
<i>Fontes</i>	-15%	6%	0%	0%	-2%	12%	0%	0%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	-17%	-6%	0%	0%	9%	19%	-1%	-4%
<i>Medrões</i>	-25%	-3%	0%	1%	5%	21%	0%	1%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	-9%	-2%	0%	0%	3%	10%	-1%	-2%
<i>Sever</i>	-21%	-11%	0%	0%	10%	27%	-1%	-5%

Legenda:

P: A pé

AU: Autocarro

M: Metro

C: Comboio

TC: Transporte coletivo da empresa ou da escola

A: Automóvel

MB: Motociclo ou bicicleta

O: Outro meio/ não se aplica

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nas tabelas apresentadas, verifica-se que **o automóvel (ligeiro como condutor ou passageiro) lidera as preferências** da população como modo de efetuar o movimento pendular.

Este registo pode ser justificado com base na **inexistência de outra infraestrutura de transporte em atividade, além da rodoviária**, que

acaba por incentivar o uso de automóvel como modo de deslocação principal – tal como se verificou nos subcapítulos anteriores.

Ainda assim, e apesar de ser uma % considerável para o concelho, **o uso de automóvel é inferior ao comparado com outros espaços geográficos** superiores.

Do ponto de vista das freguesias, verifica-se que estas **acompanham a tendência observada no concelho**, à exceção das freguesias de Alvações do Corgo (33%), Fontes (47%), Medrões (38%), que **apresentam um peso mais elevado para as deslocações realizadas a pé**.

No seguimento da tendência verificada, mostra-se pertinente analisar a taxa de motorização dos movimentos pendulares, apresentados na tabela seguinte.

Tabela 38: Taxa de motorização dos movimentos pendulares

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	70%	78%	9%
Norte	70%	80%	10%
Douro	60%	77%	17%
Santa Marta de Penaguião	59%	75%	16%
<i>Alvações do Corgo</i>	55%	83%	28%
<i>Cumieira</i>	68%	83%	14%
<i>Fontes</i>	53%	68%	15%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	59%	81%	21%
<i>Medrões</i>	62%	85%	23%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	58%	69%	11%
<i>Sever</i>	62%	87%	25%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da tabela anterior, verifica-se que **os espaços geográficos em análise apresentam uma tendência crescente da taxa de motorização dos movimentos pendulares**.

Relativamente às freguesias, observa-se que estas acompanham a tendência registada no concelho, apresentando na sua maioria valores mais elevados no ano de 2011.

Em relação à duração média dos movimentos pendulares, importa ter em consideração a informação representada na tabela seguinte.

Tabela 39: Duração média dos movimentos pendulares (em minutos)

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	22,40	20,02	-2,38
Norte	20,54	18,28	-2,26
Douro	15,67	15,81	0,14
Santa Marta de Penaguião	16,98	17,14	0,16
<i>Alvações do Corgo</i>	19,47	20,76	1,29
<i>Cumieira</i>	17,35	18,61	1,26
<i>Fontes</i>	21,63	19,87	-1,76
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	21,22	24,48	3,27
<i>Medrões</i>	18,63	18,45	-0,18
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	15,60	14,38	-1,22
<i>Sever</i>	12,81	14,63	1,82

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Numa análise global, verifica-se que **a duração média dos movimentos pendulares tem aumentado** no concelho de Santa Marta de Penaguião, apresentando um crescimento de 0,16 minutos, em 2011 face ao ano de 2001.

No que respeita as freguesias, verifica-se que acompanham a tendência registada no concelho, com a exceção de Fontes, que apresenta um crescimento negativo de -1,76 minutos, Medrões (-0,18) e a U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane, que apresenta uma diferença negativa de -1,22 minutos, no período em análise.

Neste seguimento, mostra-se pertinente analisar o motivo da realização e duração dos movimentos pendulares, com base no indicador representado na tabela seguinte.

Tabela 40: Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município

Espaço geográfico	2001	2011	Dif.
Portugal	28%	29%	1%
Norte	26%	28%	2%
Douro	16%	21%	5%
Santa Marta de Penaguião	35%	38%	3%
<i>Alvações do Corgo</i>	44%	44%	0%
<i>Cumieira</i>	52%	52%	0%
<i>Fontes</i>	25%	26%	1%
<i>U. F. de Fornelos e Louredo</i>	32%	43%	11%
<i>Medrões</i>	28%	36%	8%
<i>U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane</i>	34%	35%	1%
<i>Sever</i>	29%	33%	4%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Relativamente aos dados recolhidos deste indicador, verifica-se **um aumento de forma generalizada da proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município**.

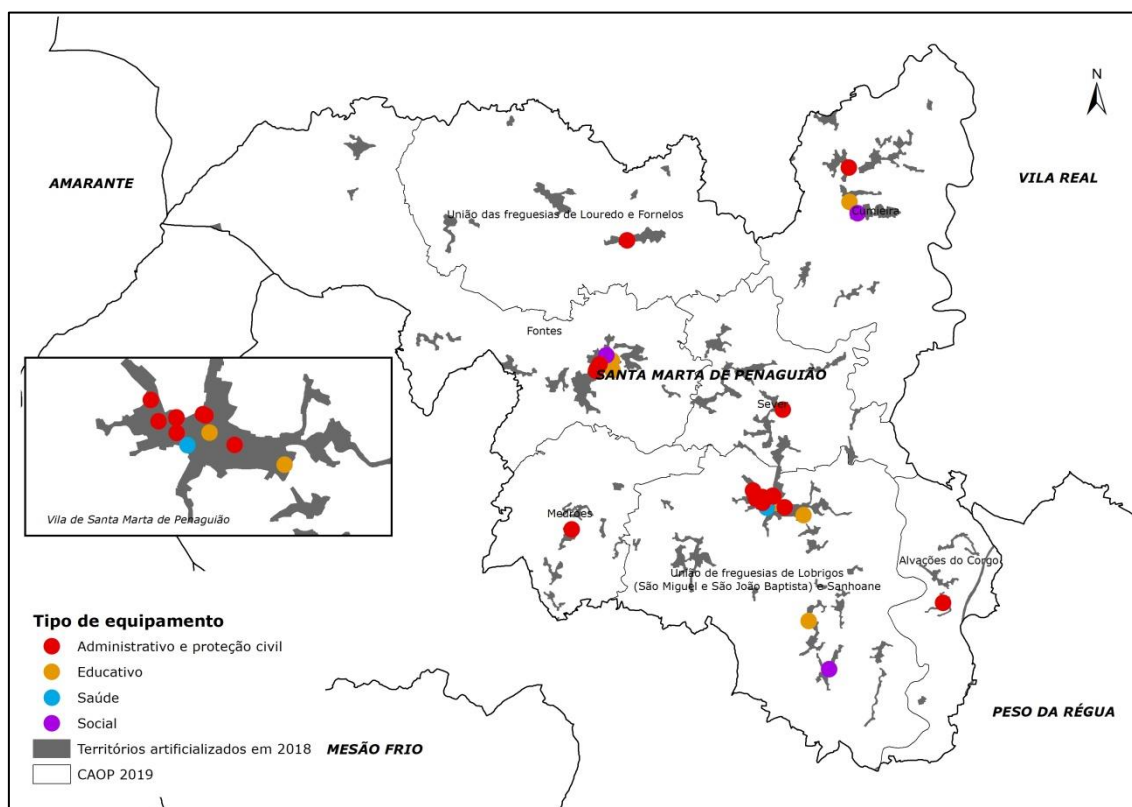
Santa Marta de Penaguião apresenta uma proporção de 38% da população residente que trabalha ou estuda noutro município em 2011, apresentado um crescimento de 2%, comparativamente com 2001.

Do ponto de vista das freguesias, verifica-se que estas acompanham o observado no concelho, à exceção de Alvações do Corgo, Cumieira e U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane, que não apresentam alterações nos valores, no período em análise.

7. Equipamentos

O presente capítulo apresenta o levantamento da rede de equipamentos de Santa Marta de Penaguião, realizada com base nos boletins informativos municipais, como também através da recolha de informação junto das instituições que tutelam os diferentes domínios: administração e proteção civil; cultura; desporto; saúde e social.

Figura 91: Rede de equipamentos de Santa Marta de Penaguião



Fonte: Elaboração própria

Na figura anterior estão georreferenciados os equipamentos de Santa Marta de Penaguião, de forma a permitir analisar a oferta existente no concelho. Importa salientar que se denota uma concentração de equipamentos e serviços na vila de Santa Marta de Penaguião.

De seguida, estes indicadores serão analisados de forma pormenorizada, de acordo com as suas especificidades, e desagregados à escala das freguesias, sempre que pertinente e possível.

7.1. Administração e proteção civil

Os serviços públicos do concelho integram equipamentos de atuação distinta como serviços de administração, de proteção civil e financeiros, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 41: N.º de equipamentos administrativos e de proteção civil

Equipamentos de Administrativos e de Proteção Civil	Nº	Freguesia
Instituto da Segurança Social	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Cartório	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Serviço de Finanças	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
GNR	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Bombeiros	2	Fontes, U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Câmara Municipal	1	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Juntas de Freguesias	7	Todas as freguesias definidas ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Fonte: Portal do Cidadão

Após a análise da tabela, é possível concluir que à exceção dos serviços de administração local, como é o caso das juntas de freguesia, os restantes equipamentos encontram-se localizados na U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane, que integra a vila de Santa Marta de Penaguião.

As restantes freguesias não integram serviços de administração e proteção civil, uma vez que não se apresentam como uma centralidade tão marcada como a U. F. mencionada anteriormente. Importa referir que a freguesia de Fontes merece destaque por integrar uma cooperação de bombeiros.

7.2. Cultura

Os equipamentos culturais procuram proporcionar à população o acesso à informação, aos espetáculos ou às artes. A tabela seguinte representa a rede de equipamentos culturais de Santa Marta de Penaguião.

Tabela 42: Equipamentos culturais

Designação	Descrição
Biblioteca Municipal	Biblioteca pública, situada na rua principal da vila de Santa Marta de Penaguião; Integra uma sala de consulta equipada com computadores, uma sala de leitura e uma área para trabalhos de grupo. Conta ainda com uma secção para adultos, uma secção infanto-juvenil, o espaço "Hora do Conto" e uma sala polivalente.
Auditório	Espaço polivalente, constituído por um anfiteatro e uma galeria de exposições. Localiza-se no centro da vila de Santa Marta de Penaguião e promove iniciativas culturais: cinema, música e teatro.

Fonte: Elaboração própria baseada na CMSMP

O concelho integra apenas dois equipamentos culturais, que se localizam na vila de Santa Marta de Penaguião, que integra a U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane. A baixa oferta deste tipo de equipamentos pode ser justificada com base na reduzida densidade do território concelhio.

7.3. Desporto

Os equipamentos desportivos integram campos de futebol, pavilhões desportivos, piscinas, polidesportivos, entre outros, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 43: N.º de equipamentos desportivos

Designação	N.º	Freguesia
Piscinas Municipais	1	U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane
Pavilhão Gimnodesportivo	1	U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane
Estádio Municipal	1	U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane
Polivalentes	5	Alvações do Corgo; Cumieira; Medrões; U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane e Sever

Fonte: Elaboração própria baseada na CMSMP

A maioria dos equipamentos está concentrada na U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane. Os equipamentos apresentados têm tipologias distintas, de forma a servir o maior n.º de pessoas do município, de acordo com as suas preferências e necessidades.

7.4. Educação

Os equipamentos escolares do concelho estão representados de acordo com a sua localização e o tipo de nível de ensino lecionado, como se pode observar na tabela seguinte.

Figura 92: Equipamentos escolares

Equipamentos Escolares	Tipo de ensino lecionado
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São Miguel	Pré-escolar
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São João de Lobrigos	Pré-escolar
Centro Escolar de Santa Marta de Penaguião	Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclo
EB1 do Assento	1º Ciclo
EB1 de Fontes	1º Ciclo
EB1 de São João de Lobrigos	1º Ciclo

Fonte: CMSMP

Santa Marta de Penaguião integra um total de 6 estabelecimentos, que são distinguidos de acordo com o tipo de ensino, como se pode verificar na tabela anterior.

Com base na análise da tabela anterior, verifica-se que existe um total de 2 jardins de infância que estão disseminados pela U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane. Um centro escolar que integra o ensino pré-escolar e o ensino do 1.º ciclo e 3 escolas básicas onde se leciona o 1.º ciclo.

De forma geral, a rede escolar do município concentra-se na U. F. de Lobrigos (São João Baptista e São Miguel) e Sanhoane e orienta-se pelo guia estratégico da Carta Educativa de Santa Marta de Penaguião, datada de 2016.

7.5. Saúde

Santa Marta de Penaguião integra o CHTMAD.

Tabela 44: Equipamentos de saúde

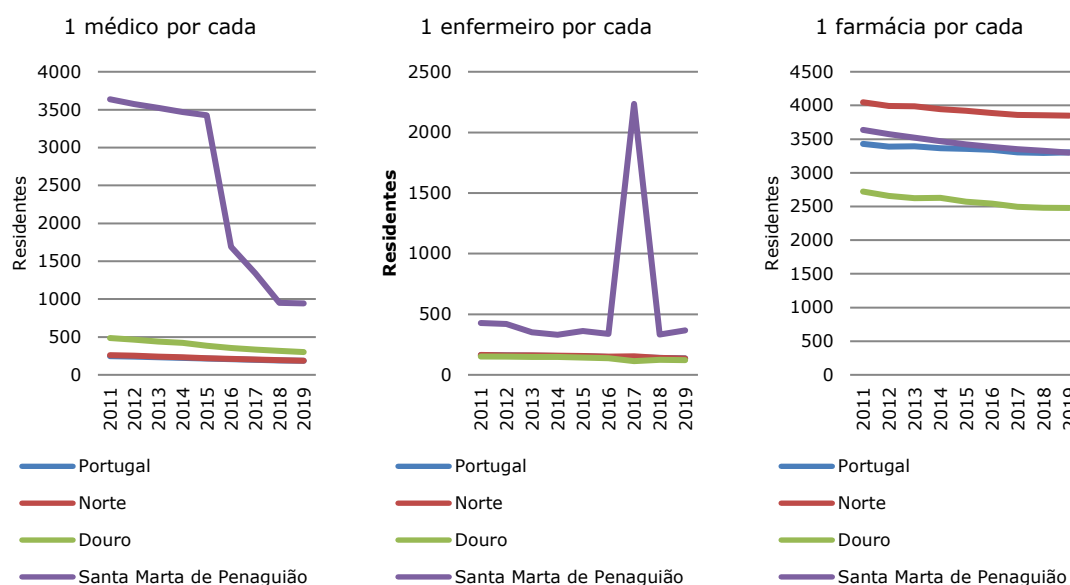
Equipamentos de saúde públicos	Tipologia				
Hospital de Vila Real	Cuidados de saúde hospitalares				
USF de Santa Marta	Cuidados de saúde familiar				
Prestação de serviços do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro: Hospital de Vila Real	2017	2018	2019	Var. 2017/2018	Var. 2018/2019
N.º de profissionais	2 597	2 653	2 822	2,16%	6,37%
Total de consultas médicas	310 050	312 386	332 773	0,75%	6,53%
Atendimentos nos serviços de emergência (Hosp. Vila Real)	83 332	87 011	86 572	4,41%	-0,50%
Evolução das cirurgias programadas	13 569	10 931	12 459	-19,44%	13,98%
N.º de utentes em espera	37 549	39 983	38 273	6,48%	-4,28%
N.º de utentes em supervisão domiciliária	1 209	1 408	1 441	16,46%	2,34%
Utentes de Santa Marta de Penaguião que se dirigiram ao Serviço de urgência	4 507	4 609	4 602	2,26%	-0,15%
N.º de Reclamações no Hosp. Vila Real	450	358	269	-20,44%	-24,86%
N.º de Reclamações no CHTMAD	671	554	584	-17,44%	5,42%
N.º de Elogios no Hosp. Vila Real	30	25	13	-16,67%	-48,00%
N.º de Elogios no CHTMAD	103	73	134	-29,13%	83,56%

Fonte: CHTMAD

Com base na tabela anterior verifica-se que o concelho é servido pela USF de Santa Marta e de acordo com a sua proximidade geográfica, importa aferir que o hospital de referência é o Hospital de Vila Real pertencente ao CHTMAD.

Após a análise da informação verifica-se:

- O n.º de profissionais de saúde apresenta uma variação positiva de 6%, entre 2018/2019;
- O n.º de utentes em espera diminuiu em 2019, verificando-se 38 273 utentes;
- O n.º de utentes de Santa Marta de Penaguião que se dirigiram aos serviços de urgência diminuiu em 2019;
- O n.º de reclamações (269) e de elogios (13) diminuíram no Hospital de Vila Real, no ano de 2019, verificando-se uma variação negativa de -25% e -48%, correspondentemente.

Figura 93: Indicadores de saúde


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise da figura anterior, que representa os indicadores de saúde verifica-se:

- Médicos:
 - Em 2019 existem 7 médicos;
 - Verifica-se um rácio de 1 médico por cada 943 habitantes, em 2019;
 - O concelho apresenta um peso de 1% no Douro, em 2019.
- Enfermeiros⁴:
 - Em 2019, verifica-se a existência de 18 enfermeiros;
 - Regista-se um rácio de 1 enfermeiro por cada 367 habitantes, em 2019;
 - O concelho apresenta um peso de 1% no Douro, em 2019.
- Farmácias:
 - Em 2019 existem 2 farmácias;
 - Verifica-se um rácio de 1 farmácia por cada 3300 habitantes;
 - O concelho apresenta um peso de 3% no Douro, em 2019.

⁴ O presente indicador, entre 2016 e 2017, foi atualizado, pela Ordem dos Enfermeiros, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no n.º de enfermeiros de alguns municípios em 2017 face ao ano anterior. No caso de Santa Marta de Penaguião a diferença, entre 2016 e 2017, corresponde a menos 17 enfermeiros – indicador que em termos percentuais equivale a uma variação de menos 85%.

7.6. Social

Os equipamentos de índole social correspondem aos equipamentos destinados a toda a comunidade, designadamente, crianças, jovens, população adulta e idosos. O quadro seguinte é representativo dos equipamentos de índole social que servem Santa Marta de Penaguião.

Tabela 45: N.º de equipamento sociais

Equipamentos de Ação Social	Tipologia	Freguesia
Centro Social Paroquial Santa Eulália da Cumieira	Múltiplas funções	Cumieira
Fundação Doutor Carneiro Mesquita	Múltiplas funções	Fontes
Centro Social Paroquial São Miguel de Lobrigos	Múltiplas funções	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Fundação Luís Vicente	Múltiplas funções	U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

Fonte: Carta Social

Em Santa Marta de Penaguião, todos os equipamentos identificados têm múltiplas funções, de forma a prestar o maior número de serviços e, consequentemente, maior n.º de pessoas servidas.

É de referir que a U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane integram a maioria destes equipamentos de índole social.

8. Ocupação do Solo

A abordagem do presente capítulo apoia-se na análise da COS de 1995 e 2015, publicadas pela Direção Geral do Território. Para tal, procurou-se avaliar a evolução dos diferentes indicadores comparando, sempre que possível, com a situação nacional, regional e sub-regional.

NOTA: A publicação da COS de 2018, no ano de 2020, proporciona uma nova fonte de informação na análise da ocupação do solo no território português. Contudo, não permite aferir e realizar uma análise comparativa com os anos de 1995 e 2015, face à adoção de metodologias de delimitação diferentes – estando a decorrer, aquando da elaboração do presente relatório, o processo de homogeneização de critérios de elaboração.

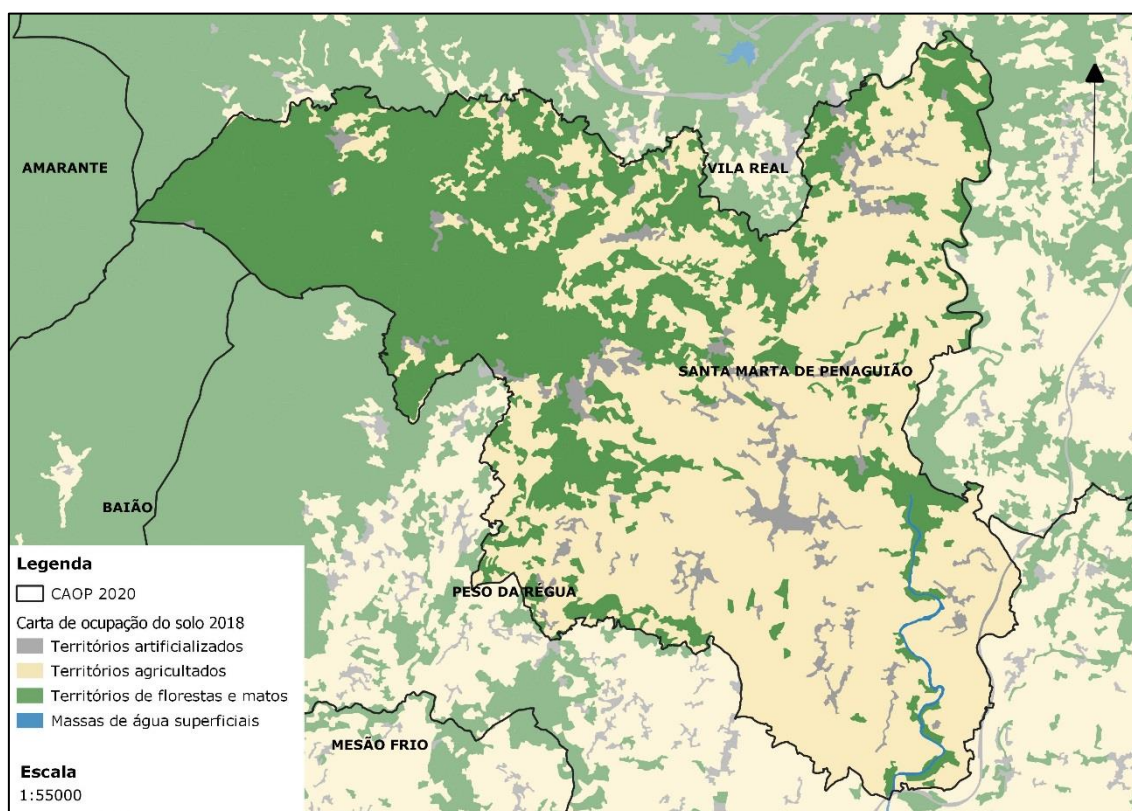
Assim sendo, por uma questão de critério e devido a uma dinâmica de ocupação de solo, entre 2015/2018, com alterações pouco expressivas, designadamente ao nível da artificialização do território – não havendo grandes intervenções – contribuiu para que no presente capítulo a análise seja efetuada a análise comparativa entre a COS de 1995 e a COS de 2015 e o ponto de situação da ocupação do solo atual com a COS de 2018.

8.1. COS

8.1.1. Enquadramento

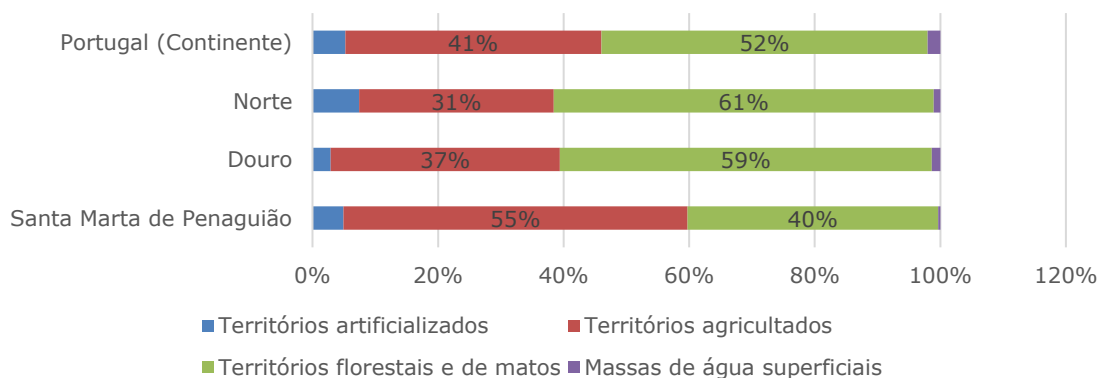
Santa Marta de Penaguião apresenta uma ocupação do solo que se divide, predominantemente, entre os territórios agricultados e os territórios de florestas e matos.

Figura 94: Ocupação do solo em 2018



Fonte: COS

Figura 95: Grandes classes de uso do solo em 2018

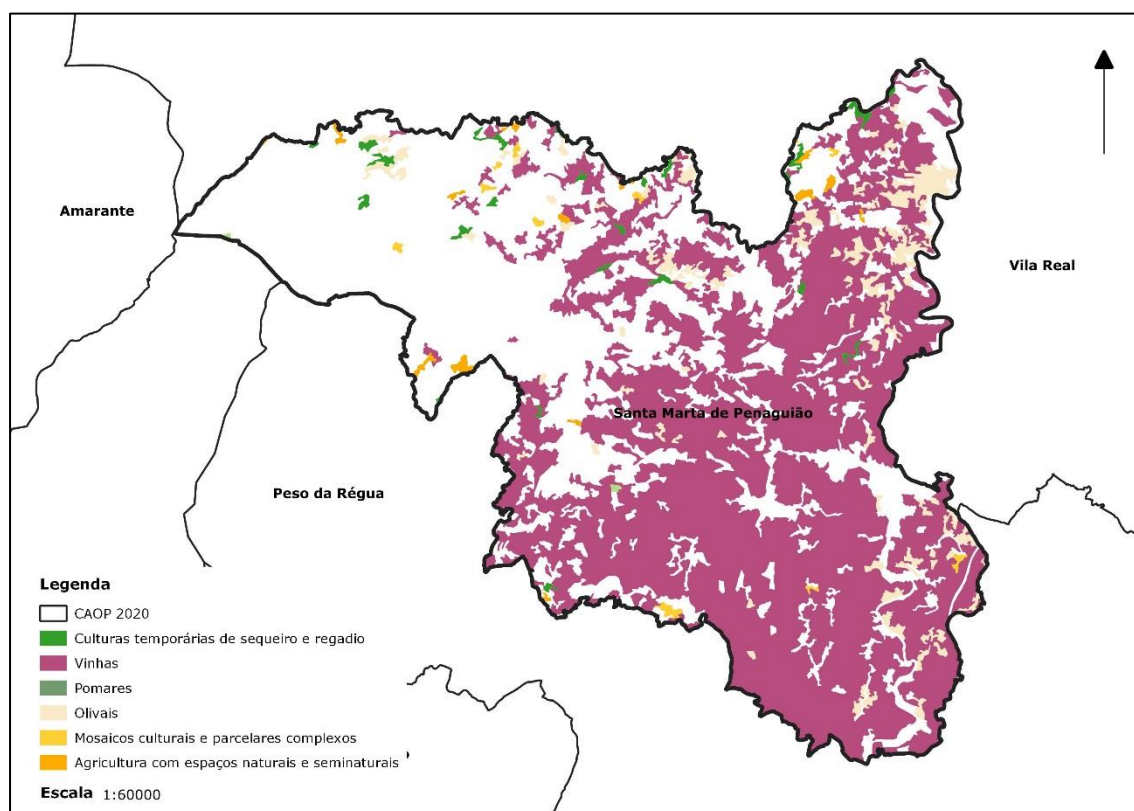


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

8.1.2. Território agricultado

Atualmente, o território agricultado corresponde a 55% da área total do concelho, sendo este território ocupado predominantemente por vinha.

Figura 96: Ocupação do território agricultado em 2018



Fonte: COS

No que diz respeito ao tipo de culturas, importa salientar:

- A vinha apresenta uma dimensão de 3 338 hectares, que corresponde a 90% do território agricultado do concelho;
- Os olivais ocupam 7% do território agricultado, que se traduz em 275 hectares.

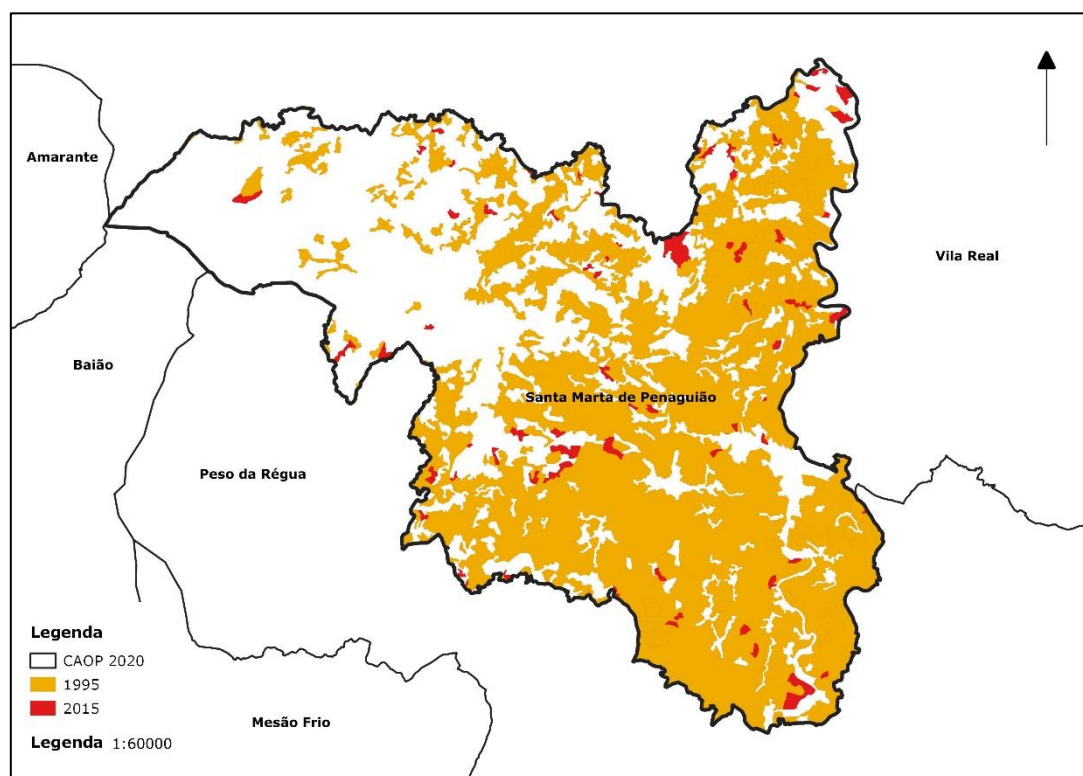
Figura 97: Desagregação dos territórios agricultados em 2018



Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa considerar a evolução da ocupação do território agricultado entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território.

Figura 98: Evolução do território agricultado entre 1995 e 2015



Fonte: COS

Após a análise da figura anterior, conclui-se que o território agricultado aumentou 1% no ano de 2015 face a 1995.

Este cenário de crescimento pode ser verificado, essencialmente, pelo aumento da vinha (2%) e da agricultura com espaços naturais e seminaturais, que cresce 1% em 2015.

Relativamente ao aumento da vinha, verifica-se que a produção declarada de vinho desde 1995 até a atualidade apresenta uma tendência de diminuição, o que contrasta com o indicador de ocupação do solo verificado no parágrafo anterior, segundo o INE (em 1995 produziu-se 152 770 hl e em 2015, 125 066 hl, tendo-se verificado no ano de 1996, o ano de maior produção – 250 345 hl).

Apesar do cenário global apresentar um crescimento do território agricultado, importa referir que se registam algumas diminuições, designadamente, nas culturas temporárias de regadio (-1%), nos olivais (-1%) e nos sistemas culturais e parcelares complexos (-1%).

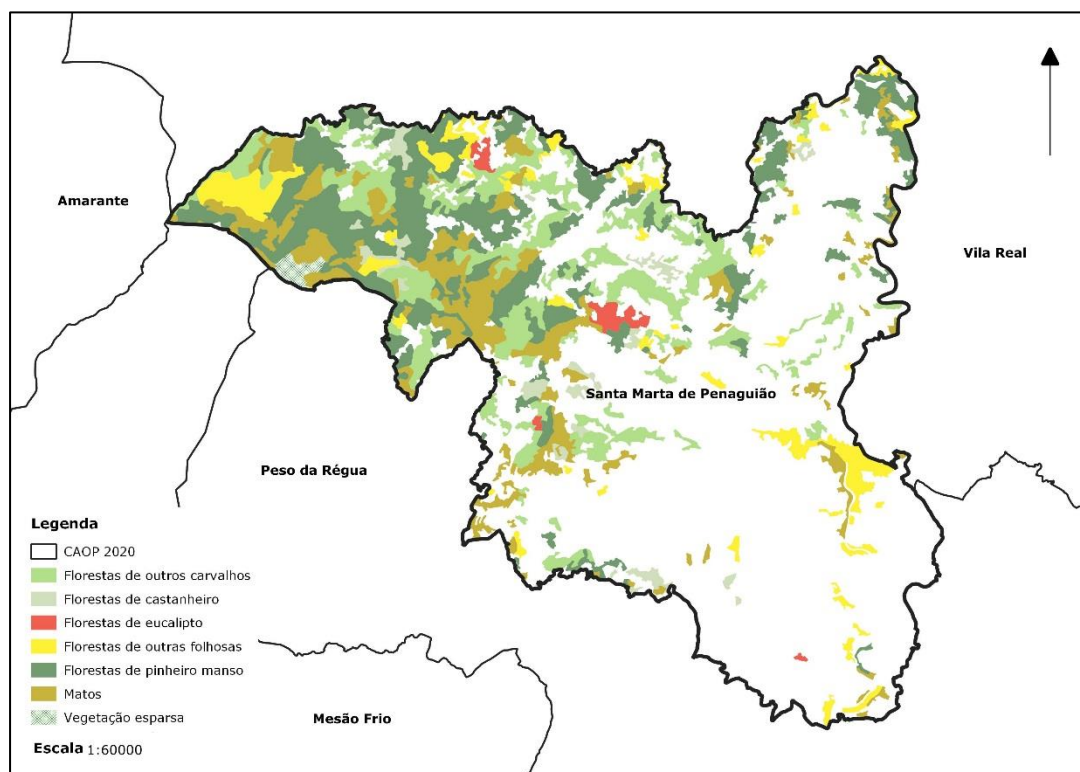
Neste seguimento, importa salientar que o aumento dos territórios agricultados se deve, em grande medida, à diminuição dos territórios de florestas e de matos, especialmente, na categoria de matos.

8.1.3. Território de floresta e de matos

A área florestal é considerada um ativo natural e económico, que tem sido alvo de uma progressiva regulação, devido às alterações climáticas e aos fenómenos que caracterizaram a sociedade portuguesa. No que respeita Santa Marta de Penaguião, o território de florestas e matos ocupa o corresponde a 40% da área total do concelho.

O PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro enaltece essa importância, quer pelas tipologias de produção e proteção que este estabelece para o espaço florestal existente neste território, quer pelos regimes estabelecidos, enquadrados num contexto recentemente alterado: a RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho, e a Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro.

Figura 99: Ocupação do território de florestas e de matos em 2018

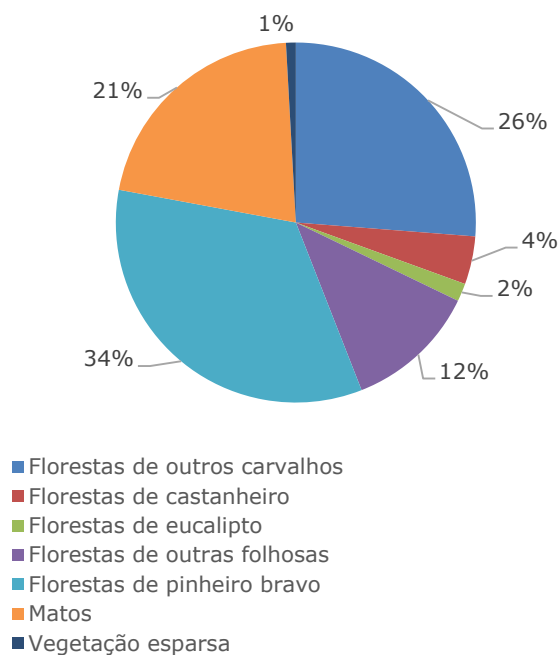


Fonte: COS

Em termos de tipo de culturas, importa referir:

- As espécies tipicamente mediterrâneas ocupam 55% do território concelhio, designadamente, o pinheiro bravo e os matos, que se traduz em 34% e 21%, correspondentemente, do território de floresta e de matos;
- As florestas de outros carvalhos ocupam 26% da área concelhia, que corresponde a 732 ha do concelho;
- As espécies invasoras, designadamente, o eucalipto apresenta uma ocupação residual no concelho de 2%, o correspondente a 45 ha do espaço concelhio.

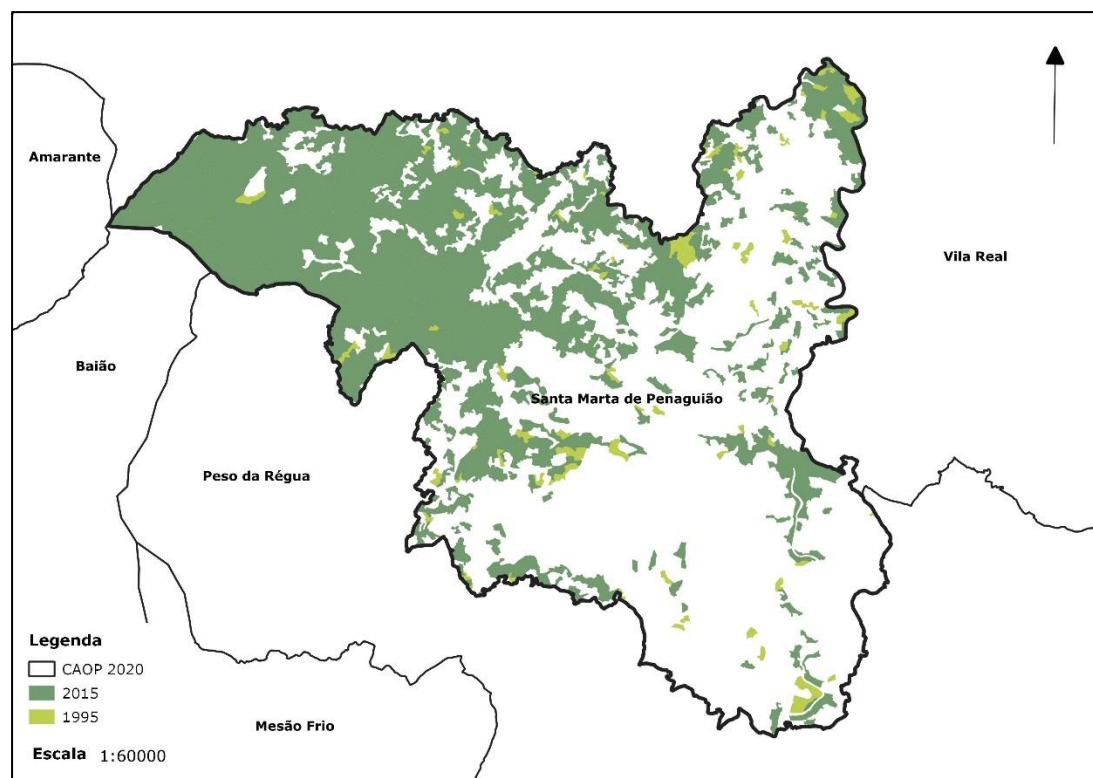
Figura 100: Desagregação dos territórios de florestas e de matos em 2018



Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa considerar a evolução da ocupação do solo de florestas de matos entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território.

Figura 101: Evolução do território de florestas e de matos entre 1995 e 2015



Fonte: COS

Após a análise da figura anterior, conclui-se que o território de florestas e de matos diminuiu 2% entre 1995/2015.

Este cenário de decréscimo pode ser verificado, essencialmente, na diminuição dos matos (-7%). Esta diminuição também pode ser justificada com base no desaparecimento das categorias de solo que se faziam notar em 1995.

Importa referir que, outro dos fatores que influenciou a diminuição do território de florestas e de matos foi o aumento do território agricultado, referido anteriormente, assente, essencialmente, no crescimento da área da vinha, que corresponde a 3 354 hectares, no ano de 2015.

Apesar do cenário global apresentar uma diminuição do território de florestas e de matos concelhio, importa referir que se registam alguns crescimentos, designadamente, nas florestas de outros carvalhos (4%), florestas de eucaliptos (1%), florestas de outras folhosas (2%) e florestas de pinheiro bravo (8%).

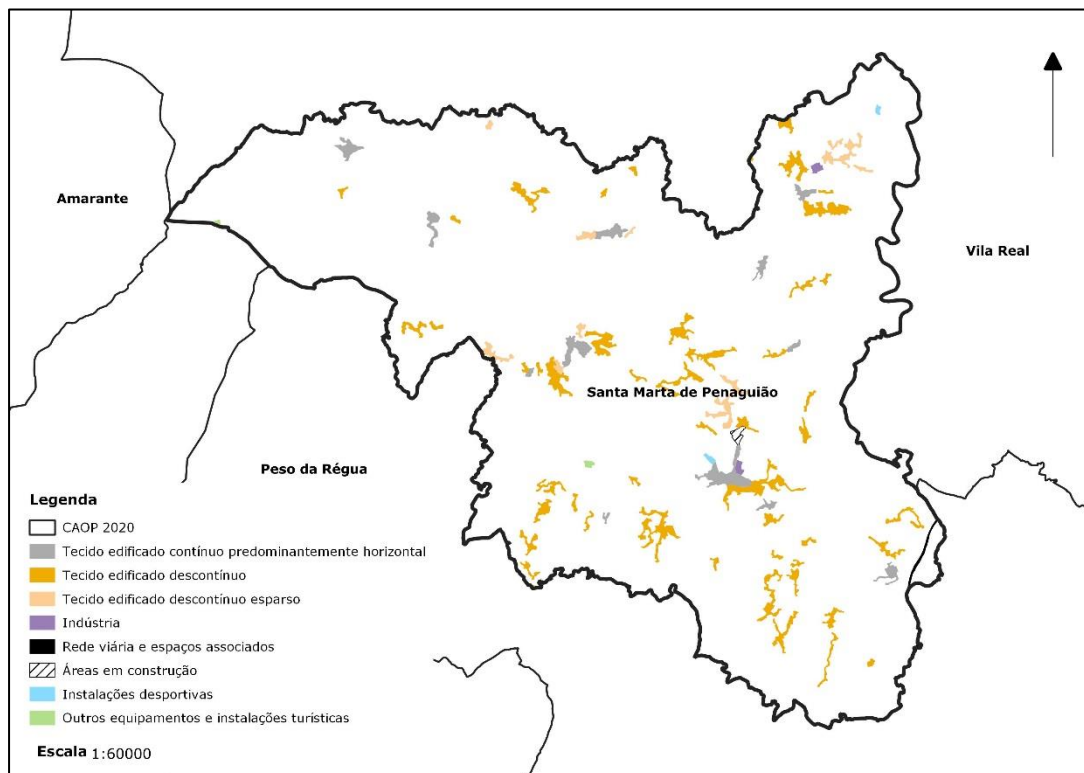
Referente à eucaliptização da mancha florestal do concelho, entre 1995/2015, esta aumentou 38%, passando a ocupar 21 ha. (valor que atinge 1% dos territórios de florestas e de matos em 2015 – valor superior ao verificado em 1995, ano em que esse valor era nulo). Dar conta que, mesmo que para este efeito de análise comparativa não se utilize a COS de 2018, verifica-se em 2018 que o valor do solo ocupado por eucaliptos aumentou 114% (o dobro do verificado em 2015).

Por fim, importa referir o aparecimento de novos tipos de categorias de solo, nomeadamente, florestas de castanheiros, que ocupam 84 ha. da área do concelho; vegetação herbácea natural, com um total de 8 ha. e os espaços descobertos ou com pouca vegetação, que ocupam 25 ha. da área concelhia.

8.1.4. Território artificializado

A integração do concelho num contexto de baixas densidades faz com que o presente indicador tenha uma dimensão inferior à verificada nos subcapítulos analisados anteriormente. Assim sendo, verifica-se que o território artificializado ocupa 5% do território de Santa Marta de Penaguião.

Figura 102: Ocupação do território artificializado em 2018

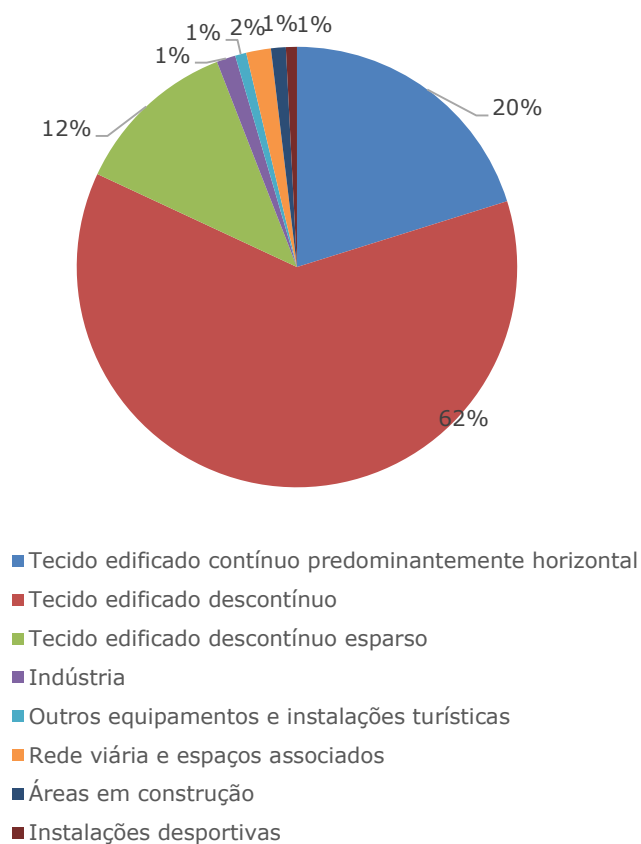


Fonte: COS

Relativamente ao tipo de ocupação, importa destacar:

- Mais de metade (62%) do território artificializado do concelho corresponde a tecido edificado descontinuo – símbolo da dispersão urbanística do território;
- Verifica-se maior densidade da artificialização do território na envolvente aos aglomerados principais;
- O aumento da ocupação artificializada do concelho verifica-se, essencialmente, ao longo de eixo viário principal do concelho (EN 2);
- Maior diversidade de tipos de categorias de solo na vila de Santa Marta de Penaguião.

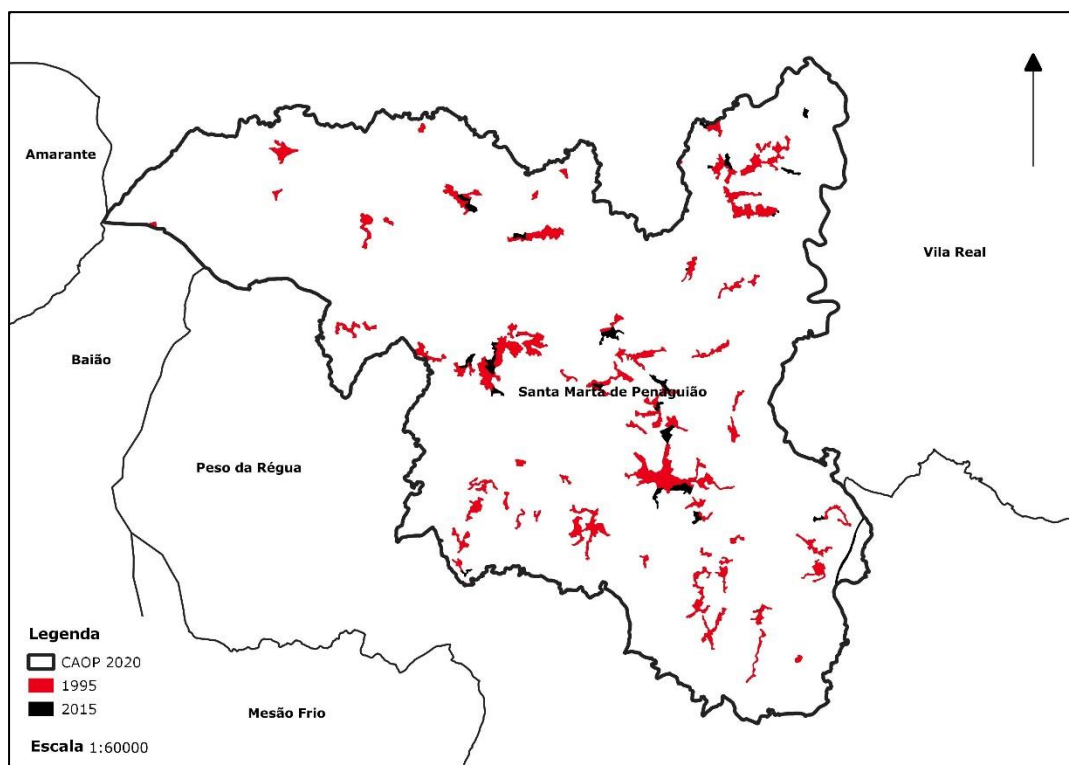
Figura 103: Desagregação dos territórios artificializados em 2018



Fonte: COS

Tendo por base o cenário verificado em 2018, importa considerar a evolução da ocupação do solo artificializado entre 1995 e 2015, de modo a avaliar as diferenças existentes entre o tipo de ocupação do território.

Figura 104: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015



Fonte: COS

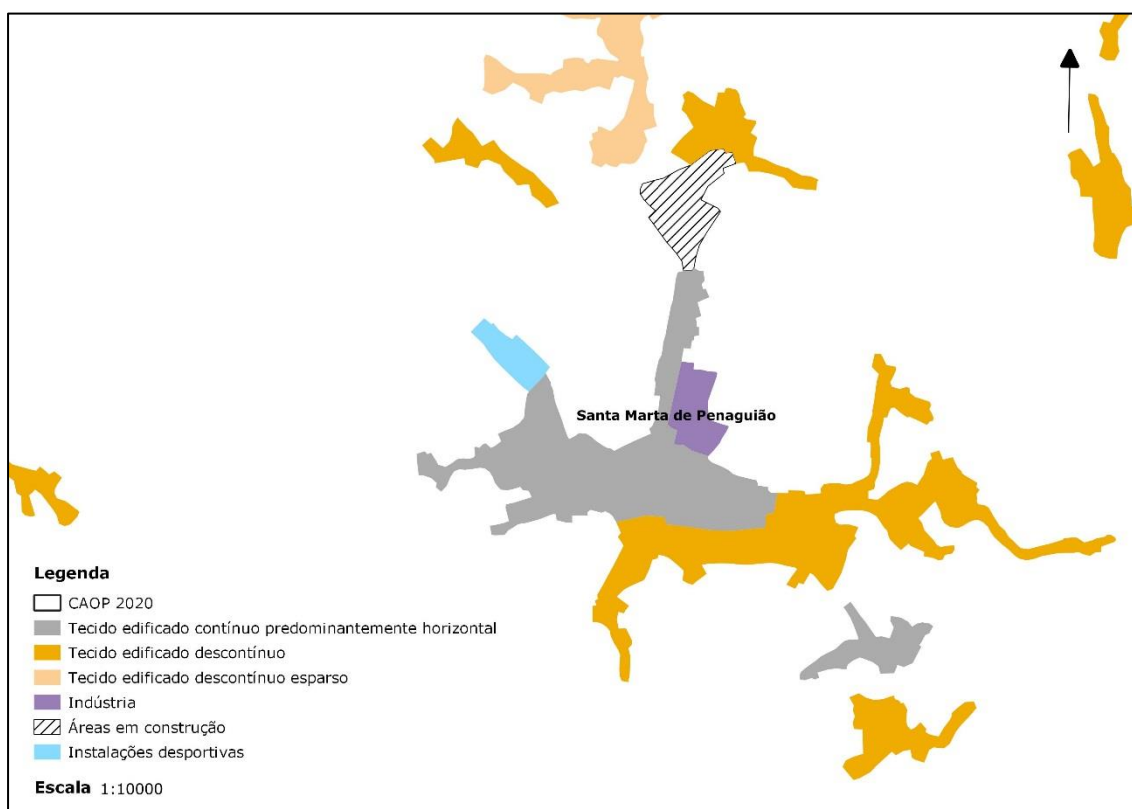
Após a análise da figura anterior, conclui-se que o território artificializado aumentou 1%, entre 1995/2015, alavancado na/o:

- Colmatção de Fontes;
- Aumento da artificialização na U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, onde se localiza a vila de Santa Marta de Penaguião, verificando-se aí um crescimento mais acentuado a norte da freguesia, em direção a Sever, correspondendo a uma ocupação linear ao longo da EN2;
- Ampliações pontuais verificadas na freguesia da Cumieira e de Alvações do Corgo, sendo de destacar nesta última freguesia o surgimento da IP3/A24 em 2004;
- O lugar da Ribeira de Elmos aumentou a sua artificialização.

Centrando a análise na vila de Santa Marta de Penaguião, verifica-se que é aqui que existe a maior mistura de usos e tipologias de ocupação dos territórios artificializados, entre os quais, se sobressaem neste eixo a localização de tipologias únicas no concelho nesta forma de ocupação do território, nomeadamente a/o (s):

- Tecido do edificado contínuo predominantemente horizontal;
- Tecido edificado descontínuo;
- Tecido edificado descontínuo esperso;
- Indústria;
- Áreas em construção;
- Instalações desportivas.

Figura 105: Ocupação do território artificializado em 2018 na vila de Santa Marta de Penaguião



Fonte: COS

Tais tipologias de ocupação do solo, mais pormenorizadas, dizem muito deste centro urbano que tem associadas funções de centralidade da vila. Simultaneamente, o facto da vila de Santa Marta de Penaguião residir, aproximadamente, 41% da população do concelho e constituir um centro funcional de relevo municipal, induz a necessidade de equipamentos e infraestruturas que promovam a competitividade económica e a qualidade de vida da população residente, que estuda e trabalha no concelho.

Assim sendo, importa ter em consideração a evolução da vila de Santa Marta de Penaguião, entre 1995/2015, como se verifica na figura seguinte.

Figura 106: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015 na vila de Santa Marta de Penaguião



Fonte: COS

Desta expansão urbana sobressaem importantes marcos, designadamente: a área empresarial de Santa Marta de Penaguião e o aparecimento de habitação, essencialmente, unifamiliar, contudo, verificam-se algumas unidades de habitação multifamiliar na parte sudeste da vila.

Em suma, importa referir que futuramente a artificialização do concelho centrar-se-á, essencialmente, na vila de Santa Marta de Penaguião.

8.2. IGT

Após a análise realizada no subcapítulo anterior, relativamente à ocupação do solo, mostra-se pertinente a análise dos IGT que incidem no território concelhio que influenciam o ordenamento, designadamente:

- Plano Nacional Rodoviário;
- PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Rede Natura 2000
- Plano Gestão da RH do Douro;
- PIOT do ADV;
- PDMSMP;
- PU;
- PP.

8.2.1. IGT supramunicipais

8.2.1.1. Plano Nacional Rodoviário

O Plano Nacional Rodoviário, em vigor DL n.º 22/98, 17 de julho, tendo como última alteração o DL n.º 182/2003, 16 de agosto, estabelece a organização da rede nacional de estradas, traduzida no Plano Rodoviário Nacional, constituindo o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular (Infraestruturas de Portugal, 2017).

Em Santa Marta de Penaguião o Plano Rodoviário Nacional integra as seguintes vias de comunicação:

- IP3/ A24;
- EN2.

Figura 107: Principais eixos de comunicação do concelho



Fonte: Infraestruturas de Portugal

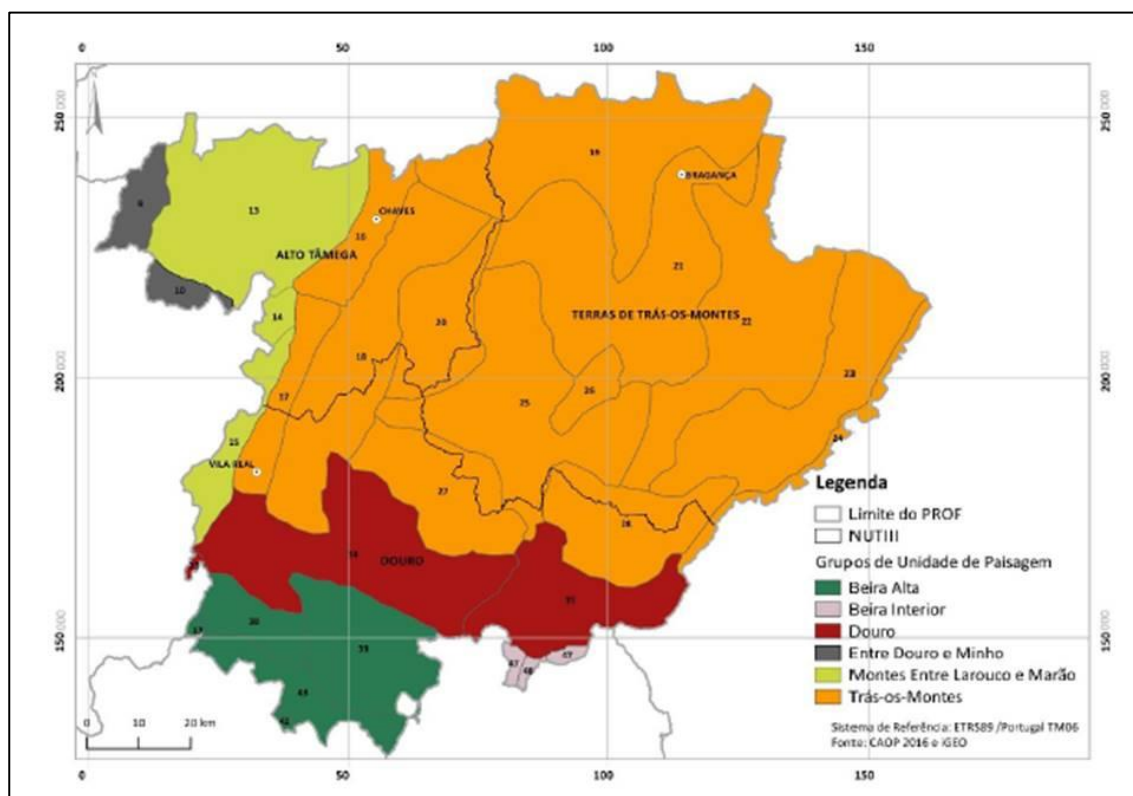
8.2.1.2. PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro

O PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro, em vigor pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, é considerado um programa setorial que determina os **diferentes usos e atividades específicas no domínio do ordenamento florestal**, devendo as suas normas ser acauteladas no âmbito do PDMSMP.

Após uma análise detalhada de todas as componentes do PROF em análise, como a Portaria que o publica, o Documento Estratégico e as Peças Gráficas do Programa, importa ter em consideração os seguintes pontos-chave:

- O concelho de Santa Marta de Penaguião é abrangido pela Unidade de Paisagem da Serra de Alvão e Marão (13), do Vale do Corgo (17) e do Douro Vinhateiro (34);

Figura 108: Unidades de Paisagem de Trás-os-Montes e Alto Douro



Fonte: Extrato do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro (Capítulo B, página 57)

- O Douro Vinhateiro ocupa maior parte do concelho e caracteriza-se pela intensa ocupação das encostas, quer do Douro, quer dos seus afluentes, com vinha, quase na totalidade destinada à produção de Vinho do Porto;

- Santa Marta de Penaguião integra o grupo dos cinco concelhos mais a norte com Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica;
- O concelho faz parte da Organização de Produtores Florestais da AFLODOUNORTE;
- Santa Marta de Penaguião insere-se na sub-região homogénea do Douro (art.º 25), caracterizada pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro.

Para além dos tópicos enunciados, mostra-se pertinente caracterizar as tipologias de funções de espaço florestal existentes no concelho, segundo o PROF em vigor.

Tabela 46: Funções do espaço florestal

Sub-regiões homogéneas	Funções dos espaços florestais	Definição
Douro	Função geral de produção	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material da sociedade, que engloba as subfunções gerais de produção de madeira e de biomassa para energia, de cortiça, de frutos e sementes, de resinas naturais e outros materiais vegetais e orgânicos.
	Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores, que engloba como subfunções gerais o suporte à caça e à conservação de espécies cinegéticas, à pastorícia, à apicultura e à pesca nas águas interiores.
	Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	Entendida como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica, genética e de geomonumentos, que engloba como subfunções gerais a conservação de habitats classificados e das espécies da flora e da fauna protegidas, de geomonumentos e de recursos genéticos.

Fonte: Elaboração própria baseada no PROF das Trás-os-Montes e Alto Douro

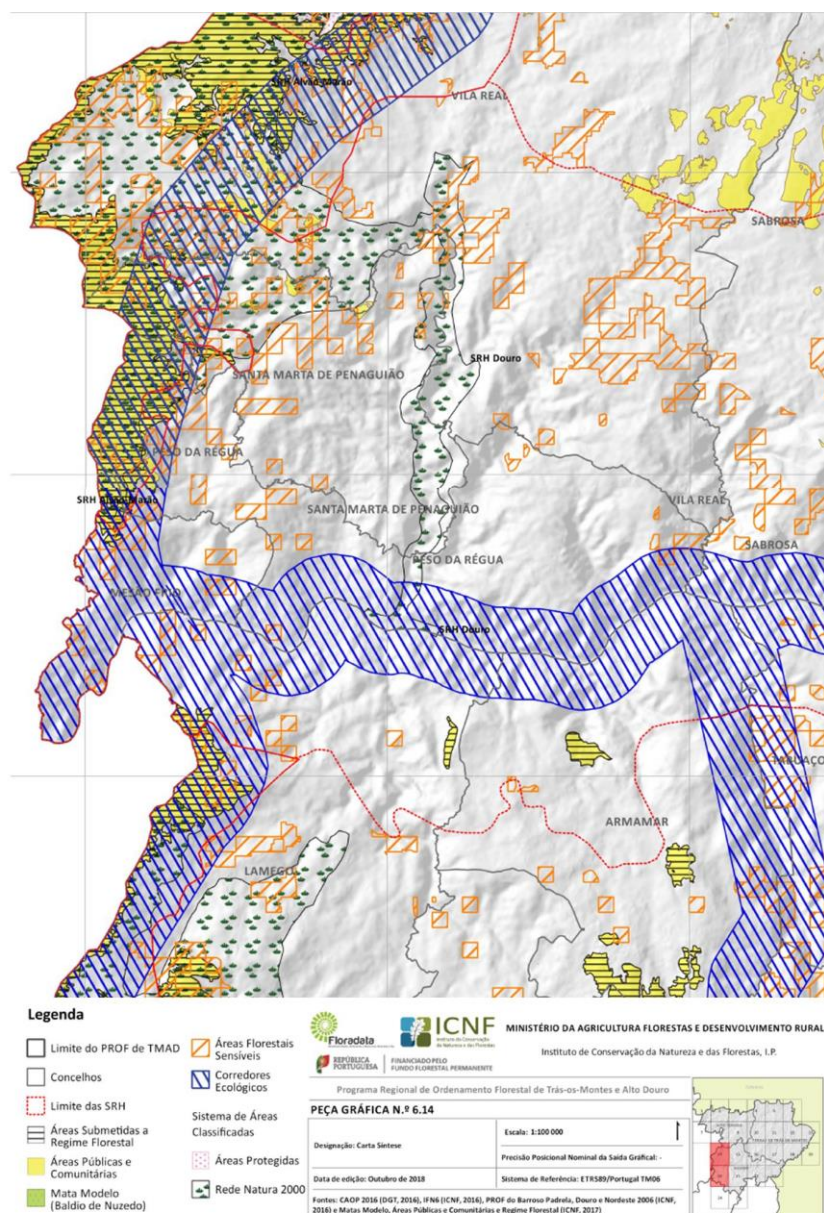
Em simultâneo, importa referir a valorização das espécies autóctones sintetizadas na caracterização das sub-regiões homogéneas, que consta na Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro.

Por fim, em termos de problemáticas florestais em Portugal, surge a questão da **“eucaliptização”**.

Em Santa Marta de Penaguião, esse fenómeno não é uma realidade preocupante, como o é no Litoral do País ou na Região Centro, o que implica a adoção de **uma política de compatibilização e de ponderação dos sítios onde plantar ou converter a mancha florestal**. Contudo, é de ressaltar que o fenómeno da eucaliptização, como o verificado no subcapítulo 8.1.3, está em crescendo no concelho.

Com base no art.º 45.º do Anexo A da Portaria referida anteriormente, não são definidos limites máximos para a área ocupada por eucalipto no concelho, contudo, segundo a COS de 2018, regista uma área de 45ha ocupada por eucaliptos (que está em crescendo face a 1995 e 2015).

Figura 109: Cartas síntese do PROF (n.º 14 e 20)



Fonte: Extrato do PROF das Trás-os-Montes e Alto Douro

8.2.1.3. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é um sistema estruturante na resiliência ambiental do território (Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março), sendo Santa Marta de Penaguião abrangido pela ZEC do Alvão/Marão. Nestes territórios impera o afirmado na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Este sistema tem como objetivo **contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia**, resultando da aplicação de duas diretivas comunitárias, as Diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves), e n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva *Habitats*).

Com a revisão da Lei de Bases de 2014 e do RJIGT foi definido que os Programas Setoriais (Art.º 39.º do RJIGT) – tipologia de IGT onde a Rede Natura se insere – acautelassem o desenvolvimento de setores administração central, nomeadamente um **interesse público específico** nos domínios da **prevenção e minimização de riscos, ambiente, recursos hídricos, conservação da natureza e da biodiversidade, agricultura ou florestas**, através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos de cada programa, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

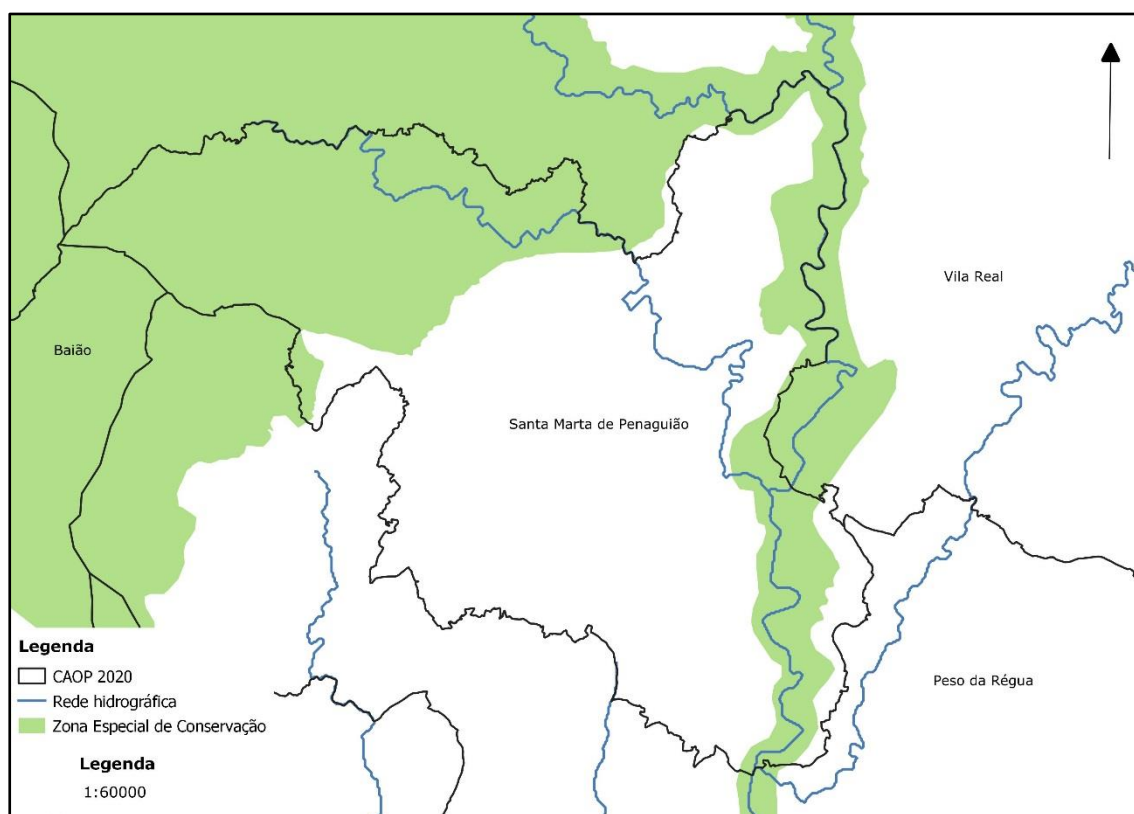
Este Plano tem o seu **Quadro de Ação Prioritária para aprovação**, tendo ocorrido o período de discussão pública (2020-10-29 a 2020-11-30), estando o mesmo em análise. Este Quadro de Ação Prioritária em aprovação foi elaborado para **alavancar a ação-programação deste IGT com o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027** e assim efetivar o compromisso da União Europeia na conservação e salvaguarda dos serviços de ecossistemas dos grandes espaços naturais da Europa e, neste caso, em Portugal.

No presente estudo de Caracterização e Diagnóstico da 2.ª Revisão do PDMSMP, importa ter em consideração, os seguintes pontos-chave que

poderão influenciar diretamente o futuro do ordenamento do território concelhio:

- É um instrumento que **terá de ser alterado**, dando cumprimento à transição entre planos e programas setoriais, definida ao abrigo do RJIGT na Subsecção II - Programas setoriais e programas especiais (Art.º 39.º-51.º);
- RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho, define que em Santa Marta de Penaguião existem a seguinte ZEC:
 - Alvão/ Marão (PTCON0003), com **38% do concelho classificado**.

Figura 110: Rede Natura 2000



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

- Alvão/ Marão:
 - Relaciona-se com outras áreas classificadas de âmbito nacional, designadamente, o Parque Natural do Alvão (13%) – DL n.º 237/83, de 8 de junho;
 - Este sítio integra as serras do Alvão e do Marão e encontra-se limitado a Oeste pelo rio Tâmega e a Este pelo rio Corgo;
 - Ocupação agrícola dos vales e socacos junto dos aglomerados rurais contrasta com as encostas escarpadas ou cobertas de matos e/ou

matas. A zona mais planáltica, por vezes rochosa, é ocupada, por vezes por pastagens naturais ou matas, refletindo uma grande variedade deste território;

- Grande diversidade de habitats naturais, onde predominam os carvalhais de carvalho-roble e carvalho-negral e os matos baixos de ericáceas e/ ou tojos sobre substratos duro. Este tipo de vegetação em Portugal apresenta uma relação máxima à escala mundial entre a diversidade fitocenótica e a área ocupada;
- Destacam-se ainda as turfeiras, que se caracterizam pela sua singularidade e que a nível nacional ocorrem de forma pontual, e o habitat prioritário constituído por urzais-tojais húmidos de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* e/ou *Ulex minor*;
- Em termos de flora destaca-se a ocorrência do trevo-de-quatro folhas (extremamente ameaçado), no seu último local de ocorrência em Portugal e a precária *Veronica micrantha*;
- Região montanhosa de grande importância para o lobo (*Canis lupus*), sendo a densidade de alcateias das maiores do País;

Figura 111: Lobo-ibérico



Fonte: ICNF

- Sítio relevante para a conservação da fauna aquática e ribeirinha, sendo de destacar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*);
- Várias espécies de morcegos ameaçadas, como a colónia de hibernação de morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*) e de morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*);

- Relativamente à herpetofauna, salienta-se a presença do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e da salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), espécies endémicas da Península Ibérica;

Figura 112: Lagarto de água



Fonte: ICNF

- Presença de invertebrados, como a borboleta *Euphydryas aurinia* e o coleóptero *Lucanus cervus*, assim como um dos poucos Sítios de ocorrência da libélula *Oxygastra curtisii*
- Tem como fatores de ameaça a/o(s):
 - Qualidade da água muito degradada;
 - Atividade florestal muito intensiva e abate de carvalhal;
 - Sistema de minas e fojos degradados;
 - Fogos florestais;
 - Invasão por espécies exóticas (acácia, háquia e erva-pinheirinha);
 - Abertura de vias de comunicação;
 - Parques eólicos, pressão cinegética e mini-hídricas;
 - Práticas agrícolas e pastoris (ex: excesso de queimadas);
 - Abandono agrícola e exploração de pedreiras ilegais.
- Tem como orientações de gestão a/o(s):
 - Promoção e acompanhamento de um modelo de gestão de uso múltiplo, de modo a promover uma agricultura e pastorícia extensivas. Para áreas de matos é necessário desenvolver uma gestão adaptada à realidade local;
 - Implementação de medidas de conservação dos carvalhais e de manchas florestais naturais mais desenvolvidas;

- Proteção estrita de algumas formações com grande valor natural;
- Preservação das linhas de água e vegetação ribeirinha, habitats fundamentais para a conservação de espécies da fauna associadas a este meio.
- Havendo recomendações de gestão detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais, também presentes na RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.

Relativamente ao processo de monitorização da Rede Natura, esta teve dois **Relatórios de Avaliação de implementação da Diretiva Habitats**, cujo período de análise foi entre 2001 e 2006 e teve como conclusões:

- A maior parte dos habitats naturais apresentam um **estado de conservação desfavorável/inadequado**;
- A maior % de avaliações favoráveis corresponde aos habitats rochosos, formações herbáceas, charnecas e matos;
- A maior parte dos habitats naturais com avaliação desfavorável/má corresponde a **habitats dunares, outros habitats costeiros sob influência salina e turfeiras**;
- Uma % relevante dos habitats das regiões da Macaronésia apresenta uma avaliação global favorável;
- **A maior parte das espécies avaliadas apresenta um estado de conservação desfavorável/inadequado**;
- Mais de 40% das espécies da flora da Macaronésia apresentam uma avaliação global favorável;
- Os anfíbios e répteis são os dois grupos faunísticos com maior % de avaliações favoráveis, sendo ainda os dois únicos grupos em que nenhuma espécie foi englobada na categoria de “desfavoráveis/má”;
- **O grupo taxonómico da fauna que apresenta maior n.º de avaliações desfavorável/má corresponde aos peixes**, cuja situação é particularmente preocupante na **região Mediterrânica**, onde se tem registado a regressão das populações e habitats de algumas espécies endémicas;
- Para uma % significativa de espécies da flora e da fauna, das regiões Mediterrânica e Atlântica, não foi apresentado o resultado da avaliação global. Esta situação resulta de vários fatores: a) não foi realizada a

avaliação global das espécies da flora nestas regiões; b) para algumas espécies da fauna o conhecimento existente não permitiu fazer esta avaliação, como é o caso da maioria dos invertebrados; c) para algumas espécies da fauna de ocorrência simultânea em regiões marinhas e terrestres, por não existir informação distinta para cada região, a informação existente foi apenas relatada na região terrestre (como por exemplo no caso dos peixes migradores); d) para algumas espécies de quirópteros nas regiões Mediterrânica e Macaronésia e para as espécies da região Atlântica não existe informação necessária que permita avaliar o seu estado de conservação;

- A falta de informação para muitos habitats naturais e espécies justifica a ausência de resposta a outros parâmetros dos formulários, nomeadamente a **“área ocupada pelo habitat”, “população das espécies” e “habitats das espécies”**.

8.2.1.4. Plano de Gestão da RH do Douro

A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água, orienta-se pela Diretiva Quadro da Água correspondente à Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que foi alterada pelo DL n.º 130/2012 de 22 de junho onde define objetivos ambientais que têm por base o bom estado das massas de água através da implementação de medidas especificadas nos planos de gestão das RH.

Entre 2014 e 2015, com a revisão da Lei de Bases de 2014 e do RJIGT, verificou-se uma ampla reforma do quadro legal e institucional em matéria de ordenamento do território, sendo estabelecido que os Programas Setoriais (Art. 39.º do RJIGT) são respeitantes aos diversos setores da administração central, nomeadamente no domínio dos recursos hídricos.

Este Plano **já teve o período de discussão pública para a vigência do 3.º ciclo** (2019-12-22 e 2020-09-15), estando para análise os contributos recebidos.

No presente estudo de Caracterização e Diagnóstico da 2.ª Revisão do PDMSMP, importa ter em consideração os seguintes pontos-chave, que poderão influenciar diretamente o futuro do ordenamento do território concelhio:

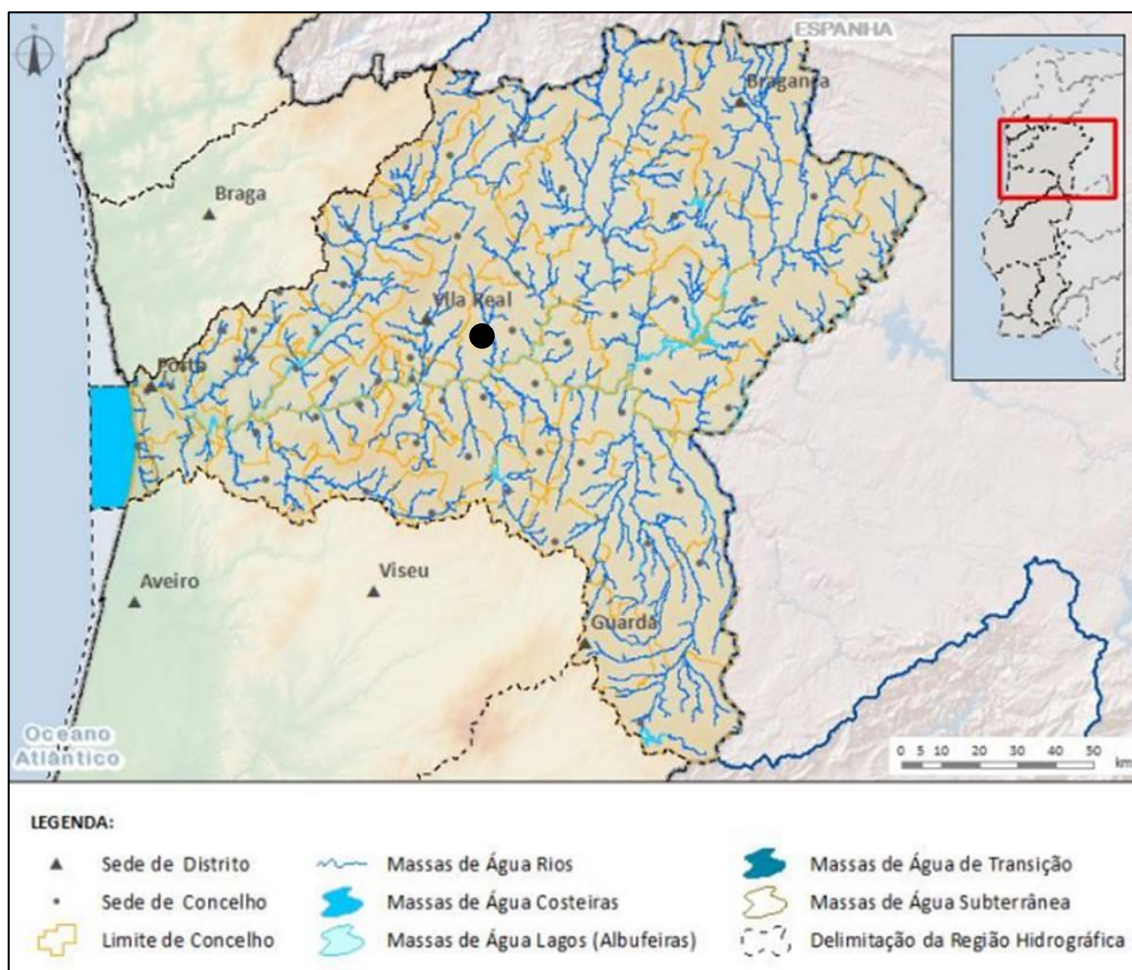
- No anexo IV:
 - O Plano de Gestão da Enguia estabelece que, num prazo de 5 anos, deveria ser garantida a transponibilidade pela enguia de todos os obstáculos nos rios Sousa, Tâmega, Paiva, Arda, Corgo, Pinhão, Tua, Sabor e Côa;

A elaboração dos planos de gestão da RH são da competência da APA e **propõem-se à gestão, proteção e valorização do ambiente**. De seguida serão apresentados os objetivos estratégicos de acordo com as áreas temáticas definidas:

- Qualidade de Água:
 - Proteger a qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas;

- Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse.
- Quantidade de água:
 - Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso;
 - Promover as utilizações de água com fins múltiplos
- Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico;
 - Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos;
 - Preservar o domínio hídrico, assegurando a sua gestão integrada;
 - Fomentar o ordenamento dos usos e ocupação do domínio hídrico.
- Quadro institucional normativo
 - Promover a adequação do quadro institucional e normativo;
- Quadro económico e financeiro;
 - Promover a sustentabilidade económica e financeira;
- Monitorização, investigação e conhecimento:
 - Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas
 - Promover o aumento de conhecimento, estudo e investigação aplicado aos sistemas hídricos.
- Comunicação e governança:
 - Promover informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos;
 - Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local.

Figura 113: Delimitação geográfica da RH do Douro



● Santa Marta de Penaguião

Fonte: Extrato do Relatório do Plano de Gestão da RH do Douro - RH3 (pág.5)

8.2.1.5. PIOT do ADV

O PIOT, publicado em 2013, tem como orientação os seguintes objetivos estratégicos:

- Contribuir para a valorização da paisagem e dos seus diversos elementos patrimoniais;
- Contribuir para a mitigação das intrusões verificadas na paisagem;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como fator crucial da sua sustentabilidade;
- Induzir processos de promoção e divulgação dos valores paisagísticos e patrimoniais do ADV e, tendencialmente, de toda a RDD.

De forma a operacionalizar estes objetivos incide em áreas como:

- Ordenamento e gestão do território;
- Desenvolvimento agrícola sustentável;
- Qualificação e valorização da paisagem;
- Qualificação e valorização dos povoados;
- Património construído promoção e dinamização do território.

O quadro legal a que a elaboração do PIOT estava submisso **ao RJIGT de 1999**, tendo-se verificado com a Lei de Bases de 2014 e o RJIGT uma alteração profunda que motiva então a **sua adaptação/revisão** a este novo cenário jurídico-legislativo.

O PIOT, inclusive, já teve um procedimento de monitorização, desenvolvido no **Relatório da Avaliação do Estado de Conservação do Bem: Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva Viva (2013)**⁵, onde foram afirmadas as seguintes afirmações (passam-se a citar excertos das considerações finais do Relatório):

- Consideramos que **o modelo de gestão e o instrumento de suporte à gestão e salvaguarda do Bem – o PIOT ADV – sejam revistos** preconizando a introdução de um modelo de gestão que se apoie numa continuidade lógica de procedimentos e de clarificação do relacionamento

⁵ Elaborado por CCDR-N, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

institucional ao serviço de uma tutela inequívoca e interlocutora autorizada a responder pelo Bem;

- Tendo em vista a salvaguarda e a promoção do Bem, a decisão sobre o instrumento jurídico de gestão territorial que melhor serve à complexidade do ADV foi naturalmente uma questão que perpassou todo o período de elaboração deste Estudo e que seguramente fez parte dos assuntos em discussão nos momentos de auscultação dos diversos atores do ADV. O **debate sobre o IGT que melhor permite responder aos compromissos assumidos por Portugal perante o Centro do Património Mundial da UNESCO como que se bipolarizou entre a revisão do PIOT ADV e a elaboração de um Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT);**
- A necessidade de maior **eficácia na gestão**, a capacidade de **articular o investimento** com a capacitação dos agentes e das instituições e a **objetividade da comunicação** aos viticultores e operadores turísticos dos procedimentos e dos modelos de armação do terreno;
- Um fator decisivo **é criação de uma entidade gestora de carácter permanente**, dotada de meios e competências específicas nos domínios do **ambiente e ordenamento e da gestão** e salvaguarda do **património**, dotada de poder deliberativo onde estejam congregados todos os organismos pluridisciplinares e estejam representados os viticultores cuja decisão se reputa legalmente indispensável à preservação do território abrangido pelo ADV;
- Concluiu-se que o IGT que melhor correspondia às exigências impostas pela salvaguarda e promoção do ADV e ao mesmo tempo supria as lacunas do PIOT ADV **seria o PEOT;**
- **Um PIOT é um instrumento de natureza estratégica e não regulamentar**, logo **não é o que melhor se coaduna com as necessidades e exigências de gestão do ADV** que reclamam que o IGT seja de natureza regulamentar, vinculativo, simultaneamente, para entidades públicas e para os particulares, e tutelado por um organismo da administração central que detenha poderes efetivos no âmbito agrícola.
- No entanto, no caso do PIOT ADV, este revelou-se **particularmente eficaz no âmbito do seu conteúdo normativo no que diz respeito à plantação da vinha**, conforme largamente documentado neste Estudo



nomeadamente através das formas encontradas pelas tutelas regionais para a transposição deste normativo para instrumentos operativos.

8.2.2. IGT municipais

8.2.2.1. PDMSMP

O PDMSMP, publicado em 2011, tem como orientação a aposta na consolidação do papel do concelho no contexto regional, com base no desenvolvimento e qualificação do espaço urbano, na afirmação do setor económico, na preservação e valorização do património e na sustentabilidade e prevenção ambiental.

O programa de execução e o regulamento do PDMSMP são elementos fundamentais de apoio à gestão territorial e de implementação dos pressupostos definidos.

A avaliação do PDMSMP, que se segue, organiza-se em quatro momentos: as **alterações legislativas**; o **programa de execução**; a **gestão territorial**; e os **objetivos dos PDMSMP**.

- **Alterações legislativas**

O PDMSMP, publicado em 2011, foi elaborado no enquadramento do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, integrando o conteúdo material e documental exigido por este.

O quadro legal a que a elaboração do PDMSMP estava submissa é o constante na tabela seguinte.

Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 380/99, de 22 de setembro
Legislativos	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto DL n.º 794/76, de 5 de novembro DL n.º 181/70, de 28 de abril DL n.º 152/82, de 3 de maio
Regulamentares	DR n.º 9, 10 e 11/2009, de 29 de maio

Como referido no capítulo 1.3. verificou-se uma alteração profunda no contexto legislativo relacionado com os IGT, salientando-se os seguintes:

Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 80/2015, de 14 de maio
Legislativos	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
Regulamentares	DR n.º 15/2015, de 19 de agosto

O atual quadro legal tem como principais determinações e conteúdos:

- **Uma nova classificação do solo**, dividida em solo urbano e solo rústico (anteriormente solo urbano, com categorias operacionais de urbanizado e urbanizável, e solo rural);
- **Possibilidade de reclassificação do solo rústico em solo urbano** (sustentada na elaboração de planos de pormenor com efeitos registais);
- **Fundamentação da sustentabilidade económica e financeira** do programa de execução/integração no Plano de Atividades e Orçamento da CMSMP (com a intenção de criar mecanismos de financiamento para a execução dos IGT tendo, como sugestão, a criação do fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística);
- **Reserva de solo** (com a definição de um período de concretização das propostas do Plano);
- **Regime económico e financeiro** (com a adoção do princípio da economia e eficiência, assegurando a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e culturais, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira das opções adotadas pelos programas e planos territoriais);
- **Avaliação permanente e dinâmica** (com a monitorização e a realização do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território para a supervisão da execução dos IGT).

Complementarmente, o novo quadro regulamentar, entre outros aspetos, define:

- **Solo urbano**, como o solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado;
- **Solo rústico**, como o solo que, pela sua aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e aquele que não seja classificado como urbano.

Assim sendo, o PDMSMP de 2011 face a estas alterações legislativas não cumpre com estas novas orientações, em particular no que respeita às regras de classificação e qualificação do solo.

Exemplos disso são os extratos que se passam a reproduzir, quer da legenda da Planta de Ordenamento, quer do Regulamento.

↳ Alterar Classificação e Qualificação do Solo

SOLOS DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA	
	ESPAÇOS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS DE NÍVEL I
	ESPAÇOS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS DE NÍVEL II
	ESPAÇOS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS

↳ Alterar Classificação do Solo no Regulamento

CAPÍTULO III	
Uso do solo	
SECÇÃO I	
Classificação do Solo Rural e Urbano	
Artigo 10.º	
Identificação	
Para efeitos do disposto no presente Regulamento, o território do Plano inclui solo rural e solo urbano, a que correspondem as seguintes categorias de espaço, tal como delimitado na Planta de Ordenamento:	
1 — Solo rural:	
a) Espaços agrícolas;	
b) Espaços florestais;	
c) Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal;	
d) Espaços naturais;	
e) Espaços culturais.	
2 — Solo urbano:	
a) Solos urbanizados;	
b) Solos de urbanização programada;	
c) Espaços verdes.	

Alínea b), do n.º 2, do art. 10.º, é uma qualificação de solo que poderá ser alterada em sede de revisão do PDMSMP.

Além destes elementos fundamentais do PDMSMP, também ao nível da Planta de Condicionantes existe um novo contexto para as duas restrições de utilidade pública com maior expressão territorial, designadamente a RAN e a REN.

Relativamente à **RAN**:

- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 199/2015, de 16 de setembro;
- Este DL altera o RJ desta restrição de utilidade pública, onde se estabelece, nomeadamente, que as áreas RAN não integram (...) as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 10.º, n.º 1);
- Tal enquadramento obriga a que, em sede de elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 11.º, n.º 1) a RAN seja redelimitada.

Relativamente à **REN**:

- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 124/2019, de 28 de agosto;
- Este DL altera o RJ da REN, onde se decreta que serão desenvolvidas novas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (art. 8.º, n.º 5) para a sua delimitação e que alterou/adaptou também a designação e metodologia de delimitação das áreas a integrar na REN;
- A sua delimitação deve conforma-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco anos após a entrada em vigor da portaria referida no art. 8.º, n.º 5 do DL n.º 124/2019, de 28 de agosto.

Assim sendo, mostra-se pertinente uma revisão ao nível das servidões supramencionadas em sede de revisão do PDMSMP.

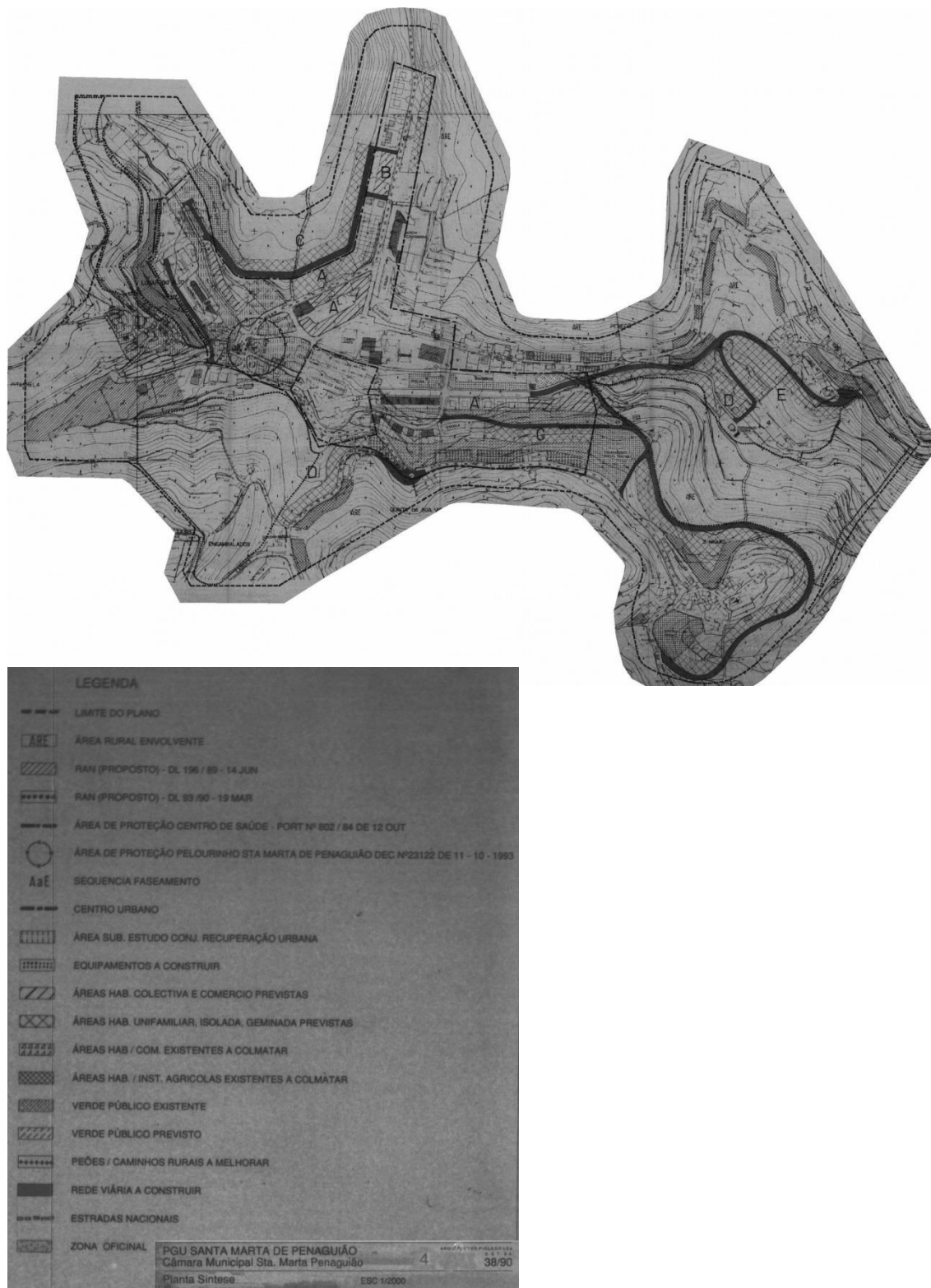
8.2.2.2. Plano de Urbanização

8.2.2.2.1. PU de Santa Marta de Penaguião

O PU de Santa Marta de Penaguião foi publicado pela Declaração n.º 33/1997, de 16 de maio.

Este IGT prevê a criação das seguintes zonas: áreas de habitação coletiva e comércio; áreas de habitação unifamiliar isolada, geminada; equipamentos ou serviços coletivos; centro urbano; áreas verdes e área rural.

Figura 114: Planta síntese (PU)



Fonte: Declaração n.º 33/1997, de 16 de maio

O **IGT necessita de alterações** em termos programáticos, atendendo ao novo enquadramento legislativo do ordenamento do território, havendo, ainda, a necessidade de discutir/coordenar a viabilidade do futuro do IGT durante a elaboração da presente revisão do PDMSMP.

8.2.2.3. Plano de Pormenor

8.2.2.3.1. PP da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião

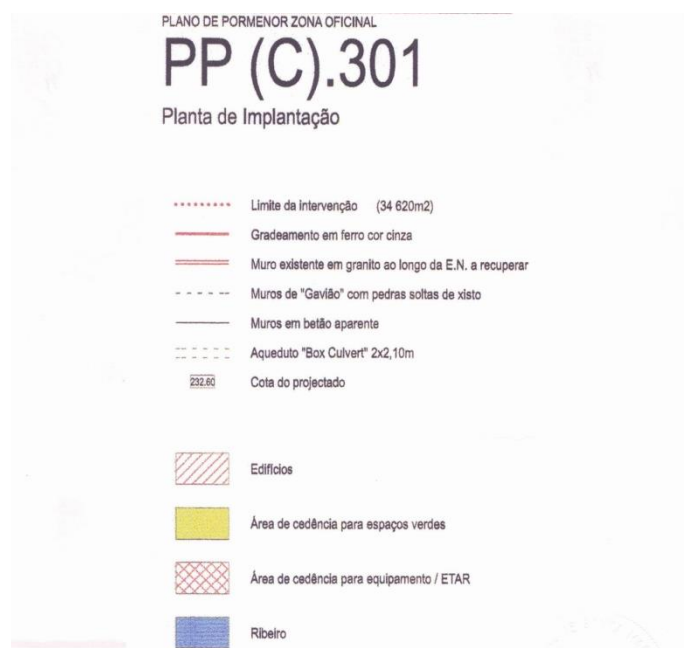
O PP da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião foi publicado pelo Aviso n.º 957/2008, de 10 de janeiro.

Este IGT foi desenvolvido com o objetivo desenvolver e concretizar propostas de organização espacial da Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião, definindo com detalhe a conceção da forma de ocupação.

Figura 115: Planta de Implantação



Continua na página seguinte.



Fonte: Aviso n.º 957/2008, de 10 de janeiro

O **IGT não necessita de alterações** em termos programáticos, existindo, contudo, a necessidade de discutir/coordenar a viabilidade do futuro do IGT durante a elaboração da presente revisão do PDMSMP.

8.2.2.3.2. PP da Quinta das Canas

O PP da Quinta das Canas foi publicado segundo a Declaração n.º 27/1992, de 28 de março.

Este IGT foi elaborado com a finalidade de criar uma urbanização que contemplasse áreas de habitação coletiva e comércio; áreas de habitação isolada e em banda; equipamentos ou serviços coletivos; oficina e espaços verdes.

Figura 116: Planta síntese (PP)



Fonte: Declaração n.º 27/1992, de 28 de março

O **IGT não necessita de alterações** em termos programáticos, existindo, contudo, a necessidade de discutir/coordenar a viabilidade do futuro do IGT durante a elaboração da presente revisão do PDMSMP.

9. Fenómenos e Áreas de Perigo/Risco

No presente capítulo serão inventariados os fenómenos que conferem risco natural e tecnológico, caracterizando-se em conformidade com o disposto pela Proteção Civil, sendo o caso da/o (s) seguintes:

- Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas;
- Incêndios;
- Secas e ondas de calor;
- Sismos;
- Tempestades;
- Zonas inundáveis.

A análise destes fenómenos terá como objetivo, nas fases subsequentes da revisão do PDMSMP, de modo a acautelar determinadas ocupações do solo na influência das áreas de risco de formas a minimizar os riscos para pessoas e bens, sendo que alguns dos fenómenos supramencionados têm tradução territorial enquanto servidões administrativas ou restrições de utilidade pública.

9.1. Acidentes industriais graves e transporte de matérias perigosas

De acordo com a APA, Santa Marta de Penaguião não tem estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso III – DL n.º 150/2015, de 5 de agosto (acidentes graves envolvendo substâncias perigosas).

Segundo a alínea c) do art. 2.º, do DL n.º 41-A/2010, de 29 de abril, entende-se matérias perigosas como quaisquer matérias, objetos, soluções ou misturas de matérias cujo transporte é proibido ou objeto de imposição de certas condições. Simultaneamente, no Manual de Intervenção em Emergências com Matérias Perigosas Químicas, Biológicas e Radiológicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil, esta atividade económica ou tipologia de transporte é caracterizada pormenorizadamente.

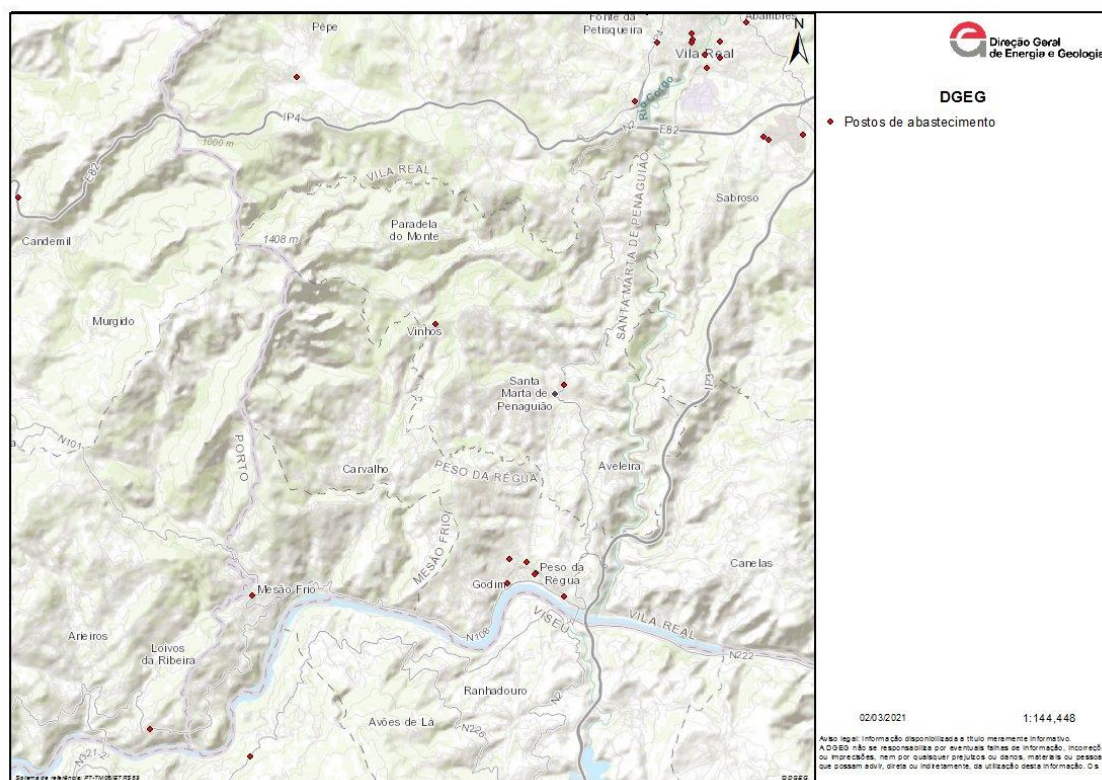
No que respeita a Santa Marta de Penaguião, e segundo a base de dados estatística do INE, verifica-se que a informação recolhida relativamente a atividades empresariais suscetíveis de gerar risco/acidentes perigosos é residual – recomenda-se a consulta da tabela seguinte.

Tabela 47: N.º de empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas em 2019

CAE das empresas relacionadas com o setor das matérias perigosas de transporte	Douro	Santa Marta de Penaguião	Peso de Santa Marta de Penaguião no Douro
Indústrias extrativas	37	0	0%
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0	0%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	9	0	0%
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	0	0	0%
Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas	3	0	0%
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	449	12	3%
Total	498	12	2%
Total (s/ transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos)	49	0	0%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Segundo a Direção Geral de Energia e Geologia, os pontos recetores desse tipo de matérias consistem nos postos de abastecimento de combustíveis fósseis, como se pode observar na figura seguinte.



9.2. Incêndios

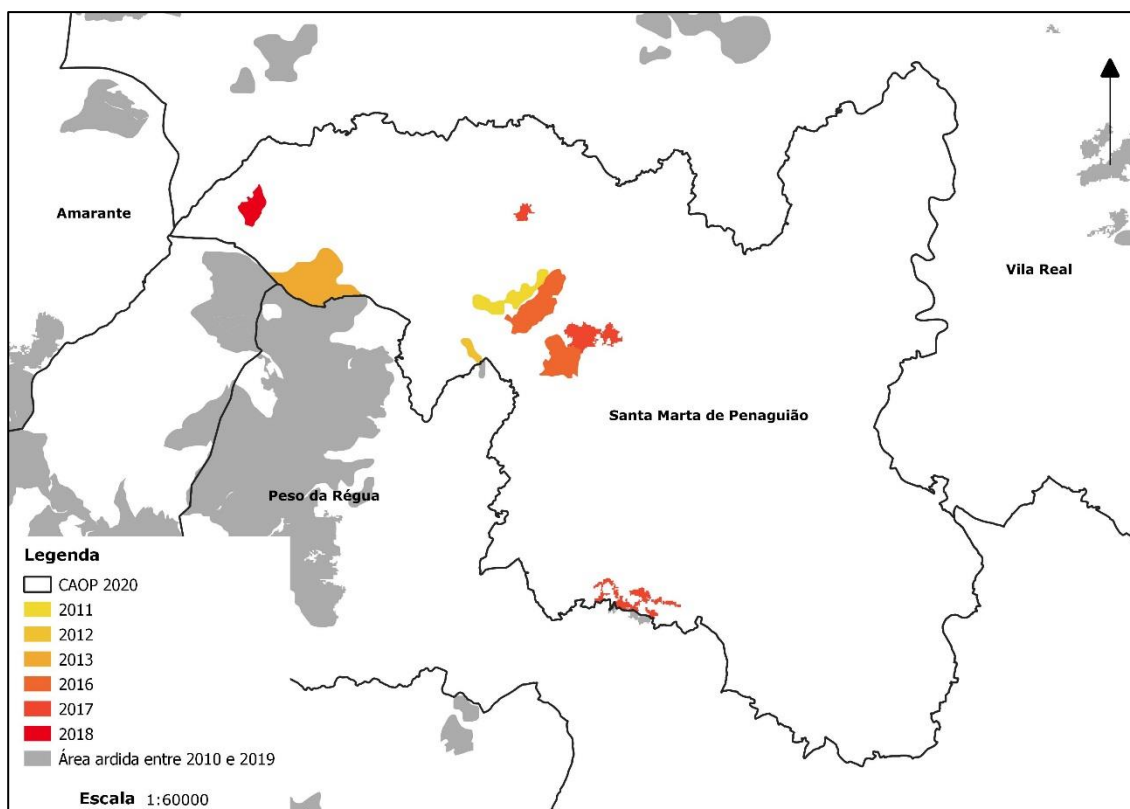
9.2.1. Rurais

Em Santa Marta de Penaguião existe um potencial risco acrescido, atendendo:

- Às especificidades da mancha florestal e de matos existente, associado a um período de alterações climáticas em todo o Sul da Europa;
- Acrescido de comportamentos sociais que não favorecem a minimização do efeito deste fenómeno.

Com base nos dados disponibilizados pelo ICNF, verifica-se que nos últimos dez anos foram registadas nove ocorrências no concelho, que correspondem a um total de 227 hectares.

Figura 118: Área ardida entre 2010 e 2019



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF

Relativamente ao n.º de recorrências, verifica-se a existência de uma área ardida que coincide, no ano de 2011 e 2016. Esta área de reincidência

ocupa um total de aproximadamente 4 000m², e localiza-se na cumeada poente de Fornelos.

Como complemento à informação disponível pelo ICNF, importa fazer o retrato com a informação disponível no INE.

Tabela 48: Indicadores relacionados com incêndios rurais

N.º de incêndios rurais			
Ano	Douro	Santa Marta de Penaguião	Peso de Santa Marta de Penaguião no Douro
2011	1423	41	3%
2012	1399	67	5%
2013	964	31	3%
2014	439	9	2%
2015	856	22	3%
2016	639	24	4%
2017	1084	39	4%
2018	776	21	3%
2019	547	11	2%

Superfície ardida em ha			
Ano	Douro	Santa Marta de Penaguião	Peso de Santa Marta de Penaguião no Douro
2011	9739	17	0%
2012	8563	25	0%
2013	18055	38	0%
2014	1608	12	1%
2015	4739	31	1%
2016	10146	72	1%
2017	30876	59	0%
2018	1308	8	1%
2019	3364	3	0%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base na análise das tabelas anteriores, observa-se que o n.º de incêndios rurais tem vindo a diminuir, verificando-se em 2011 um total de 41 incêndios registados e em 2019, um total de 11 incêndios. Ao longo do período em análise, regista-se também uma diminuição da superfície ardida do concelho, observando-se em 2011 um total de 17 ha e no ano de 2019, um total de 3 ha ardidos.

No que respeita o n.º de incêndios rurais do concelho, verifica-se que estes representam um peso de 2% em 2019, contudo importa referir que em 2012, o concelho apresenta o peso mais elevado (5%) no Douro, no período em análise, que corresponde a 67 incêndios registados em Santa Marta de Penaguião.

Genericamente, pode-se assumir que existe uma diminuição da perigosidade dos incêndios rurais no concelho, uma vez que o n.º de ignições diminuiu e a área ardida tende a diminuir, o que motiva: uma redução dos riscos humanos e naturais e não se perspetive o estimado num contexto de alterações climáticas e recorrentemente verificado no panorama nacional. Contudo, reconhece-se que o período de análise é curto e os resultados sistematizados poderão sofrer alterações e seguir outras ordens de grandeza de dimensão do fenómeno.

Enquadramento legal

- DL n.º 327/90, 22 de outubro, alterado pela Lei n.º 54/91, de 8 de agosto, pelo DL n.º 34/99, de 5 de fevereiro e republicado pelo DL n.º 55/2007, de 12 de março – regula a ocupação do solo nos povoamentos florestais percorridos por incêndios;
- DL n.º 96/2013, de 19 de julho, alterado pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto, e pelo DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro – Aprova o RJ a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

Fenómenos ocorridos

As ocorrências registadas estão analisadas ao longo deste subcapítulo.

9.2.2. Urbanos

No que respeita os incêndios de índole urbana, é importante considerar o facto de existirem importantes aglomerados populacionais e um processo de urbanização disperso, ao longo do município.

O DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, entretanto alterado pelo DL n.º 224/2015, de 9 de novembro, e pela Lei n.º 123/2020, de 18 de outubro, consagra o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios. Quanto à sua vulnerabilidade ao risco, importa citar o art. 3.º:

1 — Estão sujeitos ao regime de segurança contra incêndio:

a) Os edifícios, ou suas frações autónomas, qualquer que seja a utilização e respetiva envolvente;

- b) Os edifícios de apoio a instalações de armazenamento de produtos de petróleo e a instalações de postos de abastecimento de combustíveis, tais como estabelecimentos de restauração, comerciais e oficinas, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 302/2001, de 23 de novembro;*
- c) Os recintos permanentes;*
- d) Os recintos provisórios ou itinerantes, de acordo com as condições de SCIE previstas no anexo II ao regulamento técnico referido no artigo 15.º;*
- e) Os edifícios de apoio a instalações de armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos, reguladas pelo Decreto n.º 36270, de 9 de maio, de 1947;*
- f) Os edifícios de apoio a instalações de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) reguladas pelos Decretos-Leis n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, e 140/2006, de 26 de julho;*
- g) Os edifícios de apoio a instalações afetas à indústria de pirotecnia e à indústria extrativa;*
- h) Os edifícios de apoio a instalações dos estabelecimentos que transformem ou armazenem substâncias e produtos explosivos ou radioativos.*

2 — Excetuam -se do disposto no número anterior:

- a) Os estabelecimentos prisionais e os espaços classificados de acesso restrito das instalações de forças armadas ou de segurança;*
- b) Os paíóis de munições ou de explosivos e as carreiras de tiro.*

3 — Estão apenas sujeitas ao regime de segurança em matéria de acessibilidade dos meios de socorro e de disponibilidade de água para combate a incêndio, aplicando-se nos demais aspetos os respetivos regimes específicos, as instalações que não disponham de legislação específica ou que dispo de legislação específica a mesma não contemple as referidas matérias.

4 — Nos edifícios de habitação, excetuam -se do disposto no n.º 1, os espaços interiores de cada habitação, onde se aplicam as condições de segurança das instalações técnicas e demais exceções previstas no regulamento técnico.

5 — Quando o cumprimento das normas de segurança contra incêndio nos imóveis classificados ou em vias de classificação se revele lesivo dos mesmos ou sejam de concretização manifestamente desproporcionada, são adotadas as medidas de autoproteção adequadas, após parecer da ANPC.

6 — Às entidades responsáveis pelos edifícios e recintos referidos no n.º 2 incumbe promover a adoção das medidas de segurança mais adequadas a cada caso, ouvida a ANPC, sempre que entendido conveniente.

Desta forma, e atendendo ao contexto florestal que o município apresenta, existe uma série de edifícios cuja salvaguarda deve ser tida em conta, tais como os integrados na Área de Reabilitação Urbana (ARU), as escolas, os equipamentos de índole social, de saúde e desportivos, as superfícies comerciais, áreas urbanizadas que fazem fronteira com a mancha florestal e, por fim, hidrantes exteriores (marcos de incêndio ou bocas de incêndio) nos diferentes aglomerados urbanos.

Dar conta que o DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, remete para o DL n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, e o DL n.º 140/2006, de 26 de julho, e ambos os atos legislativos foram revogados pelo DL n.º 62/2020, de 28 de agosto, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição da Diretiva 2019/692.

Enquadramento legal

- DL n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo DL n.º 224/2015, de 9 de novembro, e pela Lei n.º 123/2020, de 18 de outubro – RJ da segurança contra incêndio em edifícios.

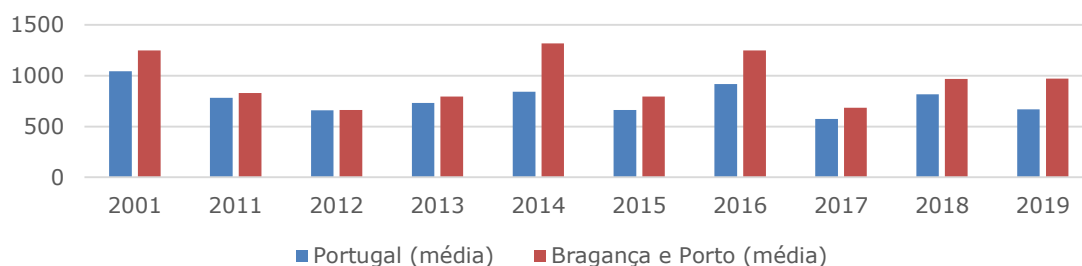
Fenómenos ocorridos

Sem informação disponível.

9.3. Secas e ondas de calor

A base de dados estatística da Pordata não contém indicadores para a área de referência, desta forma foi criado um indicador base de proximidade, de modo a permitir a avaliação dos resultados.

Figura 119: Precipitação total na estação meteorológica de referência (em mm)



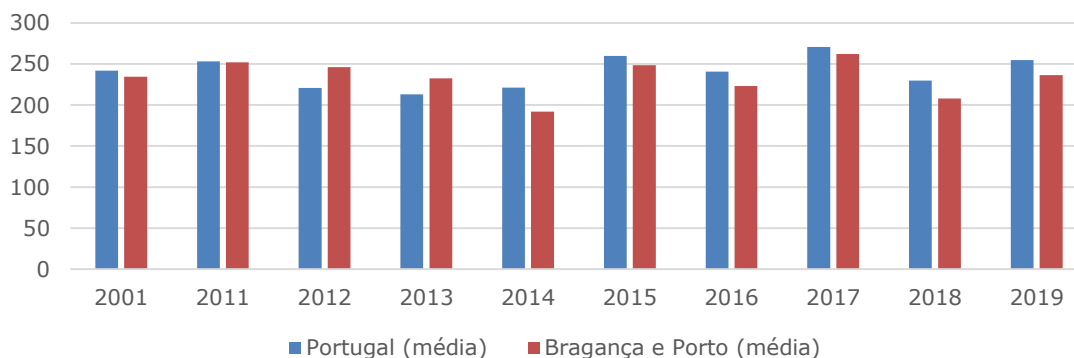
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

O indicador base referido resultou do valor médio registado entre as estações meteorológicas de Bragança e do Porto, e após a análise dos resultados obtidos, conclui-se que a tendência verificada, no período de análise, é de estabilização da precipitação total.

Importa referir que relativamente à média obtida das estações meteorológicas de Portugal, verifica-se que, no período de referência, os valores apresentam uma tendência decrescente.

Neste seguimento, mostra-se pertinente a análise do n.º de dias sem chuva, através do indicador base criado, como se pode observar através da consulta da figura seguinte.

Figura 120: N.º de dias sem chuva na estação meteorológica de referência



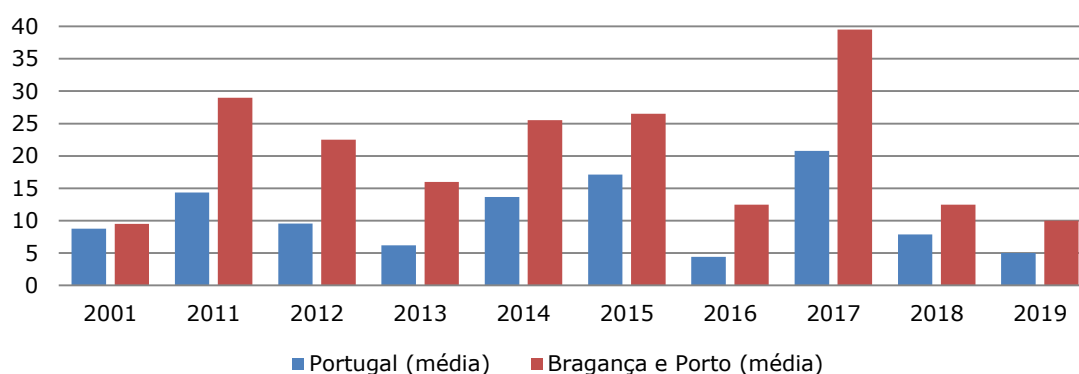
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

No período temporal de referência regista-se, em média, um total de 240 dias sem chuva – o que faz 66% dos dias do ano, em Portugal.

No horizonte temporal em estudo, verifica-se uma ligeira tendência de diminuição do n.º de dias sem chuva, no que respeita a média das estações meteorológicas de Bragança e Porto. Contudo, entre 2001/2015, verifica-se uma média de 234 dias sem chuva e, entre 2016/2019, uma média total de 232 dias sem chuva.

Assim sendo, importa analisar o n.º de dias com ondas de calor – recomenda-se a consulta da figura seguinte.

Figura 121: N.º de dias com ondas de calor na estação meteorológica de referência



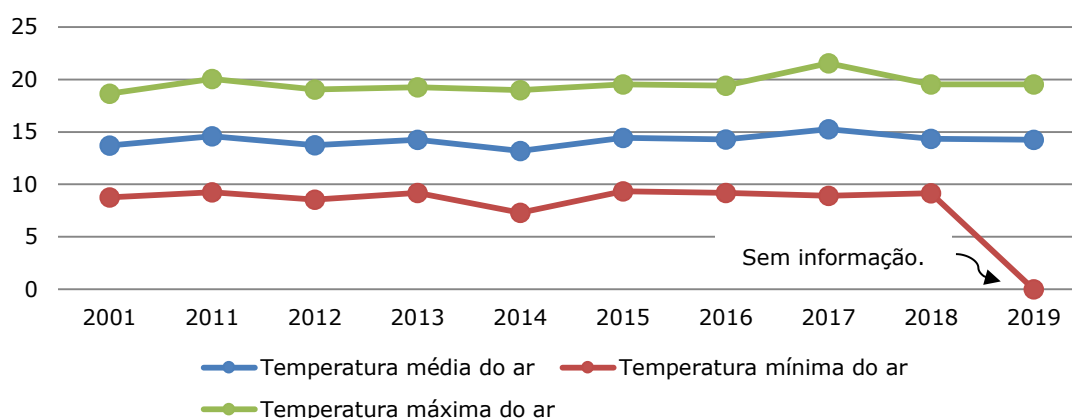
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Com base na análise da figura anterior, verifica-se que o n.º médio de dias com ondas de calor nas estações meteorológicas de proximidade corresponde a um total de 20 dias. Este valor é superior comparativamente com a média de dias com ondas de calor registadas na média das estações meteorológicas de Portugal (11 dias).

Importa destacar o ano de 2017, que apresenta o valor mais elevado, no período em análise, apresentando uma média de 40 dias com ondas de calor, nas estações de proximidade (Bragança e Porto).

Neste seguimento, importa ter em consideração os valores da temperatura média do ar, da temperatura mínima do ar e da temperatura máxima do ar, nas estações de proximidade, como se pode verificar com base na consulta da figura seguinte.

Figura 122: Temperatura média do ar na estação meteorológica de referência



Fonte: Pordata

Analisando a figura anterior, verifica-se que, em 2001 a temperatura máxima corresponde a 18,7°C e no ano de 2019, observa-se um ligeiro aumento face ao ano referido, registando-se a temperatura de 19,6°C. Se análise for realizada entre 2011 e 2019, verifica-se que os valores tendem a estabilizar, uma vez que em 2011 a temperatura máxima é de 20,1°C.

No que respeita a temperatura mínima, verifica-se o valor de 8,8°C, em 2001, e no ano de 2019, um total de 9,2°C. Desta forma verifica-se que os valores tendem a estabilizar, no período de análise. Importa fazer referência ao ano de 2011, que apresenta uma temperatura mínima de 9,3°C, acompanhando a tendência observada no total do período em análise.

A temperatura média, apresenta uma tendência de estabilização, no período em análise, refutando as tendências relativas às alterações climáticas que se refletem no aumento das temperaturas.

Enquadramento legal

Não se aplica.

Fenómenos ocorridos

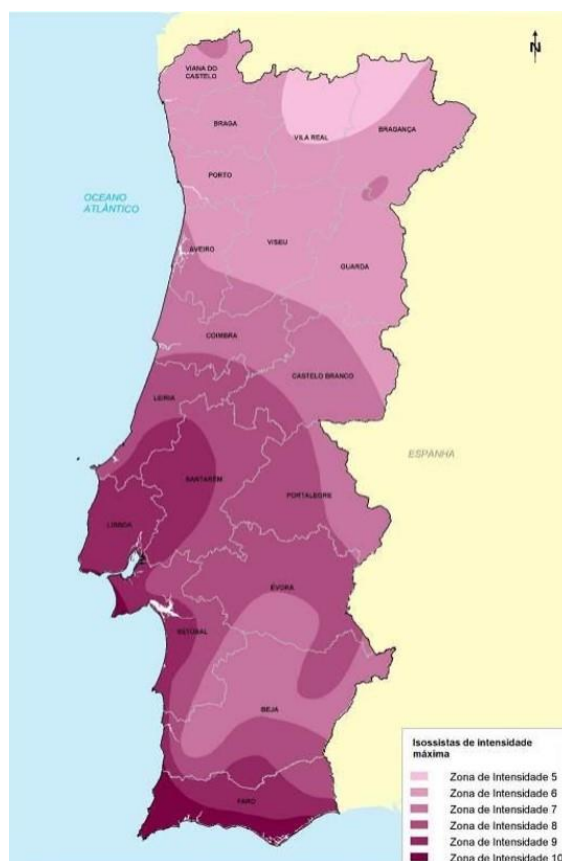
As ocorrências registadas estão analisadas ao longo deste subcapítulo.

9.4. Sismos

De acordo com a informação disponibilizada no IPMA, verifica-se que os fenómenos se localizam no decorrer da fronteira entre as placas euro-asiática e africana (sismicidade inter-placa) e no interior da placa euro-asiática (sismicidade intra-placa).

Os sismos em Portugal são pouco frequentes, contudo, aqueles que se registam afetam especialmente as regiões central e meridional. Na Região Norte, em geral, o grau de sismicidade é mais reduzido, contudo, não se exclui a probabilidade da ocorrência de sismos com um impacto mais elevado, porém o período de retorno ronda os milhares de anos.

Figura 123: Carta de isossistas de intensidades máximas

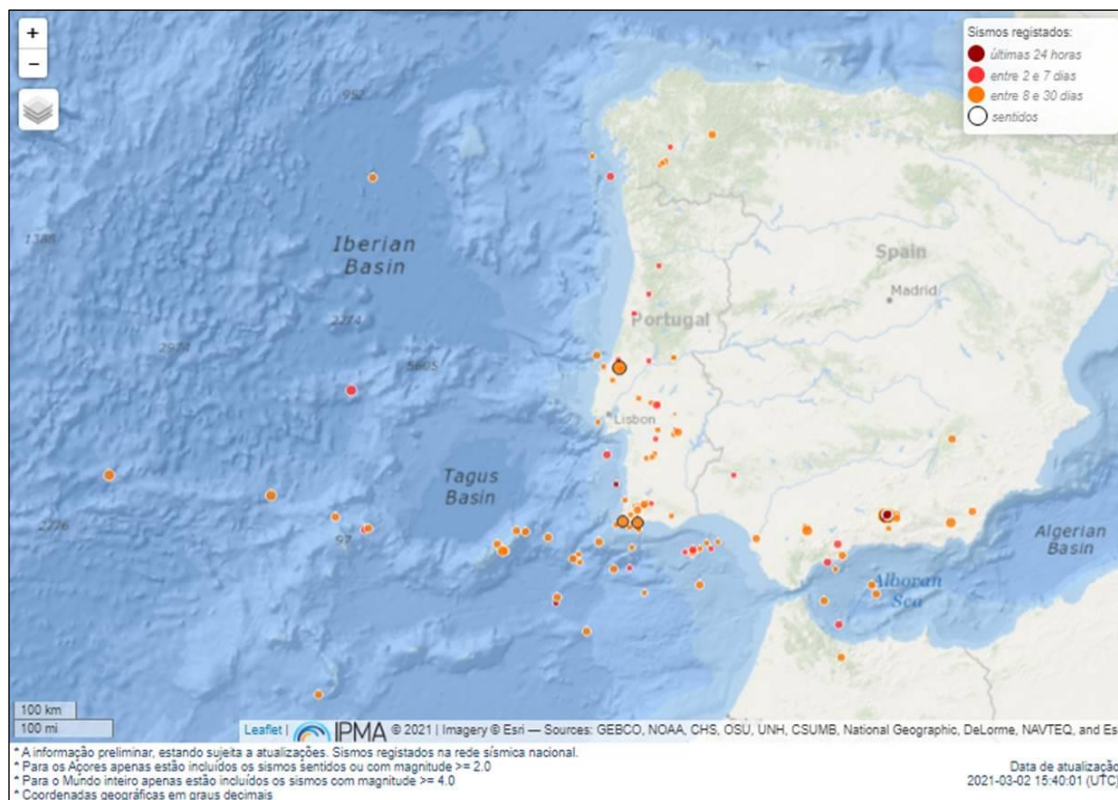


Fonte: Documento de Avaliação Nacional de Risco (pág. 19)

Após a análise da figura anterior observa-se que Santa Marta de Penaguião integra a zona de intensidade 6, justificando a pouca intensidade sísmica a que o concelho está exposto.

A figura seguinte representa a atividade sísmica no mês de março de 2021 e através da sua análise, verifica-se qual o impacto da mesma na rede sísmica nacional.

Figura 124: Atividade sísmica em março de 2021



Fonte: IPMA

Com base na figura anterior conclui-se que Santa Marta de Penaguião, não se efetuam quaisquer registos de atividade sísmica, à data da recolha de informação.

Importa referir, que os dados registados são referentes ao dia 2 de março de 2021, uma vez que a atualização dos dados é realizada diariamente.

Enquadramento legal

Não se aplica.

Fenómenos ocorridos

Não se registam ocorrência de atividade no concelho.

9.5. Tempestades

As tempestades estão incluídas no grupo de acontecimentos que ocorrem com menos frequência, contudo, apresentam um grande potencial para causar estragos nos estilos de vida da população, na natureza e nos bens. Neste seguimento, importa destacar alguns dos fenómenos climáticos: Ondas de frio; Geadas; Nevoeiro e Trovoada.

As ondas de frio caracterizam-se por períodos que sofrem uma redução significativa da temperatura. Este acontecimento pode ocorrer de forma repentina e está, muitas vezes associado aos ventos moderados e fortes.

Em relação à geada, esta surge como consequência das baixas temperaturas (temperaturas inferiores a 0°C), que corresponde à formação de gelo, por norma fino, mas consoante a sua extensão e intensidade.

O nevoeiro consiste na suspensão de partículas de água que provocam a fraca visibilidade a partir de determinadas distâncias.

Relativamente à trovoada, importa referir que é um fenómeno climático com um elevado grau de perigosidade, consistindo numa descarga elétrica de grande intensidade. Esta é sempre acompanhada por um relâmpago e por um trovão, e podem ocorrer com mais frequência dentro das nuvens (intra-nuvens) ou entre as nuvens e o solo (inter-nuvens), com menos frequência.

Estes fenómenos influenciam a vida humana, podendo criar cenários de perigo, que põem em risco a condição de vida humana, os pertences materiais, como a destruição ou condicionamento de infraestruturas, ou pertences naturais, como é o caso da perda de recursos agrícolas.

Enquadramento legal

Não se aplica.

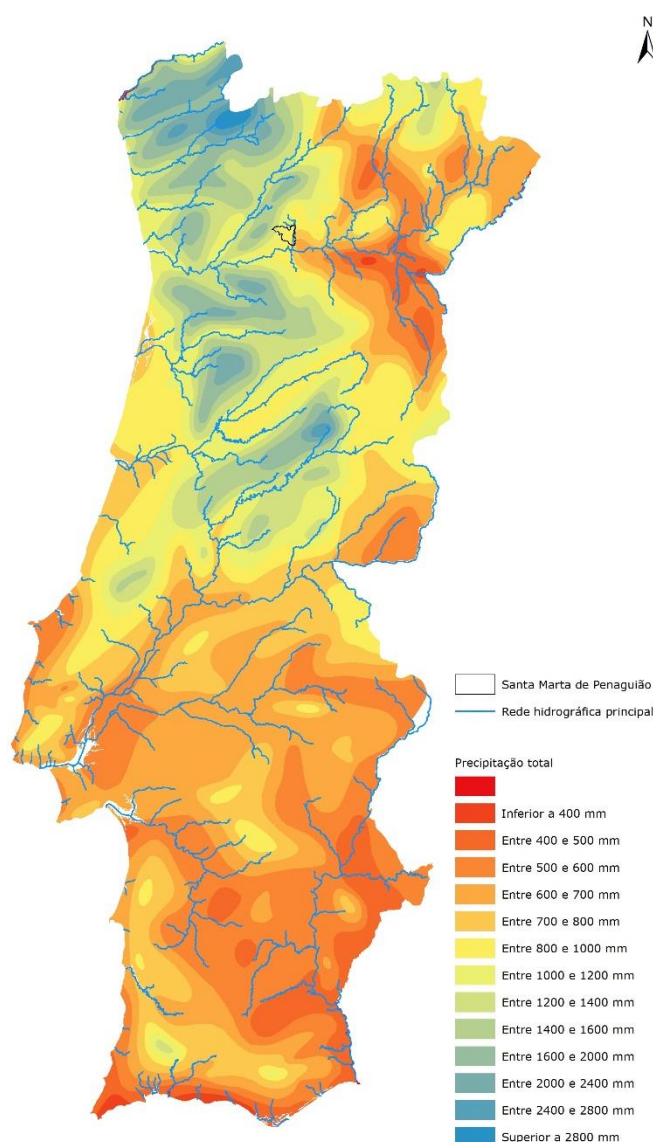
Fenómenos ocorridos

Sem informação disponível.

9.6. Zonas inundáveis

Santa Marta de Penaguião tem um regime de pluviosidade mais seco que a generalidade do País, estando numa zona de transição associada à Zona de Condensação da Região Norte, que, atendendo ao facto de constituir uma barreira física na transição da humidade e da precipitação para nascente da Região Norte, faz desta parte do País das regiões mais secas.

Figura 125: Precipitação total



Fonte: APA

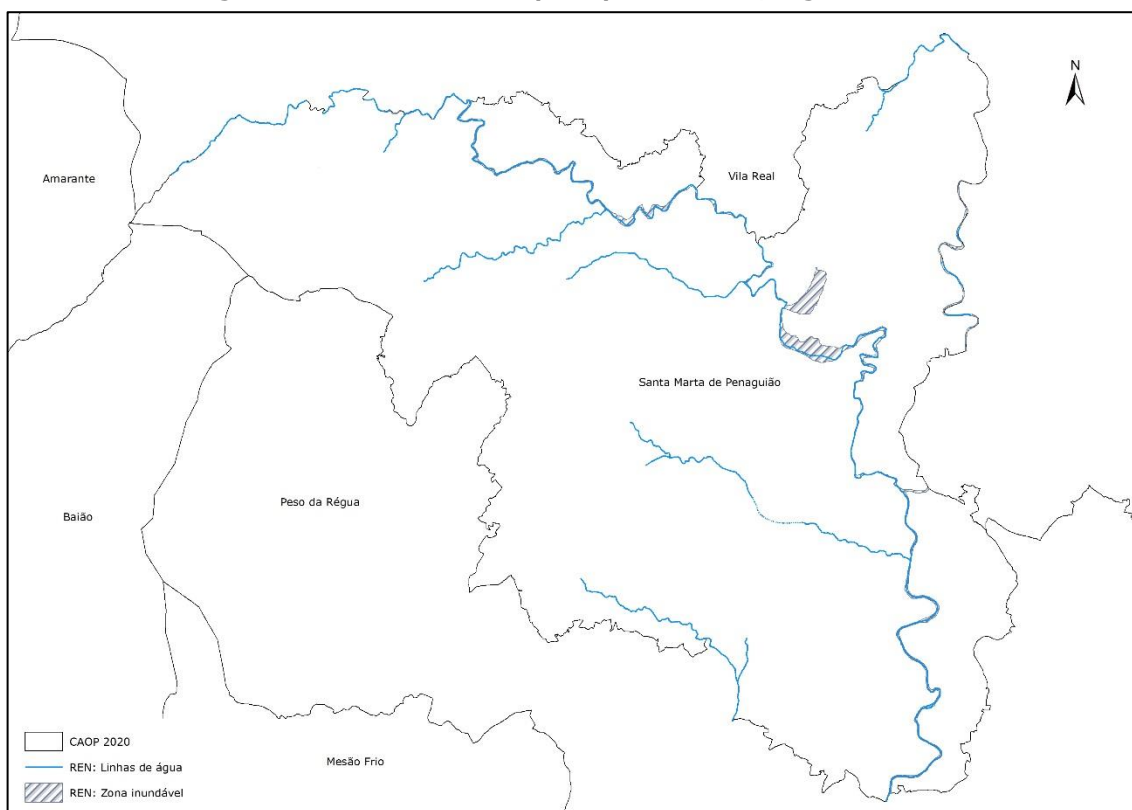
Apesar desse enquadramento, existe um regime de pluviosidade mais intenso na Serra do Marão. Cumulativamente, estes níveis de precipitação estão condicionados pelo posicionamento do concelho perante o Oceano

Atlântico – o grande agente de equilíbrio climatológico da Europa Ocidental – que neste caso confere um regime climático continental e, por isso, mais seco.

Este enquadramento, aliado a uma orografia assente em vales, infere uma capacidade de escoamento maior, provocando a ausência de zonas marcadamente ameaçadas por cheias, sem ser em situações pontuais de vales mais abertos.

Na REN em vigor verifica-se a existência de 3 situações que constituem zonas ameaçadas por cheias com alguma expressão, estando localizadas ao longo do Rio Aguilhão (afluente da margem direita do rio Corgo).

Figura 126: Sistema hídrico principal concelhio, segundo a REN



Fonte: Elaboração própria baseada na REN

No seu conjunto, estas situações ocupam uma área de 100 hectares, o equivalente a, aproximadamente, 1% da área do concelho, e inserem-se em territórios onde não existe densidade populacional.

Enquadramento legal

- DL n.º 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias, bem como restrições ao uso do solo em tais zonas, a incorporar nos planos municipais de ordenamento do território;
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Aprova a lei da água. Estabelece que as cotas os pisos inferiores das edificações sejam superiores à cota local da máxima cheia conhecida.
- DL n.º 115/2010, de 22 de outubro – Aprova o quadro para avaliação e gestão dos riscos de inundação com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais.

Fenómenos ocorridos

Sem informação disponível.

Diagnóstico

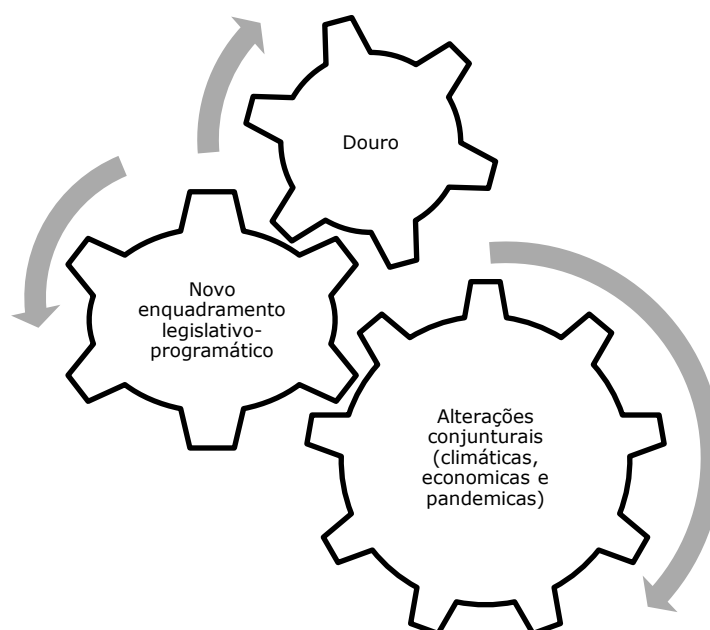
O diagnóstico é apresentado pelos domínios desenvolvidos no atual relatório, distinguindo a visão situacional da visão prospetiva.

▪ Enquadramento

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Novo cenário legislativo-programático preocupa-se com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económico-financeiras;	Pontos fracos	- Baixa densidade populacional;
	- Enquadramento natural e cultural.		- População envelhecida;
			- Efeitos das alterações climáticas.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Envelhecimento populacional;	Oportunidades	- Novo enquadramento jurídico do ordenamento do território;
	- Dinâmica da construção não contemplar as necessidades de integração paisagística e de qualificação ambiental;		- Nova organização administrativa das Comunidades Intermunicipais;
	- Não aproveitamento dos fundos comunitários para a salvaguarda ambiental do território;		- Inúmeros instrumentos e seus objetivos contribuirão para a diminuição das assimetrias territoriais;
	- Ausência de uma estratégia de ambiente e de conservação patrimonial que beneficie o concelho em termos económicos, para compensar o investimento realizado até agora;		- Descentralização/Regionalização;
	- Alterações climáticas;		- Fundos comunitários para a promoção da sustentabilidade do território;
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos, sociais e políticos.		- Revisão dos IGT.

Preocupações-chave

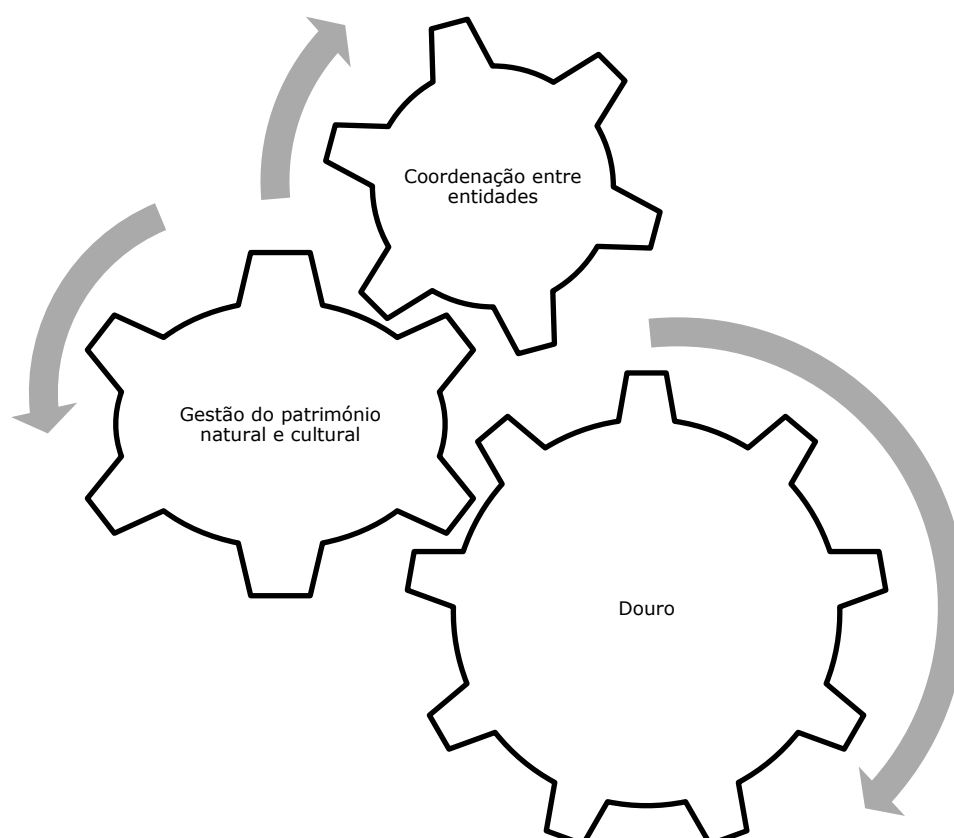


▪ Património Natural e Cultural

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Variedade e importância de valores naturais (<i>Habitats</i> , flora, fauna e geológicos);	Pontos fracos	- Intensa utilização do solo coloca em risco valores e paisagens naturais, <i>habitats</i> e risco de extinção das espécies.
	- Cenário paisagístico associado à RDD;		
	- Património agrícola associado ao ADV;		
	- Instrumentos que salvaguardam o património natural e cultural.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Abandono/Impossibilidade da prática da atividade agrícola (suporte de alguns <i>habitats</i> e fauna existentes);	Oportunidades	- Aumento do interesse pelo Turismo de Natureza;
	- Ausência de uma estratégia de reabilitação do património arquitetónico e arqueológico;		- Património Natural inserido em ZEC e no ADV;
	- Desinteresse dos proprietários em manter/conservar os valores patrimoniais inventariados;		- Fundos comunitários para a promoção da biodiversidade e a reabilitação do património;
	- Alterações Climáticas.		- Revisão dos IGT.

Preocupações-chave

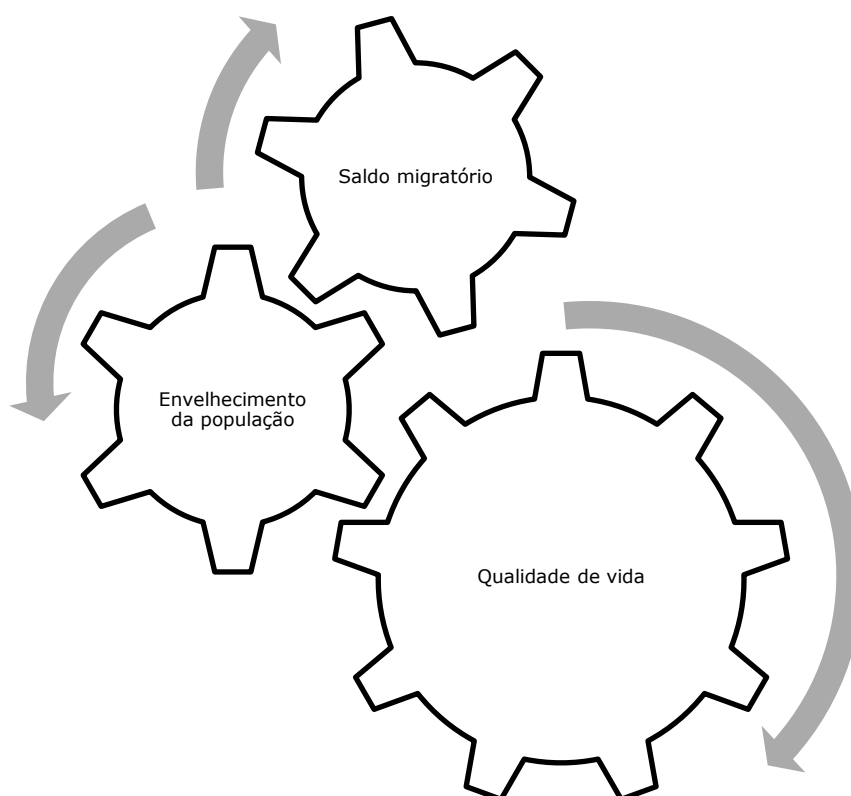


▪ Demografia

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Contexto de baixas densidades;	Pontos fracos	- Envelhecimento populacional e regressão demográfica;
	- Saldo migratório recuperou;		- Saldo fisiológico negativo;
	- Concentração populacional em torno do aglomerado urbano principal.		- Diminuição do efeito da população estrangeira;
			- Aumento dos índices de envelhecimento e de dependência total;
			- Diminuição do n.º de famílias.

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Envelhecimento demográfico;	Oportunidades	- Investimentos em medidas políticas que fomentem a natalidade apoiem o envelhecimento da população;
	- Desenvolvimento dos municípios envolventes apresentando melhores condições de vida para a população;		- Criação de incentivos ao Emprego e desenvolvimento de iniciativas que fixem a população jovem no município.
	- Carência de políticas de apoio demográfico que impulsionem o crescimento populacional;		- Pandemia da COVID-19 e as alterações demográficas que daí podem advir.
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais.		

Preocupações-chave

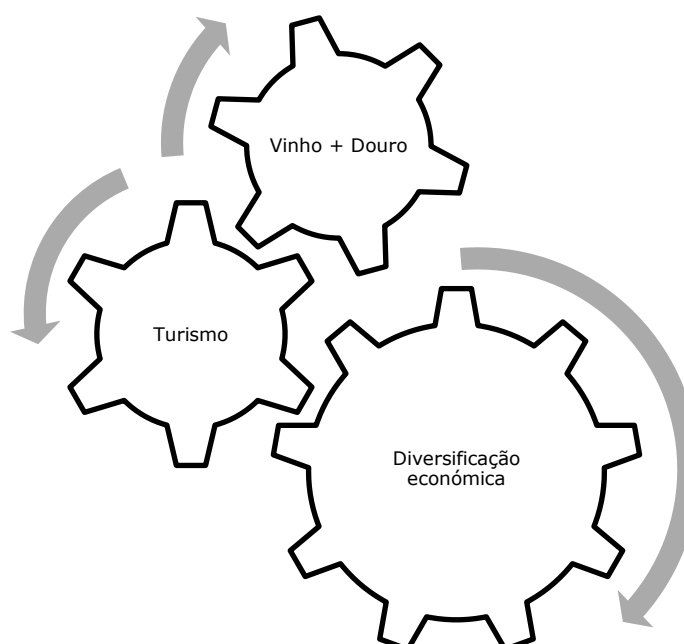


▪ Economia

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Diminuição da taxa de abandono escolar e da taxa de analfabetismo;	Pontos fracos	- Diminuição do n.º de alunos matriculados;
	- Terciarização da economia;		- Baixo poder de compra <i>per capita</i> ;
	- Aumento do nível de escolaridade da população;		- Balança comercial negativa;
	- Aumento da dinâmica turística;		- Diminuição da população ativa;
	- Aumento das explorações agrícolas com máquina;		- Dependência económica face ao setor vinícola;
	- Os picos de produção de vinha são cada vez mais produtivos;		- Diminuição da SAU e das explorações agrícolas.
	- Política municipal em prol da resiliência económica;		
	- Economicamente o concelho resistiu à 1.ª vaga da COVID'19.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Envelhecimento da população;	Oportunidades	- Reforço das atividades económicas através da obtenção de fundos comunitários;
	- Desenvolvimento de territórios mais atrativos para a fixação de jovens;		- "Boom" do turismo;
	- Carência de estratégias que promovam o território e a economia local;		- Aposta na promoção de políticas que fomentem as atividades agrícolas do concelho;
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais;		- Atual conjuntura macroeconómica fomentar novos cenários;
	- Distribuição dos próximos fundos comunitários (2021-2027) com menor dimensão do bolo financeiro e irregularidades na sua distribuição.		- Descentralização/Regionalização;
			- Pandemia da COVID'19 e as alterações económicas que daí possam advir.

Preocupações-chave

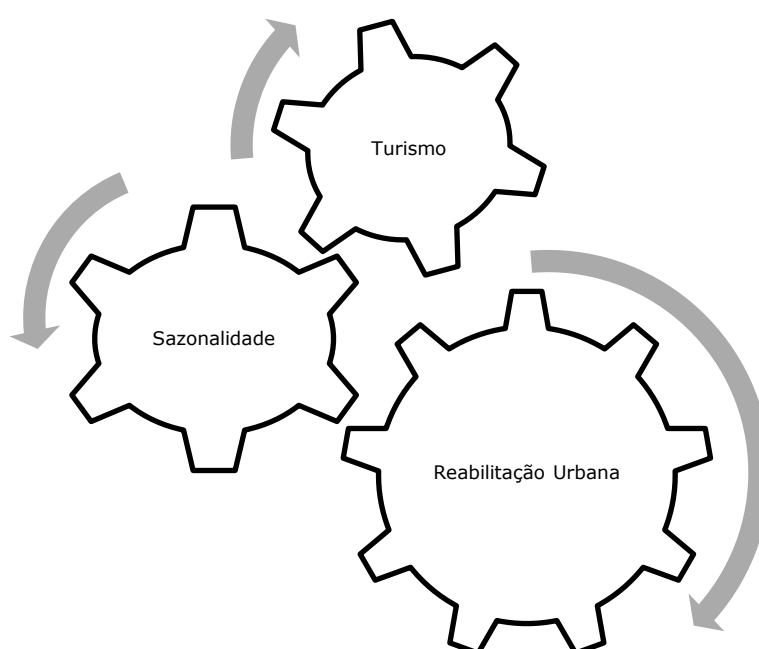


▪ Parque Edificado e Habitacional

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Aumento do n.º de edifícios e de alojamentos;	Pontos fracos	- Aumento da idade média do edificado;
	- Tipologias familiares dominam a dinâmica de fogos licenciados;		- Aumento da sazonalidade da habitação;
	- Rácio da oferta de habitação social.		- Domínio da tipologia de Novas Construções e consequente regressão nas dinâmicas de reabilitação urbana;
	- Valor médio do prédio urbano transacionado inferior ao verificado noutros espaços geográficos de análise.		- Regressão da dinâmica de conclusão de licenciamento e de edificado.
	- Diminuição do n.º de alojamentos vagos;		
	- Diminuição da proporção dos edifícios muito degradados.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Não aproveitamento dos fundos comunitários para a reabilitação urbana;	Oportunidades	- Criação de políticas fiscais que beneficie as famílias, a colmatação urbana e a melhoria funcional do território;
	- Diminuição da dinâmica de construção acompanha a carência de critérios de eficiência energética e de adaptação às alterações climáticas;		- Adoção das linhas estratégicas definidas na Nova Geração de Políticas de Habitação;
	- Desenvolvimento dos municípios envolventes apresentando melhores ofertas para a população;		- “Boom” do turismo;
	- Pandemia da COVID-19 e os seus efeitos económicos e sociais.		- Obtenção de fundos comunitários para a reabilitação urbana;
			▪ Revisão dos IGT.

Preocupações-chave

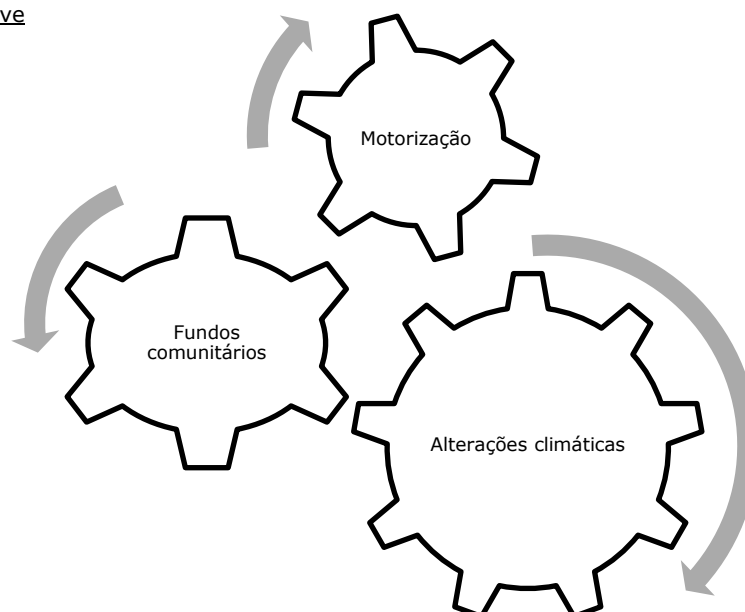


▪ Infraestruturas

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Todos os alojamentos têm abastecimento de água e drenagem de água residual;	Pontos fracos	- Diminuição do consumo de eletricidade;
	- Rede de abastecimento de água consolidada e rede de saneamento consolidada e em expansão;		- Aumento da taxa de motorização;
	- Estabilização do consumo <i>per capita</i> de eletricidade;		- Aumento da duração média das deslocações;
	Significativa preocupação ambiental refletida nos resultados positivos e crescentes na recolha de resíduos;		- Aumento da proporção da população que trabalha ou estuda noutro município;
	- Rede de gás implantada e já abastece a maioria da população residente;		- O abandono da antiga Linha do Corgo.
	- Consolidação da infraestrutura rodoviária;		
	- Rede de transportes públicos serve todos os aglomerados populacionais;		
	- Aumento do tráfego médio diário no sublanço que do IP3/A24 que atravessa o concelho;		
	- Distância entre lugares é curta.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Ausência de governança institucional entre os agentes responsáveis pelas diferentes infraestruturas;	Oportunidades	- Tendência para adoção das medidas destinadas à economia circular, como é o caso do desporto a pedido;
	- Alterações climáticas;		- Investimento nas infraestruturas, via fundos comunitários;
	- Intensificação da motorização da mobilidade;		- Consciencialização da população para as preocupações climáticas;
	- Carência de estratégias que promovam a articulação entre a mobilidade suave e partilhada com a convencional;		- Medidas políticas de incentivo à mobilidade suave para os movimentos pendulares.
	- Não aproveitamento dos fundos comunitários para investir na descarbonização e desmotorização da mobilidade.		

Preocupações-chave

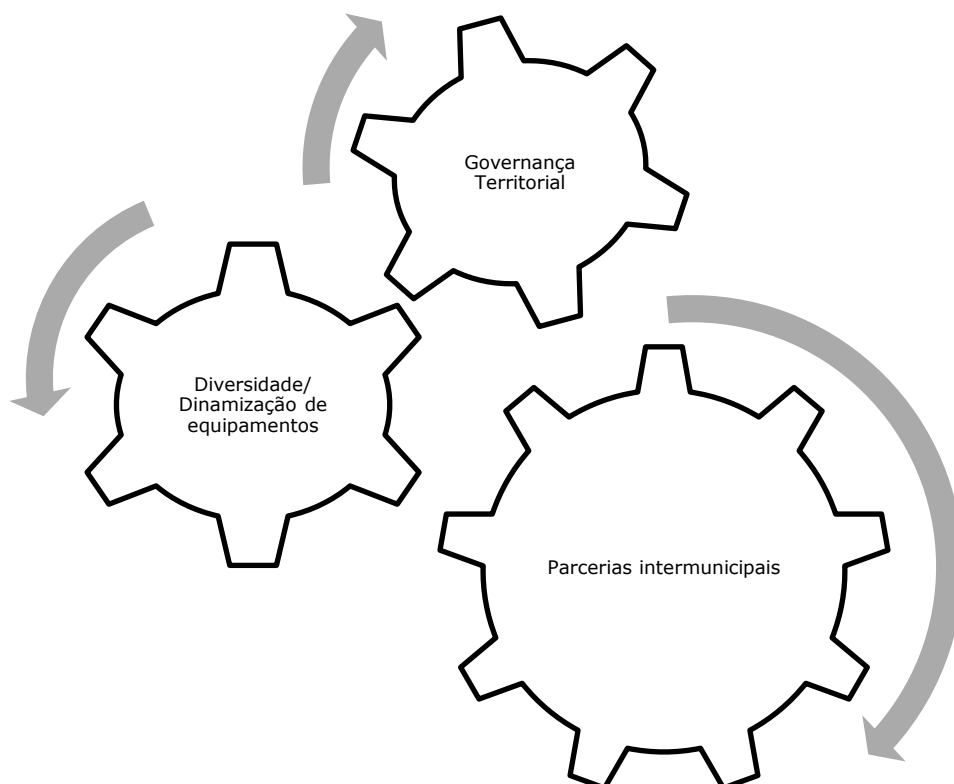


▪ Equipamentos

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Concentração dos equipamentos na U. F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane contribuindo para uma gestão mais equilibrada dos serviços públicos;	Pontos fracos	- Oferta de equipamentos culturais;
	- Melhoria dos indicadores de prestação de serviços do Hospital de Vila Real;		- Efetivos de saúde por residente reduzido comparado com outros contextos geográficos (país, região e sub-região).
	- Diversidade de equipamentos educativos e de índole social;		
	- Rede de equipamentos desportivos diversa e única no contexto sub-regional		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Dinamização de outros polos de equipamentos.	Oportunidades	- Dinamização e diversificação de oferta de equipamentos;
			- Processo de delegação de competências na gestão de equipamentos, infraestruturas e serviços;
			- Existência de fundos comunitários para a valorização do território.

Preocupações-chave

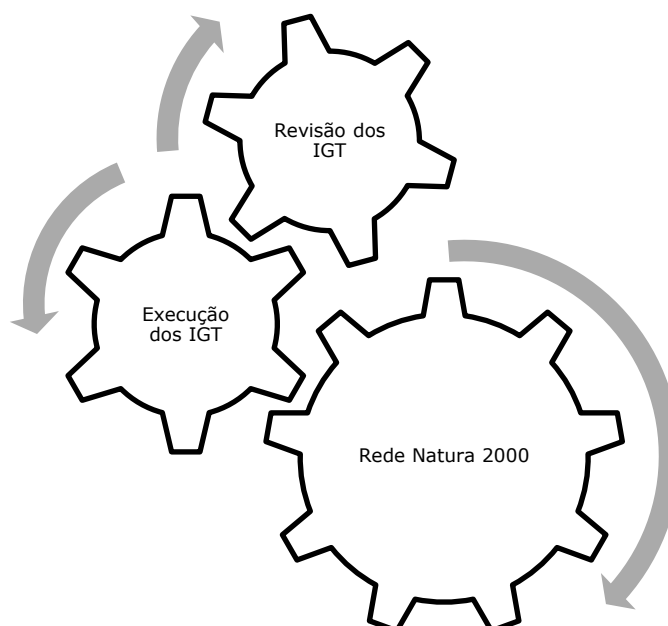


▪ Ocupação do solo

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Ocupação artificializada concentra-se em torno dos eixos viários principais do concelho;	Pontos fracos	- Riscos de doenças associadas à vinha coloca o em risco a paisagem do concelho;
	- Aumento do território artificializado no período entre 1995/2015;		- Aumento do território de floresta - ocupado por eucalipto;
	- As espécies mediterrâneas (pinheiro bravo e matos) ocupam 55% do território de florestas e matos		- Reconhecimento da inoperacionalidade do PIOT ADV.
	- Em 2018 a vinha ocupa 90% do território agricultado do concelho;		
	- Novo cenário legislativo-programático preocupa-se com as questões ambientais, sociais, infraestruturais e económico-financeiras;		
	- Planos, políticas e programas territoriais em revisão e articulação programática.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Alterações climáticas;	Oportunidades	- Oportunidade de revisão dos IGT, mediante o novo cenário legislativo-programático, ao nível do ordenamento do território;
	- Eucaliptização da floresta;		- Existência de fundos comunitários para a valorização do território e minimização dos efeitos das alterações climáticas;
	- Provável política de prevenção não constar nos planos, políticas e programas territoriais em desenvolvimento.		- Soluções inventariadas no âmbito dos diversos planos, políticas e programas territoriais que intersejam o município;
	- Expansão de área de vinho para áreas sensíveis em termos ambientais, como é caso do cume dos montes.		- Através da presente revisão, identificar a viabilidade técnico-programática dos IGT de escala inframunicipal;
			- Revisão dos Planos, políticas e programas territoriais.

Preocupações-chave



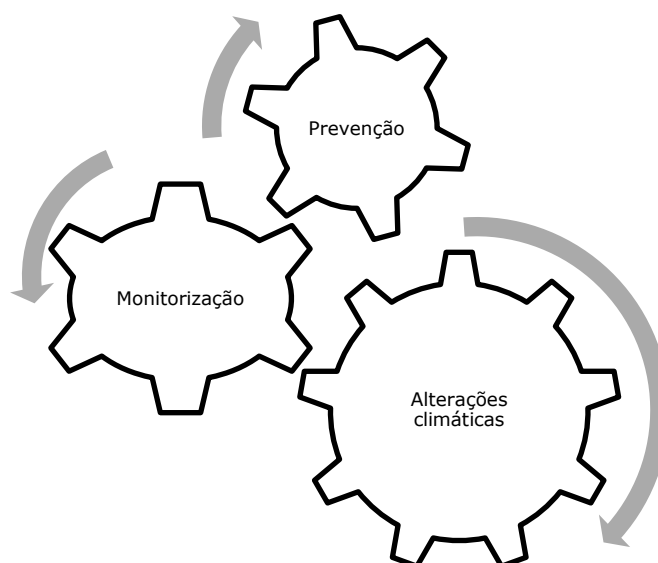


▪ Fenómenos e Áreas de Perigo/ Risco

Diagnóstico situacional			
Pontos fortes	- Ausência de agentes suscetíveis de criar acidentes graves;	Pontos fracos	- N.º de dias com ondas de calor superior ao registado em Portugal (média);
	- Estabilização dos indicadores relacionados com a precipitação;		- Aumento do n.º de dias com onda de calor.
	- Diminuição do n.º de incêndios e da superfície ardida;		
	- Diminuição do n.º de dias sem chuva;		
	- Estabilização da temperatura;		
	- Enquadramento litológico favorece o equilíbrio sísmico;		
	- Contexto orográfico favorável há fluidez do escoamento da rede hídrica.		

Diagnóstico prospetivo			
Ameaças	- Alterações climáticas e fenómenos extremos;	Oportunidades	- Existência de fundos comunitários para a minimização dos efeitos das alterações climáticas;
	- Dependência dos municípios vizinhos para a minimização de riscos naturais/ alterações climáticas;		- Revisão dos planos, políticas e programas territoriais.
	- Provável política de prevenção;		
	- Aumento do n.º de incêndios na interface urbano-rural;		
	- Riscos naturais: Sismos; Radiológicos (radão); Movimentos de massa; cheias e inundações; secas; ondas de calor e vagas de frio;		
	- Riscos mistos: Incêndios Florestais; Degradação dos solos e desertificação;		
	- Riscos tecnológicos: Incêndios urbanos industriais e colapso de estruturas (barragens, diques. Pontes e viadutos).		

Preocupações-chave



Santa Marta de Penaguião, maio de 2021